

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
DOUTORADO EM POLÍTICA SOCIAL

ROBERTA REZENDE OLIVEIRA

Percepções morais entre beneficiários e não beneficiários do
Programa Bolsa Família em um município de Pequeno Porte

UNIVERSIDADE
FEDERAL
FLUMINENSE

NITERÓI, RJ
2018

ROBERTA REZENDE OLIVEIRA

**Percepções morais entre beneficiários e não beneficiários do Programa
Bolsa Família em um Município de pequeno porte**

Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção de Grau de Doutor em Política Social. Área de concentração: Avaliação de Políticas Sociais.

Orientador: Professor Dr. André Augusto Pereira Brandão

Niterói
2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

O48p Oliveira, Roberta Rezende
Percepções morais entre beneficiários e não
beneficiários do Programa Bolsa Família em um Município de
pequeno porte / Roberta Rezende Oliveira ; André Augusto
Pereira Brandão, orientador. Niterói, 2018.
270 f.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói,
2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGESS.2018.d.13654692710>

1. Programa Bolsa Família. 2. Desqualificação Social. 3.
Fronteira Moral. 4. Produção intelectual. I. Título II.
Brandão, André Augusto Pereira, orientador. III. Universidade
Federal Fluminense. Escola de Serviço Social.

CDD -

ROBERTA REZENDE OLIVEIRA

**Percepções morais entre beneficiários e não beneficiários do Programa
Bolsa Família em um Município de pequeno porte**

Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção de Grau de Doutor em Política Social. Área de concentração: Avaliação de Políticas Sociais. Julgada pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Dr. André Augusto Pereira Brandão – Orientador – (UFF)

Dr. Wilson Madeira Filho – (UFF)

Dr. Carlos Alberto Lima de Almeida – (UNESA)

Dr^a. Rosana Rodrigues Heringer – (UFRJ)

Dr. Leandro Molhano Ribeiro – (FGV)

AGRADECIMENTOS

Este é o momento de abrir o coração para expressar a gratidão por esta trajetória, árdua e ao mesmo tempo gratificante, pela qual passei nestes poucos, porém, intensos anos. Dizer que foi fácil é no mínimo insano. Esta “aventura” a qual me lancei, trouxe desafios os quais achei que não conseguiria superar. E se consegui ultrapassar as barreiras do “improvável”, foi porque tive ao meu lado, pessoas queridas que por mim oraram e me deram a força de que eu necessitava para concluir esta etapa da minha vida. Cada passo dado nesta caminhada representa a superação do que pareceu em alguns momentos, impossível.

Em primeiro lugar, agradeço à Deus por ter me permitido andar por caminhos mais altos do que os meus próprios caminhos, e por ter me possibilitado realizar sonhos que eu jamais imaginei poder realizar.

À minha família, agradeço os esforços, nunca medidos, para que eu pudesse realizar esta conquista. Obrigada por compreenderem os momentos em que não estive presente, em decorrência da tese. Agradeço, portanto ao meu pai, Paulo, por todo amor e dedicação. À minha mãe, Cida, por todo o carinho e orgulho sentido diante da realização deste sonho que não é só meu, mas também dela. Agradeço à minha irmã, Paula que sempre esteve ao meu lado, transbordando um amor incondicional. E ao meu irmão, Thiago, que sempre me apoiou. Agradeço ao meu noivo, João, que com toda a paciência e amor ouviu meus dilemas e não me deixou desistir, acreditando na concretização deste trabalho. Obrigada ainda aos meus sogros, Kátia e Hunglu, que me tendo como filha, apoiaram meu sonho como se deles fosse.

Aos meus amigos, agradeço imensamente ao apoio e à compreensão diante de tantos convites rejeitados em virtude dos momentos em que passei me dedicando a esta tese. Perdi a conta dos quantos “não posso, eu tenho que estudar!” foram falados neste período. Certamente são tantos os nomes que me veem à mente, que só consigo pensar o quão privilegiada sou por ter ao meu lado amigos verdadeiros que sonharam comigo este sonho, e hoje gozam comigo esta conquista.

Neste rol, agradeço à família a qual pude escolher em Niterói, e com a qual compartilho a vida de república que se estende por dez anos, mas que estão com os dias contados. Foram anos de aprendizados, de companheirismo e de muito afeto, que preencheram os meus dias de alegria longe do seio do lar.

Nesta seara, agradeço ainda aos colegas de caminhada do Programa de Pós-graduação em Política Social, com os quais eu pude travar diálogos enriquecedores e que contribuíram tanto para que este trabalho tomasse a forma que tomou, além de ter permitido que eu me aperfeiçoasse a cada dia. O mesmo eu posso dizer dos professores do Programa, que com toda a generosidade compartilharam comigo seu conhecimento, sempre levando em consideração que o processo de aprendizado é uma vida de mão dupla na qual o aluno não é um ser passivo, mas sujeito também na construção do saber.

Agradeço, especialmente, ao meu orientador, André Brandão, que apostou em mim, prestando todo o apoio necessário para que este trabalho fosse elaborado. Certamente esta tese não é somente minha, mas principalmente dele, a quem devo boa parte desta realização.

Por fim, porém não menos importante, agradeço ainda aos professores que aceitaram prontamente ao meu convite, compondo a banca desta tese. Muito obrigada!

O senhor... mire, veja: o mais importante e bonito,
do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre
iguais, ainda não foram terminadas - mas que elas
vão sempre mudando. Afinam ou desafinam,
verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso que
me alegra montão.

Guimarães Rosa

RESUMO

Este trabalho objetivou discutir como, a partir da posição de beneficiário ou de não beneficiário de um Programa social, a desqualificação social incide em fronteiras morais entre dois grupos de pobres. Com isso buscou-se compreender como em um município de pequeno porte, localizado no interior do Estado do Rio de Janeiro, a aparente “homogeneidade” entre indivíduos e famílias que ocupam patamares socioeconômicos próximos, pode ser seccionada pelas fronteiras morais que estes atores constroem tomando por base entre outros elementos, a relação com a Política de Assistência. Para tanto, a proposta foi investigar o objeto sob uma abordagem metodológica de cunho qualitativo, dispondo, enquanto técnicas de levantamento de dados, da observação participante bem como da aplicação de entrevistas semiestruturadas com dois grupos de pobres diferenciados pela inserção no Programa de Transferência de Renda Bolsa Família. A pesquisa foi realizada com base em um recorte territorial, com a seleção de dois bairros, com alto índice de vulnerabilidade social e que agregavam grande contingente de beneficiários do PBF. Com isso foi possível adentrar no universo interacional dos interlocutores, e compreender de que forma a desqualificação social operava entre os grupos, e dentro do grupo dos próprios beneficiários do Programa. Por fim, busca-se refletir sobre a demarcação de fronteiras morais, a partir das condições intersubjetivas destes atores inseridos no mesmo espaço social, para apreender analiticamente de que forma ser beneficiário de um Programa social pode interferir nas interações mais elementares deste grupo. Os resultados encontrados apontam que, a despeito dos critérios objetivos que traçam uma linha divisória entre quem tem ou não legitimidade de acesso ao Programa Bolsa Família com base em limites de ordem econômica, há a construção de hierarquias, dentro do grupo dos pobres, que se constituem a partir de critérios subjetivos, e mais especificamente, de ordem moral.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Desqualificação Social. Fronteira Moral.

ABSTRACT

This paper aimed to discuss how, from the position of beneficiary or non-beneficiary of a Social Program, the social disqualification implies moral boundaries between two groups of poor people. Thereby it was aimed to understand how in a small municipality, located in the interior of the State of Rio de Janeiro, the apparent "homogeneity" between individuals and families occupying close socioeconomic levels, can be divided by the moral boundaries that these actors construct by taking by basis, among other elements, the relationship with the Assistance Policy. Therefore, the proposal was to investigate the object under a methodological approach of qualitative character, having as data collection techniques, participant observation as well as the application of semi-structured interviews with two groups of poor people differentiated by insertion in the Income Transfer Program Bolsa Família. The research was carried out based on a territorial clipping, with the selection of two neighborhoods, with high index of social vulnerability and with a large contingent of PBF beneficiaries. Thus, it was possible to enter into the interacting universe of the interlocutors, and to understand how social disqualification operated between the groups, and within the group of the beneficiaries of the Program itself. Finally, it seeks to reflect on the demarcation of moral boundaries, from the intersubjective conditions of these actors inserted in the same social space, to apprehend analytically how to be beneficiaries of a social program can interfere in the most elementary interactions of this group. The results show that, in spite of objective criteria that draw a dividing line between who has or not legitimacy and access to the Bolsa Família Program based on economic limits, there is the construction of hierarchies, within the group of poor people, that are based on subjective criteria, and more specifically, of moral order.

Keywords: Bolsa Família Program. Social disqualification. Moral boundaries.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
OBJETIVOS.....	26
METODOLOGIA.....	26
1. O REFERENCIAL TEÓRICO E OS PRINCIPAIS ASPECTOS CONCEITUAIS.....	34
1.1 A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE MODERNA: O ORDENAMENTO MORAL DA SOCIEDADE OCIDENTAL.....	34
1.2 BRASIL: A HIERARQUIA VALORATIVA E A CONSTITUIÇÃO DA SUBCIDADANIA NA PERIFERIA.....	53
2. A DESQUALIFICAÇÃO SOCIAL E A CONSTITUIÇÃO DE HIERARQUIAS MORAIS.....	85
2.1 A DESQUALIFICAÇÃO SOCIAL EM PAUGAM.....	85
2.2 A SOCIOLOGIA DAS RELAÇÕES DE PODER.....	110
3. PERCEPÇÕES SOBRE DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL.....	116
3.1 POBREZA E DESIGUALDADE: O QUE PENSAM OS BRASILEIROS?.....	116
4. A DESQUALIFICAÇÃO SOCIAL E AS FRONTEIRAS MORAIS ENTRE OS POBRES MORADORES DE CARMO.....	148
4.1 O CAMPO DE PESQUISA: o contexto geral e as trilhas percorridas.....	148
4.1.1 A escolha e a pesquisa de campo.....	152
4.1.2 A inserção no campo.....	154
4.2 AS FRONTEIRAS MORAIS ENTRE OS POBRES LOCAIS.....	172
4.3 A DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS MORAIS NO BAIRRO A.....	181
4.3.1 A fronteira de gênero: Famílias legítimas, Mulheres e benefício.....	181
4.3.2 O sistema de vigilância local e as faces do controle social: o “bom” versus o “mau” beneficiário.....	187
4.3.3 O “pobre” versus o “não tão pobre assim”.....	198

4.3.4 O trabalhador versus o “acomodado”	209
4.4 A DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS MORAIS NO BAIRRO B.....	220
4.4.1 O sistema de vigilância local e as faces do “controle social” no bairro B: o “bom” versus o “mau” beneficiário	222
4.4.2 A desqualificação social projetada sobre a relação entre benefício e trabalho: Trabalhador versus “acomodado”	233
CONSIDERAÇÕES FINAIS	245
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	252
APÊNDICE A - ROTEIRO PARA A ENTREVISTA COM OS NÃO BENEFICIÁRIOS DO PBF	262
APÊNDICE B - ROTEIRO PARA A ENTREVISTA COM OS BENEFICIÁRIOS DO PBF	266

INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família – PBF – foi criado em 2003 com o objetivo de atuar sobre os elevados índices de pobreza e extrema pobreza endêmicos no país. Integrando quatro programas de transferência de renda federais previamente existentes, o PBF abarca um conjunto de objetivos em seu escopo. O primeiro, diz respeito a amenizar os sintomas da pobreza via transferência direta de renda. O segundo visa apoiar o desenvolvimento das capacidades da família através da integração com programas complementares, no intuito de proporcionar aos adultos, possibilidades de inserção no mercado de trabalho. O terceiro corresponde ao incremento do capital humano destas famílias, via condicionalidades de saúde e educação, com a intenção de impedir a reprodução do ciclo de pobreza entre as gerações (BRASIL, 2006).

Importante salientar que devido a magnitude do Programa na agenda social desde sua implementação, chegando ao quantitativo de quase 14 milhões de famílias beneficiárias em 2016; este passou a ser foco de inúmeros estudos e pesquisas que objetivam avaliar os impactos¹ e também os efeitos deste sobre determinados aspectos da realidade brasileira.

Entre os elementos que podemos citar e que refletem a potencialidade do Programa, temos: a queda dos índices de pobreza e extrema pobreza com o incremento da renda *per capita* das famílias; a melhoria dos indicadores que medem a frequência escolar das crianças e dos adolescentes submetidos à condicionalidade de educação do Programa; melhoria do quadro nutricional das crianças que passam a ser acompanhadas periodicamente pelas unidades de saúde, entre outros fatores (BRASIL, 2012)².

A guisa de contextualização, convém discorrer de forma sumária nesta parte introdutória, acerca dos impactos, bem como dos efeitos do Programa sobre a vida da população beneficiária. Tais dados se mostram relevantes para delinear nosso objeto de estudo, que se

¹ A avaliação de impacto visa aferir a efetividade de uma proposta, no que tange as condições mais gerais da população como um todo (condições sociais, de saúde, etc.) dependendo dos objetivos previamente definidos, referente à missão mais geral de um programa em mais longo prazo; enquanto a de efeito diz respeito à aferição do efeito na população mais imediata e referente aos objetivos traçados. Em outros termos, a avaliação de impacto, segundo Carvalho (2003:186) *apud* Trevisan e Bellen (2008, p. 546) “é aquela que focaliza os efeitos ou impactos produzidos sobre a sociedade e, portanto, para além dos beneficiários diretos da intervenção pública, avaliando-se sua efetividade social”. Busca-se nessa avaliação detectar as mudanças que efetivamente ocorreram e em que medida as mudanças ocorreram na direção desejada”.

² Para uma visão mais ampla acerca da mudança no cenário da pobreza e da desigualdade no Brasil, bem como da relação desta mudança com o PBF, ver OLIVEIRA, R. R. & BRANDÃO, A. A. P. **Mudanças no cenário da pobreza no Brasil**. Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 31, p.307-331 jan/jun. 2016.

refere ao processo de desqualificação social³ (PAUGAM, 2003) que se impõe a esse segmento social e que deriva em fronteiras morais construídas entre os pobres. Sendo assim, antes de entrarmos no cerne da nossa discussão, é importante pensar nos aspectos que marcam o Programa e que nos auxiliam na construção das hipóteses aqui levantadas.

Primeiramente, no que diz respeito ao acesso a renda, os benefícios financeiros previstos pelo PBF, mencionados no artigo 2º da Lei 10.836, se dividem entre benefício básico e variável. Com isso fica assegurada a provisão de um benefício básico no valor de R\$85,00 destinado às famílias com renda *per capita* de até R\$85,00. Já o benefício variável é destinado apenas a famílias com renda *per capita* de até R\$170,00 e que possuem em sua composição crianças, adolescentes, gestantes e/ou nutrizes.

Além disto, o benefício variável está atrelado às chamadas condicionalidades. Estas, vinculadas ao campo da saúde e da educação, já estavam estabelecidas nos quatro programas que foram consolidados no Bolsa Família, e dizem respeito a compromissos aos quais as famílias beneficiárias devem aderir para permanecer no Programa. Tais compromissos referem-se ao acompanhamento da taxa de frequência escolar de crianças e adolescentes de 06 a 17 anos de idade; ao acompanhamento relativo ao exame pré-natal; ao cumprimento do calendário de vacinação e ao acompanhamento do desenvolvimento e crescimento de crianças menores de 07 anos de idade.

A premissa encontrada em documentos oficiais emitidos pelo executivo federal (BRASIL, 2006; BRASIL, 2009) é de que estas funcionariam como mecanismos de incentivo ao usufruto de direitos sociais fundamentais (educação e saúde), o que contribuiria para que as famílias se emancipassem da situação de vulnerabilidade em que se encontram no longo prazo.

A partir de tais pressupostos, é possível mencionar alguns avanços verificáveis sobre as condições de vida das famílias beneficiárias e que têm relação com a inserção destas no Programa. Sendo assim, apesar das dificuldades de isolarmos os fatores que teriam contribuído para estes avanços no Brasil, sabe-se que boa parte está atrelada ao crescimento econômico aliado a menor concentração de renda, ou seja, deve-se a um aumento da função redistributiva após 2001, e mais especificamente após 2003. Dito de outra forma, o crédito pela melhoria no

³Paugam (2003) em seu livro “Desqualificação Social: ensaio sobre a nova pobreza”, procura refletir sobre a pobreza nas sociedades modernas. Para tanto, tendo em vista que a Assistência é a forma como a sociedade se organiza para intervir sobre a pobreza em um dado momento, o autor enfatiza que esta não mais corresponderia apenas ao estado de carência material dos atores, mas também a um *status* social específico de teor inferior e desvalorizado, marcando assim, a identidade daqueles que vivem essa experiência (PAUGAM, 2003, p.45). Nesse sentido, a desqualificação social refere-se a um processo de degradação moral pela qual os pobres estariam potencialmente submetidos no âmbito de sua existência quando se relacionam com políticas de Assistência Social.

quadro da pobreza e da desigualdade brasileira deve-se a um conjunto de políticas sociais articuladas ao crescimento econômico e a decisões políticas específicas. O que vimos neste momento foi o início da implantação de um modelo de desenvolvimento com inclusão social, incorporando dimensões importantes como: o aumento do emprego e de sua formalização, a recuperação da dinâmica econômica e da política de valorização do salário mínimo, os programas de fortalecimento da agricultura familiar, e a ampliação da cobertura previdenciária (IPEA, 2013).

Por outro lado, tomando como base a Avaliação de Impacto divulgada em 2012 pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)⁴, podemos ter uma noção ainda da contribuição do PBF no quadro da pobreza em território nacional. Este estudo trata das mudanças que teriam ocorrido na vida da população beneficiária entre 2005 e 2009 a partir da comparação entre grupos de beneficiários e não beneficiários do Programa.

Dentre as dimensões avaliadas, notam-se melhorias nas condições habitacionais, medidas em termos do material de revestimento das casas e também da quantidade de cômodos do domicílio. No que tange a percepção⁵ das próprias famílias entrevistadas acerca do que estas compreendem por bem-estar, é possível destacar que mais da metade respondeu que suas circunstâncias melhoraram no intervalo de tempo demarcado.

Outra questão importante reportada por boa parte dos beneficiários entrevistados, e que comporia uma dimensão do bem-estar percebido pelos mesmos, diz respeito a maior facilidade que estas famílias possuem em “mandar as crianças para a escola”. Nesse sentido, o estudo aponta que, se em um primeiro momento, a imposição de condicionalidades fomenta críticas dado que provocaria um aumento da demanda sem uma devida contrapartida do poder público no que tange à qualidade dos serviços ofertados; a maioria dos beneficiários ressalta que houve melhorias no âmbito educacional nos quesitos: facilidade em matricular as crianças (59,4%), assiduidade dos professores (56,9%) e estrutura física da escola (56,7%) (BRASIL, 2012).

O mesmo otimismo, porém, não é constatado no que tange aos serviços de saúde. Ainda assim, entre os beneficiários, há uma percepção ligeiramente mais positiva se comparada aos

⁴Atualmente denominado Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

⁵ A percepção é uma relação do sujeito com o mundo exterior (CHAUÍ, 2000, p.154). Logo, seria o processo pelo qual os sujeitos interpretam a realidade social a qual estão submetidos. Em outras palavras, por percepção nos referimos ao “processo por meio do qual um indivíduo reconhece, seleciona, organiza e interpreta a informação que recebe do ambiente, através dos cinco sentidos (visão, audição, olfato, paladar e tato)” (BACHA *et. al* 2006, p.11).

não beneficiários no que diz respeito a variáveis como: disponibilidade de médicos e enfermeiros, duração das consultas e tempo de espera para ser atendido (BRASIL, 2012).

Ainda sobre o bem-estar relativo à saúde, ressalta-se que entre as mulheres beneficiárias chega a 91 o percentual de gestações com 38 semanas, contra uma taxa de 88% entre as gestantes não beneficiárias. Já a proporção de filhos de beneficiárias que são amamentados de maneira exclusiva, pelo menos nos seis primeiros meses de vida, supera em oito pontos percentuais (61%) a proporção de filhos amamentados de famílias não beneficiárias (53%). Soma-se a isso, o impacto positivo verificado entre as crianças beneficiárias de até 05 anos de idade relativo à desnutrição aguda e ao Índice de Massa Corpórea (BRASIL, 2012).

Entre 2005 e 2009 há ainda uma queda de 03 pontos percentuais na proporção de crianças com até 06 anos de idade que nunca foram vacinadas. Com isso a Avaliação de Impacto conclui que a cobertura vacinal é um pouco maior entre as famílias beneficiárias que entre as não beneficiárias do PBF. Diferença ainda maior pode ser verificada quando se trata de vacinas específicas, como aquelas contra o Tétano, a Difteria, a Coqueluche (DTP) e a Poliomielite. No que tange a DTP, a disparidade entre beneficiários e não beneficiários chegou, em 2009, a 15,5 pontos percentuais na segunda dose, contra 26 pontos percentuais na terceira dose. Por sua vez, a cobertura da vacina contra Poliomielite chega a uma diferença de 11,6 pontos percentuais a mais para os beneficiários do Programa.

Os indicadores relativos à condicionalidade de educação também atestam resultados positivos quanto à inserção no PBF. Estes mostram que, em geral, há uma proporção ligeiramente maior de meninos beneficiários que frequentavam a escola em 2009 na faixa etária dos 14 anos de idade, e ainda maior entre os 15 e os 17 anos de idade. Já a proporção de meninas beneficiárias que frequentavam a escola neste ano, também é maior para as idades mais novas e para as faixas etárias dos 15 e dos 17 anos de idade. Contudo, a Avaliação deixa claro que o impacto do Programa incide sobremaneira na região Nordeste, onde, a frequência escolar de crianças entre 06 e 17 anos de idade é 19,9 pontos percentuais maiores entre as famílias beneficiárias em comparação com as não beneficiárias (BRASIL, 2012). Com relação à progressão escolar, vemos uma diferença de 06 pontos percentuais a mais para famílias beneficiárias, quando se leva em conta a faixa etária dos 06 aos 17 anos de idade, segundo os dados trabalhados por esta Avaliação.

A partir dos elementos abordados até aqui, é preciso acrescentar que não é apenas nos elementos de ordem objetiva que o Programa interfere e apresenta resultados. É possível

destacar, também, alguns efeitos mais relacionados aos aspectos subjetivos que compõem a vida das famílias beneficiárias.

Uma das questões que vem sendo discutida, a título de exemplo, é o reflexo do Programa na vida das mulheres. Em primeiro lugar, o pagamento preferencialmente proposto às mulheres tende a corroborar a autonomia das beneficiárias. Como isso, as mesmas passariam a contar com certo grau de poder nas decisões familiares relativas à aquisição de bens de consumo e de bens duráveis (BRASIL, 2007).

Por outro lado, ressalta-se o estabelecimento de uma nova relação econômica, na qual as famílias beneficiárias, em especial as mulheres, que são as agentes por excelência na gestão da esfera doméstica e do cuidado passam a contar com uma renda regular, em meio a um ambiente marcado pela incerteza do mercado de trabalho informal e precário. Assim, o recebimento de uma renda fixa garante a visibilidade destas mulheres enquanto consumidoras, ao mesmo tempo em que permite que estas desempenhem melhor seu papel na vida reprodutiva (SUÁREZ, M.; LIBARDONI, M. 2007, p. 143).

O incremento do poder de compra destas mulheres é proporcionado, dentre outros fatores, pela maior confiabilidade garantida pela regularidade e a certeza do recebimento da renda do benefício. O Programa, nesse sentido, funciona de forma a movimentar a economia local. O que não significa, porém, que haja com isso, um grande movimento de inclusão social, como bem colocado por Suárez e Libardoni (2007) em seu estudo qualitativo acerca do impacto gerado pelo PBF sobre a vida das mulheres beneficiárias. Como lembram as autoras, as compras feitas pelas beneficiárias são de baixo valor monetário, e não garantem maior prestígio social a estas mulheres.

O maior efeito do Programa, para Suárez e Libardoni (2007), encontra-se necessariamente no âmbito da sobrevivência dessas mulheres. Mas também, dado o maior poder de barganha proveniente do recebimento do benefício, em alguns casos podem-se constatar, inclusive, melhorias na autoestima das mesmas. Isso porque, estas não mais precisariam “pedir” dinheiro para os maridos para satisfazer alguma necessidade pessoal ou até mesmo dos filhos e da casa. Além do mais, o fato de não “dependerem” do dinheiro dos cônjuges, abre a possibilidade para que estas não precisem “prestar contas” para o companheiro de como irão gastar, ou ainda, não precisam mais se abster de algo por receio de acionar o marido.

Outras conseguem se desvencilhar das situações de opressão e violência doméstica, na medida em que o acesso a renda representa uma forma destas mulheres adquirirem algum grau

de independência financeira. O que abre a possibilidade para que não precisem mais suportar relacionamentos abusivos, como constata Rego e Pinzani (2013) no livro *Vozes do Bolsa Família*. Nesta obra as autoras procuram expressar, a partir das vozes das próprias beneficiárias, os efeitos do Programa sobre a vida desta população, e constatam, mediante as várias entrevistas que fizeram ao longo das regiões mais pobres do país, o quanto o acesso ao Programa corroborou a autonomia destas mulheres.

Sendo assim, também se destaca enquanto um efeito simbólico importante a mudança na subjetividade destas mulheres, ligada ao campo da cidadania, devido a necessidade de obterem os documentos de identidade para se cadastrarem no Programa. Os reflexos se fazem sentir com a conformação de um sentimento de pertencimento, e também com a inserção destas mulheres no circuito da esfera pública, uma vez que passam a acessar espaços antes muito restritos (SUÁREZ; LIBARDONI, 2007).

Com isso se expandem os horizontes das beneficiárias no espaço social para além da vizinhança, ampliando as fronteiras que se impõem a elas, apesar de ainda ser grande o isolamento social que acomete estas mulheres, dada sua majoritária vinculação ao espaço privado. Exemplo do alargamento do espaço ocupado por estas é destacado por Suárez e Libardoni (2007). As autoras ressaltam, com base na percepção das próprias beneficiárias do PBF, uma mudança importante que é o retorno destas à escola e também a realização de cursos. O que acaba por ampliar as redes de interação social, com influências na elevação da autoestima deste público.

Por outro lado, é importante pensar que este quadro não é isento de ambiguidades, e fomenta discussões, quando se leva em conta os efeitos do Programa sobre a vida dos beneficiários, e em especial, das mulheres. Trata-se do que aponta Suárez e Libardoni (2007) com relação aos papéis de gênero que são demarcados pelo Programa Bolsa Família. As autoras demonstram como o bom desempenho da maternagem é usado como fator de legitimação para o recebimento do benefício.

Nesse sentido, a centralidade da mulher no âmbito da gestão doméstica, tomando como pressuposto o protagonismo desta com relação ao cuidado com os membros da família, e especificamente com as crianças, leva ao entendimento de que o Programa ao forçar nesta figura, teria maior probabilidade de atingir os objetivos previstos. Ou seja, parte-se da prenoção de que, por orientação cultural, a mulher estaria posicionada de maneira a agir de forma mais adequada para zelar pelas crianças; estando o seu reconhecimento assentado no bom cumprimento de seu papel na reprodução social.

Com base nesta afirmativa, é preciso destacar algumas questões essenciais no que tange ao enfoque dado às mulheres e que tem relação com a inserção destas no Programa. Em primeiro lugar, como mencionado anteriormente, às mulheres são delegadas determinadas funções relativas ao cuidado, principalmente com as crianças. Estas funções já são incorporadas por estas, na medida em que, das mães, se espera uma ação correspondente a um processo de abnegação, no qual o dinheiro deve ser utilizado unicamente em prol dos filhos (OLIVEIRA, 2015). Assim, verifica-se que a priorização da mulher no recebimento do benefício, tende a reforçar ainda, o papel atribuído à ela socialmente, no tocante ao cuidado com a casa e os filhos, sendo esta uma leitura moral em torno da configuração da família.

De modo geral, pode-se afirmar que, o que seria o ideal esperado para uma população beneficiária de um Programa de transferência de renda está centrado em uma dada moralidade. Refletir sobre esta moralidade, que assume características importantes na modernidade ocidental, é o pano de fundo desta tese (TAYLOR, 2013).

As condicionalidades no campo da saúde e da educação, nesse sentido, acabam funcionando como elemento legitimador, pois possibilita que a sociedade e os agentes governamentais, em especial, possam exigir dos beneficiários, ao menos algumas contrapartidas pelo recebimento do benefício (MEDEIROS *et al.*, 2007). Também funcionam como elemento de pretexto para se cobrar uma determinada postura do público-alvo nos vários espaços de interação em que estes transitam (MARINS, 2013).

Um exemplo emblemático deste controle disciplinar pode ser verificado na dissertação de Oliveira (2015). Ao se investigar a percepção dos educadores acerca da condicionalidade de educação do Programa Bolsa Família em um município de pequeno porte I^o no interior do Estado do Rio de Janeiro, percebe-se que uma parte dos profissionais entrevistados legitima as condicionalidades no sentido de que, com a imposição desta, seria possível fazer uma cobrança mais sistemática sobre as famílias nos quesitos comprometimento escolar, investimento do benefício em prol dos filhos, etc.

Suárez e Libardoni (2007, p.140) também acrescentam que:

No que diz respeito aos agentes governamentais, as condicionalidades do Programa surgem como uma possibilidade de poder exigir das beneficiárias, ao menos, uma

⁶ São considerados municípios de Pequeno Porte I aqueles cuja população chega até 20.000 habitantes. A distribuição dos municípios por porte populacional encontra-se na Política Nacional de Assistência Social (2004). O objetivo é a melhor operacionalização da política tendo como princípios a territorialização, a descentralização e a intersetorialidade, pressupondo dessa forma, a superação da fragmentação na prática desta política. A partir disto, o desenho da atuação da rede socioassistencial tem por objetivo atender de forma mais eficaz a população usuária dos serviços assistenciais (BRASIL, 2004, p: 46-48).

contrapartida pelo recebimento do benefício. Esse controle disciplinar, por parte dos agentes governamentais, se insere na lógica de uma moralidade burocrática tradicional alheia à ideia de que as políticas de transferência de renda expressam um direito cidadão. Nos discursos de vários agentes governamentais, o controle disciplinar se fundamenta no fato de o benefício ser uma dádiva e não um direito, de modo que as preocupações se voltam para o uso justo do dinheiro e a subsequente vigilância sobre o destino dado ao dinheiro recebido pelas beneficiárias.

Percebe-se que esse controle disciplinar exercido sobre esta população está associado, muitas das vezes, à leitura que se faz do benefício como “ajuda” e não como um direito do cidadão (OLIVEIRA, 2015; REGO; PINZANI, 2013). Por outro lado, a noção de que a satisfação das necessidades sociais deve ser alcançada pela via do trabalho, contribui para uma representação negativa sobre o Programa, que se fundamenta em elementos morais típicos das sociedades capitalistas, que relacionam a “dignidade” ao trabalho.

Não à toa, percebe-se a disseminação de representações que interligam as noções de “esmola” (ROSSI, 2004a, 2004b), “parasitismo” (MIOTO, 2015) e desestímulo ao trabalho que se espraiam pela sociedade⁷ e que tendem a questionar onde estariam as chamadas “portas de saída” do Programa (WEBER, 2010). Suárez e Libardoni (2007), nesta seara, apontam que muitos agentes do governo local atribuem enquanto ponto negativo do PBF o fato do mesmo não contemplar tão veementemente as atividades específicas de profissionalização e de geração de renda.

Nesse caminho, uma mirada pela grande mídia nos permite identificar o quão repetitivo e naturalizado é a ideia de que o Programa incentivaria o “comodismo” e a “preguiça”, utilizando enquanto analogia o termo “Bolsa Esmola”, como indicativo para a fragilidade da estratégia que estaria “dando o peixe ao invés de ensinar a pescar” (WEBER, 2006; WEBER, 2010).

Outro exemplo que pode ser dado e que atesta os elementos de ordem moral que margeiam as percepções em torno do Programa, é a disseminação da noção do que seria a aplicação “justa” do recurso transferido pelo PBF. Com isso, pode-se afirmar que há certa vigilância em torno do destino dado ao dinheiro transferido para os beneficiários, onde preza-se pelo “correto” direcionamento do mesmo. Logo, legitima-se o uso do benefício em função, principalmente, das crianças (alimentação, material escolar), ao mesmo tempo em que se critica

⁷Convém destacar que tomamos ainda como referência para representar as percepções da sociedade neste momento, um conjunto de notícias veiculadas pela mídia, em especial, pelos jornais de grande circulação como O Globo, a Folha de SP e Estadão.

a utilização do recurso em bens ditos supérfluos como, produtos de beleza, aparelhos eletrônicos etc. (OLIVEIRA, 2015).

É possível afirmar, a partir dos elementos mencionados, que essa moralidade que abarca desde os beneficiários do Programa até os agentes responsáveis pela gestão do mesmo reflete a percepção da própria sociedade em relação ao Bolsa Família. Como exemplo, podemos fazer referência ao estudo de Castro *et. al* (2009), no qual o autor procura demonstrar empiricamente como as críticas relativas ao Programa convivem com a percepção de que os principais objetivos do PBF estão sendo atingidos.

Com base em uma amostra de 6.001 entrevistas, Castro *et al.* (2009) constata duas lógicas coexistentes em torno da percepção da população sobre o PBF. Em primeiro lugar, o autor aponta que o Programa adquiriu legitimidade política junto à sociedade brasileira, constatada a partir do nível de conhecimento do mesmo e do apoio à sua existência. Por outro lado, tais aspectos não teriam equacionado algumas críticas voltadas ao Programa, bem como a seus beneficiários. Sendo assim, pelo menos 86% dos entrevistados concordam que o Programa incluiria pessoas que não precisam; 67% concordam que a inserção no Programa levaria as pessoas a não quererem mais trabalhar; e, 56% concordam que o Programa incentivaria as pessoas a terem mais filhos (CASTRO *et. al*, 2009, p. 346).

Cabe destacar ainda, que os pressupostos apontados até o momento, podem ser constatados em inúmeros estudos qualitativos (SUÁREZ; LIBARDONI, 2007; OLIVEIRA, 2015; MARINS, 2013) que se debruçaram sobre as percepções dos atores ligados aos vários eixos que compõem o PBF. Os resultados que se verificam nos estudos supracitados revelam que, para além dos objetivos desenhados pelos idealizadores do Programa, a própria sociedade se utiliza de ordenamentos morais para se posicionar frente ao Programa e a seus beneficiários.

Pela parte dos agentes governamentais responsáveis pela gestão do Programa no âmbito dos municípios, que se dividem entre os setores que compõem o mesmo (assistência social, saúde, educação), Suárez e Libardoni (2007) sugerem que algumas noções equivocadas acerca do Programa podem ser geradas em função da falta de articulação e por falhas no fluxo de informações entre os níveis de gestão do Programa. O que acaba por comprometer o entendimento dos objetivos definidos em âmbito federal. Sendo assim, segundo as autoras, isso se dá devido aos implementadores do Programa estarem mais voltados para seus espaços de competência técnica do que para práticas interinstitucionais ou mesmo de pactuação no âmbito intramunicipal.

Também podemos acrescentar que o PBF acaba sendo apropriado pelos diversos setores que compõe a sociedade conforme os ordenamentos mentais e os significados de que dispõem de acordo com suas experiências, vivências e com base na concepção moral que norteia a vida de cada sujeito. Grosso modo, as noções que vão se conformando em torno de Programas como o PBF se estabelecem de acordo com o próprio movimento da sociedade, que está amparada por um contexto moral previamente estabelecido (SOUZA, 2012), como discutido ao longo desta tese.

Pela parte dos beneficiários de Programas de transferência de renda, é possível notar, com base em alguns estudos de cunho qualitativo (SUÁREZ; LIBARDONI, 2007; PAUGAM, 2003; REGO; PINZANI, 2013) que estes acabam por internalizar determinados estereótipos para se relacionar com a visão moral que paira sobre eles. Exemplo disto é o protótipo da “boa mãe” que utiliza o benefício exclusivamente para as necessidades dos filhos, endossando a perspectiva da maternagem que seria uma forma de lidar com as possíveis leituras negativas que são direcionadas aos beneficiários.

Por outro lado, no que diz respeito ao enquadramento dos beneficiários enquanto “acomodados” e “dependentes” do PBF, um olhar atento mostra o quanto estes sujeitos interiorizam tais padrões. É o que revelam Rego e Pinzani (2013) quando procuram expressar, a partir das vozes das próprias beneficiárias, os efeitos do programa sobre a vida desta população.

No trabalho das autoras, apenas para citar um elemento marcante, as mesmas concluem que, além de muitas mulheres terem se referido ao Programa como uma “ajuda”, destacam ainda que muitas delas foram enfáticas ao alegarem preferir um trabalho “regular” ao benefício do Programa (REGO; PINZANI, 2013, p.87). Isso mostra que as classes populares, em especial os beneficiários do PBF, absorvem perversamente a imagem negativa que parte da população tem deles. Por outro lado, é possível afirmar que estas sofrem com a privação de suas vozes, o que gera falta de reconhecimento e invisibilidade (REGO, PINZANI, 2013). A partir disto, as autoras apontam que:

[...] Os pobres no Brasil vivem continuamente em uma tensão: por um lado, são excluídos e humilhados por parte de um sistema econômico e legal que os prejudica; por outro, recebem o apelo ao se considerarem parte do mesmo sistema e, assim, respeitarem suas regras e normas sociais e legais (REGO, 2013, p.32).

Assim, se é verdade que podemos constatar melhorias objetivas e até subjetivas na vida da população beneficiária, não é menos verdade que o Programa sofre de uma determinada

representação socialmente negativada por uma parte da sociedade (OLIVEIRA, 2015; MARINS, 2013; REGO; PINZANI, 2013). Logo, apreender analiticamente esses reflexos negativos que escapam aos impactos e aos efeitos relacionados aos objetivos do Programa, e transitam em torno do campo da moral, é o objetivo desta tese. Assim, nosso objetivo é discutir o processo de desqualificação social (PAUGAM, 2003) sofrido por essa população a partir do olhar dos próprios beneficiários e dos atores que fazem parte do universo interacional destes; ou seja, seus vizinhos, parentes, amigos, etc.

A relevância deste tema encontra-se na atualidade desta discussão. O pleito eleitoral de 2014 foi um momento emblemático, no qual as contingências político-econômicas enfrentadas a partir deste ano, trouxeram à tona as concepções negativas em torno do Programa em vários aspectos, principalmente por um possível viés “eleitoreiro”. Se antes isto já estava colocado por uma parte da sociedade, anunciado por alguns jornalistas, leitores e políticos - como o Senador Jorge Bornhausen (PSD), que na edição do dia 14 de dezembro de 2004 da Folha de SP, definiu o PBF como um desastroso ralo clientelista - as eleições de 2014, e conseqüentemente, a vitória do Partido dos Trabalhadores, deram margem para endossar esse elemento, como pode ser constatado em inúmeros espaços, em especial, nos meios de comunicação (DORIA, 2015; MIOTO, 2015; GULLAR, 2015).

Os fatos que vão se delineando na conjuntura política que vivenciamos neste ano de 2016 não se mostram mais alentadores ante ao cenário negativo que se projeta sobre os “assistidos” pelo Estado. A propósito disto, os discursos apontam um tom de denúncia em torno do demasiado gasto estatal em políticas sociais. Nesta direção, o Estado acaba sendo acusado por sua ineficácia na garantia da inclusão social, na medida em que o gasto público produziria óbices a estabilização macroeconômica e, por consequência, aprofundaria uma situação de crise (MAGNOLI, 2016). Ao mesmo tempo, esse cenário corrobora a imagem de que o PBF teria esgotado seu potencial de interferir na pobreza, tendo em vista a recorrência de beneficiários que não conseguiriam se emancipar da situação que lhes proporcionou a inserção no Programa (ESTADÃO, 2014).

Por outro lado, pouco se problematiza a relação entre crescimento econômico, emprego e renda. Em um ambiente eivado por desigualdades econômicas, o crescimento pode não gerar distribuição (a década de 1970, no Brasil, é um bom exemplo disto), mas sim concentração. Na mesma direção, mesmo um mercado de trabalho pujante e com ampla demanda, não necessariamente irá incorporar indivíduos que tiveram suas trajetórias de vida marcadas pelas situações mais extremas de vulnerabilidade.

É o que constata, por exemplo, Lavinias (2015, p. 17,18). A autora salienta que os rendimentos do trabalho por si só não são suficientes para evitar que algumas pessoas escapem da pobreza. Ao mesmo tempo, a autora elenca enquanto fatores que teriam contribuído para a queda da pobreza no ano de 2011, o desempenho do mercado de trabalho, aliado à recuperação do salário mínimo, além das transferências previdenciárias. Na base da pirâmide, as transferências compensatórias, como o Programa Bolsa Família, foram responsáveis por reduzir a pobreza em 04 pontos percentuais em 2011. Em números absolutos significa que pelo menos 07 milhões de pessoas deixaram a pobreza neste período.

Podemos acrescentar a partir dos elementos apontados, que a inclusão produtiva dos mais pobres é um processo lento, que demanda o investimento estatal por um período contínuo e duradouro. Assim, não é adequado esperar que o índice de crescimento do PIB de determinado ano, seja imediatamente revertido em possibilidade de emprego para beneficiários da transferência de renda.

Dados os pressupostos enunciados até aqui nesta introdução, a pesquisa proposta se volta para um campo de estudos que gravita em torno da moral. Parte-se da hipótese de que o comportamento dos indivíduos está articulado a fontes morais, ou seja, as ações dos atores sociais são orientadas por noções socialmente construídas de bem e mal, justo e injusto, certo e errado etc. Noções estas que garantem sentido às escolhas e à percepção dos agentes no âmbito das relações sociais (CATTANI; BAUMGARTEN, 2015, p.9).

Nessa direção, o objetivo central deste estudo é o de investigar o processo de desqualificação social que acomete os beneficiários do PBF em um município de pequeno porte localizado no interior do Estado do Rio de Janeiro a partir de duas dimensões. A princípio pretende-se refletir o processo de desqualificação que se estabelece entre dois grupos de pobres⁸, diferenciados entre beneficiários e não beneficiários do PBF. Em outros termos, buscamos apreender analiticamente de que maneira, pobres não beneficiários desqualificam os pobres beneficiários do PBF. Com isso, tentamos compreender as distinções demarcadas entre os beneficiários do PBF e aqueles que compartilham condições de vida similares. No mais, procuramos refletir sobre a demarcação de fronteiras morais, nos debruçando sobre as condições intersubjetivas destes dois grupos inseridos no mesmo espaço social, para

⁸ Sabemos que a renda não é univocamente um indicador da pobreza, visto que este fenômeno está atrelado a um espectro mais amplo de questões. Nesse sentido, compreendemos pobreza enquanto um fenômeno multidimensional, envolvendo além da renda, aspectos como a falta de acesso a serviços sociais básicos (MONNERAT et al. 2007; SPOSATI, 2011; YAZBEK, 2012).

apreendermos de que forma ser beneficiário de um Programa social interfere nas suas interações mais elementares como o espaço da vizinhança.

Em segundo lugar, nosso interesse se voltou para o processo de desqualificação social intragrupo. Mais especificamente, neste momento nos centramos nas diferenciações situadas dentro do grupo dos próprios beneficiários do PBF. Neste aspecto, procuramos investigar sob quais argumentos os próprios beneficiários se classificam e desclassificam o outro.

Procuramos refletir, nesse intuito, sobre quais padrões morais a desqualificação social está assentada, mapeando as justificativas que são sustentadas por estes atores para se referirem ao Programa. Nesse movimento, buscamos verificar em que nível os beneficiários são classificados e desclassificados, partindo, assim, da noção de que a desqualificação social está ancorada em um processo de degradação moral que se impõe aqueles que, para além da submissão à uma situação de pobreza, possuem sua existência marcada pela inserção em um Programa de transferência de renda.

Partimos então da hipótese de que, a desqualificação social (PAUGAM, 2003), que se baseia na condição de assistido conferido ao agente, pode se estabelecer entre os próprios beneficiários, na medida em que a moralidade pode ser acionada como fator de delimitação, tanto entre beneficiários e não beneficiários, como dentro do conjunto dos próprios beneficiários. No que diz respeito a este último, importa refletir de que maneira os próprios beneficiários perfazem o autocontrole de suas condutas, ao mesmo tempo em que exigem dos outros beneficiários a mesma postura, tendo como norte a adoção de valores socialmente constituídos como positivos.

Procuramos, com isso, entender as diferenças que se constituem a partir do plano da moral. Nesse sentido, a pergunta que procuramos responder nesta tese é: em que medida, o processo de desqualificação social pode se traduzir em fronteiras morais? Aqui, lembramos que, estas fronteiras não se resumem apenas a grupos que, apesar de compartilharem condições socioeconômicas, se diferenciam pela inserção em um Programa de Transferência de Renda. Mas também, se expressam dentro de um grupo submetido às mesmas condições enquanto beneficiários do PBF.

Para tanto, lançamos mão nesta tese de uma pesquisa qualitativa, tomando como referência o viés configuracional proposto por Elias e Scotson (2000), onde tentamos desvendar a relação estabelecida inter e intragrupos. Nos termos dos autores: “[...] Dizer que os indivíduos existem em configurações significa que o ponto de partida de toda investigação sociológica é

uma pluralidade de indivíduos, os quais, de um modo ou de outro, são interdependentes.” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.196).

Cabe salientar ainda que por se tratar de uma pesquisa que visa captar a percepção de atores pretensamente homogêneos, tendo em vista que compartilham do mesmo espaço social e local de moradia, o estudo de Elias e Scotson (2000) é ilustrativo para os propósitos aqui empreendidos. Isso porque, os autores mostraram como grupos aparentemente homogêneos podem estabelecer entre si hierarquias por meio de elementos morais.

Com isso procuramos compreender como, para além deste *status* social de teor negativo criado a partir da classificação dos pobres como beneficiários prioritários (PAUGAM, 2003, p.29), a desqualificação atua dentro do conjunto dos próprios beneficiários do Programa em questão, na medida em que se toma como norte, padrões morais socialmente determinados. Lembrando que estes padrões são utilizados como baliza no processo de classificação ou desclassificação, ou seja, os atores são julgados a partir do seu enquadramento ou não nestes padrões.

Por se tratar de um estudo que visa refletir sobre os elementos de ordem moral que se expressam na percepção e na ação dos sujeitos orientados por determinadas concepções de mundo; tomamos como referencial teórico o trabalho de Taylor (2013) acerca das Fontes do *Self*. Taylor (2013) nos fornece o fio condutor da construção da identidade moderna assentada sobre as fontes que constituem a compreensão do que é ser um agente humano no mundo ocidental.

Entre os elementos trabalhados pelo autor, é de suma importância a forma como este nos conduz a pensar em que se constitui nosso sentido de dignidade, tanto no que tange ao respeito pelo outro, quanto no sentido atitudinal, que se relaciona à nossa percepção enquanto mercedores (ou não) de respeito por parte dos atores que nos cercam. Segundo Taylor (2013, p.29), saber em que consiste nossa dignidade é tão importante quanto saber por que devemos respeitar os direitos do outro ou em que constitui uma vida plena. O autor, nesse sentido, procura articular os valores que compõem a identidade moderna no intuito de tornar aparente a configuração que liga tais valores aos atores que agem e se percebem em função desses.

A importância do desvelamento desta configuração se encontra no fato da mesma ser estruturada por distinções qualitativas que orientam as noções dos atores. Com isso, Taylor (2013) nos adverte quanto a ser preciso trazer para o primeiro plano de análise aquilo que se encontra no pano de fundo normativo. Nesse intuito, o autor busca na filosofia clássica as ideias

que se desdobraram ao longo da história e que compõem o rol de elementos ligados à configuração do ocidente moderno.

O trabalho de Taylor (2013, p.37) nos é sugestivo tanto pelos pressupostos já apresentados, quanto pelo fato de nos convidar a tentar formular de modo explícito quais bens, qualidades ou fins são relevantes em cada sociedade. Isso porque, apesar do autor nos dotar de um aparato teórico demasiado amplo para a compreensão da identidade moderna; cada sociedade apresenta peculiaridades que devem ser levadas em consideração se queremos entender de forma prática, de que modo as distinções qualitativas incidem sobre as relações sociais em cada contexto.

Atendendo a essa orientação, Souza (2012) é quem nos permite retomar a análise tayloriana em paralelo com a realidade brasileira. Assim, mais do que trazer à tona a hierarquia de valores subjacente em nossa sociedade, procura desvelar a experiência de naturalização das desigualdades em sociedades periféricas como a brasileira, que se assenta em um padrão de relacionamento hierarquizado que marca as relações sociais em nosso meio.

Tomando como norte a topografia moral específica ao Ocidente desenvolvida por Taylor (2013), Souza (2012, p.21) procura discutir “os processos opacos de classificação e desclassificação social operantes em nossa sociedade de modo a desvelar o núcleo do processo de dominação social opaco e invisível entre nós, assim como compreender o processo de marginalização social que a acompanha.”

A tese de Souza (2012) nos interessa na medida em que o autor procura tornar aparente os operadores simbólicos eficazes na sociedade brasileira que permitem hierarquizar e classificar as pessoas como mais ou menos dignas de nosso respeito ou desprezo, tendo em vista um cotidiano perpassado por distinções, hierarquias e princípios classificatórios não percebidos enquanto tais. Acreditamos que, com base neste aparato teórico, detalhadamente discutido nesta tese, garantimos o respaldo necessário para refletir sobre a desqualificação social imposta aos beneficiários de um Programa de Transferência de Renda que se materializa em fronteiras morais entre pobres moradores da cidade de Carmo, eleita assim, para a nossa pesquisa empírica.

OBJETIVOS

Geral:

- ✓ Compreender o processo de produção de fronteiras morais entre pobres, moradores de um município de pequeno porte, diferenciados pela inserção no Programa Bolsa Família.

Específicos:

- ✓ Analisar o processo de desqualificação social que se impõe aos beneficiários do Programa Bolsa Família, a partir das concepções morais formatadas no contexto de um município de pequeno porte.
- ✓ Investigar o processo de interação entre os beneficiários do Programa e sua vizinhança e familiares, no intuito de apreender de que forma a desqualificação social atua entre atores inseridos nas mesmas condições socioeconômicas.
- ✓ Compreender os processos a partir dos quais a desqualificação social produz fronteiras morais.

METODOLOGIA

Primeiramente, faz-se necessário mencionar que a pesquisa demanda uma aproximação com o campo o qual se propõe a investigar. Neste intuito, município de Carmo foi assim escolhido como *locus* desta tese, por se tratar de um contexto onde, por ocasião da pesquisa de mestrado realizada anteriormente neste espaço, já havia se estabelecido um relacionamento prévio com atores estratégicos, como professores, assistentes sociais, gestor do PBF, e também beneficiários do PBF. Sendo assim, pode-se dizer que as relações de proximidade em uma cidade deste porte se mostram um fator de destaque, pois funcionam como um facilitador para a coleta de dados e para o próprio exercício analítico. Ressalta-se ainda que, as características de uma realidade local tendem a refletir o contexto mais amplo das condições sociais específicas relativas à modernidade periférica. Assim, um município de pequeno porte possibilita a inserção em um universo relacional de forma mais aprofundada.

Neste panorama, a pesquisa aqui proposta compreende uma metodologia de viés qualitativo. Entretanto, tal opção não pretende excluir as pesquisas quantitativas enquanto

suporte para o melhor delineamento do objeto investigativo mais amplo que é o Programa Bolsa Família e seus reflexos sobre as relações sociais locais. Como mostramos na parte introdutória desta tese, há uma gama de estudos que se debruçaram sobre os impactos e os efeitos do Programa no que tange aos mais variados aspectos da realidade brasileira (BRASIL, 2007; BRASIL, 2012; REGO; PINZANI, 2013). Neste sentido, fez-se importante lançar mão de um amplo levantamento bibliográfico que permitisse a compreensão, não apenas do desenho do Programa Bolsa Família em si, mas, principalmente do contexto em que este encontra-se pautado.

Para tanto, tomamos como respaldo tanto fontes primárias (como os documentos oficiais que revelam as bases em que o Programa está organizado e seu desenho; quanto fontes secundárias (como artigos, dissertações e teses) que permitem não só trabalhar a complexidade de fatores que envolvem o PBF, como principalmente debater os conflitos subjacentes à sociedade brasileira que conformam o quadro mais amplo a respeito dos valores consagrados em nosso meio.

Neste intuito, esta tese foi dividida em quatro capítulos. Nos três primeiros foram trabalhados os subsídios teóricos que serviram de norte para a investigação empírica. Esta, por sua vez, foi dividida em eixos de análise compondo o quarto e último capítulo. Assim, em um primeiro momento foram discutidos os elementos acerca do desenvolvimento da identidade moderna a partir da elucidação das fontes morais do *self* mediante o trabalho de Taylor (2013). Em seguida, a teoria teyloriana foi trazida para pensar o contexto periférico onde o Brasil se insere. Com o debate no campo nacional, buscamos discutir de que forma se constitui a hierarquia valorativa no âmbito brasileiro, e também como esta corrobora a naturalização das desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que influi na percepção e nas preferências da sociedade frente a aspectos relativos às políticas de redistribuição.

No segundo capítulo foram demonstrados os aspectos atinentes ao processo de desqualificação social tal como trabalhado por Paugam (2003) de forma a compreender de que maneira tais elementos se inserem no escopo do nosso objeto de estudo. Já o terceiro capítulo é um prelúdio da parte empírica desta tese, na medida em que traz contribuições importantes, a partir da literatura nacional, para pensar as percepções dos brasileiros sobre a pobreza e a desigualdade, conseqüentemente, sobre o pobre.

A escolha do arcabouço teórico empregado foi feita em função de sua relevância para nosso objeto de estudo, e devido a atualidade da discussão relativa ao tema do reconhecimento. Nos termos de Souza (2012, p.37, 38), “O tema do reconhecimento, ou seja, o tema das

precondições sociais necessárias à atribuição de respeito e autoestima é transformado no mote central tanto para a produção de solidariedade quanto para a percepção dos conflitos específicos do mundo contemporâneo”. O que, em suma, o torna uma ferramenta essencial para pensar as relações em torno do Programa Bolsa Família.

Sendo assim, partindo para a nossa pesquisa empírica, esta teve como *locus* o município de Carmo, localizado no interior do Estado do Rio de Janeiro, que conta com uma população estimada para o ano de 2017 de 18.264 habitantes (IBGE, 2017). Como mencionado anteriormente, esta parte da pesquisa foi dividida em eixos analíticos. Portanto, primeiramente, buscamos apreender as concepções locais em torno do PBF, passando, sumariamente, pelos espaços institucionais que dialogam com o Programa, como: posto de saúde, escola e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), este último responsável pela coordenação do Programa em nível local. Assim, foi possível, mediante a observação participante, compreender as percepções que giram em torno dos agentes implementadores do Programa no município no que tange aos beneficiários do mesmo.

Em segundo lugar, procuramos investigar de que forma a existência do PBF produz diferenciações entre grupos de beneficiários de um Programa assistencial e de não beneficiários, que compartilham de condições semelhantes de existência material. Com isso, buscamos examinar as interações sociais destes grupos a partir de seu local de moradia, ou seja, a partir de sua vizinhança. Neste momento tentamos entender como em um município de pequeno porte, a aparente “homogeneidade” entre indivíduos e famílias que ocupam patamares socioeconômicos próximos, pode ser seccionada pelas fronteiras morais que estes atores constroem na relação com a política pública.

Portanto, para a análise deste quadro trabalhamos com duas técnicas de coleta de dados que para nós são complementares e se enquadram nos propósitos da pesquisa qualitativa aqui empreendida. Trata-se da aplicação de entrevistas semiestruturadas e da observação participante. Neste ponto, o propósito foi dialogar com vizinhos, amigos, parentes, ou seja, agentes que de certa forma fazem parte do universo interacional do beneficiário do PBF, mas que não recebem o benefício. Procuramos, assim, investigar se, e de que forma há a imputação de uma carga depreciativa sobre aqueles cuja identidade possa estar sendo definida em função da condição de assistido pelo Estado.

Convém reforçar que o Programa estabelece critérios objetivos baseados na renda *per capita* para definir o público elegível ao benefício. Porém, a nossa hipótese é de que, para além

desta linha divisória estabelecida por limites de ordem econômica, é possível a construção de hierarquias, dentro do grupo dos pobres, que se constituem a partir de critérios de ordem moral.

Aqui tomamos como referência ainda o estudo de Elias e Scotson (2000): *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Trata-se de um livro que aborda as propriedades gerais de toda relação de poder que se estabelece entre grupos interdependentes. Tal estudo se baseia em uma pesquisa empírica de observação do microcosmo de Winston Parva, uma comunidade composta por três bairros operários situados em uma pequena cidade da Inglaterra.

Para os autores, os fatores percebidos nessa realidade microssociológica lançavam luz sobre problemas comumente encontrados, em escala maior, ou seja, em nível macrossociológico. A nós interessa a análise dos autores no que tange as distinções estabelecidas entre moradores com características socioeconômicas similares. Os resultados a que os autores chegam revelam, grosso modo que, por trás da pretensa homogeneidade dos grupos, os moradores criavam entre eles elementos de diferenciações que deram origem a uma ordem hierárquica, sustentada pelas chamadas “fofocas”.

Os canais das “fofocas” funcionavam como uma via de mão dupla. Assim, ao mesmo tempo em que serviam para reproduzir comentários depreciativos referentes ao grupo de moradores recém-chegados; eram também os responsáveis por promover comentários de teor honroso acerca dos moradores mais antigos de Winston Parva. Este mecanismo garantiu que se instaurasse, na região, uma relação de poder baseada no critério de antiguidade.

Neste aspecto, o grupo de moradores mais antigos conseguiu reivindicar para si um *status* superior, ao mesmo tempo em que subordinava os moradores do novo agrupamento a uma posição social inferior graças ao que os autores se referiram como uma relação entre a “minoría dos melhores” em contraposição à “minoría dos piores”. Com isso, a justificação do “valor” superior do grupo de estabelecidos se dava com base na disseminação de comentários que visavam exaltar os “melhores” exemplos selecionados dentro do grupo dos antigos moradores; ao mesmo tempo em que visava atestar a inferioridade do grupo dos “forasteiros” a partir da seleção dos piores exemplos deste grupo.

Este quadro ilustrativo é pertinente para sustentar as hipóteses levantadas até o momento. Logo, tomando como norte o quadro configuracional proposto por Elias e Scotson (2000), entendemos que a realidade empírica somente pode ser compreendida em toda sua complexidade, a partir de um olhar minucioso. Nesse ponto concordamos com os autores quando

os mesmos atestam que a configuração efetiva de uma dada realidade pode ser apresentada por símbolos verbais (ELIAS, SCOTSON, 2000, p.62).

Importante acrescentar que quando um grupo se justifica como diferente, imputando ao outro uma imagem socialmente negativada, pode levar este último a se avaliar a partir da bitola daqueles que impõem um *status* inferior (HONNETH, 2009; TAYLOR, 2013). Com isso, torna-se necessário lidar com os reflexos que a desqualificação social (PAUGAM, 2003) pode provocar naquele que sofre com a mesma. Sendo assim, faz-se importante averiguar a percepção que o próprio beneficiário do PBF tem de si, do Programa e de seus pares.

É nesse intuito que o último eixo analítico trabalhado refere-se à representação do próprio beneficiário. O que, em alguma medida, está relacionado aos dois primeiros eixos apontados. Com isso procuramos refletir sobre o que Rego e Pinzani (2013) apontam em seu estudo qualitativo sobre o Programa Bolsa Família. Os autores destacam que os pobres acabam por interiorizar a imagem negativa que os meios de comunicação e a população têm deles. Logo, neste cenário buscamos verificar se há um processo de desqualificação social que se apoia na condição de assistido desta população. Também buscamos refletir sobre a forma como os beneficiários reagem frente à leitura que a sociedade faz deles.

Quadro 1 - Eixos analíticos

Eixo analítico	Escopo	Forma de coleta de dados
Atores institucionais	Apreender as percepções morais dos agentes implementadores do Programa no município acerca dos beneficiários do PBF.	Observação Participante
Relação entre beneficiários e não beneficiários do PBF	Investigar de que forma a existência do PBF produz diferenciações entre atores que compartilham de condições semelhantes de existência	Observação Participante e entrevistas semiestruturadas.

	material, considerando as interações sociais destes, a partir de seu local de moradia, no intuito de verificar como a desqualificação social dos pobres produz fronteiras morais.	
Relação entre os próprios beneficiários do PBF	Verificar como os beneficiários reagem frente à leitura social que a sociedade faz deles, compreendendo de que forma a desqualificação social derivada da condição de assistido produz fronteiras morais.	Observação Participante e entrevistas semiestruturadas.

FONTE: Elaboração própria

Neste panorama, nos dedicamos à aplicação de entrevistas em profundidade, dando voz aqueles que nem sempre são ouvidos. Também utilizamos a observação participante, na medida em que entendemos que a técnica de entrevista possui limitações. Isso porque, enquanto esta última nos permite colher informações direcionadas para as questões centrais deste estudo; a observação participante nos possibilita captar o sentido encoberto da ação humana, que não pode ser extraído apenas por meio de símbolos verbais (HAGUETTE, 1995).

Nossa atenção se voltou, neste intuito, para a percepção dos beneficiários entrevistados. Sendo assim, demos margem para que estes atores pudessem expor suas noções, ao mesmo tempo em que a observação participante nos ajudou a compartilhar do cotidiano destes. A partir deste levantamento, foi possível perceber as mudanças que estes atores sentiram em suas vidas por meio do Programa, bem como apreendemos se a posição de beneficiário lhes gerou algum efeito negativo.

Por outro lado, neste momento nos inclinamos a analisar a desqualificação operante entre os próprios beneficiários, discutindo como elementos morais são processados, de forma a construir limites de ordem simbólica a partir da adoção dos valores socialmente construídos e do julgamento qualitativo entre os pares. Ou seja, objetivamos apreender que mecanismos são

utilizados para sustentar as hierarquias constituídas pelos beneficiários no âmbito de suas interações intragrupais.

Convém destacar que para a coleta de dados, selecionamos dois bairros com base nos seus índices elevados de vulnerabilidade social. Por consequência, ambos abarcam ampla quantidade de beneficiários do Programa. A partir disso, foi possível proceder à observação participante nos espaços institucionais - escola, posto de saúde e CRAS -, onde os agentes implementadores do Programa no município atuaram como pontes até os atores entrevistados, verdadeiros protagonistas desta tese. Além disso, foi possível ainda dispor de um informante-chave, que permitiu que adentrássemos no universo dos interlocutores desta pesquisa, de forma “mais neutra”, sem que fôssemos “confundidos” com agentes institucionais.

Lembramos que a preferência por entrevistas, que segundo Minayo *et al.* (2005, p.91) são “conversas com finalidade”, se deve ao fato desta técnica permitir uma compreensão aprofundada do objeto de investigação. Entretanto, como salientado anteriormente, é necessário complementar a coleta de dados com a observação participante, tendo em vista a complexidade do objeto de pesquisa que requer um maior rigor investigativo. Sendo assim, sobre a origem desta técnica de coleta de dados, Haguette (1995, p.76) destaca que “não foi a observação participante a responsável pelos importantes estudos que a utilizaram, mas, ao contrário, foram as problemáticas oferecidas pelos estudos que geraram a necessidade de sua utilização. A técnica surgiu da natureza do problema”.

Compreendemos, neste aspecto, que a natureza do nosso objeto demanda um envolvimento maior no contexto em que as interações ocorrem. Sendo assim, foi necessário acompanhar tanto as atividades externas do agrupamento, quanto mapear os processos subjetivos (interesses e afetos) que cercam o cotidiano dos atores e grupos (HAGUETTE, 1995, p.72), para entender com maior precisão o processo de desqualificação que tende a ser nutrido pelos ordenamentos morais de que dispõem os sujeitos.

Nesta linha de raciocínio, tomamos a pesquisa qualitativa como a mais relevante frente ao nosso objeto, levando em conta “o social como um mundo de significados passível de investigação e a linguagem comum ou a ‘fala’ como a matéria-prima desta abordagem, a ser contrastada com a prática dos sujeitos sociais” (MINAYO; SANCHES, 1993, p.240).

Por fim, queremos salientar que trabalhar com percepções é considerar o campo do subjetivo como polo fundamental de onde podemos perceber individualmente o significado dado por cada sujeito daquilo que este apreende no curso de sua socialização. Para tanto, é

preciso mencionar que nossa compreensão do individual encontra-se ancorada em uma relação de complementaridade entre o plano objetivo e o plano subjetivo. Tomamos, neste ponto, como norte, a perspectiva bourdiesiana que nos adverte quanto a ser preciso superar os reducionismos que tomam estes dois polos como contrapostos. Partimos, assim, da ideia de que os aspectos subjetivos da realidade não podem ser lidos de forma isolada, motivo pelo qual os compreendemos como um campo articulado ao âmbito objetivo, dado que tende a expressar as condições estruturais de sistemas de valores socialmente compartilhados (BOURDIEU, 1996).

Nessa perspectiva a subjetividade é cunhada por um processo pré-reflexivo de incorporação de sentidos, que está na origem das ações e das representações. Logo, essa é forjada através da combinação entre sujeito e o meio externo a ele, em uma relação de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade (BOURDIEU, 1996). E é levando em conta esses pressupostos que procuramos realizar a pesquisa empírica.

1. O REFERENCIAL TEÓRICO E OS PRINCIPAIS ASPECTOS CONCEITUAIS

Saber em que consiste nossa dignidade é tão importante quanto saber por que devemos respeitar os direitos do outro ou em que constitui uma vida plena

Charles Taylor

Este capítulo tem como objetivo expor parte do referencial teórico, bem como os principais aspectos conceituais que dão subsídio à análise dos dados que coletamos no decorrer da investigação. Para tanto, discutimos a gênese e a topografia da ordem moral que correspondem à identidade moderna, e também a construção do itinerário valorativo da realidade brasileira.

1.1 A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE MODERNA: O ORDENAMENTO MORAL DA SOCIEDADE OCIDENTAL

Os seres humanos são fundamentalmente morais, na medida em que, por serem seres sociais convivendo em um espaço social, precisam assumir posições sobre temas relevantes nessas sociedades e grupos. Neste sentido, nosso comportamento sofre influência tanto de processos históricos, quanto de forças estruturais e culturais que acabam por moldar nossa capacidade de pensar, agir e sentir. Sendo assim, é no plano das interações familiares e comunitárias, que passamos por experiências que formatam nossas percepções sobre o mundo e sobre nós mesmos, e que funcionam como um guia para nossas ações (HITLIN, 2015).

Isso significa que as preocupações morais abrangem uma gama ampla de temas, dentre os quais podemos incluir, por exemplo, as definições legais e sociais daqueles que são “merecedores” de um auxílio governamental. Ao mesmo tempo, parte de uma concepção moral também, a constituição de nosso senso de certo e errado, justo e injusto, decente e indecente, que vai nortear, por exemplo, nosso olhar sobre os beneficiários de um programa de transferência de renda como o PBF. No outro polo, isso implica que os próprios beneficiários do Programa também percebam a si mesmos e a seus pares, com base em valores e normas socialmente construídas.

Nesse contexto, encontramos em Taylor (2013) um esforço de reflexão acerca da gênese histórica da moral moderna. Logo, é a partir de suas contribuições que poderemos elencar os principais componentes da moralidade ocidental que servem de panorama normativo para as ações humanas. Com isso queremos traçar um quadro, mais amplo quanto possível, que abarque os principais valores e ideais norteadores das relações sociais no contexto atual.

A partir de uma abordagem histórica, Taylor (2013) utiliza como base analítica um vasto referencial, perpassando vários campos do conhecimento tais como a filosofia política, a antropologia, a história cultural, entre outros. Com isso, o autor constrói um arcabouço teórico extremamente rico, o qual remonta desde a filosofia moral antiga, passando pelos grandes nomes da Teoria Social moderna até a contemporânea, utilizando autores como Hegel, Heidegger, Louis Dumont etc.

Para sustentar sua argumentação, Taylor (2013) parte da crítica à filosofia moral contemporânea que o mesmo destaca tender mais para o que é certo fazer do que para o que é bom ser, ao mesmo tempo em que tende a se concentrar mais na definição do conteúdo da obrigação do que na natureza do bem viver. A partir disto, o autor se preocupa em mapear o lugar do bem na nossa perspectiva e vida moral, demonstrando a evolução de nossas representações do bem ao longo do tempo, tendo em vista que este seria o elemento fundamental da base motivacional do ser humano. Destaca, para tanto, a relação fulcral entre a individualidade e o bem, ou, em outros termos, entre a identidade e a moralidade (TAYLOR, 2013, p.15).

Neste movimento, a definição de agente humano para Taylor (2013) é um pressuposto essencial para compreendermos toda a linha de raciocínio do autor. Retomando a filosofia moral de Harry Frankfurt, Taylor (2013) destaca que o que está na origem de certas concepções morais é a capacidade humana de “avaliar” os desejos seguindo uma escala valorativa e assim distinguindo dentre aqueles que seriam mais desejáveis e aqueles indesejáveis. Ou seja, os seres humanos, a partir de uma autoavaliação reflexiva, conseguem fazer uma distinção qualitativa dos desejos. Assim, as chamadas “avaliações fortes”, entendidas como intuições morais, funcionam como um sentido orientador na condução da nossa discriminação entre o que é certo ou errado, melhor ou pior, superior ou inferior (SOUZA, 2000, p. 137).

Com isso, tem-se na *linguagem* o elemento essencial da constituição do agente humano. Segundo Taylor (2013, p.54):

Não há outra maneira de podermos ser levados a alcançar a condição de pessoas além da iniciação numa linguagem. Começamos a aprender nossas linguagens de

discernimento moral e espiritual ao ser introduzidos numa conversação em andamento daqueles a quem cabe nossa educação. Os significados que as palavras-chave tiveram pela primeira vez para mim são significados que elas têm para *nós*, isto é, para mim juntamente com meus parceiros na conversação.

Neste movimento, a identidade de um indivíduo para Taylor (2013) só pode ser construída no âmbito de relações intersubjetivas. Mais especificamente, o autor, recuperando um conceito hegeliano, atesta que a identidade é construída por meios do *reconhecimento* intersubjetivo. Ou seja, podemos dizer que a constituição da identidade, ou ainda, da nossa autoconsciência, está atrelada às redes de interlocução e interação das quais os sujeitos fazem parte.

Neste ponto é preciso acrescentar que o paradigma do *reconhecimento*, aspecto discutido pela teoria crítica contemporânea, emerge enquanto uma alternativa ao paradigma da *redistribuição*, no que tange à explicação acerca da gênese dos conflitos relativos aos dilemas da justiça social⁹. A crescente orientação em direção às ideias acerca do reconhecimento se dá em virtude de uma maior sensibilidade moral para questões relativas às diferenças constitutivas de grupos específicos que lutam para serem percebidos. Com isso, o reconhecimento das diferenças se insere no campo da autoestima promovida por meio das relações solidárias entre os atores. A estima social, nesse aspecto, corresponderia à valorização recíproca das capacidades e propriedades dos atores em suas interações, estabelecendo-as como significativas e dignas de observância e respeito pela coletividade (HONNETH, 2003). Voltaremos a esta discussão mais à frente.

Neste momento nos interessa recorrer à topografia moral da identidade moderna construída por Taylor (2013) em sua obra *As fontes do Self: A construção da identidade moderna*. Com ela, o autor procura mapear as fontes morais que servem de base para a autocompreensão humana. E neste ponto, é importante atentar para a utilização do termo *self* enquanto um indicativo para o fato do mesmo referir-se à capacidade do homem auto interpretar-se (SOUZA, 2000). Com isso, Taylor (2013) destaca que o ser humano não pode abrir mão de alguma orientação para o bem, motivo pelo qual o autor procura “articular” os

⁹ Os principais expoentes do debate acerca do paradigma do reconhecimento social no contexto atual são Charles Taylor, Nancy Fraser e Axel Honneth. A discussão sobre o conceito de justiça que envolve estes dois paradigmas não é consensual e divide o debate em pelo menos dois aspectos. Na visão dos defensores da redistribuição, o reconhecimento das diferenças é lido como um limite à concretização da justiça social cujo imperativo se volta para a eliminação da exploração e da desigualdade. Por outro lado, para os defensores do reconhecimento, a redistribuição de bens e recursos por si só não é capaz de superar as injustiças experimentadas por determinados grupos sociais, tendo em vista que estão incrustadas nos padrões socioculturais historicamente construídos.

bens constitutivos, ou em outros termos, os valores-guias da modernidade, a fim de trazer para o primeiro plano de análise, os ideais que ajudam a construir a identidade moderna. Por “articular”, o autor quer dizer “expressar” uma concepção de bem. Ou melhor, significa “explicar” o que dá sentido às nossas respostas morais.

Segundo Souza (2000, p. 138):

Problemático tanto para a vida social quanto para a coletiva é quando se instaura um abismo entre os nossos sentimentos morais e o nosso conhecimento reflexivo. O papel fundamental do conceito de “articulação” para Taylor é precisamente dar conta da função de estabelecer uma ponte sobre esse abismo. A articulação é, portanto, a transformação discursiva dos nossos sentimentos morais de inconscientes e irrefletidos em conscientes e refletidos, possibilitando saber de onde se vem, quem se é e para onde se quer ir. A articulação permite a constituição narrativa da identidade, que possibilita uma condução de vida consciente. Nesse sentido, uma identidade não articulada reflexivamente é uma identidade fragmentada. A articulação permite, no entanto, não apenas nossa compreensão e conscientização dos nossos próprios sentimentos morais, mas possibilita também no limite, graças à distância crítica que a reflexão enseja, a modificação dos nossos próprios sentimentos.

Como pressuposto para Taylor (2013), o mesmo destaca que as concepções pautadas pelos imperativos do naturalismo¹⁰, como a visão utilitarista utilizada pela Teoria da Escolha Racional, por exemplo; tomam o agente humano como se agissem como simples calculadores de preferências e maximizadores de interesses. Com isso, o autor destaca que esta leitura simplista da realidade só é possível na medida em que o pano de fundo social e cultural que condiciona os sujeitos permanece não tematizado. Por outro lado, esses “sentidos culturais por sua vez, são quase sempre implícitos expressando-se antes em práticas sociais, *mores* e instituições do que em doutrinas explícitas” (SOUZA, 2000, p. 137).

Portanto, para compreender as questões que estruturam a vida dos sujeitos, Taylor (2013) destaca ser preciso romper com o viés “naturalista” tendo em vista que este acaba por negar as configurações que perfazem as ações e as visões de mundo das pessoas. Essa negação, também presente no utilitarismo clássico, pressupõe que todos os objetivos humanos estão suscetíveis à quantificação e cálculo. Porém, estes objetivos são motivados por razões morais, “e essas razões formam uma parte essencial do quadro das configurações nas quais vivem as pessoas em nossos dias” (TAYLOR, 2013, p.39).

¹⁰ Segundo Taylor (2013, p.435, 436) “[...] a autoimagem racionalista e o ocultamento da motivação moral constituem a tendência dominante do naturalismo iluminista. Desenvolve-se a partir da reação mais comum [...] ao suprimir um problema e disfarçá-lo com a ajuda de várias teorias de harmonia e simpatia. As teorias resultantes são todas estranhamente desarticuladas. O utilitarismo clássico talvez seja o primeiro a exibir uma característica que aflige uma série de teorias contemporâneas. [...] a ontologia que aceitam impede-as de formular suas próprias fontes morais”.

Importante ter em mente neste ponto que as “avaliações fortes”, como mencionadas anteriormente, apontam para uma visão não instrumental dos nossos desejos. Isso quer dizer que estes desejos existem ancorados em um pano de fundo repleto de “sentimentos morais” que independem de nossa consciência, e só podem ser acessados por uma ação reflexiva. Como aponta Souza (2000, p.138), a hierarquia valorativa se impõe aos sujeitos materializadas em reações como vergonha, admiração, culpa ou respeito. Porém, estes valores não são entidades subjetivas, mas estão objetivados na língua, em práticas sociais e nas instituições, sendo estas as formas pelas quais os sujeitos se vinculam a estes valores influenciando assim em sua identidade (SOUZA, 2000, p.138).

As “avaliações fortes” devem ser compreendidas ainda em sua relação com os chamados *hiperbens*, que Taylor (2013) atesta possuírem uma importância fundamental na constituição da identidade humana. Na medida em que um bem deve ser entendido como aquilo que é valioso perseguir, a variedade de bens que vai constituir a identidade moderna, implica que nem todos eles vão necessariamente possuir o mesmo “peso” na configuração orientadora da vida dos agentes. Isso significa que, a maioria dos agentes convive com uma pluralidade de bens existentes, mas algumas pessoas sentem a necessidade de hierarquizá-los e, em alguns casos, essa hierarquização dota um deles de suprema importância em relação aos demais. Com isso, um *hiperbem*, por sua distinção qualitativa de ordem superior, tende a impelir o agente em suas deliberações e decisões cotidianas, o que em última instância significa dizer que está acima de todos os outros bens, proporcionando os marcos para aquilo que se julga ser a direção de vida de um sujeito (TAYLOR, 2013, p.89).

Nas palavras de Taylor (2013, p.89, 90):

[...] Embora reconheçam todo um espectro de distinções qualitativas, embora todas essas distinções envolvam uma avaliação forte, de modo a julgar a si e aos outros de acordo com o grau em que alcançam os bens em questão e admirar ou desprezar as pessoas em função disso, o bem mais elevado se aproxima da definição da identidade da pessoa e, portanto, o direcionamento para esse bem tem para ela importância ímpar. Embora eu naturalmente deseje estar bem situado em relação a todos os bens que reconheço e caminhar na direção deles e não me afastando deles, a direção que sigo em relação a esse bem específico tem importância crucial. Precisamente porque minha orientação para ele é essencial à minha identidade, o reconhecimento de que minha vida se afasta ou nunca pode aproximar-se dele seria devastador e insuportável. Isso ameaça me fazer cair num desespero diante de minha indignidade que atinge o próprio âmago de meu ser como pessoa. Simetricamente, a garantia de que estou rumando para esse bem me dá um sentido de integridade, de plenitude de ser como pessoa ou *self*, que nada mais me pode proporcionar.

Nesse sentido, o objetivo de Taylor (2013) é justamente reconstruir o pano de fundo ético que serve de guia para as ações cotidianas. Para tanto, o mesmo procura articular, ou em outros termos, tornar explícitos os bens que condicionam nossas preferências, na medida em que estas mantêm uma relação interna e constitutiva com valores que as definem como tais. Com isso, o autor faz um diagnóstico da modernidade elencando uma “família” de fontes morais valorativas que operam no horizonte simbólico, prático e motivacional da agência humana (FREITAS, 2013).

Taylor (2013) se propõe a reconstruir a gênese das fontes de significado da identidade moderna recorrendo a uma evolução histórica das representações do bem ao longo do tempo. Mais do que isso, o autor procura demonstrar de que forma estes bens adquiriram eficácia e lograram tomar o coração e a mente das pessoas. Com isso o autor mapeia, desde a antiguidade, o longo percurso feito pelos sentidos valorativos articulados em diferentes esferas do pensamento, como: filosofia, religião, artes, movimento iluminista, movimento romancista, revolução francesa etc. (FREITAS, 2013). O autor utiliza ainda nessa empreitada, uma gama ampla de pensadores que à medida em que expressavam as mudanças socioculturais referentes à sua época, contribuíam para reproduzir uma concepção de homem influenciando assim no itinerário valorativo do seu tempo.

A compreensão moderna do *self*, neste aspecto, seria o resultado dos desdobramentos das concepções anteriores da identidade. Com isso a identidade moderna seria composta por três importantes facetas que seriam a concepção de *interioridade*, o princípio da *afirmação da vida cotidiana*, e a noção *expressivista da natureza*. Estas três facetas, ao mesmo tempo em se complementam são também contraditórias e desembocam na cultura do ocidente moderno, compondo um quadro de oposição entre o *ideal da autonomia calculadora* e o *ideal da expressividade individual* (SOUZA, 2000, p.141). Logo, estes são os valores-guias que servem de norte para as pessoas em sua prática diária atualmente e é sobre eles que vamos tratar de forma mais aprofundada neste momento.

As duas primeiras facetas, a saber a concepção de interioridade e o princípio da afirmação da vida cotidiana teriam Platão como precursor. Sua importância para a concepção moral do Ocidente encontra-se na ideia por ele proposta de que o *eu*, sendo ameaçado pelo desejo insaciável, deveria ser regido pela razão. O cristianismo incorpora boa parte da filosofia platônica tomando as noções de santidade e salvação a partir da concepção de pureza derivada de Platão. Ao mesmo tempo, é na figura de Santo Agostinho que a noção de interioridade ganha corpo a partir da apropriação platônica da primazia da razão sobre a paixão.

A articulação feita por Agostinho aponta para o fato de que o conhecimento é algo interior, sendo este o local onde se localizam a alma, o sentimento, as emoções, as ideias, as potencialidades e as capacidades do ser humano. Sendo assim, voltar-se para o conhecimento é voltar-se para si mesmo, adotando então uma posição reflexiva. Em última instância, a proposta de Agostinho inaugura o princípio da subjetividade, que tendo sua origem nas balizas da religião, marca uma nova linha de desenvolvimento em nossa compreensão das fontes morais.

Mais do que isso, a mudança introduzida por Agostinho “consistiu em fazer de uma virada para o *self* na dimensão da primeira pessoa algo crucial para nosso acesso a um estado superior – porque, na verdade, é um passo em nosso caminho de volta a Deus [...]”. Em outras palavras, a interioridade é um passo para a verdade, e a verdade para Agostinho é Deus, sendo este mais elevado que a razão (TAYLOR, 2013, p.175). E foi essa vinculação com a necessidade religiosamente motivada que tornou a noção da interioridade irresistível (SOUZA, 2000, p.142).

Por outro lado, na medida em que o bem viver passa a ser visto em relação à faculdade humana de ser governada pela razão, temos em Agostinho a construção de uma hierarquia valorativa baseada neste aspecto. Os indivíduos começam a ser demarcados em função do atributo da racionalidade em detrimento dos *sentidos*. Logo, os seres capazes de raciocínio são tomados como superiores em relação aqueles que não dispõem desta faculdade, ou, em outros termos, o ser inteligente é superior ao reles vivente (SOUZA, 2012, p.31).

Entretanto, se Agostinho é o precursor da noção de interioridade, isso não significa que o mesmo situasse as fontes morais dentro de nós. Essa articulação é feita por Descartes. Com isso, as fontes da moralidade deixam de ser algo que temos que encontrar para tornarem-se algo que construímos. A partir disto, Descartes propõe um novo modelo de domínio racional que assume a forma de controle instrumental.

A importância de Descartes para a questão da filosofia moral encontra-se na nova concepção de virtude por ele cunhada que aponta, conseqüentemente, para uma nova concepção de dignidade da pessoa humana. Sobre isso Taylor (2013, p.200) afirma: “Se o controle racional é uma questão de a mente dominar um mundo desencantado de matéria, então o senso de superioridade do bem viver, e a inspiração para chegar a ele, devem vir da percepção que o agente tem de sua própria dignidade como ser racional”.

Neste ponto, Descartes transpõe as virtudes da ética natural da aristocracia da Antiguidade Clássica assentadas na glória e na fama, e que eram conquistadas no âmbito do

espaço público, da ágora e das campanhas militares. Com isso, a ética da honra é transportada para a base motivacional de ética de controle racional, alterando a forma como a virtude é concebida. Neste aspecto, ao encontrar suas fontes em um senso de dignidade e na autoestima, a ética do controle racional desloca para o interior algo do espírito da honra. Em outras palavras, isso significa que o ser humano não mais conquista a fama no espaço público, ou seja, não mais dispõe de dignidade e autoestima como algo em função “dos outros”, mas passa a agir para manter seu senso de valor aos próprios olhos (TAYLOR, 2013, p.201).

Ao passo que a fonte da moralidade foi internalizada, os atributos da ética aristocrática baseados na força, na firmeza, na determinação, na resolução e no controle também o foram. Sendo assim, estes atributos coincidiram com o surgimento de uma ética “burguesa” e assim se fundiram como uma fonte moral por excelência do agente humano comum. Neste contexto temos outro componente da nova configuração moral que confere à capacidade de escolha uma dignidade e um lugar de virtude central à vontade.

Estas mudanças apontam para uma concepção de agente humano enquanto um ser desprendido do contexto em que vive, dotado de capacidade de autocontrole que lhe permite agir ‘racionalmente’, objetificando¹¹ assim o mundo a sua volta e ainda seus desejos, emoções, medos e inclinações. Em consonância com essas mudanças na concepção de homem, tem-se a visão da agência humana como moldável por meio da ação metódica e disciplinada, aspecto que vai compor a organização social em vários campos. Na administração civil, a difusão dessas novas formas de disciplina se desenvolveu com as novas aspirações e capacidades do Estado absolutista, com a regulamentação do comércio, do trabalho, das condições de saúde e até mesmo das rotinas da piedade, por exemplo. Logo, isto irradiou-se pelas inúmeras instituições como forças armadas, hospitais, escolas, fábricas e até mesmo pela economia (TAYLOR, 2013, p.209-210).

Essa noção de sujeito remodelável e racional dotado de capacidade de adotar uma postura instrumental em relação a suas propriedades, desejos e inclinações para que estes pudessem ser controlados em função dos objetivos desejados; foi levado às últimas consequências por Locke e pelos pensadores do Iluminismo que ele influenciou. Assim, quando

¹¹ Segundo Taylor (2013), o desprendimento é sempre correlativo a uma “objetificação”. Logo “Objetificar determinado domínio envolve privá-lo de sua força normativa para nós. Se tomarmos um domínio do ser em que até então a forma de ser das coisas estabeleceu as normas ou os padrões para nós, e adotarmos uma nova postura neutra em relação a ele, objetificaremos” (p.210).

este sujeito desprendido chega a seu pleno desenvolvimento tem-se o que Taylor (2013, p.210) chama de “*self* pontual”.

Locke, introduzindo o tema da vontade, destaca que a mente tem o poder de suspender e dirigir desejos e sentimentos e, assim, o poder de se remodelar de acordo com princípios escolhidos (TAYLOR, 2013, p.222). E isso só pode ocorrer, segundo Taylor (2013), por meio de um tipo especial de postura reflexiva que o mesmo chama de desprendimento. Com isso Locke sistematiza o novo ideal de liberdade e autorresponsabilidade, interpretado como algo livre do costume e da autoridade local, sendo este o novo sentido de dignidade que serve de baliza ao agente. Trata-se, nesse aspecto, de um tipo de desengajamento radical em que o controle racional pela vontade conduz a uma maneira de auto-objetificação, na medida em que podemos nos “recriar” mediante a reforma de nossos hábitos e normas (SOUZA, 2012, p.33; TAYLOR, 2013, p.222).

Neste ponto, é importante pensar como as ideias desenvolvidas até o momento lograram colonizar as práticas sociais de forma que são tomadas como naturalizadas hoje em dia. Sendo assim, pode-se dizer que “essas ideias germinadas durante séculos de razão calculadora e distanciada e da vontade como autorresponsabilidade, que somadas remetem ao conceito de *self* pontual, não lograram dominar a vida prática dos homens até a revolução da Reforma Protestante” (SOUZA, 2012, p.34), que articula a segunda faceta da identidade moderna que Taylor (2013) denomina de *afirmação da vida cotidiana*. Para Taylor (2013), assim como para Weber (1983), a Reforma Protestante teria sido a responsável pela singularidade cultural e moral do ocidente, posto que ela realiza na prática, no espaço do senso comum e da vida cotidiana, a nova noção de virtude peculiar ao Ocidente (SOUZA, 2000, p.144).

Por *vida cotidiana* Taylor (2013) aponta para um conjunto de atividades ligadas à esfera da produção e da reprodução como o trabalho, o casamento e a família. Embora exista um consenso hoje em dia acerca do valor social positivo destas atividades, estas nem sempre estiveram cotadas como atividades superiores e mais importantes na hierarquia social. E para entender melhor este panorama, precisamos retomar a concepção da Antiguidade clássica acerca da acepção de vida cotidiana articulado primeiramente por Aristóteles, no sentido inverso da concepção moderna.

A distinção valorativa operada por Aristóteles parte da diferença entre “vida” e “bem viver”. Neste aspecto, a “vida” corresponderia às atividades necessárias à manutenção e reprodução da vida. Neste polo, a existência exclusiva para a “vida” não constituiria uma vida

inteiramente humana. Posto isso, Aristóteles situava os animais e os escravos como os seres adequados ao exercício da *vida cotidiana*. Em contraposição à vida reservada aos seres inferiores, a verdadeira vida dos seres humanos, ou o *locus* do bem viver, corresponderia ao conjunto de atividades que se eleva acima da vida cotidiana, que representaria uma vida dedicada ao exercício da política e da contemplação filosófica do mundo e das coisas.

Porém, é a partir do século XVI que Taylor (2013) observa uma alteração na distinção valorativa dominante até então, a partir do deslocamento do *locus* do bem viver que passa aos poucos a se localizar nas atividades da vida cotidiana. Assim, percebe-se uma elevação do trabalho, principalmente do trabalho manual e simples, do casamento e da família em detrimento das atividades contemplativas e aristocráticas anteriores. Neste ponto, podemos tomar como figura importante do novo espírito da época Francis Bacon, que aponta para uma gradativa valorização de formas de conhecimento prático, funcional e de utilidade social. Sobre a revolução baconiana Taylor (2013, p.277) destaca que esta:

[...] envolveu uma transposição de valores, que é também a inversão de uma hierarquia anterior. O que antes era estigmatizado como inferior é agora exaltado como modelo, e o anteriormente superior é acusado de presunção e vaidade. E isso implicou também uma reavaliação das profissões. O humilde artesão e artífice acaba contribuindo mais para o avanço da ciência que o filósofo ocioso.

Neste ponto, é mister destacar a importância da motivação religiosa no curso de uma reforma que logrou uma mudança na perspectiva moral da sociedade. Pode-se dizer que a principal transformação provocada pela Reforma Protestante foi a afirmação da vida cotidiana, que contribuiu para universalizar um novo sentido à essa vida agora encarada como um *hiperbem* constitutivo da cultura moderna. “Ao rejeitar a ideia do sagrado mediado, os protestantes rejeitaram também toda a hierarquia social ligada a ela” (SOUZA, 2012, p.34). Com isso abriu-se a possibilidade para uma nova noção de hierarquia social com todo o seu potencial equalizador e igualitário que passa a conceber um novo tipo de agente específico “presidido pela noção de calculabilidade, raciocínio prospectivo, autocontrole e trabalho produtivo como os fundamentos implícitos, tanto da sua autoestima quanto de seu reconhecimento social” (SOUZA, 2012, p.34,35).

Entretanto, embora a afirmação da vida cotidiana pressuponha uma denúncia a certas distinções pautadas na ética aristotélica, ela mesma equivale a uma distinção, como aponta Taylor (2013, p.40):

[...]. A noção de que há certa dignidade e valor nesta vida requer um contraste; não mais, evidentemente entre esta vida e alguma atividade ‘superior’ como a contemplação, a guerra, a cidadania ativa ou o ascetismo heroico, mas entre diferentes maneiras de viver a vida de produção e reprodução. A noção nunca é de *qualquer coisa* que fazemos é aceitável. Isso seria ininteligível como base de uma noção de dignidade. O ponto essencial é, em vez disso, que o superior deve ser encontrado não fora da vida, mas como uma *maneira de viver* a vida cotidiana. Para os reformadores, essa maneira era definida teologicamente; para os utilitaristas clássicos, em termos de racionalidade (instrumental) [...] Mas, em todos os casos, mantém-se alguma distinção entre a vida superior e admirável e a vida inferior de indolência, irracionalidade, escravidão ou alienação (TAYLOR, 2013, p.40).

Para Taylor (2013), os suportes sociais dessa nova concepção de mundo e de homem são as classes burguesas da Inglaterra, dos EUA e da França que se generaliza pelas demais classes destes países e posteriormente para outros. Essa nova visão de mundo vai subordinar ainda outras esferas da vida e vai alterar nosso senso de dignidade. No que tange às relações interpessoais, o vínculo passa a ser o de tipo contratual. Já nos marcos políticos, é consagrada a concepção de direitos individuais e, de acordo com a tendência igualitária, estes serão definidos universalmente.

Sobre os direitos individuais, Taylor (2013) destaca tratar-se de uma tendência igualitária que tem relação com o que o mesmo denomina por respeito “ativo”. Este respeito, na linguagem moderna, inaugura um privilégio legal visto como quase-posse do agente a quem é atribuído, rompendo com as noções de posses diferenciais, nas quais, apenas algumas pessoas eram portadoras de direitos. O consenso moral generalizado que se instaura neste momento parte da noção de que o sofrimento humano deve ser evitado. Esta noção de bem-estar humano possui uma fonte religiosa e tem no utilitarismo moderno sua variante secularizada, a partir dos ideais de benevolência e igualdade que marcam estas vertentes.

Neste movimento, a simples condição de ser humano passa a se constituir como garantia de respeito à vida e à liberdade dos outros, consagrando assim os direitos chamados subjetivos. Taylor (2013, p.26) chama de respeito ativo, na medida em que o mesmo destaca que falar de direitos humanos universais é vincular o respeito pela vida e pela integridade humanas à noção de autonomia. Logo, significa conceber as pessoas como colaboradores *ativos* no estabelecimento e garantia do respeito que lhes é devido.

Por outro lado, pode-se dizer que a dignidade esteja ancorada ainda no que Taylor (2013, p.29) denomina por respeito atitudinal. Trata-se, nesse aspecto, do nosso sentido enquanto merecedores ou dignos do respeito daqueles que nos cercam. Nestes termos, admirar alguém, que é o que está implícito quando dizemos na linguagem comum que alguém tem nosso

respeito, tem relação direta com a hierarquia valorativa presente na forma como a vida cotidiana é levada. Do mesmo modo, a ausência desse respeito pode ser capaz de abalar o sentimento de valor pessoal dos sujeitos.

A dignidade, deste modo, vincula-se ao nosso sentido de bem viver que, em outros termos, diz respeito àquilo que torna nossa vida digna de ser vivida. Sendo assim, na linguagem moral moderna, nosso sentido de plenitude vai se dar em função da autorrealização pessoal na vida cotidiana e nas atividades a ela relacionadas. Com isso, a afirmação da vida cotidiana passa a ser um marcador social e simbólico do bem viver, além de demarcar ainda nosso sentido de dignidade a partir da nossa compreensão do que significa ser merecedores do respeito dos outros, ou ainda em termos de pensar bem de alguém (TAYLOR, 2013, p.29) como mencionado anteriormente. Logo, “estar inserido numa atividade produtiva e na vida familiar constitui uma importante referência prática de reconhecimento social” (FREITAS, 2013, p.63).

Isso significa que a base do sentido de dignidade na qual o homem moderno toma como parâmetro para a percepção de si mesmo, ou para o julgamento das qualidades alheias é constituída por atributos valorativos ligados à afirmação da vida cotidiana, como por exemplo: ser chefe de família, detentor de um emprego, ser pai e provedor da casa entre outros. Sendo assim, como ressaltado anteriormente, a hierarquia valorativa da sociedade encontra-se agora expressa no modo como a vida cotidiana é vivida pelos sujeitos.

Aqui precisamos tratar de forma mais profunda a importância do viés moral para o surgimento de um tipo de agente humano racional que incidiu na emergência ainda de um modo de produção econômico específico. Neste desiderato, Weber (1983) nos parece o autor mais indicado para nos fazer compreender como o agente econômico moderno é antes de tudo um agente moral dotado de valores que o guiam e o orientam. A contribuição weberiana acerca do surgimento do capitalismo nos interessa, na medida em que o autor nos permite entender de que forma a ética religiosamente motivada incidiu em práticas que tomamos hoje como naturais e corriqueiras, como a adoção do trabalho como expressão de vida e polo da dignidade humana.

Em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* o autor procura demonstrar como o protestantismo emergente do século XVI corroborou o surgimento de um agente humano dotado de um “estilo de vida” pautado por valores ascéticos como: santidade, renúncia a prazeres carnis, entre outros, que marcam de modo peculiar a vida do crente. Estes valores, é importante que se diga, só lograram alcançar a vida prática dos agentes, na medida em que o próprio protestantismo rompeu com a lógica hierarquizada que marcava o relacionamento da

Igreja Católica com seus fiéis. Logo, se antes, pode-se dizer, a vida religiosa se restringia à devoção por intermédio de líderes religiosos circunscrita aos “muros” da Igreja; o protestantismo inaugura uma relação diversa com o sagrado.

A não necessidade de uma figura intermediária entre o homem e Deus, atrelada à adoção de relações sociais mais horizontalizadas, como ideais marcadamente protestantes, permitiram uma mudança no que tange ao próprio tema da devoção. E é nesse sentido que o trabalho emerge como uma vocação, ou seja, como um dever do crente, e conseqüentemente, como um modo de expressão de amor ao próximo e como forma de glorificar a Deus. Assim, a dedicação ao trabalho passa aos poucos a ser considerada uma virtude englobando características como a honestidade, a pontualidade, a responsabilidade, dentre outros aspectos. Por outra via, a “ociosidade”, a “preguiça”, e ainda, o “luxo”, são elementos considerados desviantes que levam os sujeitos a perderem a oportunidade de adorar a Deus com sua vocação.

O trabalho como vocação foi o que possibilitou ainda a ultrapassagem, em alguma medida, do elemento chamado por Weber (1983, p.24) de tradicionalismo. Sobre este, o autor destaca:

O homem não deseja “naturalmente” ganhar mais e mais dinheiro, mas viver simplesmente como foi acostumado a viver e ganhar o necessário para isso. Onde quer que o capitalismo moderno tenha começado sua ação de aumentar a produtividade do trabalho humano aumentando sua intensidade, tem encontrado a teimosíssima resistência desse traço orientador do trabalho pré-capitalista. E ainda hoje a encontra, e por mais atrasadas que sejam as forças de trabalho (do ponto de vista capitalista) com que tenha de lidar.

Aqui é importante pensar acerca do engajamento dos sujeitos em um sistema econômico cujo sentido foi nomeado por Polanyi (2000, p.51) como “moinho satânico” que funciona de modo a “triturar” os seres humanos “transformando-os em massa”. Polanyi (2000), ao tratar da desarticulação na vida dos sujeitos frente aos avanços que marcaram a emergência da economia de mercado, revela o quão o progresso econômico acarretou uma devastação sem precedentes na vida do povo comum. Assim, se antes a economia do homem pode ser vista como submersa em suas relações sociais, a instauração de um sistema de mercado autorregulado elevou o controle do sistema econômico pelo mercado a um nível profundo influenciando em toda a organização da sociedade: “significa, nada menos, dirigir a sociedade como se fosse um acessório do mercado. Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico” (POLANYI, 2000, p.77).

Neste aspecto, o que motivaria os sujeitos a se engajarem em um sistema econômico não é, como bem demonstra Polanyi (2000, p.75), a propensão do homem à barganha e ao lucro,

mas antes, “os costumes e a lei, a magia e a religião cooperavam para induzir o indivíduo a cumprir as regras de comportamento, as quais, eventualmente, garantiam o seu funcionamento no sistema econômico.” (POLANYI, 2000, p.75).

Por outro lado, sob o ponto de vista weberiano, é possível destacar que o protestantismo ascético foi essencial para o surgimento do sistema capitalista, na medida em que conseguiu, dentre outros feitos, atribuir uma nova conotação ao trabalho, elevando-o a um patamar adequado aos imperativos do novo ordenamento econômico. Logo, se não foi o interesse material o motor que levou os homens a se comportarem conforme os padrões exigidos pelo sistema de mercado; a moralidade embutida no valor do trabalho como vocação e forma de devoção a Deus conseguiu penetrar na mente e nos corações dos seres humanos, funcionando como um sentido orientador no que tange ao modo de pensar e agir dos sujeitos¹².

Não à toa, a hierarquia valorativa da sociedade moderna como bem aponta Taylor (2013) passa agora pelas qualidades relativas ao desenvolvimento das atividades da vida cotidiana, as quais o trabalho está incluído. Sobre isto Souza (2012, p.68) também salienta que:

A transvalorização propiciada pela revolução protestante tem a ver não só com a afirmação do valor do trabalho ordinário e secular como a base do reconhecimento social e da autoestima individual, a partir da redefinição do caminho e do bem supremo da salvação no cristianismo reformado, mas, também, com a generalização e universalização de uma forma específica de “ser humano”, que antes era apanágio de alguns virtuosos religiosos. A revolução protestante ascética transforma em um fenômeno de massa o que antes apenas existia em monastérios “fora do mundo”, ou seja, uma concepção de personalidade racionalizada pela autodisciplina e o autocontrole.

Assim, a motivação para o trabalho é um fator determinante em nosso contexto que, se inicialmente possuía legitimação religiosa, agora está institucionalizado em uma concepção de mundo secular. Em contraponto, aqueles que não se mostram empenhados na busca por um trabalho acabam sofrendo uma queda em seu *status* social. Ao lado disso, responsabilidade, pontualidade e disciplina são aspectos valorizados no mundo moderno, pois dizem respeito à forma como o trabalho é desempenhado. Por outra via, aqueles que se distanciam destes qualificativos também sofrem um abalo em seu senso de respeito e de dignidade. O mesmo pode ser dito com relação às outras esferas que compõem a vida cotidiana como o casamento e

¹² Importante mencionar que utilizamos apenas de forma sumária a argumentação weberiana contida em sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, tendo em vista que nosso propósito é trazer complementos para a compreensão da teoria tayloriana, e assim, melhor elucidar a importância do viés moral.

a família. Estas também passam a ser regidas por valores como respeito, cuidado, lealdade entre outros.

Ao lado das duas facetas trabalhadas até o momento e que correspondem às fontes de significado dos bens constitutivos da identidade moderna, Taylor (2013) aponta para um outro ideal de bem viver que também influencia a cultura moderna. Trata-se da ética da autenticidade que tem sua origem no denominado expressivismo romântico. Nas palavras do autor:

O expressivismo foi a base de uma individuação nova e mais completa. Essa é a ideia que se desenvolve no fim do século XVIII: cada indivíduo é diferente e original, e essa originalidade determina como ele deve viver. Apenas a noção de diferença individual, claro, não é nova. Nada é mais evidente, nem mais banal. Nova é a ideia de que isso realmente faz diferença quanto ao modo de vida que somos chamados a levar. As diferenças não são apenas variações sem importância dentro da mesma natureza humana básica; ou diferenças morais entre indivíduos bons e maus. Implicam, em vez disso, que cada um de nós tem um caminho original que devemos percorrer; colocam para cada um de nós a obrigação de viver de acordo com nossa originalidade (TAYLOR, 2013, p.481).

O expressivismo é caracterizado por Taylor (2013) como uma nova modalidade de individualismo expressivo. Sua origem data do expressivismo romântico do final do século XVIII, momento em que se articula uma nova compreensão de identidade individual. Este movimento nasce como forma de protesto contra o naturalismo e tudo o que este trazia em seu bojo como a razão instrumental, o atomismo¹³ político, ou seja, contra as formas de vida moral e social que advém desta vertente. A acusação contra esse modo de vida derivado do ideal iluminista da razão desprendida se assenta na crítica de que ele fragmentaria a vida humana, dividindo-a em setores desconectados, como razão e sentimento, por exemplo. Além do mais, destaca-se que este ideal acaba separando os seres humanos da natureza e, conseqüentemente, uns dos outros. Ao mesmo tempo, a crítica acusa o ideal instrumental de reduzir o significado da vida a uma leitura unidimensional, como a busca do prazer homogêneo como se nenhuma meta se destacasse como tendo importância superior (TAYLOR, 2013, p.529, 530).

No lugar disso, o romantismo propaga o sentimento como uma importante categoria moral. Voltar-se para dentro no intuito de entrar em contato com os próprios sentimentos assume uma significação moral crucial neste momento. Logo, torna-se uma exigência para sermos seres humanos plenos, procurar pelas fontes morais expressas na natureza que tende a despertar em nós os sentimentos mais elevados. Os sentimentos, neste processo, se tornam normativos na medida em que, através deles, podemos descobrir o que é certo. E para isso

¹³ Por atomismo, Taylor (2013, p.530) se refere a uma condição em que cada ser humano define seus propósitos em termos individuais só se relacionando com a sociedade numa perspectiva instrumental.

devemos acessar nossa voz ou nosso impulso interior para encontrar a verdade dentro de nós e, em particular, em nossos sentimentos. No que tange a esta voz interior, às vezes ela é vista como algo particular da pessoa, como sendo a voz do *self*; às vezes, também é vista como o impulso da natureza em nós, sendo esta a ordem maior em que estamos inseridos. Sobre esta última possibilidade, a natureza é lida como uma grande corrente de solidariedade que passa por todas as coisas (TAYLOR, 2013, p.473).

A natureza emerge como um grande reservatório do bem, da benevolência e do amor ao bem. Neste movimento, o aumento do amor pela natureza é algo que será evidenciado no âmbito da vida prática, com a exaltação de atividades rústicas e simples como: caminhadas ao ar livre, cultivo de jardins, trabalho no campo etc. Ao lado disto, a melancolia ganha espaço transbordando este feito para a literatura que acabou intensificando sua propagação, impulsionando uma nova percepção da vida ancorada em torno de sentimentos fortes e nobres como o amor, a benevolência e a devoção à virtude, que passaram a ser evocados nos romances da época. Instaura-se junto a este processo um culto da sensibilidade movido pelos sentimentos do amor e do sofrimento.

Esta forma de acesso ao bem ancorada no sentido de que somos seres expressivos, pressupõe que se deve passar pelo crivo dos nossos sentimentos, tendo em vista que a moralidade passa a ter, de certo modo, uma voz interna expressa por cada pessoa em particular. Sendo assim, o romantismo se destaca enquanto fonte parcial de uma importante gama de visões políticas alternativas da sociedade instrumentalista e industrial que se desenvolvia no ocidente, tendo como principais nomes Rousseau e Montaigne. Ele consagra um modo de vida concorrente ao *self* desprendido capaz de moldar-se segundo uma lógica generalizável, impondo em seu lugar uma preocupação com valores relativos à natureza, ao mesmo tempo em que a normatividade que daí deriva exige que cada um viva de acordo com sua originalidade.

O ideal da autenticidade que teve no expressivismo romântico seu veículo privilegiado adquire eficácia social na revolução cultural da década de 1960. Este foi um momento importante do ponto de vista normativo pois seus princípios se expandem para além da vanguarda artística que seria seu suporte para lograr o senso comum de toda uma geração. O que há de revolucionário no expressivismo é a noção de que cada indivíduo é único e deve viver de acordo com sua unicidade. O sentimento que daí deriva é o de que somos sujeitos portadores de uma singularidade intrínseca frente a uma massa de pessoas. Neste aspecto, a potencialidade de meu ser passa pelo descobrimento de minha originalidade que somente eu sou capaz de encontrar.

Desta forma, pode-se dizer que no contexto da modernidade ocidental, a autenticidade se torna um marcador de autorrealização pessoal no que tange ao senso de vida plena e, conseqüentemente, de amor-próprio, sendo fonte de respeito e reconhecimento social. Dito de outra forma, significa que “desejamos ser respeitados por nossas qualidades ‘pessoais’ e admiramos pessoas que acreditamos serem indivíduos ‘singulares’, diferenciados” (FREITAS, 2013, p. 65). Com isso, adquire força de imperativo moral ser verdadeiro para si, ou ser fiel a si mesmo, a partir de um novo modo de individualismo ancorado na valorização da diferença, ou da autenticidade. Para tanto, somos convocados a viver de forma a não imitar aos outros, e sim a nosso próprio modo.

É neste movimento que o ideal da autenticidade também alimenta o horizonte de sentidos compartilhados pelos sujeitos servindo como um parâmetro para as escolhas, os comportamentos e os julgamentos morais do indivíduo moderno. Contrariamente ao caráter uniformizador de uma perspectiva instrumental do próprio eu, “passa a ser a articulação da minha originalidade com os outros o que nos define como pessoas” (SOUZA, 2000, p.148).

Esse cenário implica uma multiplicidade de bens existentes atualmente na cultura moderna ocidental que deriva de uma pluralidade de fontes como a base teísta original, o naturalismo da razão desprendida e o expressivismo romântico. Os imperativos morais que surgem em decorrência deste panorama impuseram noções morais que fazem parte do horizonte normativo do agente moderno como os ideais de liberdade, de benevolência, de justiça e de direitos universais. Sendo assim, o saldo deste movimento, segundo Taylor (2013, p.634), encontra-se no fato destas noções terem dotado os sujeitos de sensibilidade quanto às demandas por igualdade, por liberdade e por autogoverno, e legaram prioridade à questão de evitar a morte e o sofrimento (TAYLOR, 2013, p.633, 634).

Os bens que daí surgem compõem o rol dos valores disponíveis na sociedade contemporânea. Neste intuito, é importante retomar a questão do reconhecimento como uma importante categoria para entender as contradições que a modernidade guarda em virtude das três facetas anteriormente trabalhadas. Sendo assim, à medida em que a autoconsciência ou, a identidade coletiva e individual, são construídas de forma intersubjetiva (HONNETH, 2007), pode-se se dizer que é mediante o reconhecimento no plano das interações que as pessoas adquirem autoestima e ainda reivindicam respeito e dignidade, que são categorias ancoradas nos sentidos morais construídos ao longo do percurso que fizemos a partir da topografia moral ocidental tayloriana. Neste sentido, importa ainda pensar que “quando falamos do ponto de

vista da moral, referimo-nos, primeiramente, aos atributos desejáveis ou obrigatórios das relações existentes entre os sujeitos” (HONNETH, 2007, p.81).

Os pressupostos do tema do reconhecimento podem ser explicados com base no argumento de que os sujeitos dependem do respeito ou da estima de seus companheiros para a condução de suas vidas. E mais, é por meios das relações recíprocas que os sujeitos adquirem aceitação e com isso mesmo, respeito à sua própria identidade. Neste aspecto, ser reconhecido é dispor de precondições intersubjetivas essenciais que permitem a construção da autoconsciência humana firmada em propriedades positivas como autoconfiança, autorrespeito e autoestima, que são elementos essenciais para a autorrealização pessoal e a constituição da autonomia do ser humano moderno (HONNETH, 2007, p.83). Por outro lado, a falta de reconhecimento, ou sua negação pode ser considerada uma forma de injustiça ou injúria moral, que pode atingir as pessoas levando-as a uma autoimagem depreciativa.

Taylor (1994) aponta para duas formas de reconhecimento no contexto moderno. Uma seria considerada universalizante, caracterizada pelo princípio da dignidade, e outra particularizante, caracterizada pelo princípio da autenticidade. A noção moderna de dignidade assume uma lógica igualitária e universal em oposição à ética da honra restrita apenas a alguns estratos, típico das sociedades hierárquicas. Logo, se apenas alguns tem honra, a dignidade é tida como uma noção generalizada, estando à disposição de todos os homens. Já o ideal da autenticidade, que como vimos nasce no seio do expressivismo romântico do século XVIII, diz respeito à definição da identidade individual ou coletiva, firmada a partir da exaltação das diferenças entre os atores. E neste polo, a estima social e o respeito são adquiridos socialmente tendo como base os feitos individuais dos sujeitos, ou ainda, a identidade única assumida por um grupo, em geral minoritário, que luta contra a assimilação por uma identidade majoritária ou dominante.

Podemos dizer que estas duas formas de reconhecimento são reguladas nas sociedades modernas pelos princípios morais contidos na afirmação da vida cotidiana e na ética da autenticidade. A primeira mostra que atividades como trabalhar, cuidar dos filhos, ser provedor da casa, entre outros, são consideradas padrões que dotam os atores de um senso moral que dita nossa atribuição de respeito e estima no âmbito das relações sociais. O reconhecimento nesta esfera é então adquirido com base na forma como esta vida é levada. Por outro lado, faz parte da afirmação da vida cotidiana a noção generalizada do reconhecimento social como base da noção de cidadania política e jurídica. Isso significa que as pessoas são percebidas nesta esfera na medida em que possuem seus direitos subjetivos respeitados. O respeito atitudinal é outro

traço. Logo, a forma como somos notados é importante pois pode redundar em respeito ou desprezo, orgulho ou vergonha, dependendo dos atributos valorizáveis intersubjetivamente.

Por uma ótica diversa da trabalhada por Taylor (1994), mas que pode complementar nosso argumento neste ponto, Honneth (2007) destaca que por causa do desemprego

[...] um crescente número de pessoas não tem a oportunidade de ganhar o tipo de reconhecimento por suas habilidades adquiridas que eu me refiro como estima social. Por causa disso, eles mal podem se considerar membros contribuintes de uma comunidade democrática organizada, já que isso pressupõe a experiência de cooperação, ou seja, a contribuição socialmente reconhecida para a reprodução social (p.93).

Nesse sentido, pode-se dizer que a não inserção no mercado de trabalho para os atores é muita das vezes marcada por um sentimento de degradação moral, ou mesmo, por um sentimento de humilhação (PAUGAM, 2003). Por outra ótica, o enquadramento feito pela Assistência Social ao público que já não consegue ser explorado pelas redes do capitalismo globalizado, muitas das vezes é lido como uma afronta à autonomia e à liberdade desta população, que sofre pela falta de reconhecimento, por não ter garantida sua participação plena nas atividades valoráveis dentro de sua comunidade. Neste aspecto, se a falta de estima por causa da exclusão do mercado de trabalho pode vir a abalar a autoconsciência daqueles que se tornam beneficiários dos serviços sociais, como veremos mais a frente com as contribuições de Paugam (2004); é por meio da exaltação de atividades dentro da vida cotidiana que estas pessoas procuram lutar contra a degradação moral a que estão sujeitas recorrendo à dignidade atrelada a atributos como cuidar da casa, dos filhos, etc.

Por outro lado, isso toma uma proporção ainda mais acentuada em sociedades como a brasileira. Isso porque, a visão tayloriana parte da concepção das sociedades industriais avançadas, a partir de uma cronologia que aponta para a hipótese de que a história das sociedades capitalistas liberais teria sido acompanhada por lutas por igualdade legal. Isso teria resultado na solução das desigualdades sociais, garantindo um patamar de igualdade real entre os diversos grupos sociais dentro destas sociedades. Sendo assim, o mesmo destaca que as contradições da sociedade moderna estariam centradas no ideal da autenticidade a partir da luta pelo reconhecimento das diferenças culturalmente definidas (SOUZA, 2012).

Neste ponto, se as sociedades avançadas teriam “resolvido” o aspecto relativo ao reconhecimento social no polo da dignidade, o mesmo não pode ser dito de sociedades periféricas como é o caso do Brasil que convive com desigualdades abissais (SOUZA, 2012).

A naturalização destas desigualdades, e ainda, a legitimação de distinções, hierarquias e princípios classificatórios que permitem a constituição de cidadãos de primeira e de segunda classes, representa que estamos longe de termos resolvido o conjunto de temáticas associado à questão da dignidade em nosso meio (SOUZA, 2012). Com isso, seja no plano dos princípios que regulam nossa atribuição de reconhecimento social no âmbito do respeito no sentido jurídico, ou no sentido atitudinal; seja no que tange a aceitação cultural de formas distintas de vida dos sujeitos; fato é que a naturalização das disparidades sociais é algo evidente em nossas relações sociais. O que mostra que a dignidade como ideal generalizado ainda possui um abismo para sua efetiva universalização.

Portanto, é neste intuito que é preciso discutir os elementos constitutivos da realidade brasileira, tomando como fio condutor a tese de Jessé Souza acerca da construção social da subcidadania no Brasil. O autor retoma boa parte dos argumentos taylorianos aqui discutidos como forma de construir um quadro de referência conceitual que permite compreender os princípios que regulam a nossa atribuição de reconhecimento social. No mais, o autor procura desvelar as situações que espelham respeito ou a falta dele em nossa sociedade, buscando identificar os mecanismos operantes, que de forma opaca e implícita, permitem que classifiquemos as pessoas como mais ou menos dignas de nosso apreço ou desprezo.

1.2 BRASIL: A HIERARQUIA VALORATIVA E A CONSTITUIÇÃO DA SUBCIDADANIA NA PERIFERIA

Neste momento procuramos discutir as contradições inerentes à sociedade brasileira, a partir da constituição da hierarquia valorativa que se estabelece em nosso meio. Neste aspecto, o trabalho de Jessé Souza nos parece essencial para atender parte dos objetivos aqui empreendidos. O autor toma como principais subsídios teóricos a tese tayloriana, discutida anteriormente, aliados às contribuições da teoria bourdiesiana. A partir deste arsenal teórico, Souza (2012) procura desmistificar os elementos que corroboram a manutenção da desigualdade social em território nacional que, lida de forma naturalizada, é legitimada por meio de mitos que mais obscurecem que explicam os conflitos sociais.

Neste ponto é importante demarcar que a preocupação de Souza (2012) está centrada na explicação dos processos que engendram sociedades periféricas como a brasileira, que convivem com a reprodução de uma massa de pessoas despojadas de todas as condições sociais necessárias à uma vida digna, em contraposição a uma parcela dotada de todos os

privilégios que lhes proporciona acesso a bens e recursos escassos. Em outros termos, o autor procura mostrar de que forma se constituiu e se reproduz em nosso contexto, cidadãos de primeira e de segunda classes. Ou melhor, cidadãos de um lado e subcidadãos de outro.

Com isso, o polo do reconhecimento social tomado como mote central por Souza (2012) é o que trata da dignidade, ligado ao campo dos direitos subjetivos universais que independem de privilégios e que devem estar disponíveis de forma generalizada na sociedade¹⁴. Também neste polo encontra-se o tema do respeito, que se refere ao nosso sentido enquanto merecedores ou dignos do respeito daqueles que nos cercam, ou ainda, da nossa concepção do que significa respeitar alguém. A importância deste aspecto encontra-se no fato já discutido anteriormente de que a ausência de respeito pode vir a abalar o sentimento de valor pessoal e a autoestima dos sujeitos.

Sendo assim, nas palavras de Souza (2012, p.67), seu interesse é:

[...] desvelar o potencial constituidor e legitimador de “distinções sociais”, ou seja, diferenças sociais tornadas naturais e legítimas, sob o véu mascarador da pretensa igualdade e universalidade que habita na noção de dignidade. Não só pelo fato óbvio de que para alguém nascido na periferia o tema da inadequada institucionalização das garantias fundamentais do cidadão se impõe como fundamental, mas também e, especialmente, porque a discussão tayloriana deste ponto me parece uma revolução de grandes proporções no âmbito das ciências sociais.

Neste intuito, este torna-se um aspecto essencial a ser discutido, pois, o nosso objeto refere-se justamente ao processo de desqualificação social (PAUGAM, 2003) que se impõe aqueles cujo reconhecimento é negado em termos de respeito no sentido ativo e atitudinal. No que se refere ao primeiro tipo de respeito, importa lembrar que tratamos de uma parcela que convive com a privação de recursos e serviços de qualidade, ao mesmo tempo em que seus direitos tendem a ser questionados. À título de exemplo, como ficou explícito no trabalho de Rego e Pinzani (2013, p.87), a maioria das beneficiárias entrevistadas na pesquisa (cerca de 75%) afirmou que o Bolsa Família “é um favor do governo ou uma ação derivada do fato de o presidente Lula ter sido pobre, e portanto, conhecer melhor a situação dos pobres e de seus predecessores”. Ou seja, o benefício do Programa não é lido pela via do direito, abrindo margem para que as noções morais acabem por interferir na visão dos atores sobre o Programa. Assim,

¹⁴ O que não significa que o autor negligencie o polo do reconhecimento relativo à autenticidade. A propósito disso, o mesmo enuncia que ambos os polos, dignidade e autenticidade, mantêm vinculações profundas. Para Souza (2012, p.77): “[...] os mecanismos opacos e subliminares que estão por trás da divisão entre as classes se legitimam a partir de critérios que parecem também legitimar a desigualdade entre homens e mulheres, ou entre brancos e negros”.

apesar da renda *per capita* ser utilizada como elemento objetivo de delimitação do pobre a ter acesso ao Programa, não é incomum que as pessoas utilizem argumentos morais para distinguir aqueles que seriam os pobres “merecedores” daqueles que seriam os pobres “não merecedores” (PAUGAM, 2003) de receberem o benefício.

Por outra via, o respeito no sentido atitudinal acaba sendo tensionado pelos elementos morais que tendem a permear a percepção da sociedade e dos beneficiários sobre eles mesmos. Aqui, tomamos mais uma vez como exemplo as contribuições de Rego e Pinzani (2013) no que se refere ao dinheiro e a moralidade das despesas das beneficiárias entrevistadas pelas autoras. Estas destacam que após longas conversas, algumas beneficiárias assumiram em tom de quase “confissão” o uso do recurso do Programa em artefatos não relacionados diretamente com alimentos para a família ou material escolar para as crianças. Segundo as autoras:

Algumas das entrevistadas “confessaram”, às vezes com tão visível quanto injustificado sentimento de culpa, que de vez em quando usam o dinheiro da bolsa para comprar um batom ou um creme para o cabelo. Essas atitudes configuram um tipo de *morality of spending* que age fortemente sobre suas subjetividades (REGO e PINZANI, 2013, p.198).

Sobre isto, as autoras ainda acrescentam que, quando se tratam de pessoas pobres lidando com dinheiro, principalmente proveniente de uma transferência estatal, acabam-se sendo acionados determinados mecanismos mentais ideológicos desqualificadores dos mesmos. Com isso, atribuem-se aos pobres identidades negativas que podem vir a ser internalizadas pelos próprios sujeitos. Ainda neste contexto, pode-se dizer que esta população acaba sofrendo um abalo em seu senso de dignidade, na medida em que, o controle da sociedade sobre suas vidas se impõe como um empecilho à sua própria noção de autonomia. A imposição de uma carga depreciativa afeta estes atores de modo tal que é possível destacar sentimentos como o de “culpa” como resultado do olhar da sociedade, como foi constatado por Rego e Pinzani (2013).

Neste aspecto, diferente de sociedades industriais avançadas e com alto poder de integração social, como alguns países europeus, por exemplo, o tema da dignidade em nosso meio ainda não foi de todo resolvido, como menciona Souza (2012). Enquanto naquelas se alcançou um nível de proteção social que interviu de forma veemente sobre as desigualdades sociais mais virulentas, garantindo assim um patamar de igualdade real¹⁵ entre os diversos

¹⁵ O que não significa que estas sociedades tenham solucionado definitivamente as desigualdades sociais em seus territórios. A argumentação aqui é de que, diferente de sociedades periféricas, como o Brasil, as sociedades industriais avançadas conseguiram alcançar um patamar de igualdade que possibilitou que se instaurasse um

grupos sociais; aqui, nosso sistema de proteção social se desenvolveu de forma hierarquizada e desigual. Assim, com base no padrão corporativista aqui instaurado (NUNES, 2003), coube inicialmente às diversas categorias profissionais regulamentadas reivindicarem, de forma segmentada, por serviços e benefícios, deixando de fora a grande parcela da população que não se enquadrava nos marcos das profissões formalizadas e reconhecidas pelo Estado (VIANNA, 2000).

A ampliação do sistema de proteção social ao longo do tempo, com a incorporação de estratos até então atendidos de forma não sistemática pela iniciativa das associações beneficentes e filantrópicas, apesar de ter tido avanços, não conseguiu romper com a lógica dual das políticas sociais brasileiras. Primeiro porque, apesar do Estado ter se posicionado como o principal agente da promoção de serviços essenciais como saúde, educação, previdência social e assistência, conferindo a estas políticas um caráter mais generalizado, principalmente a partir da Constituição de 1988; na prática, a lógica privatizante sempre esteve presente impondo um viés particularista em detrimento de um padrão universalizante de políticas sociais em nosso meio (VIANNA, 2000). Com isso, pode-se dizer que tenha se instituído no Brasil um processo de “americanização perversa” como bem ressalta Vianna (2000) que impulsionou a mercantilização de serviços sociais vitais para a população, principalmente o de saúde. Segundo a autora,

[...] a despeito das britânicas intenções reformistas e da proposta beveridgeana sancionada constitucionalmente, o modelo brasileiro de proteção social vem se tornando, na prática, cada vez mais “americano”. Pois, ainda que formalmente universais e imaginadas como indutoras de cidadania, as provisões públicas se resumem a parques benefícios para os pobres, enquanto ao mercado cabe a oferta de proteção àqueles cuja situação permite a obtenção de planos ou seguros privados (VIANNA, 2000, p.138).

Em suma, pode-se dizer ainda que os impasses para uma proteção social mais abrangente no Brasil estejam ligados ao nosso próprio padrão de relacionamento entre Estado e sociedade. Para Souza (2012) é possível afirmar que as ações individuais sobressaiam às ações coletivas mediante o respaldo que encontram na tese de uma cultura patrimonialista (FAORO, 1958) que acaba disseminando uma sensação de descrédito na ação Estatal, visto enquanto

sistema de proteção social abrangente. Assim, a despeito das diferenças constitutivas entre os tipos de Welfare States implementados nos diversos países - como foi bem demonstrado por Esping-Andersen (1991) - pode-se dizer este modelo de proteção tenha proporcionado o reconhecimento ligado ao polo da dignidade, tendo em vista que os direitos subjetivos nestas sociedades foram amplamente disseminados como resultado das lutas por direitos sociais. Além do mais, o grau de integração social nestas sociedades é alto, principalmente pelo reconhecimento intersubjetivo entre atores que se percebem mutuamente como membros efetivos da comunidade a qual fazem parte, garantindo um nível de solidariedade social e respeito atitudinal entre os mesmos.

espaço de privilégios e corrupção. Souza (2012, p.17) chama a ideologia patrimonialista que domina o pensamento social brasileiro de “charminho crítico”, travestido de ideia progressista, quando na verdade, para o autor, esta tese nada mais faz que representar a “consolidação do tipo mais mesquinho e particularista de interesse privado em detrimento da proteção social da imensa maioria da população”. O resultado prático deste tipo de ideologia pode ser retratado pelo padrão duplo das políticas sociais, como citado anteriormente.

Com isso, de um lado temos a noção de que o mercado privado de bens e serviços é provedor de serviços de qualidade; por outro lado, impera o sucateamento dos bens e serviços públicos que incide na provisão de serviços de baixa qualidade voltados para uma população mais pauperizada. A este cenário podemos somar a noção dos variados problemas gerenciais, articulados ao disseminado discurso da falta de recursos que perpassa o setor público.

Neste pano de fundo societário, pode-se dizer que vigora no Brasil um modelo de sociedade altamente hierarquizado, no qual, a baixa solidariedade social tem reflexos no próprio processo interventivo das políticas sociais. Ou seja, o padrão meritocrático que marca o sentido prático dos atores no âmbito da nossa sociedade, incide nas representações¹⁶ da população, ganhando relevância na condução das políticas públicas afetando a percepção da sociedade quanto à nossa proteção social.

Neste sentido, para compreender como se processou no Brasil esse padrão hierarquizado que até hoje se faz presente no âmbito das nossas relações sociais, e a forma como tal padrão incide na legitimação das desigualdades sociais em nosso meio, Souza (2009) aponta ser preciso romper, antes de tudo, com o discurso economicista que domina o pensamento social brasileiro. Para o autor, os problemas sociais e políticos tendem a ser encobertos por uma visão redutoramente quantitativa da realidade social. Com isso, a resolução destes problemas acaba também sendo delegada ao plano da acumulação econômica, restrita à noção da “gestão e alocação de recursos”, deixando de se levar em conta os operadores simbólicos que funcionam no sentido de limitar direitos sociais e acesso a bens e serviços.

¹⁶ Utilizamos aqui o conceito de representação no sentido de força inerente a determinadas ideias, palavras, e discurso na vida social que incide na criação de novas realidades (HERINGER, 1997, p.57). Em outros termos, partimos do pressuposto de que os fenômenos humanos podem ser conhecidos a partir de uma perspectiva coletiva sem ignorar o agente individual. A teoria das representações sociais se interessa por compreender como os atores singulares “inseridos em seus respectivos grupos sociais, constroem, interpretam, configuram e representam o mundo em que vivem. [...]” (SANTOS, 2011, p. 34). Ou seja, as representações sociais “são sintetizadores das referências que os diversos grupos fazem acerca do que conseguem apreender de suas vivências sociais inseridos no tempo e espaço” (SANTOS, 2011, p. 34). Assim, utilizamos o conceito de representação social como uma dimensão do real, sendo esta uma maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana dos sujeitos.

Para o autor:

Na verdade, a força do liberalismo economicista, hoje dominante entre nós, só se tornou possível pela construção de uma falsa oposição entre mercado como reino paradisíaco de todas as virtudes e o Estado identificado com a corrupção e o privilégio. Essa oposição simplista e absurda – que ignora a ambiguidade constitutiva de ambas as instituições – [...], é o que permite, no Brasil de hoje, que a eternização dos privilégios econômicos de alguns poucos seja “vendida” ao público como interesse de todos na luta contra uma corrupção pensada como “mal de origem” e supostamente apenas estatal. Como todo conflito social é dramatizado nessa falsa oposição entre mercado divinizado e Estado demonizado, os reais conflitos sociais que causam dor, sofrimento e humilhação cotidiana para dezenas de milhões de brasileiros são tornados literalmente invisíveis (SOUZA, 2009, p.16, 17).

A crença economicista também corrobora a ideia da sociedade como sendo composta por um conjunto de agentes racionais “que calculam suas chances relativas na luta social por recursos escassos, com as mesmas disposições de comportamento e as mesmas capacidades de disciplina, autocontrole e autorresponsabilidade” (SOUZA, 2009, p.17). Com isso, os atores são tomados homoganeamente como dotados pelas mesmas capacidades e disposições, legitimando a noção de que o “fracasso” social de um agente está ligado ao seu não “esforço” ou “empenho” pessoal. Por conta disso, o miserável, bem como sua miséria são percebidos como elementos contingentes e fortuitos “sendo a sua situação de absoluta privação facilmente reversível, bastando para isso uma ajuda passageira e tópica do Estado para que ele possa ‘andar com as próprias pernas’” (SOUZA, 2009, p. 17).

A partir da denúncia do economicismo, Souza (2012) procura mostrar de que forma esta leitura da realidade corrobora a invisibilidade de um conjunto de elementos não materiais que, ao mesmo tempo em que conduz, possibilita ainda a reprodução ao longo do tempo de uma massa de agentes desprovidos de todas as condições sociais, morais, econômicas e culturais que subordinam as condições de vida dos agentes. Sendo assim, a naturalização das desigualdades, para Souza (2012), se dá por meio dos consensos sociais vigentes dos quais fazemos parte, a partir da ampla “aceitação” por parte da sociedade do quadro que produz “gente” de um lado e “subgente” de outro.

Para o senso comum, aqueles cujo reconhecimento é negado são vistos apenas em seus efeitos, ou seja, como um conjunto de indivíduos ora carentes, ora perigosos. Logo, não fica claro então que, para além da oposição clássica entre trabalhadores e burgueses, o conflito central que marca uma sociedade periféricamente moderna como a brasileira, e que subordina todos os demais, “é a oposição entre uma classe excluída de todas as oportunidades materiais e simbólicas de reconhecimento social e as demais classes sociais que são, ainda que

diferencialmente, incluídas” (SOUZA, 2009, p. 25). É por isso que o autor reforça que, para compreendermos de fato as contradições inerentes à realidade brasileira, é preciso começar pela desconstrução do “fetiche” economicista. E mais, dito de outra forma, o autor nos convida a “deixar de nos avaliar como ‘economia’, pelo tamanho do nosso PIB”, para que possamos então começar “a nos avaliar como ‘sociedade’, pela forma como nos tratamos uns aos outros” (SOUZA, 2009, p.26).

Sob o ponto de vista da teoria bourdiesiana, Souza (2009, 2012) aponta para a forma mais eficaz de reprodução das desigualdades sociais que se dá mediante um conjunto de fatores reproduzidos de forma invisibilizada no âmbito das relações sociais mais elementares que corroboram um “destino” comum aos agentes dispostos no mesmo espaço dentro da estrutura social. Com isso, Souza (2009) argumenta que as desigualdades sociais se reproduzem a partir do mecanismo de distribuição diferencial dos tipos de capitais eficientes para ascensão na estrutura social, o que vai muito além do viés econômico. Sendo assim, para o autor, a renda diferencial dos agentes nada mais é que efeito de uma estrutura mais ampla na qual se incluem fatores emocionais e afetivos. Logo, o lugar que os sujeitos ocupam na estrutura social não corresponde automaticamente à renda econômica inicialmente auferida, mas tem relação com um conjunto de aparatos que condicionam essa renda diferencial.

Para Souza (2009), os pobres seriam então caracterizados não por se estabelecerem na base da pirâmide econômica mensurada pelo “bolso”, mas por um estilo de vida marcado pela trajetória de preconceito e opressão sancionada pela “violência simbólica”¹⁷ que traça o destino dos agentes que compõem esse espaço social¹⁸. a estes faltariam a transferência de valores imateriais que são elementos fundamentais para reproduzir as classes sociais e seus privilégios no tempo, e legitimar a estrutura de dominação que garante regalias às classes médias e altas. Em outros termos, o que denomina uma classe não é necessariamente a renda, mas um estilo de

¹⁷ Segundo Bourdieu (1996, p.23), a violência simbólica “[...] estabelece que as artes de viver dominadas sejam sempre percebidas, mesmo por seus praticantes, do ponto de vista destruidor e redutor da estética dominante”. Com isso podemos acrescentar que, o ponto de referência de cultura, comportamentos e práticas em geral que perfazem os grupos dominantes são legitimados socialmente, tecendo conotações tais como: bom tom, bom grado, fino, distinto etc. Em contrapartida, as características que perpassam as frações dos grupos posicionados nos escalões inferiores da estrutura social, como é o caso dos meios populares onde se encontram as camadas mais empobrecidas, são rebaixadas e estereotipadas socialmente enquanto negativas: de mau gosto, vulgares, ostentatórias etc.

¹⁸ Tomamos aqui o conceito de espaço social proposto por Bourdieu (1996, p.18 - 19) que se refere a [...] um conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem, como acima, abaixo e entre (BOURDIEU, 1996).

vida peculiar imbuído por valores e símbolos que confere a essas classes a possibilidade de distinção e diferenciação.

Sendo assim, seguindo a teoria bourdiesiana, Souza (2009, 2012) destaca que pelo menos dois tipos de capitais, o econômico¹⁹ e o cultural²⁰, vão ser apropriados pelas classes médias e altas, determinando o lugar ocupado por estas no espaço social, além de garantir a estes grupos a condição de mercedores pelas vantagens sociais as quais possuem.

A partir de tais elementos, o conceito de *habitus* cunhado por Bourdieu (1996) também é utilizado por Souza (2009, 2012) no intuito de explicar de que forma as condições objetivas de existência se transformam em disposições de classes. Segundo Bourdieu (1996, p.21-22), “*habitus*” é um “princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, bens e práticas”.

O “*habitus*” é, portanto, produto da internalização dos constrangimentos sociais externos, ou seja, é a incorporação da estrutura econômico/cultural na subjetividade que é constituída sob um determinado tipo de relação entre estrutura e prática. Assim, o “*habitus*” é matriz da qual derivam as “escolhas” (mas também as “improvisações”) que são feitas ao longo da vida. Esse é, portanto, gerado através das experiências iniciais dos agentes que incluem as primeiras relações com as condições materiais concretas, tornando-se princípio da percepção e apreensão, proporcionando disposições e norteando o sujeito em suas ações e representações. Neste aspecto, as condições materiais influenciam e produzem “*habitus*” de acordo com as características do meio socialmente estruturado e das condições de existência apreendidas.

O conceito de “*habitus*” é utilizado por Souza (2012) como forma de explicar o mecanismo pelo qual os condicionantes sociais são interiorizados e materializados, ou melhor, corporificados. Sendo assim, as desigualdades sociais não podem ser explicadas por meio de

¹⁹ Este pode ser definido pelo *quantum* de recursos econômicos os sujeitos portam, seja na forma de propriedade, de capital, ou de riqueza econômica em geral (BOURDIEU, 1996; BOURDIEU, 1998).

²⁰ O capital cultural, tal como conceituado por Bourdieu (1998) é definido pelo conjunto de valores relacionados ao campo da cultura e do conhecimento que os sujeitos e os grupos adquirem ao longo da vida. Nesse aspecto, o capital cultural se constrói mediante a incorporação de características que dotam os sujeitos de atributos comportamentais valorizados no interior de cada sociedade, garantindo a seus detentores acesso a posições e bens de privilégio no espaço social. O capital cultural pode existir sob três formas: no estado incorporado, que é adquirido no âmbito familiar “sob a forma de disposições duráveis” que vão sendo transmitidas e acabam por constituir uma subjetividade específica (BOURDIEU, 1998, p.74); no estado objetivado, relativo à aquisição de bens culturais como obras de artes, dicionários, livros, etc.; e, em estado institucionalizado, que é garantido mediante o diploma ou o certificado escolar (BOURDIEU, 1998, p.74).

elementos contingenciais. Isso porque, cada agente é formatado a partir do espaço que ocupa na estrutura social, a qual confere ao agente a apreensão dos limites e das possibilidades os quais está disposto. O “*habitus*” permite compreender neste ponto, como as classes sociais estão distribuídas no espaço social mediante o porte e a quantidade de capital econômico e cultural de que dispõem. Ao mesmo tempo, isso reflete nas “escolhas” dos agentes nos mais variados campos da prática como culinária, profissão, esporte, lazer etc. Assim, cada classe tem à sua disposição um conjunto de atividades que são percebidas como “gostos”, porém, longe de serem qualidades inatas, pode-se dizer que estas sejam construídas socialmente.

Em síntese, Souza (2012, p.47) destaca que a seu ver:

[...] o grande aporte crítico da teoria do *habitus* é precisamente a ênfase no aspecto “corporal” e automático do comportamento social, o que para grande parte da tradição sociológica é “internalização de valores”, o que evoca tendencialmente uma leitura mais racionalista que enfatiza o aspecto mais consciente e refletido da reprodução valorativa e normativa da sociedade. Para Bourdieu, a ênfase estaria, ao contrário, no condicionamento pré-reflexivo, automático, emotivo, espontâneo, em uma palavra “inscrita no corpo” de nossas ações, disposições e escolhas. Os nossos corpos são, nesse sentido, na sua forma, dimensão, apresentação etc., a mais tangível manifestação social de nós mesmos. Nossos hábitos alimentares moldam nossa figura, enquanto nossa cultura e socialização pré-formam todas as nossas manifestações expressivas em gestos, escolha de vestuário, corte de cabelo, forma de andar e falar, transformando o conjunto de nossas expressões visíveis em sinais sociais. É com base nesses sinais visíveis que classificamos as pessoas e os grupos sociais e lhes atribuímos prestígio ou desprezo.

Assim, se a teoria bourdieusiana nos permite apreender a forma como as hierarquias sociais são reproduzidas a partir do “desmascaramento sistemático da ‘ideologia da igualdade de oportunidades’ enquanto pedra angular do processo de dominação simbólica típico das sociedades avançadas do capitalismo tardio” (SOUZA, 2012, p.43); a tese de Taylor (2013) é essencial aos objetivos de Souza (2012) pois possibilita a compreensão das causas e das gêneses das concepções de mundo hierarquizadoras “que se fazem notar apenas por seus efeitos através da eficácia de certas instituições fundamentais” (SOUZA, 2012, p.61).

Portanto, é Taylor (2013) quem desvenda a base valorativa objetiva e ancorada institucionalmente que garante a reprodução ao longo do tempo da nossa concepção de mundo e de agente humano, nos impondo assim:

[...] tanto um modelo singular de comportamento humano definido como exemplar quanto uma hierarquia que decide acerca do valor diferencial dos seres humanos. É este modelo implícito e singular que irá, crescentemente, a partir do seu ancoramento institucional, premiar em termos de prestígio relativo, salário e *status* ocupacional os indivíduos e classes que dele mais se aproximam e castigar os desviantes (SOUZA, 2012, p.71).

As instituições fundamentais as quais Souza (2012, p.69) se refere a partir da leitura da teoria tayloriana dizem respeito ao complexo Estado racional centralizado e mercado competitivo, que são os novos aparatos institucionais coercitivos e disciplinadores do mundo moderno. Tais instituições são as responsáveis hoje por determinar o comportamento social dos sujeitos em todas as dimensões. A eficácia destas no estabelecimento da hierarquia moral ocidental seria assim o resultado das duas primeiras facetas apontadas por Taylor (2013) e que trabalhamos anteriormente, a saber: o princípio da *interioridade*, que inaugura o controle das paixões por uma razão hoje percebida como interior; e o princípio da *afirmação da vida cotidiana*, que atua na elevação das atividades relativas a esta vida – dimensão produtiva e reprodutiva - como virtude, ao mesmo tempo em que aponta para a generalização e a universalização de uma forma de ser específica apoiada em valores como a autodisciplina e o autocontrole.

Nas palavras de Souza (2012, p.72):

[...] controle da razão sobre emoções e pulsões irracionais, interiorização progressiva de todas as fontes de moralidade e significado e entronização concomitante das virtudes do autocontrole, autorresponsabilidade, vontade livre e descontextualizada e liberdade concebida como autorremodelação em relação a fins heterônomos. Esse conjunto articulado e referido mutuamente de virtudes passa a ser, com seu crescente ancoramento institucional, o alfa e o ômega da atribuição de respeito e de reconhecimento social, por um lado, e o pressuposto objetivo da autoestima, por outro. No seu conjunto, essas condições constituem a “dignidade” específica da agência racional, ou seja, passa a ser o fundamento da percepção diferencial de cada qual como digno ou não de valor a partir dessa pré-compreensão social produzida por meios intersubjetivos e de visões compartilhadas.

Nestes termos, é importante enfatizar que é o componente valorativo de uma sociedade, muitas vezes opaco e implícito, que permite dividir os seres humanos em “mais e menos, em classificados e desclassificados, em bem e mal pagos” (SOUZA, 2012, p. 70). Logo, a reconstrução da hierarquia valorativa de uma dada realidade é imprescindível, pois possibilita traçar um panorama mais geral para pensarmos tanto nas origens, quando na reprodução das desigualdades inerentes a determinados contextos. Entender de que forma tal hierarquia foi constituída no Brasil, é necessário para romper ainda com noções que, na tentativa de explicar os conflitos sociais, acabam por contribuir com o mascaramento das desigualdades sociais. Dito de outra forma, Souza (2012) acredita que a genealogia tayloriana coopera para superar os paradigmas que simplificam as disparidades sociais e as causas do subdesenvolvimento de

países como o Brasil pela via da mera explicação apoiada na relação entre “modernidade” e “tradicionalismo”²¹.

Esta pretensa oposição entre uma sociedade atrasada e arcaica, em contraponto a sociedades avançadas, como os Estados Unidos, por exemplo, ganha sustentação, segundo Souza (2009), no âmbito das próprias ciências sociais que reproduzem a ideia de que o Brasil seria regido, ainda hoje, por relações pré-modernas. Tais aspectos, reportados e endossados por teorias como a do “jeitinho brasileiro” de Roberto DaMatta (SOUZA, 2009, p.77), acaba corroborando a noção de que nosso “atraso” seria resultado das persistentes relações sociais pessoais em nosso meio, e do tipo de agente humano perversor da ordem e das leis gerais aplicáveis a todos.

Ao lado disto, Souza (2009) destaca que esta leitura da realidade também ganha corpo e respaldo nas teses personalistas e patrimonialistas, tão persistentes ainda nos dias de hoje. Sendo assim, a primeira tese aponta para uma forma de viver em sociedade que enfoca os vínculos pessoais, como amizade ou ódio pessoal, em contraposição a inclinações impessoais, que tem como pressuposto, a leitura do “outro com certa distância emocional, e que, precisamente por conta disso, pode cooperar com o outro em atividades reguladas pela disciplina e pela razão, e não através de emoções e sentimentos” (SOUZA, 2009, p.55).

Ao mesmo tempo, a tese do personalismo reflete na própria percepção da sociedade com relação ao Estado. Este será enfatizado com base em uma ótica patrimonialista, ou seja, lido por uma lógica que aponta para a gestão da política como voltada ao interesse particular em oposição ao interesse público.

A implicação disto é que tais leituras vão nortear o senso comum, constituindo um imaginário social que vai conduzir a forma de pensar, não só dos agentes comuns, mas principalmente das elites políticas e intelectuais, circunscrevendo o plano de ação das mesmas. O resultado prático disto é o que já apontamos anteriormente, que diz respeito à naturalização

²¹ Aqui tratam-se das explicações ancoradas na “Teoria da Modernização” americana que emerge no pós-segunda guerra mundial, e também em sua variação “hibridista”, em voga hoje em dia, segundo Souza (2012). Assim, a primeira tem como pressuposto, a dicotomia entre dois tipos ideais de sociedade, a saber: a sociedade tradicional, atrasada ou subdesenvolvida, de um lado; e a sociedade moderna, desenvolvida ou industrial, de outro (SOUZA, 2009, p. 74, 75). Já sua forma híbrida aponta para dois vieses: o ponto de partida do primeiro viés destaca que, ainda que as sociedades periféricas tenham sido impactadas pelas forças modernizantes, haveria uma dominância das relações pré-modernas sobre as modernas. Já o segundo viés propõe um “dualismo indeciso e cambaleante” entre um e outro princípio, ou seja, entre as relações modernas e as relações tradicionais (SOUZA, 2012, p.93-94).

das desigualdades sociais, reproduzidas no âmbito das nossas relações com reflexos na condução das próprias políticas públicas.

Assim, romper com o discurso contido na visão da herança cultural secular pré-moderna é compreender que, de modo algum, este é isento de normatividade. Logo, Souza (2012) aponta a necessidade de reconhecer o peso estruturante de instituições como o mercado e o Estado em nosso meio, na medida em que, “temos aqui um modelo de análise que permite perceber como escolhas culturais e valorativas contingentes adquirem eficácia singular precisamente ao se travestirem, nos seus efeitos, de princípios neutros, universais e meritocráticos” (SOUZA, 2012, p.78).

O Brasil não seria assim um país subdesenvolvido por reproduzir práticas arcaicas, tendo em vista que Estado e Mercado se fazem presente tanto nas sociedades avançadas quanto nas sociedades ditas “atrasadas” como a brasileira. Neste ponto, é importante pensar na hierarquia valorativa que conforma o horizonte moderno, incidindo na forma de pensar ainda as diferenças entre as próprias sociedades. Para tanto, Souza (2012) parte da hierarquia contida entre os próprios ideais que informam o racionalismo ocidental. A oposição entre mente e corpo ou entre razão e sentido seria assim um dos princípios mais fundamentais que regem a concepção de mundo e a hierarquia valorativa ocidental na modernidade, sendo o responsável por coordenar todas as esferas da vida social.

Trazendo tais fundamentos para pensar de que forma isto afeta nossas percepções, é possível dizer que a construção da brasilidade se deu ancorada em características como a “sensualidade” e a “emocionalidade”, adotando estas enquanto marca da identidade do povo brasileiro. Tal aspecto, que se liga à ideia de corpo, vai se contrapor à noção da mente que tem como pressuposto o viés da racionalidade fria e do cálculo como aspectos que supostamente diriam respeito às nações avançadas do centro da modernidade. O que em última instância, relega o Brasil a um *status* inferior, se comparado a sociedades cuja identidade se assenta nos atributos valorizáveis no mundo moderno.

Por outro lado, a particularidade das sociedades que Souza (2012) denomina por “nova periferia” como a brasileira, pode ser explicada não tanto pela ausência dos atributos valorizáveis na modernidade, mas antes pela forma como as instituições fundamentais as quais tais elementos valorativos se ancoram, foram transportadas em um contexto tão singular quanto o nosso. E para darmos seguimento ao argumento de Souza (2012) é preciso, antes de tudo, entender o que o mesmo chama de “nova periferia” que se contrapõe à chamada “velha periferia”.

A “velha periferia” faz referência às grandes civilizações ou ainda, aquelas cuja formação social é consagrada pelas grandes religiões mundiais do Oriente como a hindu e a chinesa. Resultado de culturas milenares, estas sociedades se desenvolveram, em grande medida, de forma paralela ao Ocidente. Importante enfatizar o lugar que a religiosidade ética ocupa neste tipo de sociedade, que aponta para uma concepção de mundo dual, ou seja, para “a existência de uma esfera moral e simbólica de fundo religioso, autônoma em relação às esferas profanas, a qual logra se institucionalizar e perpassar todas as esferas da vida legitimando-as e conferindo-lhes estabilidade e permanência” (SOUZA, 2012, p.94, 95).

Acerca disto, Souza (2012, p.95) destaca que seu interesse se dá apenas em ressaltar que:

[...] tanto nas sociedades nucleares do Ocidente quanto nas grandes civilizações ou culturas orientais, uma concepção de mundo de fundo religioso com considerável grau de articulação e abstração regulava e legitimava o contexto tradicional nesses grupos de sociedades em todas as suas práticas institucionais e dimensões da sociabilidade.

Por outra via, o argumento de Souza (2012) centra-se em demonstrar como o influxo do processo de expansão do racionalismo ocidental adquire uma singularidade própria em contextos os quais o mesmo chama de “nova periferia”, como é o caso do Brasil. Esta, seria então formada enquanto conjunto de sociedades complexas a partir da expansão ocidental. Assim:

Não fazendo parte daquelas sociedades como os EUA, Inglaterra, França ou Alemanha, que formaram o núcleo do racionalismo ocidental nas suas múltiplas facetas, tendo recebido, ao contrário, o influxo dessas sociedades e de seus agentes de “fora para dentro”, essa “nova periferia” é, na verdade, tomada de assalto [...] por uma cultura material e simbólica cujo dinamismo e vigor não deixaram muito espaço para compromisso ou reação.

Ao lado disto, a visão de mundo articulada institucional e simbolicamente - como no caso dos países cerne do racionalismo ocidental, e ainda nos países que compõem a “velha periferia” - era inexistente no caso brasileiro. Ou seja, no Brasil colonial, a religião jamais se converteu em uma esfera moral autônoma. A ética religiosa portada pelos missionários jesuítas teve, senão, uma eficácia localizada e transitória restrita ao âmbito da dedicação à conversão do pagão. No mais, a capela era apenas um prolongamento do poder do senhor de escravos e terras, tendo se reduzido a uma religiosidade mágica de culto familiar aos antepassados, indicando a falta de uma religiosidade católica de fato operante no âmbito da constituição de consensos valorativos a partir de fontes cognitivas e morais. “A legitimação das relações hierárquicas e desiguais era conseguida a custo de violência física aberta, no pior dos casos, ou

da violência psíquica e encoberta da cooptação implícita na relação de dependência pessoal, nos outros casos [...]” (SOUZA, 2012, p.95).

Partindo do pressuposto tayloriano, como detalhado na primeira parte deste capítulo, as ideias são anteriores às práticas institucionais e sociais. Isso fica claro no empreendimento promovido por Taylor (2013) que procurou em uma hermenêutica dos sentidos, as fontes morais da modernidade ocidental. Em outros termos, Taylor (2013) permitiu que compreendêssemos as ideias que estavam por trás das práticas já instituídas pelo racionalismo e pelo expressivismo.

Ademais, o argumento de Souza (2012) é que a especificidade das sociedades que compõem a “nova periferia” encontra-se justamente na inversão do processo destacado por Taylor (2013). Ou seja, faltou no Brasil determinadas precondições existentes na modernidade central, na medida em que aqui, as “práticas” modernas se deram antes das “ideias” modernas.

Assim, quando mercado e Estado, ainda que de modo paulatino, fragmentário e larvar, são importados de fora para dentro com a europeização da primeira metade do século XIX, inexistia o consenso valorativo que acompanha o mesmo processo na Europa e na América do Norte. Inexistia, por exemplo, o consenso acerca da necessidade de homogeneização do tipo de personalidade e de economia emocional burguesa a todos os estratos sociais, como aconteceu em todas as sociedades mais importantes da Europa e da América do Norte.

Em todos os países que lograram homogeneizar um tipo humano transclassista, este foi um desiderato perseguido de forma consciente e decidida e não deixado a uma suposta ação automática do progresso econômico (SOUZA, 2012, p.96, 97).

Convém afirmar, portanto, que o processo de transformação social e de homogeneização é pressuposto da eficácia social da noção de cidadania. Esta fora conquistada nos países ocidentais centrais tendo em vista as sementes morais que germinaram e assim, possibilitaram a disseminação de ideias que promoveram consensos valorativos conscientes que acompanharam a consolidação do capitalismo tanto nas esferas econômica, quanto política. Assim, todos os estratos, independente de classe social, lograram articular sua visão peculiar a partir de heranças religiosas e culturais compartilhadas (SOUZA, 2012, p.97).

Tais elementos apontam para a importância da existência de um “contexto cognitivo e moral explícito, articulado e autônomo que possa se contrapor, seja limitando ou estimulando, à lógica própria dos imperativos funcionais que emanam de práticas institucionais consolidadas” (SOUZA, 2012, p.97 - 98). A falta dos componentes nestes termos, resultou em um padrão de modernização que não possibilita a reflexividade e a consciência de longo prazo dos dilemas e das contradições inerentes ao nosso tipo de sociedade. No mais, o processo modernizador peculiar à nova periferia, no qual as práticas institucionais se impõem sem o lastro ideal e valorativo que lhe permitiria articulação, acaba influenciando ainda no modo como

tratamos uns aos outros e, conseqüentemente, na forma como percebemos as desigualdades sociais em sociedades como a nossa.

É inserido neste panorama que Souza (2012) destaca a prevalência de uma espécie de “hipereconomicismo” dominante na sociedade brasileira. O que implica ainda que toda a resolução de conflitos em nosso meio seja delegada a uma progressiva ação econômica, “inclusive de aspectos sociais fundamentais como a generalização do tipo humano adequado aos imperativos de mercado e Estado, aspectos estes que tornam possível a expansão do *status* intersubjetivamente reconhecido de cidadão” (SOUZA, 2012, p.98).

A partir de tais pressupostos, Souza (2012) destaca que, diferente do que a teoria da modernização tradicional e de sua variável “hibridista” apontam, o contexto tradicional prévio à modernização possui sim sua eficácia, porém de forma restrita e limitada a alguns setores da sociedade. Em outras palavras, o que o autor destaca é que, os mecanismos modernos e impessoais se sobrepõem aos elementos ligados ao tradicionalismo e às relações pessoais, elementos estes supervalorizados pelas teorias personalistas e patrimonialista. Com isso, o ponto chave do argumento que Souza (2012) procura desenvolver em sua tese é o de que, a continuidade dos valores marcadamente arcaicos perdura entre os estratos “‘não europeizados’ do singular processo de modernização da ‘nova periferia’” (SOUZA, 2012, p.99).

A gênese e o desenvolvimento deste processo são então desenvolvidos por Souza (2012), a partir da utilização de autores de peso como Gilberto Freyre e Florestan Fernandes, para citar apenas alguns. Partindo da leitura da obra seminal *Casa-Grande e Senzala*, de 1933, Souza (2012, p.102) pretende, como o mesmo pontua, “*usar Freyre contra Freyre*”, sempre no intuito de se opor à tese de continuidade orgânica do Brasil com Portugal.

A construção da tese da singularidade da formação social brasileira feita por Souza (2012), toma como norte então a ênfase na instituição da escravidão entre nós, que difere de Portugal e da Europa de forma geral, na medida em que nestas sociedades, tal instituição se desenvolveu apenas de forma pontual e historicamente limitada (SOUZA, 2012, p.102). Isso torna a experiência da escravidão o fio o condutor da análise de Souza (2012):

[..] trata-se da única instituição que logrou, em uma nação tão jovem, quase 400 anos de longevidade e uma penetração, ainda que sob formas peculiares em cada região, que abrangeu toda a extensão de uma enorme massa territorial. Foram os interesses organicamente articulados à escravidão que permitiram a manutenção da unidade do vasto território brasileiro e foi também a escravidão, [...] que determinou, inclusive, o modo de vida peculiar do homem livre no Brasil (SOUZA, 2012, p.102).

Com isso, pode-se destacar a centralidade da escravidão na nossa organização econômica, civil e também familiar. No que tange ao primeiro aspecto, o Brasil colônia fora marcado pela atividade agrícola, mais especificamente, pela agricultura da monocultura, elemento este baseado no trabalho eminentemente escravo. No aspecto social, destaca-se a constituição da família patriarcal como a forma preponderante da organização sociofamiliar. Neste ponto, é necessário pensar na importância do patriarcalismo como forma de domínio que não se restringia à família nuclear, sendo este um aspecto que se espalhava pela vida política e cultural do país. Assim, enquanto o chefe da família e senhor de escravos podia ser considerado uma autoridade absoluta em seus domínios, pode-se dizer que o patriarcalismo reunia em si toda a sociedade. Ou seja, não apenas “o elemento dominante, formado pelo senhor e sua família nuclear, mas também os elementos ‘intermediários’ constituídos pelo enorme número de bastardos e dependentes, além da base de escravos domésticos e, na última escala da hierarquia, os escravos da lavoura” (SOUZA, 2012, p.103).

Ao lado deste traço, convém mencionar que o modelo de escravidão que aqui se desenvolveu foi de tipo “sodomasoquista”, como bem menciona Souza (2012). Neste ponto, o autor postula que o tema do “sodomasoquismo” está ligado ao tema da escravidão muçulmana. Sendo assim, a estratégia de domínio, que é a substância do que Freyre:

[...] irá chamar de escravidão muçulmana, permite uma expansão e durabilidade da conquista inigualáveis, na medida em que associa o acesso a bens materiais e ideais muito concretos à identificação do dominado com os valores do opressor. A conquista pode assim abdicar da vigilância e do emprego sistemático da violência para a garantia do domínio e passar a contar crescentemente com um elemento volitivo internalizado e desejado pelo próprio oprimido. O Brasil colônia estava cheio de exemplos desse tipo de política. Isso permitia não só que fossem usados aqui capitães-do-mato e feitores negros e mulatos, também possibilitava a povoação de enormes massas territoriais sem que a dominância do elemento conquistador fosse posta seriamente em perigo (SOUZA, 2012, p.105).

Ao tratar da especificidade da escravidão em nosso meio com base na tese freyriana, Souza (2012) quer mostrar de que forma se constituiu um tipo de sociedade cujos valores se impuseram a partir desta herança. O elemento “sodomasoquista” da escravidão de tipo árabe, aponta para um modo peculiar de relação escravocrata. Assim, enquanto nas sociedades europeias o escravo era considerado mera máquina de trabalho, no Brasil, este fora constituído com base no elemento familista.

Dito de outra forma, de acordo com a teoria freyriana, a escravidão no Brasil teria sido, inclusive, “menos cruel” em relação às colônias inglesa, francesa e espanhola, tendo em vista a maneira familiar de tratamento dos escravos em nosso meio. Segundo Souza (2012, p.109, 110),

a partir de Freyre, isso se deu não devido ao Português ser um povo “mais cristão”, mas sim, dada a proximidade com o tipo de escravidão maometana, baseada em um tipo doméstico de escravidão. Logo, pode-se dizer que, a despeito da tradição católica a qual os portugueses se enquadram, certos costumes e técnicas foram tomados dos mulçumanos assimilando tais valores culturais como principalmente a forma de lidar com o escravo como pessoa “quase que da família” (SOUZA, 2012, p.110).

Este teria sido o elemento distintivo da sociedade escravocrata brasileira em meio às experiências similares das outras sociedades escravocratas do continente. O que em última instância aponta para a peculiaridade da constituição do poder pessoal na sociedade brasileira. Logo, esta teria sido a semente da forma singular que a dependência pessoal assumiu entre nós, tendendo a influenciar de alguma forma, inclusive a futura interferência “europeizante moderna, burguesa e neste sentido, antiportuguesa” (SOUZA, 2012, p.111).

É preciso acrescentar ainda, que a proximidade com a cultura maometana aponta para a constituição da família poligâmica, como traço constitutivo das relações sociais no Brasil colônia. Este modelo diz respeito ao “reconhecimento” legal de filhos naturais ou ilegítimos das relações do patriarca com as índias e as escravas negras. Assim, tais filhos passam a ser considerados como socialmente iguais, ou melhor, quase iguais aos filhos legítimos, desde que estes assumissem os valores e os costumes do pai. Logo, tal aspecto acabou se constituindo como uma possibilidade de ascensão social para alguns mestiços, que, para isso, precisavam ser aceitos como “europeizados”, tendo em vista ser este considerado o polo positivo da moralidade moderna.

Por outro lado, a família extensa atendia ainda aos interesses do patriarca na medida em que, era mais conveniente ao pai delegar tarefas de “confiança”, como o controle do trabalho, caça a escravos fugidos, bem como serviços “militares” relacionados a brigas por limites de terra, por exemplo, aos “membros” da família ampliada. Com isso, Souza (2012) acrescenta que “essa astuciosa estratégia de domínio se, no polo negativo, implica subordinação e sistemática reprodução social da baixa autoestima nos grupos dominados, no polo positivo, abre uma possibilidade efetiva e real de diferenciação social e mobilidade social” (SOUZA, 2012, p. 105).

Ou seja, os filhos dos senhores e das escravas, desde que se identificassem com o pai, tinham a “possibilidade” de ocupar os postos intermediários em uma sociedade tão marcadamente bipolar, como a representada pelo Brasil colônia. Pode-se dizer, neste intuito, que existiam recompensas materiais e ideais concretas que funcionavam de modo a

“recompensar” aquele que de fato “melhor” conseguisse internalizar, como se fosse sua, a vontade e os desejos do próprio dominador, aqui registrado na figura do patriarca. Com isso, pode-se acrescentar que

[...] é precisamente essa assimilação da vontade externa como se fosse própria, assimilação essa socialmente condicionada e que mata no nascedouro a própria autorrepresentação do dominado como um ser independente e autônomo, que o conceito de sadomasoquismo quer significar (SOUZA, 2012, p.119).

Sendo assim, podemos dizer, com base na argumentação de Souza (2012), que os dados postos estão relacionados com a centralidade que o patriarcado, aliado ao elemento familista, assumem na sociedade brasileira neste momento. Isso porque, o senhor de terras e escravos podia colocar em movimento seus desejos mais virulentos sem que houvesse qualquer empecilho. Primeiro porque as instituições como a Igreja e o Estado não ocupavam um lugar de destaque no ordenamento moral da sociedade colonial brasileira. Ou seja: não existia justiça superior ao patriarca, “como em Portugal era o caso da justiça da Igreja que decidia em última instância querelas seculares, não existia também poder policial independente que lhe pudesse exigir cumprimentos de contrato” (SOUZA, 2012, p. 115). Segundo que a própria religião aqui instaurada não teve o poder de se constituir em uma esfera moral e autônoma que pudesse impor limites ao patriarcalismo de tipo familiar.

Assim, a figura do patriarca aponta para um tipo de poder que não conhece freios, e cujas inclinações emotivas do senhor joga o papel principal, visto que “[...], não existia ainda [...] poder moral independente posto que a capela era uma mera extensão da casa-grande” (SOUZA, 2012, p. 115). Logo, pode-se afirmar que inexistia qualquer instituição intermediária que pudesse se sobrepor ou se desenvolver ao lado da família patriarcal, sendo esta a unidade básica que coligava todas as relações sociais, dada a distância do Estado ou ainda da Religião em nosso meio.

O resultado deste tipo de relação pode ser mais bem explicitado a partir das palavras de Souza (2012, p.117), que afirma que:

A consequência política e social dessas tiranias privadas, quando se transmitem da esfera da família e da atividade sexual para a esfera pública das relações políticas e sociais, se tornam evidentes na dialética de mandonismo e autoritarismo de um lado, no das elites mais precisamente, e no populismo e messianismo das massas, por outro. Dialética essa que iria, mais tarde, assumir formas múltiplas e mais concretas nas oposições entre doutores e analfabetos, grupos e classes mais europeizadas e as massas ameríndia e africana, e assim por diante.

Sendo assim, tendo suas inclinações pessoais encontrado um mínimo de limitações externas, o patriarca (ou seus representantes), podia decidir sobre a amplitude do núcleo familiar, além de como, a quem e em que proporção seriam distribuídos favor e proteção por parte dele. Logo, é

Nesse contexto de total dependência dos escravos em relação ao senhor, sem a proteção que o costume e a tradição garantiam ao elemento dominado em outras sociedades tradicionais, possibilitando desse modo, em alguma medida pelo menos, formas de constituição de autoestima e reconhecimento social independentes da vontade do senhor, que podemos compreender a especificidade do tipo de sociedade, baseada no poder pessoal, que aqui se constituiu (SOUZA, 2012, p.118).

Pode-se afirmar, com base no que fora discutido até o momento, que o sistema escravocrata lançou sua sombra sobre inúmeras relações sociais para além da relação direta entre escravo e senhor proprietário. Destaca-se neste ponto, a figura do “dependente” ou “agregado” formalmente livre cuja situação social estava marcada pela posição intermediária entre o patriarca e o escravo obrigado a trabalhar forçadamente. Despossuído, porém, formalmente livre, restava a este agente ocupar funções nas franjas do sistema como um todo (SOUZA, 2012, p.122).

Este teria sido o processo pelo qual Souza (2012) destaca ter se constituído o que o mesmo chama de “ralé”, que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos. Esta fora formada por homens, que pretensamente dispensáveis e desvinculados dos processos essenciais à sociedade, acabou se desenvolvendo sem “razão de ser” (SOUZA, 2012, p. 121). Em outras palavras, as características principais do que hoje Souza (2012) denomina por “ralé” brasileira estão associadas a esta configuração: “Seres humanos a rigor dispensáveis, na medida em que não exercem papéis fundamentais para as funções produtivas essenciais e conseguem sobreviver nos interstícios e nas ocupações marginais da ordem produtiva” (SOUZA, 2012, p.121). Logo, este seria o tipo de agente humano que, ao lado do escravo, teria se espalhado por todo o território brasileiro.

Tomando como norte a tese de Carvalho Franco (1997) em sua obra *Homens livres na ordem escravocrata*, Souza (2012) destaca que a “dispensabilidade” econômica do dependente marca toda sua existência moral e política. Sendo assim, o autor menciona que:

Esta sombra da escravidão não será apenas evidente no sentido da vida destinada a uma existência economicamente marginal, mas também [...] para a definição de um padrão de (não) reconhecimento social muito semelhante, àquele do qual o próprio escravo é vítima, embora oculto sob formas aparentemente voluntárias e consensuais que dispensam grilhões e algemas (SOUZA, 2012, p.122).

Souza (2012) ainda acrescenta que o horizonte prático-moral que vai imperar sobre a vida destes dependentes é o da violência, tendo em vista a falta de uma esfera moral objetiva, explícita, internalizada e articulada que pudesse regular e controlar a vida social e impor assim padrões de conduta institucionalizados, capazes de conferir regras consensuais entre os atores. Sendo assim, a condição de pobreza é quem vai ditar as relações sociais dos dependentes consagrando a virilidade como código moral válido, se bem que inarticulado e opaco no sentido de não ser percebido por seus praticantes e, muito especialmente, por suas vítimas.

A ubiquidade da violência que se erige em conduta aceita e legítima tem a ver, neste aspecto, com a inevitável sobreposição de interesses acarretado pela escassez e pela privação material. Entretanto, segundo Souza (2012, p.123), “[...] não é apenas a pobreza material e a escassez que se constitui como fator explicativo básico do horizonte moral do dependente, mas especialmente a sua pobreza espiritual, moral e simbólica em sentido amplo, que transforma a violência no único código legítimo”.

A peculiaridade do modo de vida do agregado formalmente livre centra-se no tipo de dependência objetiva que o mesmo possui em relação ao senhor de terras e escravos, que “aparece” para ambos os lados, como se fosse o resultado de um acordo voluntário (SOUZA, 2012, p.124). Diferente assim da relação entre senhor e escravo, o dependente se relaciona com o proprietário como se fosse seu igual, dispensando para tanto, o uso direto da violência física e aberta. Sob o manto de uma pretensa relação de “amizade”, esconde-se o fato de que a subsistência material do dependente está condicionada “à boa vontade do senhor”, revelando uma forma de sujeição absoluta. Este aspecto, porém, só é possível na medida em que o dependente acaba por se identificar com a vontade do senhor mediante uma relação de total subordinação, colocando seus interesses próprios e sua liberdade a mercê do atendimento das necessidades do “protetor” (SOUZA, 2012, p.125).

Com isso, estabelece-se um tal grau de heteronomia em uma relação social entre “formalmente iguais”. O que em última instância acaba por limitar as possibilidades dessa população para a compreensão de qualquer relação de caráter impessoal. Em síntese:

Todo horizonte de significados, no contexto examinado, é sempre redutível a motivos e atributos de sujeitos concretos. Não existe a possibilidade de “abstração valorativa” que pudesse permitir pensar-se em termos de valores universalistas ou impessoais. Estado, lei, autoridade impessoal, são conceitos estranhos e literalmente incompreensíveis enquanto tais. Na falta de uma religiosidade de fundo ético que transmita e institucionalize, em alguma medida, obrigações e mandamentos às ações generalizáveis e universalizantes, o fechamento da imaginação no horizonte do concreto e do imediato se cristaliza de maneira inexorável (SOUZA, 2012, p.125).

Neste panorama, a retribuição de favores e proteção do poderoso adquire a faceta “de uma retribuição ‘honrosa’ que reestabelece na consciência do dependente, algum sentido de bilateralidade e, através desta, de alguma forma de autoestima e reconhecimento social” (SOUZA, 2012, p.126). O resultado disto soa como uma “aceitação voluntária” da autoridade, percebida como consensual e até mesmo como “desejável”. Diferente assim do desejo de liberdade do escravo cujo próprio corpo carrega as marcas da violência e da opressão transformando-o em coisa; o poder pessoal incide tornando aquele que sofre sob sua influência em criatura domesticada e conformada, dado o horizonte de ação limitado voltado a um mundo aparentemente livre.

A dependência objetiva não eliminou, porém, a possibilidade de ascensão social para vários dependentes, muito embora isso se desse a custo de um processo de desumanização que a ascensão neste contexto de insegurança, precariedade e violência exigem. Souza (2012, p.127) ilustra aqui como exemplo a narrativa de Graciliano Ramos em *São Bernardo* a partir da trajetória de um “ex-dependente que logrou, a golpes de esperteza e assassinatos, a condição de senhor de terra e gente”. A conclusão de Souza (2012, p.127) ancorada na obra de Graciliano Ramos diz respeito a implicação da ascensão social neste contexto que transforma “em virtude adaptativa a faculdade de não levar em conta qualquer forma de respeito à alteridade”. Sendo assim, o drama objetivo que estava posto era o de um contexto que só permite a oposição entre “fortes” e “fracos”, “tiranos” e “humilhados”, no qual o “fraco” deve ser explorado e humilhado, para respeitar “quem manda”; enquanto o “forte”, sendo um rival, deve ser eliminado como forma de um “cuidado preventivo” (SOUZA, 2012, p.127).

A partir disto o autor sinaliza que:

O aspecto mais interessante das visões do escravo na “escravidão muçulmana”, que analisamos com Freyre, e do dependente formalmente livre, analisado por Carvalho Franco, é sua extraordinária contiguidade. Ambos são obrigados, através de processos e condições sociais distintos, a assumirem posições quase que intercambiáveis. Aos dois é comum o fechamento do próprio horizonte de percepção dos seus interesses e a subordinação, como se fosse uma eleição advinda de escolha autônoma, aos interesses e desejos do senhor. Ambos irão formar a “ralé” dos imprestáveis e inadaptados ao novo sistema impessoal que chega de fora pra dentro “como prática institucional” pura, sem o arcabouço ideal que, nas sociedades centrais, foi o estímulo último para o gigantesco processo de homogeneização do tipo humano contingente e improvável que serve de base à economia emocional burguesa, e que permite a sua generalização também para as classes subalternas. É apenas quando este processo for levado a cabo com alguma medida significativa de sucesso, que poderemos ter a chance de que a lei abstrata que serve de substrato à noção de cidadania seja uma realidade efetiva (SOUZA, 2012, p.128).

A partir dos elementos trabalhados por Souza (2012), o mesmo segue em sua argumentação pela superação das tradicionais interpretações do processo de modernização de sociedades da “nova periferia” como a brasileira. Interpretações estas que, segundo o autor, insistem na continuidade de um país regido por relações pré-modernas e por isso mesmo, dominado pelo poder pessoal que teria sofrido apenas uma transformação de escala através da passagem de um contexto patriarcalista e familista para um contexto patrimonialista comandado pela esfera estatal.

É neste momento que o mesmo lança mão de um autor periférico, que o mesmo destaca ser o que mais se aproximou da construção de um paradigma que possibilitou vislumbrar uma concepção alternativa para dar conta dos problemas modernos em sociedades como a brasileira. Trata-se de Florestan Fernandes, mais especificamente, a partir de sua tese acerca da *Revolução burguesa no Brasil* (1987) que marca a implantação e consolidação do capitalismo em nosso país.

A questão central de Florestan Fernandes (1987) neste contexto é a compreensão do “padrão de civilização dominante” do mundo ocidental moderno, a partir da transformação estrutural das formas econômicas, sociais e políticas fundamentais, no Brasil pós-independência (1822) (SOUZA, 2012, p.130). Sendo assim, ao destacar o aparecimento do burguês no Brasil, Fernandes (1987) atende aos interesses de Souza (2012) na medida em que os argumentos do autor combinam com a discussão acerca da anterioridade das práticas institucionais e sociais em relação às ideias no Brasil.

Em outros termos, o burguês entre nós, teria surgido como uma “realidade especializada”, e não como resultado “de toda uma visão de mundo revolucionária da vida social em todas as dimensões, como na Europa, mas como produto circunscritamente econômico” (SOUZA, 2012, p.130). Ou seja, o capitalismo surge no Brasil sob sua variante comercial, como um produto econômico que se constitui em resposta a estímulos econômicos concretos sem envolver uma abstração dessa circunstância para o contexto social maior.

O marco, ou melhor, o fator estrutural fundamental da implantação do capitalismo no Brasil para Fernandes (1987) encontra-se na independência política do país, a partir da quebra do pacto colonial e da concomitante estruturação de um Estado nacional. Sendo assim, o rompimento com o estatuto colonial, possibilitando que parte maior do produto produzido fosse aplicado internamente, converte-se no passo inicial, justamente com a expansão do Estado nacional e suas consequências socioeconômicas, como: “[...] - novos serviços e funções,

homogeneização e maior ligação entre os diversos mercados regionais etc. – para a singular construção de um capitalismo periférico” (SOUZA, 2012, p.131).

A principal problemática do tipo de sociedade moderna constituída sob a forma de uma anterioridade das práticas institucionais e sociais em relação às ideias, “é a impossibilidade de articulação consciente da visão de mundo e do comportamento cotidiano que essas mesmas práticas institucionais e sociais envolvem” (SOUZA, 2012, p.131). Essas práticas, entretanto não são “neutras”. Estas mostram que mercado e Estado já reproduzem uma visão de ser humano e de mundo historicamente produzida, que incide de forma a hierarquizar indivíduos e classes sociais de acordo com seus imperativos funcionais. Assim, é “com base nessa hierarquia que classificados e desclassificados sociais são produzidos sob uma aparência de naturalidade e neutralidade pela ação de princípios supostamente universais e acima de qualquer discussão como, por exemplo, a noção de desempenho diferencial” (SOUZA, 2012, p.131).

Interessante notar que é a doutrina liberal que se transformou “no ideário mais adequado para a expressão da visão de mundo e dos interesses da nova sociedade que se formava a partir das entranhas e da lenta decadência da antiga” (SOUZA, 2012, p.132). Com isso, o liberalismo tornou-se a ideologia galvanizadora e também “integradora dos novos requisitos estruturais e funcionais, tanto da nova ordem legal, quanto também da concepção de mundo que articulava uma nascente esfera pública” (SOUZA, 2012, p.133).

A gramática do liberalismo permitiu assim que a sociedade colonial baseada em relações pessoais, experimentasse um “choque cultural” (SOUZA, 2012, p.133) transformando-a, paulatinamente, em uma sociedade provida por relações de dominação crescentemente impessoais. Esta tornou-se então a linguagem plausível para este processo de abstração e generalização, possibilitando a autocompreensão dos próprios sujeitos.

Esta revolução burguesa “encapuzada”, como nomeia Fernandes (1987), é a mais perfeita expressão de um processo de modernização em que as “práticas institucionais” e suas consequências sociais se impõem quase como realidade material bruta, segundo Souza (2012). Entretanto, o mesmo postula que:

[...] o ideário *ex post* do liberalismo, se possibilita a mediação, negociação e legitimação a curto prazo e no “calor da luta” dos novos papéis sociais, permitindo um “alargamento das esferas psicossociais de percepção da realidade”, não logra, por outro lado, realizar, com o alto grau de consciência e intencionalidade que caracterizam os casos europeu e norte-americano, expectativas de longo prazo para a sociedade como um todo. Não houve aqui nenhuma preocupação com a “sociedade ordeira” que caracteriza os esforços de organização social das comunidades puritanas nos EUA, nem a preocupação, primeiro da elite e, depois, das próprias classes

subalternas europeias, com os processos de homogeneização e generalização do tipo de personalidade e de economia emocional burguesa (SOUZA, 2012, p.134).

Para complementar as ideias de Fernandes (1987), e explicar o processo de modernização exógeno pelo qual o Brasil passou, mais uma vez Souza (2012) toma como norte Gilberto Freyre, agora com sua obra: *Sobrados e Mucambos*. Esta obra retrata a vida urbana brasileira da primeira metade do século XIX, sob impacto da reeuropeização²² pela qual nossa sociedade passou, com a lenta decadência da cultura patriarcal rural a partir do desenvolvimento das cidades e da cultura urbana (SOUZA, 2012, p.136). Com esta obra Freyriana, Souza (2012) quer revelar a “dimensão da ação social consubstanciada na tematização dos grupos e classes suportes do processo de modernização” (SOUZA, 2012, p.134), aspecto que o mesmo diz ter sido negligenciado por Fernandes (1987).

Como marco histórico, Souza (2012, p.136) destaca que 1808 teria sido “um ano prenhe dos acontecimentos de larga repercussão, como a vinda da família real portuguesa [...] e a abertura dos portos, no mesmo ano, eliminando o monopólio comercial da metrópole”. Logo, estes seriam os dois acontecimentos que aos olhos de Souza (2012) teriam dado início, em um contexto de uma sociedade até então primitiva material e simbolicamente, às duas práticas institucionais mais fundamentais do mundo moderno, a saber: Estado e mercado.

A vinda da família real significou a introdução de uma série de melhoramentos sociais, apoio e estímulo à produção e serviços. Ao lado disso, a abertura dos portos significou não só o aumento da troca de mercadorias, mas também uma mudança no cenário de cidades como a do Rio de Janeiro com a entrada significativa de agentes comerciais, de manufactureiros, de vendedores, de mecânicos e de viajantes europeus, especialmente os ingleses (SOUZA, 2012, p.136).

Aos poucos se percebe a proteção aos interesses urbanos em detrimento dos interesses rurais, colocando em xeque o potentado do senhor de terras, ao mesmo tempo em que o Estado começa a se impor contra a família patriarcal. Ressalta-se neste momento figuras como a do

²² Por reeuropeização, Souza (2012) exemplifica o processo sofrido pelas sociedades periféricas modernizadas de fora para dentro, como a brasileira, que passaram a adotar o modelo de homem “europeu” como parâmetro para o estatuto de “gente”. Nas palavras de Souza (2012, p. 181, 182): “Com a designação de ‘europeu’ eu não estou me referindo, obviamente, à entidade concreta ‘Europa’, nem muito menos a um fenótipo ou tipo físico, mas ao lugar e à fonte histórica da concepção culturalmente determinada de ser humano que vai ser cristalizada na ação empírica de instituições como mercado competitivo e Estado racional centralizado, as quais, a partir da Europa, literalmente ‘dominam o mundo’ em todos os seus rincões e cantos, como exemplarmente mostra o caso brasileiro [...]”.

comerciante, a do financista e a do agiota, dando novos contornos à paisagem urbana regida sob outros tipos de relações. Em especial podemos destacar a emergência do poder pessoal ancorado na mercantilização crescente da vida econômica e no Estado. Nesta perspectiva, segundo Souza (2012, p.137) “a direção geral de menos patriarcalismo e mais individualismo é evidente e insofismável”.

A superação do personalismo e do familismo deu-se, neste intuito, tanto no espaço privado quanto no público, estabelecendo mudanças nos padrões de relações sociais. Podemos destacar como exemplo neste bojo, mudanças no âmbito da relação entre os sexos, com a entrada em cena de atores como o médico de família em substituição ao confessor, o diretor de colégio, o juiz e uma gama de outros sujeitos que representam a presença de novas instituições mediadoras das relações pessoais no ambiente familiar. Temos nesta seara ainda, a entronização do amor romântico que passa a se tornar, aos poucos, a forma legítima de consórcio entre os sexos, comprovando a penetração dos ideais individualistas no cotidiano (SOUZA, 2012, p.138).

As novas necessidades estatais juntamente às atividades ligadas ao comércio impõem ainda uma mudança no que tange à diversificação e ao perfil do mercado de trabalho. Com isso percebe-se a valorização de profissões importantes ao Estado burocratizado como: burocratas, juízes, fiscais, juristas etc. Neste polo, os conhecimentos necessários ao exercício das novas funções estatais passam a ser demandados e adquiridos na escola, relegando o velho conhecimento baseado na experiência, típico das gerações anteriores, a um *status* desvalorizado (SOUZA, 2012).

Assiste-se, portanto, o impacto da entrada em cena do elemento burguês democratizante por excelência, que é o “conhecimento” e, conseqüentemente, a valorização do “talento individual”. Logo, este passa a ser o novo elemento que começa “a contar de forma crescente na definição da nova hierarquia social” (SOUZA, 2012, p.140).

Com isso, pode-se afirmar que a reeuropeização tenha atuado como uma transformação profunda de hábitos e costumes, introduzindo ainda “valores, normas, formas de comportamento e estilos de vida novos destinados a se constituírem em critérios revolucionários de classificação e desclassificação social” (SOUZA, 2012, p.140). A “europeidade” passa a ser o referente empírico de uma hierarquia valorativa específica que possibilita traçar uma linha divisória separando “gente” de “não gente”, ou ainda “cidadão” de “subcidadão”.

O novo mundo material e simbólico que emerge deste processo resulta em uma valorização de elementos ocidentais individualistas em nossa cultura mediante a influência Europeia agora francamente burguesa. Sendo assim, para Souza (2012, p. 140):

Tal processo realizou-se como uma grande revolução de cima para baixo envolvendo todos os estratos sociais, mudando a posição e o prestígio relativo de cada um desses grupos e acrescentando novos elementos de diferenciação. São esses novos valores burgueses e individualistas que irão se tornar o núcleo da ideia de “modernidade”, enquanto princípio ideologicamente hegemônico da sociedade brasileira a partir de então. No estilo de vida, e aí Freyre chama a atenção para a influência decisiva dos interesses comerciais e industriais do imperialismo inglês, mudaram-se hábitos, a arquitetura das casas, o jeito de vestir, as cores da moda, [...]. Bebia-se agora cerveja e comia-se pão como um inglês, e tudo que era português ou oriental transformou-se em sinal de mau gosto. [...].

O reflexo disso se fez sentir na desvalorização das duas posições sociais polares que marcavam a sociedade escravocrata. O que abriu espaço para que os estratos intermediários da antiga sociedade que, sem outra fonte de riqueza e contando apenas com sua disposição em aprender novos ofícios, passassem a dispor do novo “capital cultural” requerido para o desempenho dos imperativos funcionais de um incipiente mercado e Estado. Segundo Souza (2012, p.141) são estes elementos médios da sociedade, sujeitos quase sempre mestiços, que “passaram a formar o elemento mais tipicamente burguês daquela sociedade em mudança [...]”.

Segundo Souza (2012), de acordo com Freyre (1990), o suporte social da nova visão de mundo material e simbólica inaugurada neste momento encontra-se no “mulato habilidoso”. A partir disto tem-se a ascensão social “de pessoas antes desclassificadas [...] a partir da decadência progressiva dos critérios adscritos de classificação social em favor de critérios agora baseados, crescentemente, na valorização burguesa e capitalista do mérito e desempenho pessoal” (SOUZA, 2012, p.141). Logo, estes teriam sido os grupos-chave, que corroboraram a disseminação progressiva dos interesses materiais e ideias do processo em curso.

O saldo deste cenário são as práticas institucionais impessoais transplantadas de fora para dentro no Brasil que carregam toda uma concepção de mundo, se impondo como um padrão de comportamento social legítimo para toda a sociedade. Logo, é esta nova visão de mundo que passa a guiar a percepção social e a construção de novos estilos e condutas de vida. É ainda com base nestas práticas que os sujeitos passam a sofrer sanções ou receber prêmios quanto mais se distanciam ou se aproximam da nova ordem imposta.

A problemática que se impõe diante da disseminação da “ideologia espontânea do capitalismo”, aspecto relacionado à transposição das práticas inerentes ao sistema de mercado em uma sociedade tradicional que não possuía o lastro ideal para a generalização efetiva do tipo

de agente humano necessário ao sistema que se impunha de forma exógena; é a relegação de um contingente de sujeitos sem chances reais de reconhecimento social no sentido trabalhado nesta tese. Em outros termos, significa a reprodução de agentes condenados à condição de “subgente”. Ser gente, neste movimento, corresponde às precondições essenciais para a formação do “habitus” adequado aos imperativos institucionais da nova ordem (SOUZA, 2012, p.162).

Para a melhor compreensão deste contexto, neste ponto é importante trazer à tona alguns elementos trabalhados por Souza (2012) a partir de mais uma obra de Florestan Fernandes, a saber: *A integração do negro na sociedade de classes*, de 1978. Nesta obra o autor destaca que o “dado essencial de todo o processo de desagregação da ordem servil e senhorial foi [...] o abandono do liberto à própria sorte (ou azar).” (SOUZA, 2012, p.154). Ou seja, o destino do liberto foi negligenciado. Logo, a este restou a responsabilidade por si mesmo e sua família, sem qualquer disposição de meios materiais ou ainda morais para sobreviver em uma emergente economia competitiva de tipo capitalista. Assim, ao “negro, fora do contexto tradicional restava o deslocamento social na nova ordem. Ele não apresentava os pressupostos sociais e psicossociais que são os motivos últimos do sucesso no meio ambiente concorrencial” (SOUZA, 2012, p.155).

Pode-se dizer, com base no argumento de Souza (2012) que é a reprodução de um “habitus precário” a causa da inadaptação e da marginalização do ex-escravo e do dependente de qualquer cor. Sendo assim, não é a continuação de um passado inexorável o responsável por reproduzir as desigualdades sociais e ainda as raciais ao longo do tempo, aspecto este que tende a apostar no desenvolvimento econômico como remédio para todas as mazelas sociais. Mas, a marginalização permanente de grupos inteiros está relacionada com a disseminação de concepções morais que funcionam como verdadeiras “ideias-força” em nossa sociedade. Logo, é a redefinição “moderna” do negro e do agregado de qualquer cor como “imprestáveis” para exercerem qualquer atividade relevante e produtiva no novo contexto, o elemento motor que corrobora a legitimação do racismo e a naturalização das desigualdades sociais ainda nos dias de hoje.

Ou seja, a ordem competitiva não é neutra e carrega uma hierarquia opaca que funciona como parâmetro de classificação e desclassificação. A marginalização da população negra – levando-se em conta o handicap da cor-, ou ainda do branco sem qualificação, advém neste intuito, dos critérios operantes da nova ordem ancorados em valores agora disseminados pelas

relações impessoais que correspondem, entre outras, a qualidades tais como: disciplina, raciocínio prospectivo, autorresponsabilidade, empenho pessoal etc.

No que tange a naturalização das desigualdades sociais em sociedades de tipo periférica, como o Brasil, Souza (2012) aponta para a disseminação do chamado “habitus precário” que se contrapõe ao “habitus primário”, este último característico de sociedades desenvolvidas como a Alemanha, por exemplo. Vejamos a diferença entre eles e as implicações disto para a nossa realidade.

Com relação ao “habitus primário”, segundo Souza (2012) a burguesia teria sido a primeira classe dirigente na história a *trabalhar*. Sendo assim, esta teria rompido com a moral típica das sociedades tradicionais baseada no código da honra, contribuindo, pelo menos em uma medida significativa, para uma homogeneização do tipo de agente humano a partir da generalização de sua própria economia emocional. Atrelado a este contexto, esse processo histórico homogeneizador foi aprofundado pelas conquistas políticas e sociais de iniciativa da própria classe trabalhadora, que se não equalizou as classes sociais em todas as esferas da vida, corroborou a generalização e expandiu dimensões fundamentais da igualdade nas esferas civis, políticas e sociais. Logo, este pode ser percebido “como um gigantesco processo de aprendizado moral e político de profundas consequências” (SOUZA, 2012, p.167).

Sendo assim, “habitus primário” pressupõe o compartilhamento intersubjetivo da noção de dignidade que no contexto do capitalismo moderno está ancorado na ideia de agente racional. Logo, o “habitus primário” tem a ver com a incorporação em ampla medida das características disciplinadoras, plásticas e adaptativas básicas para o exercício das funções produtivas na sociedade moderna. No mais, a disposição de tal “habitus” significa a generalização de um patamar de igualdade efetiva na dimensão tanto dos direitos fundamentais quanto do respeito atitudinal no sentido trabalhado por Taylor (2013), na medida em que os membros da sociedade são percebidos como agentes úteis, ainda que desiguais em outras dimensões.

Neste aspecto, o “habitus primário” é assim denominado por Souza (2012, p.167, 168)

[...] de modo a chamar a atenção a esquemas avaliativos e disposições de comportamento objetivamente internalizados e “incorporados”, no sentido bourdiesiano do termo, que permite o compartilhamento de uma noção de “dignidade” efetivamente compartilhada no sentido tayloriano. É essa “dignidade”, efetivamente compartilhada por classes que lograram homogeneizar a economia emocional de todos os seus membros numa medida significativa, que me parece ser o fundamento profundo do reconhecimento social infra e ultrajurídico, o qual, por sua vez, permite a eficácia social da regra jurídica da igualdade e, portanto, da noção moderna de cidadania. É essa dimensão da “dignidade” compartilhada, no sentido não jurídico de “levar o outro em consideração”, e que Taylor chama de respeito atitudinal, que tem que estar disseminada de forma efetiva em uma sociedade, para que possamos dizer

que, nesta sociedade concreta, temos a dimensão jurídica da cidadania e da igualdade garantida pela lei. Para que haja eficácia legal da regra de igualdade é necessário que a percepção da igualdade na dimensão da vida cotidiana esteja efetivamente internalizada.

Importante ressaltar que essa dimensão exige um efetivo consenso valorativo transclassista que Souza (2012) destaca não existir em sociedades como a brasileira. Ou seja, falta em nosso contexto a generalização das precondições econômicas, sociais e políticas do sujeito “útil”, “digno” ou simplesmente “cidadão”. Sendo assim, tomando o “habitus primário” como um norte, Souza (2012) ressalta que no limite deste “habitus” para baixo, teríamos o chamado “habitus precário”. Este corresponderia

[...] aquele tipo de personalidade e de disposição de comportamento que não atendem às demandas objetivas para que, seja um indivíduo, seja um grupo social, possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade de tipo moderno e competitivo, podendo gozar de reconhecimento social com todas as suas dramáticas consequências existenciais e políticas. Para alguns autores, mesmo sociedades afluentes como a alemã, já apresentam segmentos de trabalhadores e de pobres que vivem do seguro social precisamente com estes traços de um “habitus precário”, na medida em que o que estamos chamando de “habitus primário” tende a ser definido segundo os novos patamares adequados às recentes transformações da sociedade globalizada e da nova importância do conhecimento. No entanto, [...] essa definição só ganha o estatuto de um fenômeno de massa permanente em países periféricos como o Brasil (SOUZA, 2012, p.168).

Com base neste argumento e tomando como norte Kreckel (1992), Souza (2012) percebe que o potencial encobridor de desigualdades por trás da noção de dignidade do sujeito racional, manifesta-se mais facilmente na dimensão do trabalho útil, produtivo e disciplinado, que parece configurar a “avaliação objetiva do valor relativo” de cada agente nesta dimensão, o que podemos dizer ainda que tem a ver com a “afirmação da vida cotidiana” para Taylor (2013). No mais, o autor destaca que “apenas através da categoria do ‘trabalho’ é possível se assegurar de identidade, autoestima e reconhecimento social” (SOUZA, 2012, p.170), aspecto este que, como veremos mais a frente, tende a influir profundamente na vida dos sujeitos assistidos pelo Estado que vivenciam a experiência da desqualificação social (PAUGAM, 2003), na medida em que tal categoria está ancorada no Valor-Família²³ característico da identidade das camadas populares (DUARTE, 1986).

²³ Duarte (1986) em sua obra *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*, ao discutir a construção do “nervoso” como categoria constitutiva da identidade das classes trabalhadoras urbanas destaca como tal fenômeno carrega uma conotação tanto física, quanto moral. No que tange ao quesito moral, é possível destacar o Valor-Família como o elemento articulador da identidade deste público, na medida em que questões como a obrigação do homem como provedor da casa e da mulher como responsável pelo núcleo doméstico, a valorização do universo adulto marcado pela iniciação do homem no mercado de trabalho passando a contribuir com a reprodução do âmbito doméstico, etc., compõem o rol dos elementos valorativos nesta camada da população. Assim, é no Valor-

Acresce-se a tais elementos, mais uma vez a partir de Kreckel (1992), a combinação do que Souza (2012) chama de “tríade meritocrática” da “ideologia do desempenho”, assentada em elementos como qualificação, posição e salário, sendo o primeiro ponto o condicionante dos dois últimos. Tal ideologia é responsável não apenas por estimular e premiar a capacidade de desempenho objetivo dos atores, mas também por legitimar o acesso diferencial a chances de vida e apropriação de bens e recursos escassos. Assim, apenas a combinação desta tríade do desempenho “faz do indivíduo um ‘sinalizador’ completo e efetivo do ‘cidadão completo’” (SOUZA, 2012, p.170).

Com base em tais pressupostos é possível depreender que os atores acabam por julgar aos outros e a si mesmos, a partir dos valores ancorados nos critérios de atribuição de respeito social que se ligam, no mundo moderno, aos papéis de produtor e de cidadão. Valores estes, importante destacar, mediados “pela abstração real já produzida por mercado e Estado aos indivíduos pensados como ‘suporte de distinções’ que estabelecem seu valor relativo” (SOUZA, 2012, p.170). Sendo assim, a ausência dos pressupostos mínimos para uma competição bem-sucedida acaba por influir no não reconhecimento social e na ausência de autoestima dos sujeitos sociais excluídos deste plano, fazendo com que a marginalização de grupos inteiros possa ser percebida tanto pela sociedade incluída como por suas vítimas, como um “fracasso pessoal”.

Neste processo, o “habitus precário”, que representa um fenômeno de massa em sociedades periféricas como o Brasil, aponta para a formação de um amplo segmento de pessoas excluídas e desqualificadas, tendo em vista que elas não participam do contexto valorativo de fundo, configurando, nas palavras de Souza (2012), a estrutural “ralé” brasileira. Acerca desta “ralé”, que no contexto impessoal moderno é reproduzida com base em redes invisíveis e crenças compartilhadas acerca do valor relativo de indivíduos e grupos, pode-se dizer que a mesma tenha sofrido um adensamento no limiar do século XX, com a reeuropeização que se intensificou a partir de 1930, marcando o início do processo de modernização de larga escala.

Neste caso, a linha divisória passa a ser traçada entre os setores “europeizados” – ou seja, os setores que lograram se adaptar às novas demandas produtivas e sociais – e os setores “não europeizados” que tenderam, por seu abandono, a uma crescente e permanente marginalização (SOUZA, 2012, p.172).

Família que se ancora ainda a valorização do trabalho, que, torna-se *locus* do “nervoso” masculino, enquanto o núcleo doméstico é lido como o polo do “nervoso” feminino.

Esta nova ordem ganhou corpo e um novo estatuto com o projeto brasileiro de modernização autônomo encabeçado pela figura de Getúlio Vargas consolidado a partir de 1930. No plano econômico, o processo modernizador, ditado agora por um movimento endógeno, passou a ser comandado pela industrialização crescente pondo em marcha um modelo de desenvolvimento baseado no que se convencionou chamar de Substituição de Importações. Já no plano político, assistiu-se a um alargamento da base participava, de modo a “incluir os setores médios urbanos, um dos maiores beneficiários do novo modelo de desenvolvimento, e os trabalhadores urbanos, ainda que sob bases corporativas, repressivas e desmobilizadoras [...]” (SOUZA, 2012, p.153, 154).

Os limites do liberalismo no processo de expansão da ordem burguesa no Brasil elevaram o corporativismo neste momento à condição de sistema ideal frente a um Estado

[...] que conjuga uma dimensão consensual para as frações das classes dominantes e dos setores médios urbanos ascendentes, com uma dimensão repressiva em relação às classes subalternas, mitigadas por concessões reais e por uma extremamente bem-sucedida ideologia que enfatiza organicidade, unidade e grandeza nacional (SOUZA, 2012, p.148).

O resultado do tipo de ideologia aqui instaurada reflete na formação de um padrão especificamente periférico de (sub) cidadania que incide de forma cabal no âmbito das nossas relações mais elementares ainda nos dias de hoje. Assim, seja no plano das políticas sociais cada vez mais sucateadas em prol de interesses mesquinhos de uma pequena parcela da população, seja no plano interacional no qual julgamos uns aos outros; estamos diante de um cenário eivado por preconceitos de tipos diversos.

Explicando de outra forma, podemos dizer que a “ralé” brasileira, de onde deriva o público-alvo desta tese, sofre não apenas a falta de acesso a serviços públicos essenciais para uma vida digna, quanto ainda de uma violência simbólica (BOURDIEU, 1996, 1998) aliada à falta de reconhecimento (TAYLOR, 2013) , na medida em que são avaliados – e avaliam – através da bitola dos valores modernos discutidos até o momento, os quais não foram efetivamente disseminados em nosso meio. O reconhecimento e a valorização dos elementos constitutivos da “afirmação da vida cotidiana” (TAYLOR, 2013) por essa parcela da população não desconsidera o fato de que esse amplo grupo não passou pelo aprendizado moral necessário para se fazer reconhecer frente ao ideal de dignidade moderno.

Ademais, importa mencionar que, aliada à falta de reconhecimento (TAYLOR, 2013), a desqualificação social (PAUGAM, 2003) também se faz presente no cotidiano desta

população, dada sua relação com a Política Assistencial. Neste intuito, torna-se ainda fundamental entender o que estamos chamando de desqualificação social (PAUGAM, 2003) na intenção de apreender de que forma esta incide no âmbito das relações entre pobres moradores de um município de pequeno porte.

2. A DESQUALIFICAÇÃO SOCIAL E A CONSTITUIÇÃO DE HIERARQUIAS MORAIS

A sociologia talvez não merecesse uma hora de esforço se tivesse por finalidade apenas descobrir os cordões que movem os indivíduos que ela observa, se esquecesse que lida com os homens, mesmo quando estes, à maneira das marionetes, jogam um jogo cujas regras ignoram, em suma, se ela não se desse à tarefa de restituir a esses homens o sentido de suas ações.

Pierre Bourdieu

Este capítulo trata do conceito de desqualificação social desenvolvido por Paugam (2003) bem como das principais categorias analíticas empreendidas pelo autor e que servem de subsídio para pensar a realidade concreta do contexto aqui investigado. Ademais, também é discutido parte dos argumentos desenvolvidos por Elias & Scotson (2000) com sua sociologia do poder, e que servem aos objetivos delineados nesta tese na medida em que funcionam como um modelo analítico para desvendar as relações inter e intragrupos no universo configuracional do município eleito para a pesquisa.

2.1 A DESQUALIFICAÇÃO SOCIAL EM PAUGAM

Em *Desqualificação Social: ensaio sobre a nova pobreza*, Paugam (2003) faz uma reflexão sobre a pobreza nas sociedades modernas. Para tanto, o eixo central do argumento do autor é de que esta não mais corresponderia apenas ao estado de carência material dos sujeitos, mas também a um *status* social específico de teor inferior e desvalorizado, marcando assim, a “identidade”²⁴ daqueles que vivem essa experiência (PAUGAM, 2003, p.45). Nesse sentido, a desqualificação social, para o mesmo, estaria relacionada a um processo de degradação moral pela qual os pobres estariam submetidos no âmbito de sua existência.

²⁴ Utiliza-se *identidade*, neste contexto, no sentido atribuído por Paugam (2003), que diz respeito aos sentimentos subjetivos acerca de si, que os agentes desenvolvem a partir da situação em que vivem enquanto população submetida ao processo de desqualificação social.

A tese de Paugam (2003) se alicerça em uma pesquisa empírica realizada em 1987 na cidade de Saint-Brieuc, noroeste da França. Essa informação é relevante na medida em que, como tomamos como referência seu conceito de desqualificação social, que fora construído com base em um contexto específico, é preciso considerar as diferenças atinentes a duas realidades que trazem em seu bojo especificidades significativas. Tal adendo, entretanto, não torna, de forma alguma, a tese de Paugam (2003) frágil frente aos objetivos aqui estabelecidos. Ao contrário, os conceitos trabalhados pelo autor são de extrema importância para os nossos propósitos, tendo em vista que os mesmos nos fazem entender que a pobreza não está relacionada apenas à uma privação de ordem material. Na verdade, ela abarca em seu escopo um processo de degradação moral na medida em que, na sociedade moderna, a pobreza é lida como um sinônimo de fracasso social diante de uma sociedade que transforma o *sucesso* em valor supremo (PAUGAM, 2003, p.46).

Nesse sentido, faz-se necessário destacar que Paugam (2003) tem como ponto de partida a conjuntura do final da década de 1970 que marca a sociedade francesa em vários aspectos. Dentre os aspectos mais importantes para a tese do autor, cabe tomar como referência em um primeiro momento, as contribuições de Robert Castel (1991, 1999) no que se refere a situação de precarização que atinge a sociedade francesa neste período.

Em *Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*, Castel (1999) demonstra como foi forjada uma identidade em torno do trabalho assalariado, o qual representou a possibilidade de integração dos indivíduos à vida social. Com isso, o autor faz um resgate histórico acerca da constituição da sociedade salarial na França que vai se consolidar enquanto um modelo neste país, mais especificamente na década de 1960.

Os elementos constitutivos desta condição envolvem o acesso a um *status* específico ligado ao instituto do assalariamento. Este *status* social, que situa e classifica os atores na sociedade, por sua vez, abarcaria relações tanto no plano subjetivo, que se refere à “função” dos atores na sociedade, quanto no plano objetivo, que envolve um conjunto de garantias e proteções sociais que se desenvolveram e se ampliaram ao longo do século XX.

Com isso, o mercado de trabalho passou a contar com patamares próximos ao que a teoria keynesiana chamou de pleno emprego (KEYNES, 1996). Adentrar no estatuto do assalariamento era a possibilidade que o trabalhador tinha de ser respaldado por uma rede de seguridade social. Ou seja, a posição proporcionada por essa lógica permitia ao seu detentor desfrutar de um conjunto de direitos sociais cujo objetivo era atender as necessidades básicas do trabalhador, e conseqüentemente de sua família. Assim, o assalariado passou a contar com

certas garantias, que sob responsabilização do Estado, tenderam a liberar parte do salário que era investido na reprodução social deste trabalhador, para ser utilizado na esfera do consumo, sendo este um elemento fundamental para o crescimento econômico.

Neste aspecto, podemos acrescentar a estabilidade enquanto um efeito importante da condição salarial deste período, dados os ganhos objetivos proporcionados por esta relação. Por outro lado, tais medidas acabam por influir na subjetividade daqueles que gozam dessa lógica. Isso porque, a partir do momento em que o trabalhador é resguardado por uma rede de proteção social ampla, ele passa a ter segurança para fazer planos e não precisa se preocupar com as contingências e as instabilidades da relação com o mercado de trabalho. As urgências do dia a dia cedem lugar a uma gestão racionalizada e previsível da própria vida cotidiana.

Neste momento, é importante pensar ainda que o trabalho assalariado se instituiu como condição central da estruturação social da sociedade francesa, elevando assim a categoria de salariado enquanto um suporte de identidade social e de integração comunitária. Ou seja, Castel (1999) destaca que é a partir da posição ocupada na condição de assalariado que os sujeitos vão ter sua identidade definida.

Castel (1999) acredita no trabalho assalariado como um elemento de coesão e integração social. Com isso, é possível pensar que a identidade forjada por meio desta condição significa uma organização das próprias relações sociais em torno desta lógica. Logo, trata-se de entender que este mecanismo passou a coordenar um estilo de vida marcado pela relação estabelecida com o trabalho que transborda para as demais esferas relacionais. Assim, estar integrado, ou na acepção do autor, estar filiado, significa estar resguardado economicamente por um lado (mercado de trabalho) e ao mesmo tempo manter sólidas as relações sociofamiliares (rede de sociabilidade). Para o autor, o segundo eixo ocorre como resultado do primeiro. Logo, a coesão se daria a partir da conexão destes dois pontos (CASTEL, 1991).

A relevância do entendimento dos argumentos do autor se dá justamente pelo processo que segue a constituição deste formato societal que Castel (1999) destaca como não tendo alcançado sua plena realização. Assim, a sociedade salarial delineada por Castel (1999) começa a degradar-se, acarretando mudanças no quadro descrito pelo autor que resultará no que o mesmo destaca como sendo uma “nova questão social”. Esta pode ser descrita como um fenômeno relacionado ao mesmo tempo com o fim do caráter integrador do trabalho, bem como com a perda desta fonte de coesão para o conjunto do tecido social (BRANDÃO, 2002, p.144). Assim, se a “questão social” fora caracterizada como um fenômeno relacionado ao pauperismo

que marcou as condições de vida da classe operária no período de industrialização nascente, a “nova questão social” é representada por um enfraquecimento da condição salarial.

De forma mais detalhada, o colapso da sociedade salarial pode ser representado a partir de um conjunto de mudanças que vão impactar o padrão de relacionamento dos trabalhadores com o mercado de trabalho. Assiste-se, neste momento, a fenômenos como o desemprego em massa, bem como o processo caracterizado por Castel (1999) como precarização das relações de trabalho, que em última instância vai colocar em xeque a estabilidade daqueles que se viam resguardados pelos direitos sociais anteriormente conquistados pela via da condição salarial.

O reflexo deste cenário descrito pelo autor é a proliferação de uma massa de trabalhadores vulneráveis que, envoltos nesta nova dinâmica, deixam de contar com as proteções sociais garantidas pelo emprego estável. Assim, não é demais mencionar que as implicações da precarização, que atingem indistintamente qualificados e não qualificados, se fazem sentir como uma crise identitária. Isso porque, a partir do momento em que o trabalho assalariado torna-se o elemento central por meio do qual a identidade social é constituída, os efeitos só podem ser devastadores. Logo, para além dos fatores de ordem objetiva já retratados anteriormente, o enfraquecimento da sociedade salarial representa uma ruptura no próprio padrão de integração dos atores na vida comunitária, de acordo com Castel (1999).

Brandão (2002, p.146), ao debater os conceitos de Castel (1999) no contexto da realidade social brasileira, sinaliza que “os indivíduos atingidos por estes elementos são jogados para fora dos ‘circuitos de trocas produtivas’ e se tornam inúteis da perspectiva de uma sociedade que se articula pela interdependência funcional entre seus membros. Por isso haveria uma crise da ‘identidade pelo trabalho’”.

Dentro desta perspectiva, Castel (1991, 1999) vai destacar de que forma estas questões influem em uma fragilização das ligações socioeconômicas. Segundo o autor, haveria dois pontos de conexão que seriam os motores da coesão social: o da relação de trabalho e o da inserção relacional (CASTEL, 1991, p. 30). A partir destes dois pontos o autor aponta para o conceito de desfiliação, que seria o final de um processo gerado pela precariedade econômica que caminha para a ruptura do agente em relação aos vínculos sociofamiliares.

Segundo Castel (1991, p.31), o cruzamento destes dois pontos mencionados anteriormente vai definir quatro zonas, ou ainda, nos termos do autor, quatro modalidades da existência social que partem de um polo de estabilidade e autonomia, a um polo de instabilidade e dependência. Com isso o autor “propõe uma classificação diferencial dos estatutos em função

da coesão social” (CASTEL, 1991, p.30). As quatro zonas a que o mesmo faz referência são denominadas respectivamente como: integração; vulnerabilidade; assistência; e, desfiliação. No esquema do autor, estas zonas representariam as formas como os agentes vão estar distribuídos na sociedade em relação tanto à esfera produtiva, quanto à social.

Sendo assim, a primeira zona diz respeito aos agentes inseridos de maneira estável no mercado de trabalho, os quais estão resguardados por certas garantias e direitos sociais. Ao mesmo tempo, os atores estabelecidos na zona de integração mantêm sólidas relações sociofamiliares. Por outro lado, a zona de vulnerabilidade pode ser descrita como aquela onde o agente é ameaçado diante da precariedade do trabalho, e que pode vir a ocasionar o enfraquecimento dos laços sociais que envolvem os sujeitos. Já a zona de assistência corresponde aquela em que a esfera pública evita, por meio de ações como a transferência de renda, por exemplo, o desligamento do agente que, atingido pela precarização econômica, pode acabar tendo comprometidos seus laços familiares. Por fim, a zona de desfiliação tem a ver com a ruptura do agente em relação à ordem de produção, ao mesmo tempo em que há o esgarçamento e o isolamento do agente em relação às várias esferas de sociabilidade e às redes de integração primária (CASTEL, 1991; BRANDÃO, 2002).

Importante acrescentar neste ponto, que apesar do argumento de Castel (1999) basear-se na realidade francesa, é possível tomá-lo como parâmetro de análise a partir da reflexão sobre alguns pontos de convergência e de afastamento entre a configuração da pobreza no Brasil e as contribuições do autor. É o que podemos conferir no trabalho de Brandão (2002) que discute, mediante dados coletados em dois bairros periféricos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a pertinência da abordagem elaborada por Castel (1999) sobre a constituição da chamada “nova questão social” no final do século XX.

Para tanto, em primeiro lugar podemos destacar enquanto um aspecto central trabalhado por Brandão (2002) o fato do Brasil não ter ingressado em uma “sociedade salarial” nos termos de Castel (1999). A explicação pode ser derivada de inúmeros fatores, dentre os quais, podemos destacar que o setor terciário informal sempre teve grande expressão em nossa sociedade. Logo, apesar do trabalho assalariado ter se tornado expressivo em nosso meio, este não chegou aos limiares franceses. Além do mais, um componente marcante a ser acrescentado para o caso brasileiro encontra-se na justificativa de que para nós, o trabalho não necessariamente corresponde ao trabalho formal atrelado à previsão dos direitos previdenciários. A despeito destes pontos de afastamento, Brandão (2002, p.150) destaca que, apesar de não termos tido

uma sociedade salarial nos marcos de Castel (1999), ainda assim, sofremos a crise do assalariamento. Em síntese, isso significa que

A precarização está instalada entre nós da mesma forma que está presente no quadro definido por Castel (1998) com a diferença de que lá a “nova questão social” aparece, como afirma o autor, em uma época de “pós-proteções” que foram o produto da “sociedade salarial” enquanto aqui estávamos ainda em patamares próximos de uma pré-proteção, baseada em uma rede de políticas públicas de consumo coletivo ineficiente e em uma cobertura previdenciária que jamais ousou qualquer iniciativa redistributiva (BRANDÃO, 2002, p.151).

Na percepção de Brandão (2002, p.156), estes fatores indicam que no Brasil contamos apenas com um esboço do modelo societário que foi vigente na Europa. Com isso o autor acrescenta que nossa “questão social” não seria tão nova, e que nossa população conheceu pouco da filiação proposta por Castel (1999) (BRANDÃO, 2002, p.156). Nesse aspecto, se a sociedade salarial francesa havia conseguido assegurar proteção social e estabilidade para uma boa parte da sua população, não podemos dizer o mesmo da nossa realidade. Para os brasileiros, a estabilidade é um horizonte distante e a proteção social secundária (provida pelo Estado) nunca foi generalizada, em que pese os ganhos relativos em termos de políticas sociais como a de saúde, a de assistência social e a de previdência social ao longo dos anos.

Acresce-se a este quadro mais um elemento trabalhado por Brandão (2002) e que tem relação com as contribuições de Castel (1999). Trata-se do componente espacial que será uma variável importante também no trabalho de Paugam (2003). Sendo assim, Castel (1999) aponta para o fato dos elementos espaciais condicionarem o processo de desfiliação, ou seja, os efeitos do binômio precarização e desemprego se impõem de forma mais perversa sobre aqueles inseridos nas áreas periféricas, com destaque para os grandes centros urbanos.

No que tange à precarização, os resultados da pesquisa de Brandão (2002), que se referem à Região Metropolitana do Rio de Janeiro, retratam o quanto a informalidade se configura como a forma mais típica de relação com o mercado de trabalho nesta área. Isso implica um contingente amplo de pessoas submetido à precariedade e, conseqüentemente, à ausência de direitos trabalhistas e previdenciários, sendo esta mais uma regra que uma exceção (BRANDÃO, 2002, p.152). Já no que se refere ao desemprego, a região pesquisada por Brandão (2002) conta com altas taxas, revelando, como sugere o autor, que estaríamos no cerne do problema da precarização discutida por Castel (1999).

Ou seja, para Brandão (2002) os moradores da periferia metropolitana por ele pesquisada também se confrontam com o desemprego elevado, a precariedade nas relações de

trabalho, e ainda enfrentam a ausência de laços de classe para que possam engendrar ações coletivas de maior magnitude. Também, pode-se perceber que estes espaços concentram fatores como a degradação do espaço físico, bem como a quase inexistência de políticas como a de saúde, além da escassez de equipamento de infraestrutura urbana como transporte público, coleta de lixo, entre outros (BRANDÃO, 2002, p.154, 155).

Pensando por uma outra ótica o caso brasileiro, Costa (2000) também traz alguns elementos para pensar as contribuições de Castel (1999). A autora, porém, faz uma crítica centrada nas lacunas constitutivas de uma análise das relações sociais brasileiras a partir dos conceitos do autor. Grosso modo, a autora destaca enquanto ponto de partida, a importância de se levar em consideração a especificidade da história brasileira, que dentre outros fatores, carrega um longo passado escravocrata que possui como eixo central o trabalho compulsório. Para Costa (2000), tal aspecto acabou sendo um fator impeditivo de valorização do trabalho livre e assalariado no Brasil.

A partir disto, a mesma acrescenta que o vínculo estabelecido entre empregador e empregado nas relações contratuais mesmo depois da abolição da escravatura, não foi o suficiente para romper com as formas de convivência e de subordinação atinentes às relações entre senhor e escravo (COSTA, 2000, p.18). E mais, o legado do regime escravista que fomentou por quatro séculos relações permanentes de desmonetização pelo não-assalariamento, instituiu-se como um eficiente instrumento de exclusão social fazendo com que a grande maioria dos trabalhadores ficasse “fora de todo e qualquer mercado, com a garantia de uma bem urdida e continuada apartação social” (COSTA, 2000, p.21).

A consequência disto é que se desenvolveu no Brasil formas de subsistência baseadas no trabalho por conta própria, por exemplo, que por muito tempo subsidiaram ou até mesmo substituíram o assalariamento. Em outros termos, os brasileiros não contaram com a generalização da condição salarial e da estabilidade, nos moldes franceses, desenvolvendo-se assim em seu lugar, formas de relação com o mercado de trabalho baseadas em uma economia de subsistência ancorada na informalidade. Por outro lado, a falta de uma rede de seguridade social que correspondesse a esse amplo contingente afastado do trabalho formal e das garantias a ele atinentes, acabou impulsionando o estabelecimento de padrões protecionistas vinculados à esfera privada. Ou seja, se desenvolveu no país práticas sociais de proteção e dependências recíprocas com a promoção de redes comunitárias, fazendo com que a proteção social primária se tornasse uma importante forma de proteção em nossa sociedade (COSTA, 2000, p.17, 18).

Portanto, Costa (2000) atesta que o conceito de filiação proposto por Castel (1999) não seria tão condizente com nossa realidade. Isso porque, segundo a autora, Castel (1999) desconsidera “os poderosos mecanismos societários de ajuda mútua, numa rede silenciosa e invisível, fortemente naturalizada” (COSTA, 2000, p.21). Segundo a autora:

É possível que o aceite pelos pobres da pobreza dos serviços de saúde e seguridade social em geral, com que nunca ou apenas precariamente contaram no âmbito privado, possa ser mais bem explicado nessas relações. Tanto assim, que práticas populares de tratamento e redes comunitárias de ajuda, tão visíveis em todas áreas do país ainda hoje, terão continuidade numa experiência histórica que nada tem de comum com a que concretiza a filiação dos trabalhadores da parte rica do planeta ao pleno emprego e o acesso aos direitos sociais (COSTA, 2000, p.19).

Neste sentido, Costa (2000) nos traz contribuições importantes para pensar sobre os mecanismos operantes no que tange tanto as relações dos brasileiros com o mercado de trabalho, quanto as especificidades relativas às redes de sociabilidade. Porém, é necessário deixar claro que o Brasil desenvolveu, ao longo dos anos, uma rede de proteção social secundária que tem por objetivo resguardar e ainda evitar o esgarçamento das redes de integração primária, que não dão conta de intervir sobre as mais variáveis intempéries pelas quais os atores sociais estão sujeitos. A própria inscrição da Seguridade Social na Constituição de 1988, e a partir desta, a implementação das Políticas de Saúde, de Previdência Social e de Assistência Social como direitos sociais, são fatores de grande monta no que diz respeito ao nosso sistema de proteção social.

Ainda que tenhamos diferenças marcantes em relação ao modelo proposto por Castel (1999), como foi discutido por Brandão (2002), e em alguma medida, como apontado por Costa (2000), é possível tomar suas contribuições, principalmente no que tange a relação entre duas esferas que são interdependentes: a econômica e a relacional. Com isso, ainda que não tenhamos alcançado um modelo de sociedade salarial generalizado com seus elementos integradores e atrelado a um sistema de proteção social mais amplo; e por mais que aqui tenham se desenvolvido práticas acopladas à esfera privada para tentar suprir as lacunas relativas ao nosso diminuto sistema de proteção social, se comparado ao padrão europeu; isso não significa que não tenhamos desenvolvido políticas sociais importantes e que estas não tenham relevância para atuar sobre a esfera relacional dos atores.

Neste momento, importa tratar especificamente da Assistência Social. Pensando em âmbito de Brasil, convém destacar que esta se institui enquanto um direito social do cidadão no marco da nossa Constituição Federal. Ao longo dos anos, é possível constatar ainda sua evolução a partir de nosso ordenamento jurídico com a promulgação da Lei Orgânica de

Assistência (1993), do Sistema Único de Assistência Social (2004) e da Política Nacional de Assistência Social (2004). Com isso, é possível constatar a importância desta Política que, aliada às demais políticas sociais que compõem o tripé da seguridade social, é uma das responsáveis por atuar sobre as mazelas da “questão social” tão significativas em nosso meio.

Tomando mais uma vez as contribuições de Castel (1999), ao tratar sobre a proteção próxima, o mesmo atesta que o objetivo das práticas socioassistenciais é:

[...] suprir, de maneira organizada, especializada, as carências da sociabilidade primária. De modo mais exato, dir-se-á que o social-assistencial se constitui por analogia com a sociabilidade primária. Tenta preencher um vazio que foi aberto nas relações comandadas pela sociabilidade primária e afastar os riscos de desfiliação que ele acarreta. [...] A assistência é primeiramente uma proteção próxima. Diz respeito primeiramente, é oportuno que se diga, a um próximo, ameaçado de afastamento e incapaz de prover suas necessidades por seus próprios meios (CASTEL, 1999, p.59, 60).

A importância deste setor deve ser vista em consonância com as mudanças no cenário da pobreza. No Brasil, por exemplo, Brandão (2002) destaca que os problemas relativos ao que Castel (1999) postula como relacionado a uma “nova questão social” (precarização, desemprego, desfiliação), são traços com os quais os brasileiros convivem há tempos. Porém, na sociedade francesa, são problemas que ganham corpo logo após a sociedade ter experienciado um modelo de sociedade que tinha no trabalho assalariado o elemento integrativo por excelência. Sendo assim, seja na França ou no Brasil, a Assistência Social tem uma importância inegável para intervir sobre um conjunto de problemas de ordem socioeconômica, principalmente quando articulada a outras políticas setoriais: saúde, educação, previdência etc.

Para termos esta dimensão, basta tomar como exemplo a discussão tecida na parte introdutória desta tese e que apontou para os efeitos e impactos proporcionados pelo Programa Bolsa Família para o conjunto da população beneficiária. Neste aspecto, partimos do pressuposto que, objetivamente, os programas e projetos de ordem social que compõem uma rede institucionalizada de proteção social, são instrumentos importantes para fortalecer os vínculos sociofamiliares. Isso significa que há uma indissociabilidade entre a esfera pública e a privada de proteção social; ou seja, entre a proteção primária com suas redes de interdependência, “e a secundária que define o lugar das instituições criadas para aqueles que se desatrelaram das redes de proteção da sociabilidade primária” (COSTA, 2000, p.23).

Paugam (2003) também contribui com este debate, tomando como norte a zona de Assistência, foco de nossa análise. Sendo assim, os propósitos da tese do autor são dois. Em primeiro lugar sua preocupação não está centrada na pobreza em si, mas sim nas formas

institucionais que este fenômeno assume no contexto de precarização que foi possível evidenciar anteriormente. Em segundo lugar, o autor procura fazer um exame aprofundado das experiências vividas por esta população que ocupa os escalões inferiores da hierarquia social. Em outros termos, sua intenção é compreender como se constitui a experiência da desqualificação social, a partir do contexto interacional dos agentes e da relação destes com a política social.

Em linhas gerais, Paugam (2003) aborda a questão da exclusão social a partir de um conceito de pobreza multidimensional. Assim, o autor compreende que os sujeitos afetados pelas mudanças estruturais discutidas anteriormente, não sofrem apenas no âmbito da exclusão do mercado de trabalho. Mas, a instabilidade econômica acaba por incidir sobre outras esferas da vida como a social e a familiar. Com isso, a privação de ordem material pode acarretar efeitos de ordem diversa como a instabilidade conjugal, o baixo nível de participação nas atividades sociais, entre outros.

Para sintetizar o argumento do autor, o mesmo considera dois conceitos importantes para representar a situação vulnerável que acomete a população caracterizada por essa “nova pobreza”. Em primeiro lugar, a dessocialização é entendida como a fragilização de laços e vínculos sociais, e consequentemente, a diminuição da integração social. Por outro lado, teríamos ainda um movimento chamado de deslocalização, que seria o processo pelo qual os atores sofreriam com uma crise em seu *status* social, ou uma perda de lugar na estrutura de classe. Esta crise de *status*, para o autor, está relacionada à perda do papel integrativo que se dava pela via da atividade profissional que afiançava segurança material, relações sociais, organização do tempo e do espaço com base na identidade ligada ao trabalho. Logo, o desemprego não representaria apenas a privação de uma atividade profissional e de um salário, mas sobretudo, de um *status* social (PAUGAM, 2003, p.275).

A partir disto, Paugam (2003) destaca que a pobreza guarda um efeito no plano subjetivo ligado a um *status* social inferiorizado que os atores inseridos nos degraus mais baixos da hierarquia social carregam sob esta condição. Assim, a pobreza acaba sendo enquadrada em uma categoria de ordem negativa, e a carga depreciativa associada à mesma é analisada pelo autor a partir de um outro elemento importante: a territorialidade. Com isso, o mesmo acrescenta que os atores submetidos a condições sociais objetivas precárias acabam por adotar um sentimento de inferioridade que pode ser potencializado pela sensação de terem fracassado ou por terem sofrido um processo de deslocalização social que se faz acompanhar, muitas das vezes, por uma segregação não apenas social, mas também espacial. Logo, o mesmo aponta que

a precariedade deste *status* é ainda mais intolerável quando os atores sofrem em virtude do seu local de moradia quando este representa uma ordem socialmente desqualificada, que acaba por reforçar o pertencimento a um estrato desacreditado da classe operária (PAUGAM, 2003, p.266, 267).

A partir destes elementos, Paugam (2003) vai analisar empiricamente as transformações das condições de vida e das identidades sociais dos atores que passam pela experiência da desqualificação social. Esta, por sua vez está associada ainda ao conceito de pobreza utilizado por Paugam (2003). Segundo este, a pobreza corresponderia a um fenômeno complexo que deve ser entendido de forma contextual. Assim, o autor destaca enquanto importante, pensar nas formas institucionais que esta assume em cada sociedade ou em um determinado meio. Logo, trata-se de entender a pobreza como uma *condição social reconhecida*, ou seja, os “pobres” serão aqueles cujo *status* é definido por instituições especializadas com base em determinados critérios.

Com isso, o autor utiliza o termo “populações reconhecidas em situação econômica e social precária” (PAUGAM, 2003, p.56) para se referir aqueles que serão categorizados em função de sua relação com os serviços sociais. Ao mesmo tempo, o autor destaca que o conceito de desqualificação possibilita compreender a trajetória de vida segundo a qual estes atores se tornam usuários da assistência social de diferentes formas e ainda, os efeitos que esta relação provoca sobre a subjetividade destes.

Sendo assim, a análise do autor centra-se em estabelecer as correspondências entre a “condição social objetiva das populações *definidas* segundo o tipo de intervenção social, de um lado, e as *experiências* vividas na relação com os serviços sociais, de outro” (PAUGAM, 2003, p.199, grifos meus). Esta relação vai conduzir a uma diversidade de *status* que vai afetar quem ocupa os escalões inferiores da estrutura social de acordo com o grau de “dependência” em relação aos benefícios socioassistenciais. Este *status*, por sua vez, corresponde a identidades constituídas de acordo com a percepção dos atores acerca de sua própria situação e a partir de suas experiências e relações sociais ao longo do tempo. Neste intuito, o autor está preocupado em captar o sentido atribuído por essas populações de acordo com sua existência e com o lugar que ocupam na sociedade (PAUGAM, 2003, p. 48).

Para entender os argumentos do autor é importante compreender que a política social possui legitimidade para selecionar o público-alvo de sua intervenção, ou melhor, para definir o pobre prioritário de suas ações. Com isso, acaba por incidir de duas maneiras sobre a vida dos atores eleitos. Em primeiro lugar, assim como aponta Castel (1999) ao tratar da zona de

Assistência, esta possui a potencialidade de evitar que os atores fragilizados no âmbito de suas relações com o mercado de trabalho acabem sofrendo com a desfiliação, ou seja, com a ruptura de seus vínculos socioafetivos. Por outro lado, Paugam (2003) acrescenta que a Assistência Pública pode vir a criar identidades negativas, na medida em que é ela quem vai determinar quem é pobre com base em alguns parâmetros.

Sendo assim, a partir do momento em que as condições objetivas de existência exigem que os atores acionem os serviços sociais, isso pressupõe ter que aceitar ser rotulado como pobre, adotando um *status* desvalorizado correspondente a esta condição, e ainda, tendo sua inferioridade ou seu sentimento de inutilidade explicitamente reconhecidos. Além do mais, estabelecer uma relação com os assistentes sociais exige determinadas formalidades que podem ser lidas como humilhantes, como o fato de ser obrigado a comprovar sua necessidade, além de aceitar o controle de sua vida privada que ocorre tanto na relação socioeducativa promovida pelos trabalhadores sociais, quanto pelo olhar da própria sociedade (PAUGAM, 2003).

Logo, na medida em que este relacionamento significa incorrer em um *status* de descrédito, pode provocar a apropriação de identidades negativas que são analisadas por Paugam (2003) a partir das experiências vividas pelos atores atendidos pelo serviço social em suas várias fases. Por outro lado, isso não significa uma total passividade dos atores submetidos a esta lógica. Nesse intuito, Paugam (2003) procura verificar ainda em que medida os atores aceitam ou negociam a desqualificação social proporcionada pela sua relação com a política social. Em outros termos, discute de que forma esta população resiste à degradação moral e à estigmatização referente à inferioridade de sua condição, ou ainda, se esta assume o papel socialmente legitimado referente a sua condição (PAUGAM, 2003, p.85).

Acerca disto, o autor atesta a hipótese que “as classes auxiliadas ou assistidas negociam a inferioridade do seu *status* tentando, por exemplo, reinterpretar os traços negativos que o definem ou elaborar racionalizações para aceitar, ainda que temporariamente, as consequentes imposições” (PAUGAM, 2003, p.60). Isso quer dizer que os beneficiários dos serviços sociais acabam participando também, em alguma medida, na definição de seu *status* social e na constituição de sua identidade pessoal, ao aceitarem ou recusarem as imposições da intervenção dos assistentes sociais em sua vida privada.

Levando-se em conta o processo de desqualificação social analisado por Paugam (2003), temos três tipos de população fracionada de acordo com o vínculo mantido com os serviços sociais. Por sua vez, cada tipo de intervenção social corresponde a um conjunto de experiência vividas, que podem ser interpretadas de forma sequencial, ou seja, como uma

possível passagem sucessiva por diferentes fases. Assim, apesar do autor nos advertir quanto a uma visão rígida das fases da desqualificação, o mesmo aponta para uma possibilidade destas representarem uma linha evolutiva ao longo do tempo.

No que tange a análise empírica acerca das transformações das condições de vida e das identidades sociais feita por Paugam (2003), este elabora uma tipologia das intervenções sociais que são denominadas por: intervenção pontual, intervenção regular e infra intervenção. Desta tipologia derivam três grandes tipos de beneficiários dos serviços sociais, caracterizados como: fragilizados, assistidos e marginalizados. A partir disso, o autor demarca ao menos sete experiências de acordo com a situação de precariedade econômica e social dos atores, e com a intensidade da relação estabelecida com os assistentes sociais.

A intervenção pontual é característica do grupo dos fragilizados. Deste grupo emana dois tipos de experiências que o autor divide entre fragilidade interiorizada e fragilidade negociada. Já a intervenção regular refere-se ao grupo dos assistidos. Deste grupo provém três tipos de experiências que se diferenciam entre assistência postergada, assistência instalada e assistência reivindicada. Por fim, a infra intervenção diz respeito ao grupo dos marginalizados que se traduz em duas experiências de vida denominadas como: marginalidade renegada e marginalidade organizada.

Neste momento, resta tratar das características que perfazem as experiências de vida mais importantes para o escopo desta tese. Para tanto, centraremos, mais especificamente, nas duas primeiras tipologias de intervenção social, pois são as que mais dialogam com o objeto este tese. A começar pela fragilidade, podemos dizer que esta seja a fase do aprendizado da desqualificação social. Os atores que passam por esta experiência sofrem com um processo de deslocalização social. Sua condição é marcada pelas dificuldades de inserção profissional ou ainda pela precariedade do vínculo com o mercado de trabalho, acompanhada pela recusa à condição de assistido. Assim, o desemprego de longa duração associado à precarização das relações de trabalho, são fatores que atingem de forma profunda esta população que abarca em seu interior pessoas que nunca haviam sofrido com a privação de ordem econômica.

Sendo assim, este cenário pode provocar o isolamento social dos atores afetados por esta lógica, tendo em vista que a perda de um lugar na estrutura salarial representa uma fratura na própria ordenação do tempo e, conseqüentemente, das atividades relacionadas às redes de sociabilidade que se davam em função do trabalho. Isso significa, que o resultado pode ser sentido com a ruptura dos próprios vínculos socioafetivos, tendo em vista que o grau de

incerteza ou a irregularidade da renda, desencadeia uma participação apenas parcial na vida econômica e social (PAUGAM, 2003, p.64)

Assiste-se, portanto, a uma crise na própria identidade destes atores que não mais conseguem se estabelecer no mercado de trabalho. O desemprego é vivenciado como uma experiência humilhante, principalmente porque tratam-se de pessoas que já exerceram uma profissão estável e percebem no emprego formal o verdadeiro *status*. Suas chances de reinserção profissional são limitadas e o sentimento de fracasso, que é recorrente entre esta população, pode ser ainda mais doloroso quando se chega ao ponto de requerer um auxílio assistencial, dada a carga depreciativa que este posicionamento inferiorizado carrega. Para Paugam (2003), estes atores já internalizaram o julgamento moral utilizado com relação aos chamados “proveitadores” da assistência social. E é por isso mesmo que estes preferem manter certa distância dos serviços sociais e requerem apenas de forma pontual um benefício.

Os atores que passam pela experiência da fragilidade reconhecem a inferioridade do *status* daqueles que não conseguem prover suas necessidades pela via do trabalho e, por isso, a dependência é lida de forma negativa. Ao mesmo tempo, eles ainda não perderam as esperanças de se inserirem no mercado de trabalho, e multiplicam esforços para conquistar um melhor patamar social que só pode ser acessado com uma colocação na estrutura salarial. Tal aspecto mostra que o trabalho se constitui como o modo privilegiado da expressão de si, colocando-o na base do sistema de valores da sociedade e, conseqüentemente, das populações pobres.

Aquí, torna-se importante demarcar ainda a diferença que estes atores estabelecem entre trabalho e emprego. Enquanto o primeiro consiste em praticar atividades, tais como, cuidar da casa ou dos filhos, por exemplo, estes atores almejam um emprego formal, cujo *status* é definido pelas condições jurídicas da atividade profissional (PAUGAM, 2003, p.93). Neste sentido, o público entrevistado por Paugam (2003) utiliza trabalho como sinônimo do emprego assalariado por tempo indeterminado.

Porém, é importante lembrar que Paugam (2003) destaca que não existe homogeneidade, mesmo entre atores que compartilham de condições objetivas de existência. Isso pressupõe que dentro de um mesmo agrupamento, a fragilidade possa ser percebida de forma diferenciada entre aqueles que partilham desta categoria. Paugam (2003, p. 115) sintetiza as diferenças constitutivas entre as duas experiências que compõem a fragilidade:

Os fragilizados do primeiro tipo, profundamente humilhados pela situação em que se encontram, considerada por eles como um fracasso social, constataam sempre, decepcionados, que suas chances de promoção são muito restritas, como vimos. Os que passam pela experiência da fragilidade negociada têm, ao contrário, muito mais

confiança em si mesmos. Multiplicam seus esforços, elaboram projetos e sonham com um *status* social superior. Essa atitude os libera do peso do fracasso e da inferioridade social. Conscientes também de sua fragilidade, adotam um comportamento pragmático na utilização dos serviços sociais (p.115).

De forma geral, pode-se dizer que o choque vivido pela fragilização dos vínculos profissionais leva a um enfraquecimento dos laços relacionais. A própria relação familiar pode sofrer abalos, ocasionando situações como separações, depressão, etc. Ademais, por entenderem que a dignidade está associada ao trabalho, estas pessoas estabelecem uma dicotomia entre os trabalhadores e os desocupados, estes últimos lidos como desprezados (PAUGAM, 2003, p.90). No mais, as dificuldades econômicas que esta população enfrenta se fazem acompanhar pela incorporação de um *status* jurídico inferiorizado produzido pelo desemprego, ou pelas situações intermediárias entre o emprego e o desemprego que lhes é recorrente, como: o trabalho temporário, os contratados por tempo determinado, os estágios e cursos profissionalizantes, os “bicos” etc.

A relação eventual que estes atores mantêm com a assistência pública é um outro elemento que pesa sobre a consciência destes. O acesso a instituições responsáveis pelos serviços sociais reforça ainda mais o sentimento de decadência a qual estão sujeitos, motivo que faz com que estes recorram a estas apenas em casos de limite extremo. Sendo assim, esta prática é considerada como uma penosa provação, pois este momento torna visível a degradação de seu *status* ao trazer à tona ainda a sensação de que se está longe de alcançar a ascensão a que tanto almejam. O receio de ser rotulado, e até mesmo comparado com aquele segmento que mantém relações rotineiras com os assistentes sociais, cujo comportamento lhe é reprovável, é o que faz com que estes atores tentem manter distância tanto em relação a este segmento nas instituições, quanto dos próprios assistentes sociais. A relação com estes últimos é percebida como uma prática de caráter desmoralizante, que gera ainda uma sensação de desconforto, principalmente pela obrigação de ter que se submeter a exigências administrativas para conseguirem um benefício.

Logo, esta parcela da população que desceu recentemente alguns degraus na hierarquia social, e acaba sendo obrigada a enfrentar os serviços assistenciais, experimenta um sentimento novo: o da dependência. E ainda que estes não mantenham relações regulares com os assistentes sociais, o fato de ser obrigado a recorrer a estes, e ainda, a passar pelas comprovações vexatórias para atestar pobreza, pode vir a reafirmar o sentimento de vergonha internalizado no decorrer do processo da desqualificação social. Mas, apesar de reconhecerem a inferioridade de seu

posicionamento atual, estes atores acreditam que sua situação seja passageira, e por isso mesmo, a relação que mantém com a assistência pública é de caráter pontual, tendo em vista que almejam alcançar o *status* conferido pelo emprego estável (PAUGAM, 2003, p.86, 87).

Importante salientar que, dadas as características gerais que compõem o *status* dos fragilizados, como a atribuição de superioridade valorativa ao trabalho e, conseqüentemente, a busca por uma atividade profissional, bem como a relação apenas pontual mantida com os assistentes sociais; levam-nos a não internalizarem os papéis sociais associados à carreira dos assistidos. A deslocalização social que experimentam corresponde à aprendizagem da desqualificação social. Porém, quando a vivência nesta fase ocorre por um longo período de tempo, na medida em que a falta de renda aliada à degradação das condições de vida, acaba sendo de alguma forma compensada pelas ajudas assistenciais, pode levar estes atores à fase da dependência. E é sobre esta fase que trataremos agora.

Primeiramente, é importante iniciar esse debate, que talvez seja o mais importante para os nossos propósitos, destacando que o tema da desqualificação social remete à lógica da rotulagem. Paugam (2003, p.56) destaca que recorrer à assistência sempre foi descrito como uma experiência aviltante, podendo introduzir uma profunda mudança no itinerário moral de um sujeito. Com isso, a frequência regular aos serviços sociais pode ser considerada a manifestação autêntica da dependência e, por isso mesmo, da inferioridade social. Logo, os atores que passam por essa experiência são reconhecidos por seu pouco prestígio social.

Nesse sentido, tornar-se assistido garante um novo *status* ao agente provocando uma mudança no plano de sua identidade. Ao mesmo tempo, a adesão a esse “novo” patamar se faz acompanhar por um estigma que passa a definir o conjunto de relações sociais que envolve estes sujeitos. Para Paugam (2003, p.57), trata-se da “cerimônia da degradação do *status*”, em que o sujeito passa a ser reconhecido como pertencente a uma categoria social pouco nobre.

Para ter acesso aos recursos provenientes da assistência, ele precisa comprovar sua necessidade, tendo sua intimidade submetida ao escrutínio dos trabalhadores sociais. Por outro lado, para ser assistido é preciso estar apto a aceitar abrir mão de parte de sua autonomia em função de uma relação rotineira mantida com o assistente social, profissional responsável por exercer um certo tipo de controle sobre sua vida privada. Mediante um trabalho socioeducativo, estes profissionais passam a encarregar-se regularmente das dificuldades materiais, e também morais daqueles que, por conta da degradação de suas vidas, acabam por suportar tanto esse controle, quanto o descrédito correspondente a essa condição. Ao mesmo tempo, nesse

momento começa o aprendizado, ou a incorporação dos papéis sociais que correspondem às expectativas específicas dos assistentes sociais (PAUGAM, 2003, p. 57).

Para compreendermos melhor esta fase, é preciso entender que ela não é vivenciada da mesma maneira por todos os que mantêm uma relação regular com os serviços sociais. Na verdade, existe uma gradação de fatores responsáveis por estabelecer diferenças que vão refletir em ao menos três tipos de experiências de vida. Em âmbito geral, a fase da assistência é composta por atores que, dada a recorrência de fracassos no âmbito do mercado de trabalho, e a conseqüente perda de uma renda regular responsável por satisfazer suas necessidades mais básicas, acabam se submetendo a uma intervenção social relativamente intensa ou, em outros termos, a um acompanhamento de tipo contratual por parte dos serviços sociais como forma de compensar a situação precária a qual estão submetidos (PAUGAM, 2003, p. 125).

Mas, como explicar que as pessoas se habituem a esta fase que ocupa o centro do processo da desqualificação social? Para responder a esta questão proposta por Paugam (2003), o mesmo aponta para a construção da chamada “carreira moral dos assistidos”, que congrega tanto os aspectos objetivos que condicionam as passagens de uma experiência a outra, quanto os elementos subjetivos, que se referem às mudanças de perspectivas dos atores e que refletem em motivações e justificações pessoais afeitas às três experiências.

Com isso, para entender a trajetória dos assistidos, que tem início a partir do momento em que os serviços sociais passam a se encarregar deles, é preciso analisar o processo segundo o qual estas pessoas tornam-se cada vez mais dependentes dos auxílios assistenciais. Por outra via, é possível dizer ainda que enquanto perdura a disposição para o emprego, este vínculo se mantém menos intenso. Já quando esta motivação começa a se esvaír, este vínculo se intensifica, ao mesmo tempo em que os assistidos passam a elaborar autojustificativas acerca da assistência e aprendem a negociar com os assistentes sociais (PAUGAM, 2003, p.127).

Partindo da assistência postergada, Paugam (2003) destaca que esta é a fase correspondente ao aprendizado da condição de assistido. É caracterizada basicamente por uma forte motivação para o trabalho, uma dependência razoavelmente forte em relação aos serviços sociais, pela falta de racionalizações acerca da assistência e uma relação de distanciamento em relação aos assistentes sociais. Trata-se de uma experiência vivenciada por pessoas relativamente jovens e ainda pouco familiarizadas com os serviços sociais dos quais dependem. Por isso mesmo, estes atores protelam a assistência, pois acreditam no valor de um emprego e reconhecem que a posição de assistido faz parte de uma passagem indesejável.

Essa experiência pode ser considerada como ambígua, e ainda possui pontos de convergência e também de afastamento em relação aos fragilizados. Primeiramente, os atores que passam por essa fase possuem um nível razoavelmente forte de dependência em relação aos serviços sociais, diferindo-os assim dos fragilizados. Entretanto, em que pese o grau de dependência desta população, esta não consegue aceitar um acompanhamento social regular por parte dos assistentes sociais, o que se assemelha a experiência dos fragilizados neste ponto.

Assim como os fragilizados, esta população também compartilha do sentimento de inferioridade e fracasso social a que está sujeita, que se dá em função tanto do seu afastamento do mercado de trabalho, quanto pelo fato de precisar contar com a assistência para arcar com suas dificuldades econômicas. Por reconhecerem a hierarquia de seu *status*, estas pessoas mantêm uma forte motivação para o emprego pois entendem que esta é a melhor forma de elevarem sua posição.

A recusa em se identificar com a condição de assistido se faz acompanhar ainda pela não incorporação dos papéis associados à esta “carreira”. Com isso, nesta fase ainda não vemos a elaboração de um sistema de racionalizações atinentes à assistência, nem a negociação de sua condição de assistido com os assistentes sociais. Na verdade, o que se observa é que entre esta população há uma resistência individual às tentativas destes profissionais, pois se considera a intervenção social como um atentado à independência e à vida privada desta, dado o controle social e o peso simbólico da assistência.

Tendo em vista as características pertinentes a esta fase, conseguimos entender porquê a assistência é postergada. A aceitação da condição de assistido, entretanto, compete àqueles que passam pela experiência da assistência instalada (PAUGAM, 2003, p.135). Esta experiência é caracterizada, grosso modo, por uma fraca motivação para a busca do emprego, uma forte dependência em relação aos serviços sociais, alguma elaboração de racionalizações para justificar a assistência, além do estabelecimento de estratégias hábeis para com os assistentes sociais.

Esta é a fase em que ocorre a identificação profunda com a posição de assistido. O que não pressupõe uma relação de submissão em relação aos serviços sociais, propriamente dito (PAUGAM, 2003, p.136). Ao mesmo tempo, trata-se de um momento marcado, não pela renúncia, mas uma baixa disposição para a procura de uma atividade profissional. Esta baixa motivação para o emprego pode ser justificada com base em alguns argumentos como: a baixa qualificação, a prioridade da educação dos filhos, a falta de meios de locomoção, entre outros que podem compor este acúmulo de desvantagens.

Nesse sentido, recomeçar uma formação profissional para estes sujeitos é lido como um inconveniente que traz mais transtornos que vantagens. O caminho a ser percorrido para conquistar uma qualificação profissional adequada ao mercado de trabalho lhe parece tão tortuoso que, as dificuldades relacionadas a isto, somadas à baixa remuneração ofertada pelo mercado de trabalho precarizado, se traduzem em fatores de desencorajamento que acabam levando a desistência da procura de uma atividade profissional.

Por outra via, a assistência social possibilita o acesso a uma renda regular, levando os atores a se “instalar” nela, sendo esta considerada uma escolha provisoriamente racional. Importante acrescentar que a passagem da assistência postergada para a instalada não se faz de forma espontânea. Na verdade, é preciso apreender os mecanismos dos serviços sociais, o que em alguma medida, significa ter que incorporar os papéis associados à condição de assistido que passa por um longo processo de negociação que implica em ao menos três aspectos: i) renunciar implicitamente ao *status* do emprego; ii) relativizar a opinião inicial desfavorável acerca dos assistidos; iii) elaborar justificativas pessoais para eventualmente responder àqueles que se opõem ao recurso sistemático à assistência (PAUGAM, 2003, p.140, 141).

Os assistidos, nesse sentido, também reconhecem a inferioridade de sua condição e os constrangimentos ligados à relação de dependência aos serviços sociais. Aderem ainda às representações negativas associadas ao “assistido profissional”, considerado, algumas vezes, desonesto (PAUGAM, 2003). Para lidar com isto, entretanto, ou melhor, para se identificar com uma condição nestes termos, é necessária a elaboração de um conjunto de racionalizações acerca do trabalho assistencial. Sendo assim, Paugam (2003, p. 141) ressalta que “a ‘instalação’ na assistência só é definitiva se as justificativas elaboradas têm bases sólidas”.

Os tipos de racionalizações elaboradas pelos que passam pela experiência da assistência instalada são de variadas ordens. Alguns se apoiam na situação de doença ou invalidez a que estão submetidos como forma de justificar sua condição. Já os pais, em especial as mães, relatam receber o auxílio assistencial em prol dos filhos, e não em benefício próprio. Ou seja, destacam que a aceitação da posição de assistido envolve a garantia de uma vida melhor para as crianças. Neste caso, a recusa às propostas de emprego que são feitas a estas mães, por exemplo, é justificada pelo fato de poderem se ocupar da educação de seus filhos. Outra justificativa diz respeito aqueles que se amparam na crise econômica para reinterpretar a assistência como um direito social.

Com estas racionalizações, é possível afastar, de algum modo, o descrédito ligado à condição de assistido e ainda, reverter a relação de constrangimento relativa à dependência da

assistência social. Em outros termos, a elaboração progressiva de racionalizações permite reinterpretar a imagem negativa da condição de assistido. Sendo assim, para Paugam (2003, p. 144, 145):

Sem essa manipulação simbólica, que pode, claro, tomar outras formas, é pouco provável que os assistidos chegassem a se identificar com sua condição social. Constata-se, então, uma mudança importante na perspectiva pela qual eles percebem sua existência. É a partir desse momento que se tornam assistidos, não mais apenas pela pressão, como na experiência da assistência postergada, mas também por uma reinterpretação individual – a às vezes coletiva [...] – do sentido atribuído ao seu *status* e ao papel correspondente.

A instalação na assistência se faz acompanhar ainda por um outro elemento importante que é a elaboração de estratégias a serem utilizadas na relação com os assistentes sociais. Segundo Paugam (2003), a identificação com a condição de assistido não implica uma dependência total em relação aos serviços de assistência social (PAUGAM, 2003, p.145). Assim, constata-se nesta fase, estratégias de sedução utilizadas pelos assistidos como forma de manter boas relações com os assistentes sociais para assim terem atendidas com satisfação suas necessidades. A sedução ocorre por meio de tentativas de se obter a confiança dos profissionais da Assistência, oferecendo-se provas de honestidade e franqueza. Para uma relação privilegiada, os assistidos lançam mão então de táticas, como por exemplo, a solicitude na exibição de sua situação de escassez material, como forma de comprovar a pobreza a que estão sujeitos e assim, justificar a necessidade do recebimento de um auxílio. Por outro lado, a apropriação do assistente social baseia-se numa relação de troca amigável como forma de reverter a hierarquia no relacionamento entre assistido e assistente, a partir do estabelecimento de um envolvimento íntimo, informal e sincero (PAUGAM, 2003).

Na outra ponta, os próprios trabalhadores dos serviços sociais tentam articular uma ação educativa profunda com o estabelecimento de boas relações com as famílias assistidas. E para preservar uma relação cordial com os assistentes sociais, pode-se verificar a cooperação como mecanismo de obtenção de recurso. Neste caso, constata-se que os assistidos se dispõem a colaborar com a tarefa do assistente social, aderindo ao seu projeto socioeducativo. A título de exemplo, temos o caso das mulheres que interiorizam o protótipo de “boa mãe”, que preza pela educação dos filhos e pelo cuidado do lar. Neste caso, as estratégias de apropriação do assistente social cedem lugar à essa “vontade” de cooperar com o mesmo. Essa colaboração, entretanto, pode servir como uma tentativa de controlar a intervenção dos trabalhadores sociais. Com isto, ainda que não se concorde com os mecanismos de intervenção social, os assistidos aceitam as

“regras do jogo” no intuito de demonstrar sinceridade ao assistente (PAUGAM, 2003, p.150-51).

A assistência instalada, como vimos, corresponde a uma fase na qual os assistidos incorporam as atitudes que condizem com sua posição, a partir da elaboração de autojustificativas como forma de lidar com o descrédito associado à sua condição. Aos poucos, vão se habituando a esta situação, sem, no entanto, renunciarem à sua personalidade e capacidade de decisão. O saldo desta experiência pode ser resumido pela segurança financeira e material adquirida pelos assistidos por meio dos serviços sociais, sem que isto represente um custo simbólico intolerável, ou seja, sem que estes sujeitos sintam-se humilhados ou submissos. Mas, se nesta fase podemos verificar também uma relação cordial mantida com os assistentes social, o mesmo não pode ser dito com relação à assistência reivindicada.

A última fase relacionada à carreira moral dos assistidos, a assistência reivindicada, pode ser caracterizada como aquela em que as tendências observadas na assistência instalada são mais acentuadas. Neste caso, percebe-se a falta completa de motivação para o emprego, a forte dependência em relação aos serviços sociais, a elaboração considerável de racionalizações no que tange a assistência social e por fim, a estratégia utilizada na relação com os assistentes sociais assume a forma de uma reivindicação, que pode vir a gerar conflitos entre assistentes e assistidos.

Este estágio é em geral vivenciado por pessoas mais velhas, o que é utilizado como uma das razões para a falta de disposição na procura de um emprego. Por outro lado, estas já convivem há muitos anos na condição de beneficiárias da assistência social, conhecendo todos os mecanismos relativos a ela, tendo assim, sido inculcadas na lógica relativa aos serviços sociais. Neste caso, a não motivação para um emprego e a dependência em relação aos auxílios assistenciais se fazem como uma “escolha” economicamente racional (PAUGAM, 2003, p.153). Para Paugam (2003, p. 154), trata-se de uma fase na qual o dispositivo da assistência “estimula a inatividade e leva à sua racionalização”.

Com isto, pelo fato de terem se acostumado na condição de assistido, não conseguem ter outra perspectiva de vida para além desta relação. Logo, perderam todas as esperanças de terem suas necessidades providas via emprego assalariado. Na verdade, dispõem mesmo de um desejo de serem ajudadas e sofrem quando, por algum motivo, perdem o direito aos benefícios assistenciais, como no caso das mães cujos filhos não possuem mais idade que garanta o recebimento de um auxílio. Com isso, recorrem a todas as alternativas possíveis para reivindicarem um direito assistencial, lançando mão de racionalizações como forma de

justificar porque precisam continuar a serem assistidas. As razões evocadas são baseadas, dentre outros fatores, em histórias pessoais repletas de fracassos como: falência, separações, problemas financeiros, doença, incapacidade de prover a educação dos filhos, entre outras (PAUGAM, 2003).

Nem sempre é possível, porém, que estas pessoas tenham respostas favoráveis a todas as suas solicitações de cunho financeiro. O que acaba gerando uma situação de descontentamento por parte dos assistidos, que provoca o surgimento de conflitos, passageiros ou duradouros, na relação com os assistentes sociais na medida em que estes dificilmente aceitam a atitude de reivindicação adotada por aqueles. Dada a forte dependência dos serviços sociais, resta apenas que os assistidos suportem, mesmo sob críticas, que o montante dos recursos financeiros seja diminuído (PAUGAM, 2003).

Diferente do regime de cooperação estabelecido entre assistente e assistido na fase da assistência instalada, nesta etapa da assistência reivindicada, verifica-se que os hábitos culturais que os assistidos assumem são opostos ao modelo educativo proposto pelos assistentes sociais, principalmente no que diz respeito ao descuido com a casa e com a higiene pessoal. Neste caso, acaba-se recaindo em um clima de tensão, em que, na medida em que a família deixa de respeitar os termos do contrato estabelecido com os serviços sociais, menos facilmente poderá obter as ajudas solicitadas (PAUGAM, 2003, p.159).

É neste percurso que Paugam (2003, p.159) discute os efeitos perversos do dispositivo da assistência social. Para começar, o autor assinala ser importante pensar na forma legítima e insubstituível que a assistência assume, na medida em que evita o desligamento dos sujeitos da vida social. Por outro lado, o mesmo destaca a ambiguidade presente nesta forma de intervenção social tendo em vista que pode vir a atingir a dignidade do ser humano ao despertar nele um sentimento ainda maior de miséria moral. Isso porque, segundo o autor, o decorrer da carreira moral dos assistidos incita a perda da motivação para o emprego, confinando o assistido a esta condição.

Já a contradição presente neste dispositivo encontra-se na relação entre os assistidos e os assistentes sociais. A condição de assistido pressupõe expectativas específicas que acabam por incidir sobre a identidade pessoal destes, como: aceitar ser reconhecido como pobre; admitir o controle de sua vida privada; demonstrar vontade de superar sua situação; e, ouvir e aplicar as normas educativas propostas por profissional da área social. Com isso, ao mesmo tempo em que o trabalho assistencial objetiva criar condições para que os assistidos consigam romper com as dificuldades que lhes são impostas, isso implica que estes últimos se abduquem de parte de

sua autonomia. Ou seja, o mesmo trabalho que deseja incitar a independência, enreda os assistidos por meio de um conjunto de normas e regras que devem ser cumpridas. Logo, a menor possibilidade de distribuir um auxílio sem uma contrapartida é lida pelos assistentes sociais como inaceitável (PAUGAM, 2003).

Neste movimento, é preciso retomar os elementos que corroboram as potencialidades da assistência social no processo de inserção social dos sujeitos com dificuldades em participar ativamente da vida econômica, ou que dela participam de forma precarizada. Com isso entendemos que políticas e programas sociais, como os programas de transferência de renda, tem a possibilidade de “amortecer a queda” e até mesmo de evitar a perda dos laços afetivos, familiares e sociais (PAUGAM, 2003, p.43). Mas, de forma contraditória, Paugam (2003) constata o efeito não intencional e arbitrário que envolve o relacionamento entre o assistido e a assistência, na medida em que o aprendizado dos papéis sociais correspondentes a esta condição pode vir a provocar uma transformação na personalidade dos beneficiários no decorrer deste processo.

Por uma outra perspectiva, o autor constata que este efeito não se dá de forma inequívoca, mas, antes, a partir de um processo em que os beneficiários possuem um certo grau de liberdade para negociar sua identidade pessoal. A partir disto, pode-se verificar uma diversidade de experiências vividas pela população reconhecidamente em condição de pobreza que, a despeito da rotulagem promovida institucionalmente, consegue resistir à desqualificação social. Em outros termos, o autor aponta que as classes auxiliadas ou assistidas negociam a inferioridade de sua condição tentando, por exemplo, reinterpretar os traços negativos impingidos a estas.

É importante pensar ainda em como estes elementos operam quando se toma como medida as relações sociais locais dentro de um conjunto habitacional reconhecidamente desqualificado como o estudado por Paugam (2003). Devemos lembrar que em nossa pesquisa tomamos por recorte territorial bairros enquadrados neste contexto de existência potencial de mecanismos de desqualificação social.

Assim, para Paugam (2003), os próprios habitantes aderem a imagem e ao julgamento negativo que se faz do conjunto e, conscientes de terem “herdado um *status* desvalorizado, cada um deles procura se distinguir dos demais, sobretudo afastando o desprestígio e transferindo-o para as famílias mais ‘marcadas’ socialmente” (PAUGAM, 2003, p.229). Neste movimento, percebe-se que apesar das semelhanças em termos de condições objetivas, não há necessariamente uma homogeneização dos comportamentos. Isso porque, em primeiro lugar,

nem todas as pessoas estão no mesmo nível de precariedade e de relação com os serviços sociais, como discutido anteriormente. Ademais, mesmo entre as que são assistidas com regularidade – grupo majoritário dentro do conjunto habitacional – estas tendem a recriar diferenças entre si e a deslocar o descrédito para os “outros” moradores, ao mesmo tempo em que procuraram reafirmar qualidades pessoais para se “livrar” da carga depreciativa ligada a sua posição. Isso mostra que apesar da concentração de famílias precarizadas, os moradores formam um grupo heterogêneo cujos integrantes constituem hierarquias entre si.

Estas infra-hierarquias são criadas e sustentadas com base no reconhecimento e na intensificação dos menores sinais de “distinção” social. Utiliza-se como instrumento as difamações discriminatórias que tendem a invadir as relações tanto familiares quanto de vizinhança. Assim, por um lado procura-se transferir ao próximo o descrédito utilizando para isso os exemplos “negativos” ressaltados dentro da *cité*. Por outro, tenta-se resistir ao estigma que impera dentro do conjunto habitacional afirmando a diferença de si em relação aos grupos de menor prestígio social, utilizando-se, para isso, valores morais que visam positivar sua identidade pessoal.

Neste ponto é importante demarcar que o receio de serem comparados aos párias da sociedade, levam estes atores à tentativa de reverter o sentido do descrédito associado à sua condição a partir de alguns valores compensatórios. Entretanto, os fragilizados e os assistidos se comportam de formas distintas no que tange à recriação das diferenças ou criação de novos critérios de comparação em relação aos demais moradores do conjunto. Os fragilizados, por exemplo, devido a todas as características já tratadas anteriormente, delegam ao trabalho um valor fundamental. Portanto, seu esforço de diferenciação ocorre pela via do distanciamento ou até mesmo do isolamento em relação aos chamados “dependentes” da assistência que representa, para os mesmos, uma condição inferior. Ao mesmo tempo, a busca por um *status* mais elevado, que para eles só pode ser alcançado pela via do emprego regular, levam-nos a estimarem os grupos inseridos nos patamares superiores da hierarquia social. Logo, desejam, a qualquer custo, sair do contexto intolerável da *cité* e tudo o que ela representa (PAUGAM, 2003).

Por seu turno, os assistidos não agem pela via do distanciamento ou isolamento, mas procuram evitar o nivelamento em relação aos seus pares, se apoiando na afirmação das “virtudes” morais projetadas pelo plano socioeducativo promovido pelos assistentes sociais. Para tanto, estas famílias utilizam sua relação com os serviços sociais como um privilégio contrapondo-se aqueles que rejeitam os termos do contrato com os profissionais da assistência

social. Procuram, assim, corrigir a imagem negativa que a população tem delas ressaltando atitudes como sua habilidade educativa e amorosa em relação aos filhos, no intuito de se diferenciarem das famílias lidas como desunidas ou que apresentam quadros em que os filhos sofrem com “problemas” disciplinares.

Por outra ótica, tanto os fragilizados quanto os assistidos procuram estabelecer uma fronteira simbólica que tende a distinguir dois grupos de pobres a partir do que estes compreendem enquanto legítima pobreza. Sendo assim, para os primeiros, a distinção se faz com base na relação com o mercado de trabalho. Assim, visam se aproximar da noção de “verdadeiro desempregado”, vítima de circunstâncias que ultrapassam seu caso pessoal. Contrapõem-se assim ao “falso desempregado”, aquele que já não se mostra empenhado na busca por uma colocação no mercado de trabalho, mas vive às expensas do Estado “abusando” da proteção social.

Já para os assistidos, a necessidade de afirmar sua dignidade e de justificar sua condição, se faz lembrando dos “falsos pobres”, ou aqueles que se aproveitam da assistência e que não se esforçam para “sair” da situação em que se encontram. Logo, o “verdadeiro pobre” é aquele que se apega aos valores morais como a honestidade e a sinceridade. Com isso, Paugam (2003, p.247) afirma que os assistidos não tendem a se comparar aos grupos que possuem um emprego, como no caso dos fragilizados. Seu norte encontra-se assentado nos grupos de *status* comparáveis ao seu.

Sendo assim, conscientes do estigma que sofrem em função dos exemplos “negativos” de assistidos, para relativizar a inferioridade de seu *status* e compensar de alguma forma o descrédito de que são vítimas, buscam se afirmar como “pobres dignos” ostentando suas qualidades ou seus méritos pessoais. Por outro lado, denunciam as atitudes e os abusos cometidos pelos “pobres indignos” que, por exemplo, utilizam seus auxílios assistenciais de forma imprópria, como, na compra de bebidas alcoólicas, deixando, assim, de arcar com o orçamento familiar.

Sobre estes aspectos, Paugam (2003, p. 250) destaca:

Todos esses exemplos mostram, que, quando o *status* social é desvalorizado, sobretudo o de assistido, o indivíduo sente necessidade de ostentar os seus valores morais ou seus méritos pessoais para compensar ou negociar seu descrédito. A necessidade de reconhecimento social e de autoafirmação existe em todo ser humano, mas ela é por certo ainda mais visível, e portanto de mais fácil apreensão pelo sociólogo, no caso das famílias socialmente desqualificadas. Na realidade, trata-se, para elas, de resistir ao sentimento de fracasso social e renegar no discurso, ao menos parcialmente, a imagem negativa que os ‘outros’ lhes transmitem. Os valores sociais

e/ou morais que fundamentam a ordem hierárquica estão, portanto, fortemente ligados às necessidades e às estratégias de distinção social.

A partir disto, é preciso ter em mente que, em que pese as dessemelhanças socioeconômicas da França e do Brasil, é necessário lembrar que os elementos morais que balizam as sociedades ocidentais não são destoantes. Acresce-se a isso o fato dos valores modernos serem os responsáveis por condicionar a percepção dos agentes e assim, conduzir o curso das relações sociais. Neste aspecto, as diferenças entre as realidades estudadas são de outra ordem, como discutido até o momento, no que tangem as particularidades brasileiras.

Assim, os valores relativos ao trabalho, por exemplo, estão presentes em ambas as realidades. E ainda que o assalariamento não tenha se constituído como um elemento majoritário no Brasil, o trabalho não deixa de se fazer uma variável presente no sistema de valores que compõe nossa sociedade. Por outro lado, a similaridade entre a França e o Brasil encontra-se ainda na estigmatização a que a população empobrecida está submetida. Nesse aspecto, é possível tomar a sociedade francesa como parâmetro para entender que a moralidade também é acionada no curso das relações entre aqueles que vão demandar um auxílio assistencial e aqueles que os cercam, dado o descrédito que está associado à condição de pobreza e mais especificamente, relacionado à condição de assistido.

Por fim, podemos destacar que a constituição destas infra-hierarquias retratadas e a dinâmica que a caracteriza, não são especificamente próprias das classes populares, como bem ressalta Paugam (2003). Para o autor, estas podem ser encontradas na vida social, devido a necessidade de reconhecimento e de autorrealização que conduz os sujeitos na sociedade a se alinharem aos grupos aos quais prestigiam e, ao mesmo tempo, a se distanciarem daqueles com os quais não querem ser identificados. Por outro lado, o autor salienta que os mecanismos engendrados nesta relação, são mais visíveis no caso das populações socialmente desqualificadas, pois o descrédito associado a estas é tal que acaba sendo necessário transferi-lo para o próximo.

2.2 A SOCIOLOGIA DAS RELAÇÕES DE PODER

Paugam (2003) estava preocupado em compreender a desqualificação social enquanto experiência vivida em múltiplas dimensões pela população que mantinha um relacionamento com os serviços sociais. A partir disso, o autor constatou ainda a forma como a desqualificação operava no âmbito das relações sociais em um conjunto habitacional degradado, e como esta

influiu na constituição de hierarquias entre pessoas que compartilhavam de condições objetivas de existência, dada a necessidade que esta população sentia em se “livrar” do estigma proporcionado pela relação mantida com os assistentes sociais.

Por uma outra ótica, Elias e Scotson (2000) também nos mostram como grupos aparentemente homogêneos estabelecem entre si hierarquias por força de elementos morais. Porém, no caso dos autores, a preocupação está centrada na apreensão das propriedades gerais de toda relação de poder que se constitui entre grupos interdependentes a partir de um contexto configuracional. Neste aspecto, por configuração podemos entender a forma como as pessoas estão dispostas em um sistema de relações mutuamente orientadas e dependentes. Com isso, o ponto de partida dos autores não está centrado no indivíduo em si, mas sim, no contexto em que as redes interacionais se instituem, compreendendo, assim, a natureza dos laços de interdependência que unem, separam e hierarquizam indivíduos e grupos sociais (ELIAS, SCOTSON, 2000, p.11).

Importante pensar que o sistema de valores ocupa o centro do processo de constituição das relações de poder trabalhadas pelos atores. Isso porque, podemos dizer que os sujeitos se agrupam e se afastam de outros em consequência da socialização na qual estão inseridos, que pressupõe a incorporação de um conjunto de valores morais que vai determinar o curso de suas relações.

Dados os pressupostos, em *Os Estabelecidos e os Outsiders*, Elias e Scotson (2000) investigam, a partir da observação do universo configuracional de Winston Parva, uma comunidade composta por três bairros operários, localizada no sul da Inglaterra. Em um primeiro momento, os autores estavam interessados nos altos índices de delinquência no local. A partir disto o estudo se ocupou sobre o problema geral da relação entre as diferentes zonas de uma mesma comunidade, constatando que os elementos percebidos nessa realidade microsociológica lançavam luz sobre aspectos comumente encontrados, em escala maior, ou seja, em nível macrossociológico.

Para os propósitos desta tese, interessa refletir sobre a análise dos autores no que tange as distinções formadas entre moradores com características socioeconômicas similares. Os resultados a que os autores chegam revelam, grosso modo que, por trás da aparente homogeneidade dos sujeitos, os moradores criavam entre eles elementos de diferenciações que deram origem a uma ordem hierárquica dentro da configuração estudada. Assim, os autores constataram o estabelecimento de uma fronteira simbólica entre dois grupos, que pode ser usada como parâmetro de análise para a relação entre grupos interdependentes.

Neste aspecto, o primeiro agrupamento, ou aquele composto pelos chamados *estabelecidos*, trata-se de um grupo cuja principal característica é a manutenção de sólidas relações intersubjetivas, com fortes laços de união e solidariedade entre seus membros. Este funda seu poder com base no reconhecimento de seu prestígio, que, no caso de Winston Parva, está assentado em valores como a tradição, a autoridade e a influência. Com isto, pode-se dizer que este grupo é lido na ordem hierárquica por sua superioridade social e moral, representando ainda um modelo de moralidade para os demais. Já o segundo grupo, composto pelos denominados *Outsiders*, é aquele cujos membros não são considerados partícipes da “boa sociedade”, ou seja, representa os que estão fora dela. Neste sentido, este último grupo pode ser considerado um conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços menos intensos, além de ser representado por variáveis negativas como: delinquência, desorganização, sujeira etc.

A relação entre estes dois grupos se constrói de forma que um deles é capaz de monopolizar as oportunidades de poder, e assim utilizá-las para estigmatizar os membros do outro grupo. Sendo assim, convém mencionar que no contexto estudado por Elias e Scotson (2000), os dois grupos apresentavam semelhanças em termos de variáveis socioeconômicas, como: padrões habitacionais, nacionalidade, cor ou raça, renda, nível educacional, ou seja, não havia discrepância em termos de classe social. Por outro lado, a única diferença verificável era que um grupo era composto por antigos moradores, instalados há duas ou três gerações, e o outro era formado por recém-chegados (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.23). Em outros termos, pode-se se afirmar que a única diferença entre os moradores de Winston Parva estava baseada no tempo de residência.

Mas, o que levava um grupo a se sentir superior e ao mesmo tempo estigmatizar o outro grupo como inferior? Como a diferença em termos de tempo de residência podia ser utilizada como recurso para que um grupo afirmasse sua superioridade em relação aos demais? Sobre isto, os autores revelam que o valor da antiguidade guardava em si aspectos importantes como a potencialidade deste elemento na criação da coesão e da identidade grupal ligada à vida e às tradições comunitárias. Esta coesão, ao mesmo tempo, era mantida com base na identificação coletiva e na respeitabilidade de normas comuns capazes de induzir os atores à consciência de pertencerem a um grupo de *status* superior, ao mesmo tempo que tratava com desprezo os recém-chegados (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Neste movimento, os estabelecidos estigmatizavam o outro grupo como se este fosse composto por pessoas de menor valor humano, sob a justificativa de que, aos forasteiros,

faltavam a virtude humana superior que os antigos moradores tomavam para si, como o carisma grupal distintivo. Com isso, a Aldeia, como ficou denominada pelos moradores da parte antiga de Winston Parva, representava o sentimento de apropriação do local e de pertencimento a uma comunidade com normas e valores coletivamente estabelecidos. Ademais, este aspecto por si só já era suficiente para demarcar diferenças em relação aqueles que, firmando residência há pouco tempo, não compartilhavam dos padrões socialmente aceitos entre os aldeões. Por outro lado, por não se constituir como um grupo coeso e ainda, por não partilhar de um espírito de unidade, os recém-chegados não dispunham de instrumentos para resistir ao estigma imposto pelos estabelecidos.

Neste aspecto, o grupo de moradores mais antigos conseguiu reivindicar para si um *status* superior, ao mesmo tempo em que subordinava os moradores do novo agrupamento a um patamar inferior. Segundo Elias e Scotson (2000, p,09), em Winston Parva, os estabelecidos

[...] fundavam a sua distinção e o seu poder em um princípio de antiguidade: moravam em Winston Parva muito antes do que os outros, encarando os valores da tradição e da boa sociedade. Os outros viviam estigmatizados por todos os atributos associados com a anomia, como a delinquência, a violência e a desintegração.

Ademais, é preciso compreender de que forma se processava a manutenção do monopólio de poder exercido pelos aldeões em relação ao grupo estigmatizado. Em primeiro lugar, constata-se, “Graças ao seu maior potencial de coesão, assim como à ativação deste pelo controle social, que os antigos residentes conseguiam reservar para as pessoas de seu tipo os cargos importantes das organizações locais”, como: escola, clube, conselho, associação etc. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.24). Ao fazerem isto, os antigos moradores conseguiam controlar o acesso às posições sociais com maior potencial de poder, excluindo os forasteiros destes espaços.

Por outro lado, os canais das “fofocas” funcionavam como um mecanismo eficaz na delimitação de uma fronteira entre os grupos, e atuavam por uma via de mão dupla. Assim, ao mesmo tempo em que serviam para reproduzir comentários depreciativos referentes ao grupo de moradores recém-chegados, eram também os responsáveis por promover comentários de teor honroso acerca dos moradores mais antigos de Winston Parva. Logo, este mecanismo garantiu que se reforçasse, na região, uma relação de poder baseada no critério de antiguidade.

Com isso, um aspecto interessante a ser mencionado com base no estudo de Elias e Scotson (2000), é que a hierarquia formada no interior da região pesquisada, foi possibilitada graças ao que os autores se referiram como uma relação entre a “minoridade dos melhores” em

contraposição à “minoría dos piores”. Com isso, a justificação do “valor” superior do grupo de estabelecidos se dava com base na disseminação de comentários que visavam exaltar os “melhores” exemplos selecionados dentro do grupo dos antigos moradores. Assim, os poucos atores com algum *status* econômico, social ou moral, eram tomados como a imagem do grupo em geral.

Por outro lado, o grupo dos forasteiros era lido por seus “piores” exemplos. Logo, os sintomas da inferioridade humana dos recém-chegados eram identificados a partir das próprias condições de sua posição enquanto outsiders e, devido a humilhação e opressão que lhes são concomitantes (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.30). Apesar da baixa relevância estatística, a delinquência era tomada como generalizada entre os adolescentes deste grupo, e as “fofocas” reproduzidas na região eram carregadas de representações negativas. Dizia-se que o grupo dos novatos era composto por pessoas de “moral baixa”, com costumes vulgares e baixo padrão de vida.

A partir disto, podemos destacar ainda que as fronteiras simbólicas instauradas na relação estabelecidos/outsideers repercutiam na segregação espacial entre os moradores. A despeito dos moradores manterem contato no local de trabalho, em espaços dedicados à socialização, a relação era de evitação. Constatou-se, por exemplo, que assim que os moradores novatos passaram a frequentar o mesmo bar que os mais antigos, estes últimos começaram a ocupar outro, de forma a não precisar socializar com aqueles cujo estilo de vida lhes parecia reprovável.

Aos forasteiros eram imprimidos traços como desordeiros, barulhentos e sujos, além dos pais serem tachados como irresponsáveis no que tange a educação dos filhos, também lidos como “bagunceiros”. Com isso, os aldeões acreditavam que os baixos padrões morais atribuídos a estas famílias poderiam ameaçar seu *status* e sua identidade comunitária, levando-os a cerrarem fileiras contra os novatos (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Neste movimento, a imagem de ambos os grupos era construída com base nos boatos elogiosos ou negativos, responsáveis por sustentar as crenças em torno de cada um deles. O que não significava que a imagem de fato correspondia à realidade. Aliás, o mecanismo das fofocas funcionava justamente de forma a se certificar, ainda que de modo não intencional, que qualquer ato digno correspondente aos aldeões, ou indigno correspondente aos outsiders, fosse disseminado. Ao mesmo tempo, buscava também evitar que qualquer fato que contradissesse a imagem dos estabelecidos, ou dos novatos, ganhasse evidência.

A problemática desta relação é agravada justamente porque a constituição da imagem negativa do novo agrupamento, era absorvida por seus próprios membros como aspecto inexorável, compondo assim, sua autopercepção. Ainda que nem todas as famílias correspondessem ao estereótipo criado, elas não conseguiam se livrar do estigma imposto a elas. Afinal, elas mesmas acreditavam na imagem deturpada da zona em que moravam, tendo em vista que os boatos amplificavam os poucos “casos problemas” como se generalizados fossem.

Sendo assim, os novos residentes não conseguiam “reagir porque sua própria consciência estava do lado dos detratores. Ou seja, elas concordavam com a má opinião que os aldeões tinham de seu bairro e absorviam para si a censura por eles estabelecidas” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.141, 142). Isso significa que de alguma forma os outsiders se identificavam com o grupo estigmatizado, e sem argumentos para se defender, começaram a se avaliar pela bitola de seus próprios opressores. O impacto disto é que os mesmos passaram a adotar uma visão de si negativa, acreditando possuir, de fato, um menor valor humano.

Para os autores, “[...] A autoimagem e a autoestima de um indivíduo estão ligadas ao que os outros membros do grupo pensam dele” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.43). Logo, a identidade de um sujeito está intimamente relacionada à sua rede de relações pessoais. Esta rede, por sua vez, não se constitui em um vácuo social. Sendo assim, é importante ter em mente que o sistema de valores que comanda determinada sociedade é o que vai nortear os atores no âmbito de suas relações intersubjetivas. Isso porque, as pessoas, de um modo geral, “ancoram seus sentidos de si em posicionamentos morais, padrões que oferecem um solo a partir do qual dão sentido ao mundo através de lentes morais” (HITLIN, 2015, p.26).

Por fim, é importante destacar que, na medida em que as políticas sociais têm sido direcionadas de forma a demarcar o público a ser beneficiado por estratégias de combate à pobreza com base no critério monetário; é preciso compreender a partir de quais processos está assentado o entendimento do que é ser pobre e a implicação disto entre aqueles caracterizados como “merecedores” de uma transferência de renda. Portanto, torna-se mister, antes de adentrar no âmago da discussão empírica desta tese, compreender de que forma a literatura nacional contribui trazendo subsídios que apontam para a percepção da sociedade brasileira em torno do tema da pobreza e da desigualdade, no intuito de trazer à tona, o cenário em que o próprio pobre, dentre ele, o beneficiário do PBF, percebe a si e a seus pares.

3. PERCEPÇÕES SOBRE DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL

Não havendo assunto pequeno, mas pequeno investigador, cada aspecto da cultura, cada ângulo da atividade humana, permite percentagem analítica bem inferior a seu volume real.

Luís da Câmara Cascudo

Este capítulo tem por propósito discutir as percepções em torno da desigualdade e da pobreza em nível de Brasil. Para tanto, lança-se mão de elementos trabalhados pela literatura nacional, no intuito de abarcar as formas como a sociedade brasileira, incluindo-se, os pobres, compreendem este fenômeno. Trata-se, neste sentido, de um prelúdio para a parte empírica desta tese, na medida em que este capítulo traz contribuições importantes, para pensar as percepções que giram em torno dos próprios brasileiros. Logo, busca-se demonstrar o quadro mais amplo em que os pobres, dentre os quais os beneficiários de um Programa de Transferência de Renda, estão inseridos.

3.1 POBREZA E DESIGUALDADE: O QUE PENSAM OS BRASILEIROS?

A pobreza é um fenômeno que historicamente permitiu diversas abordagens “em relação a suas causas, sua contingência real ou ilusória e alternativas de sua superação” (VISCARDI, 2009, p. 292). Considerando a análise histórica sobre o tema, em especial relacionada à Europa Ocidental, pode-se dizer que no período medieval a pobreza era considerada como virtude daqueles que optavam por ela como pressuposto do pagamento por seus pecados. Mais tarde, fora constituída como indício da presença de vícios, estando eivada por elementos morais tais como a preguiça, o desânimo, a ausência de caráter, a vagabundagem e a imprudência, entre outros. Já ao final do século XIX, “passou a ser vista como um mal derivado das circunstâncias históricas, e responsabilizaram-se agentes econômicos impessoais, como o mercado, os mecanismos desiguais de distribuição de renda, o desemprego e tantos outros” (VISCARDI, 2009, p. 292).

O avanço no modo de interpretação da pobreza, se representou mudanças no que tange ao olhar sobre o fenômeno e também quanto às estratégias para intervir sobre o mesmo, não

rompeu com as expectativas morais referente ao tema, na sociedade moderna. Como bem destaca Paugam (2003), a pobreza nestas sociedades assume um *status* social de teor negativo que representa muito além de um estado de carência material. Neste intuito, para melhor compreender a percepção do público-alvo desta pesquisa acerca de um Programa, cuja principal tarefa é intervir sobre a pobreza, demarcando quem é “merecedor” de receber a assistência prestada aos classificados como pobres, faz-se pertinente, antes de mais nada, levantar alguns elementos acerca da configuração da pobreza no Brasil. Tomamos como referência, neste momento, pesquisas qualitativas que se dispuseram a compreender as significações da pobreza empreendidas por aqueles que a vivenciam, com o propósito de levantar os elementos morais que permeiam este tema.

Alba Zaluar em sua obra *A Máquina e a Revolta* de 1985, discute acerca do modo de vida das classes populares urbanas no conjunto habitacional da Cidade de Deus, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Dentre os aspectos trabalhados pela autora, ressalta-se a associação que os moradores pesquisados fazem entre trabalho e pobreza. A pobreza, afastada do sentido religioso de redenção pelo sofrimento, é disseminada por meio de um discurso secularizado cuja base pauta-se pela ideia de desatenção ora do Estado, ora até mesmo de Deus. Ao lado desta mudança na concepção da pobreza agora sem as vestimentas espirituais, a atividade de “esmola”, por exemplo, antes considerada pela via da santificação, é lida hoje por um outro significado: o da vergonha (ZALUAR, 1994).

Entendida em termos de restrição do consumo para esta população, a pobreza encontra-se vinculada à categoria trabalho na medida em que para o público investigado, pobre é aquele que necessita trabalhar para sobreviver, em oposição aos “ricos” que na percepção destes atores, por já possuírem dinheiro, não sofrem da mesma exigência (ZALUAR, 1994). Por outro lado, ainda que a pobreza esteja associada à privação material, ou mais especificamente, à restrição do consumo para os atores pesquisados por Zaluar (1994), pobreza e miséria, ou “pobreza mesmo”, são demarcadas como categorias distintas. Segundo a autora:

[...] A categoria pobreza muda de posição para marcar limites entre os que se incluem e se excluem no grupo dos pobres de tal modo que parecem contradizer-se. [...] a mesma categoria é pensada para opô-las aos muito pobres, aos que passam fome [...]. Se o pobre é aquele que trabalha para comer, mas tem saúde ou tem força para trabalhar, então pobre mesmo é o que não tem saúde, não tem comida dentro de casa, tem que pedir esmola, não trabalha. [...] (ZALUAR, 1994, p.105).

A autorreferência enquanto trabalhador pobre se constrói para esta população estabelecida em um território estigmatizado como lugar perigoso e precário, em oposição às

categorias de “vagabundo”, “bêbado”, “malandro” ou “bandido”, que permeiam o imaginário social urbano em torno, principalmente, das periferias. Com isso, tenta-se estabelecer uma distinção entre os moradores, utilizando-se do valor moral superior que a expressão “trabalhador” enseja. Assim, como aponta Zaluar (1994, p. 88) “‘Ele é trabalhador’ é uma afirmação sempre feita com o respeito de quem fala e que busca o respeito dos demais”.

Para melhor compreender o valor estabelecido em torno da pobreza em articulação ao trabalho para esta população, Zaluar (1994) constrói seu argumento a partir do que denominou por “ética do provedor.” Para estes moradores desprovidos do que há de mais elementar para uma vida digna como: bons salários, acesso a bens e serviços sociais de qualidade etc., a forma legítima que encontram no enfrentamento cotidiano da pobreza material é a partir do trabalho. Sendo assim, esta é a fonte de superioridade moral dos trabalhadores pobres e de seus familiares, sendo imprescindível a adoção da identidade de “trabalhador”, que funciona como uma tentativa de reivindicar reconhecimento e respeito (TAYLOR, 2013), diante de um cenário em que a pobreza emerge no imaginário social por um viés estigmatizante. Para a autora, “o trabalho tem seu valor moral vinculado ao *status* do trabalhador como ‘ganha-pão’ do grupo doméstico [...] é assim que o trabalhador pobre alcança a redenção moral e, portanto, a dignidade pessoal” (ZALUAR, 1994, p.121, 122).

É importante levar em consideração o caráter ambíguo em torno tanto da categoria “trabalho” quanto da própria concepção de pobreza para esta população, que acaba por estabelecer fronteiras, senão espaciais - tendo em vista o compartilhamento de condições de existência materiais específicas -, pelo menos simbólicas entre os pobres moradores da cidade de Deus. No que tange ao significado do trabalho, pode-se dizer que para esta população, existe uma alternância “entre a visão escravista do trabalho com o sinal negativo, mais disseminado entre os jovens, e a concepção do trabalho como valor moral, sustentado pelos pais de família e suas mulheres” (ZALUAR, 1994, p.121).

Já no que tange a pobreza, é possível perceber ao menos duas perspectivas que marcam a percepção dos pobres entrevistados por Zaluar (1994). A primeira trata-se da tendência à culpabilização pessoal do “pobre” por esta condição social, remetida à imagem de “fracasso individual” e ao âmbito privado. Por outra via, a segunda concepção de pobreza faz referência à falta e/ou à precariedade de acesso aos serviços sociais públicos e de infraestrutura urbana, responsabilizando parcialmente o Estado pela condição vivenciada em seus territórios estigmatizados. O termo *parcialmente* não é utilizado neste ponto aleatoriamente. Se o Estado é acionado como polo impessoal e agente imprescindível para intervir sobre os preços de

gêneros alimentícios, promover melhorias no equipamento urbano, e estabelecer certa gerência no acesso ao trabalho; a estratégia para romper com a situação de pobreza que acomete boa parte dos moradores neste território remonta à primeira concepção de pobreza de cunho individual. Assim, para a superação da pobreza não deixa de se levar em conta mais uma vez o esforço e o empenho pessoal através da via por excelência que esta população aciona para romper com a escassez material a que estão submetidas: o trabalho.

O valor moral do trabalho bem como da família para a população pobre também foi pesquisado por Sarti (1994) em sua tese intitulada *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo*. Neste trabalho a autora discute os fundamentos que efetivamente estruturam as relações na família e definem o lugar de cada membro no universo dos pobres, segundo sua própria concepção moral. Partindo do código moral familiar, hierárquico e patriarcal expresso nas relações entre o homem, a mulher e os filhos que compõe o contexto simbólico dos pobres, Sarti (1994) procura desvendar o alcance deste código que extrapola o âmbito familiar conjugal, na medida em que os limites entre a casa e a rua são tênues para esta população.

Dois dimensões são assim, consideradas essenciais no que tange ao estabelecimento dos valores norteadores das categorias morais as quais os pobres se utilizam para organizar, interpretar e dar sentido ao seu lugar no mundo. Trata-se da família e do mundo do trabalho, que são dimensões que refletem na forma como esta população se relaciona com seus “iguais” e também com seus “desiguais”. Sendo assim, os desdobramentos desta ordem moral fundada nos valores da família e do trabalho, devem ser consideradas levando-se em conta os mecanismos de identificação e de diferenciação dos quais os pobres lançam mão para a elaboração de sua identidade social (SARTI, 1994).

Partindo da família, importa ressaltar que para os pobres, esta constitui-se como um sistema de obrigações morais que une seus membros. Assim, segundo Sarti (1994), estabeleceu-se um código de reciprocidade permeado por obrigações morais entre os entes familiares em seu sentido extenso, ou seja, para além do núcleo conjugal, que vai de encontro ao padrão individualista de relacionamento que os valores modernos ensejam e que são absorvidos pelas famílias oriundas das camadas mais abastadas da população (DUARTE, 1986). A família não é apenas o elo afetivo mais forte dos pobres, tampouco possui uma importância meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e serve de parâmetro moral para sua explicação do mundo (SARTI, 1994).

Em outros termos, segundo Sarti (1994, p. 60):

A importância da família para os pobres está relacionada às características de nossas instituições públicas incapazes de substituir as funções privadas da família, num país onde os recursos de sobrevivência são privados, dada a precariedade de serviços públicos de educação, saúde, amparo à velhice e à infância, somados à fragilidade dos sindicatos e partidos políticos como instrumentos de mediação entre o indivíduo e a sociedade, enfim, diante da ausência de instituições públicas eficazes. [...] a vida cotidiana dos pobres [...] é estruturalmente mediada pela família. Suas relações fundam-se, portanto, num código de lealdades e de obrigações mútuas e recíprocas, próprio das relações familiares, que viabilizam e moldam seu modo de vida [...] fazendo da família e do código de reciprocidade nela implícito um valor para os pobres.

As famílias das camadas populares são constituídas por meio de hierarquias²⁵ internas que dividem o mundo simbólico dos pobres, incitando regras implícitas na convivência cotidiana. Dentre as fronteiras a serem consideradas, e que se espraiam como parâmetro para as relações extrafamiliares, podemos ressaltar como fundamental aquela que separa o universo masculino do feminino, conferindo ao homem um lugar de autoridade na família que ele, trabalhador e pobre, não encontra no mundo da rua (SARTI, 1994). A autoridade masculina é exercida, segundo Sarti (1994), pelo papel central desempenhado pelo homem como mediador com o mundo externo.

A figura masculina é assim a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar. Segundo Sarti (1994, p.78), “sua presença faz da família uma entidade moral positiva, na medida em que ele garante o respeito. O homem, portanto, responde pela família.” O exercício desta autoridade moral é desempenhado ainda mediante sua função de provedor, “de teto, alimento e respeito” (SARTI, 1994, p.69), reafirmando a “ética do provedor” tal como discutido anteriormente por Zaluar (1994).

Mas, se o homem é o representante da família, a mulher é considerada a responsável pela organização da casa. Sendo assim, cabe à mulher outra importante dimensão da autoridade, que é manter a unidade do grupo familiar. “Ela é quem cuida de todos e zela para que tudo esteja em seu devido lugar. É a “patroa”, designação que revela o mesmo padrão de relações hierárquicas na família e no trabalho” (SARTI, 1994, p.78). Em seu desempenho, preza-se pelo ideal de “boa dona de casa”, cabendo ainda, à figura feminina, controlar o pouco dinheiro recebido pelos que trabalham na família. Sendo assim, é ela quem gere o orçamento familiar,

²⁵ Encontra-se disponível em Duarte (1986) também uma discussão acerca da constituição das hierarquias formatadas no interior das famílias oriundas das classes trabalhadoras urbanas, que se centram na relação entre mulheres-homens, pais-filhos e crianças-adultos-idosos.

priorizando os gastos (com a alimentação em primeiro lugar) e driblando as despesas (SARTI, 1994, p.74).

É importante levar em conta que uma outra dimensão da autoridade da mulher para além do controle do recurso doméstico encontra-se na valorização da figura da mãe, em um universo simbólico em que a maternidade faz da mulher, mulher, tornando-a reconhecida como tal (SARTI, 1994). O cuidado com a casa pressupõe ainda a responsabilidade na educação dos filhos, relegando à figura feminina o controle dos mesmos, para que não venham a se envolver com pessoas que não coadunam com os valores morais disseminados pela família. Logo, à mãe cabem, além do trabalho doméstico, as importantes funções de gerência da casa e de responsável pela socialização das crianças.

Outro aspecto a ser ressaltado é o fato da família pobre se constituir como uma rede, e não necessariamente como um núcleo. Assim, esta envolve ramificações que englobam um circuito de obrigações que promovem apoio e sustentação para além da relação de consanguinidade, abarcando a rede de parentescos como um todo. Sendo assim, dada a forte demarcação de gênero e a dificuldade de realização do modelo nuclear que subjaz as famílias pobres, pode-se dizer que, “não necessariamente as figuras masculinas e femininas são depositadas no par pai/marido e mãe/esposa, mas podem ser transferidas para outros membros da rede familiar, reproduzindo esta estrutura hierárquica básica” (SARTI, 1994, p.90). Quanto a isto, Sarti (1994, p.81) acrescenta que

As famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas (Neves, 1984; Fonseca, 1987; Scott, 1990), o que implica em alterações muito frequentes nas unidades domésticas. As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, levam a desencadear-se arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, para viabilizar a existência da família, tal como a concebem.

Para estas famílias, o casamento marca o estabelecimento de uma relação de complementaridade em que expectativas são lançadas, como, ter uma casa, ter filhos, etc. Tais expectativas apontam para uma categoria moral importante para essas famílias, a saber, a responsabilidade, que se opõe, à vaidade (SARTI, 1994, p.95). E ainda que as famílias desfeitas sejam mais pobres e, em um “círculo vicioso”, as famílias mais pobres desfaçam-se mais facilmente, como aponta Sarti (1994, p.82), o primeiro casamento é valorizado como hierarquicamente superior à contração de novas uniões conjugais.

Dentre as expectativas que são lançadas em uma relação matrimonial encontram-se aquelas relativas à atribuição do desempenho dos papéis de homem e de mulher dentro da família, como discutido anteriormente. Mas também em relação aos filhos, espera-se que estes contribuam financeiramente quando aptos ao mercado de trabalho, bem como que estes cuidem de seus pais quando estes últimos assim necessitarem de cuidados. É imprescindível, neste ponto, tratar da segunda dimensão valorativa para as famílias pobres estudadas por Sarti (1994) que é o mundo do trabalho.

A análise dos parâmetros positivos através dos quais os pobres constroem sua moralidade, focalizando a concepção destes do trabalho é necessária para a construção de todo o argumento que envolve esta tese, tendo em vista que nosso foco encontra-se naqueles que de alguma forma precisam se enquadrar no conceito de “pobres” definido por um Programa de transferência de renda. O que em alguma medida aponta para o fato de que, assumir tal categoria, implica atestar ir na contramão da fonte de dignidade desta população que é a via do trabalho. Não surpreende assim, como destacou Zaluar (1994), que das reivindicações dos moradores locais por ela investigados, figurassem em posição de importância crucial a criação de empregos para jovens e ainda a permissão de trabalho para menores de 14 anos. Junte-se a isto a disseminação da noção de que, a postura do Estado deveria voltar-se ao controle do preço dos gêneros alimentícios, indo de encontro às práticas ditas assistencialistas de distribuição de alimentos “que serviam para tapar os buracos momentaneamente” (ZALUAR, 1994, p.95).

Sarti (1994, p.17), por sua vez, destaca que o “princípio moral que fundamenta o valor do trabalho para o homem, a mulher, a criança e o jovem se insere dentro de uma lógica relacional onde o trabalho, embora exercido individualmente, se projeta para além de si e do próprio trabalhador, no universo familiar e social [...]”. É através do trabalho que os atores investigados por Sarti (1994) demonstram não ser pobres. E aqui é preciso pensar mais uma vez na forma ambígua como esta população concebe a pobreza.

Pensada em termos de privação material, aqueles que passam pela experiência da pobreza procuram estabelecer fronteiras morais entre si, na tentativa de romper com o peso do viés negativo que esta condição acarreta na sociedade atual. Pode-se citar como exemplo da tese de Sarti (1994) a busca pela distinção entre o “pobre”, ou aquele privado de bens materiais, e o considerado “pobre mesmo” que seria o “pobre de espírito”. Assim, enquanto o primeiro “pobre” se utiliza do valor do trabalho para suprir de alguma forma sua condição de precisão, o “pobre de espírito” seria aquele sem “disposição” de superar sua condição por esta via. Ou seja, “pobre, categoria carregada de conotações morais, não diz respeito apenas às

desigualdades sociais, mas, sendo relativizada pelo prisma moral, é aquela pessoa pobre de espírito [...] (SARTI, 1994, p.120)”.

Em outros termos:

Ao lado da negatividade contida na noção de ser pobre, a noção de ser trabalhador dá ao pobre uma dimensão positiva, inscrita no significado moral atribuído ao trabalho, a partir de uma concepção da ordem do mundo que requalifica as relações de trabalho sob o capital. Se ele se localiza como pobre no mundo social, não se considera pobre de espírito, porque tem os valores morais que lhe permitem, quando cair no buraco, se levantar. É através do trabalho que realizam esta disposição de se levantar. O valor moral atribuído ao trabalho compensa as desigualdades socialmente dadas, na medida em que é construído dentro de outro referencial simbólico, diferente daquele que o "desqualifica" socialmente (SARTI, 1994, p.120, 121).

O benefício do trabalho se define dentro de uma lógica em que o que está em jogo não é apenas o valor econômico, mas também moral. Assim, o rendimento moral pelo trabalho se dá pelo aspecto dignificante que o mesmo enseja através da honra adquirida por quem por ele se resguarda. “Numa relação complementar, para as mulheres o papel da dona-de-casa é fonte de igual sentimento de dignidade pessoal” (SARTI, 1994, p. 76, 77). A honra é medida pelos pobres não pela posição social deles, mas vincula-se à virtude moral enquanto afirmação pessoal de si em face do olhar dos outros, ou nos termos utilizados no primeiro capítulo, pela propensão ao reconhecimento e ao respeito atitudinal (TAYLOR, 2013; HONNET, 2007; SOUZA, 2012).

Os valores de quem busca reconhecimento pelo trabalho podem variar na medida em que cada estrato social tem uma forma de se relacionar com esta dimensão. Logo, a honra pode estar contida no fato de se ter uma profissão, e até no valor simbólico de uma dada profissão; ou em trabalhar por conta própria, sem precisar de chefe, reafirmando os anseios de autonomia através do trabalho; ou, ainda “em face dos trabalhos ‘desqualificados’ que têm a seu alcance, traduzem-nos como trabalho duro, serviço pesado que exige qualidades morais como a coragem, a força e a disposição” (SARTI, 1994, p.122, 123).

Retomando as expectativas acionadas no estabelecimento de uma união conjugal, qualquer fato que vai de encontro ao que espera daquele com o qual se constitui uma família no sentido aqui trabalhado, é motivo de frustração e pode provocar mudanças dentro do próprio ordenamento familiar. Como exemplo que podemos citar, temos o caso ilustrado por Sarti (1994) de uma família em que a mãe e as filhas se impuseram contra a figura do pai que utilizava a violência física contra as mesmas. Tal imposição só foi possível na medida em que o pai, “ao longo da vida familiar, abusou de suas prerrogativas de sua posição de autoridade, sem cumprir

com os deveres em relação à família que correspondem a esta posição” (SARTI, 1994, p. 66, 67). Ou seja, ele não satisfaz o papel que deveria ter sido desempenhado pelo mesmo, que é de provedor de bens materiais, e também de representante moral da família, zelando pela respeitabilidade desta, na medida em que o mesmo bebia, comprometendo parte do sustento da casa com esta atividade, além de exercer mal a autoridade que lhe era delegada, pois se utilizava da violência física contra aquelas a quem deveria “proteger”. Assim, destaca-se uma alteração na própria relação de poder dentro da casa diante da perda de legitimidade da autoridade paterna que perdeu sua força simbólica abalando, assim, “a base de sustentação dos padrões patriarcais em que se baseia a família pobre urbana” (SARTI, 1994, p. 68).

Neste movimento, é necessário retratar um último aspecto importante acerca das famílias inseridas em um contexto marcado pela escassez material e pelo estigma, configurando um universo simbólico eivado por elementos morais que se constituem em torno da família e do trabalho. As dificuldades encontradas para manter o padrão de desempenho que se espera do homem na família pobre, faz com que a pobreza no contexto familiar apareça mais explicitamente no discurso masculino, já que eles se sentem os responsáveis pelos rendimentos familiares. Sendo assim, acaba sendo sobre ele que recai mais fortemente o peso do fracasso nesta dimensão. Logo, “é o homem quem falta com sua obrigação quando o dinheiro não dá. Assim, é que na tentativa de ‘conferir dignidade ao cotidiano sem relevo’ destacam-se as qualidades morais que sustentam o *homem que é homem* nas situações de dificuldade, estruturais em suas vidas” (SARTI, 1994, p.73).

O sentimento de fracasso que acomete aqueles que não conseguem atingir o que consideram um *bem*, ou ainda, um *hiperbem*, no sentido da avaliação forte discutido por Taylor (2013), pode ser aqui pensado tomando como base o que fora discutido nos capítulos anteriores. Em primeiro lugar, as dimensões que funcionam como fonte de dignidade e respeito para esta população pobre ancorada no trabalho e na família, dizem respeito, principalmente, à segunda faceta que compõe a identidade moderna, a saber: a *afirmação da vida cotidiana*. Relembrando, trata-se de um conjunto de atividades ligadas à esfera da produção e da reprodução como o trabalho, o casamento e a família, que encontra consenso nos dias de hoje acerca do seu valor social positivo, sendo cotadas como atividades superiores e mais importantes na hierarquia social.

Podemos afirmar, no que tange ao alcance de um *hiperbem*, que o reconhecimento de que a vida de um sujeito se afasta ou nunca pode aproximar-se dele seria devastador e insuportável. Isso ameaça fazer com que este sujeito caia em um desespero diante de sua

indignidade que atinge seu próprio âmago de ser como pessoa (TAYLOR, 2013, p.90). Conseqüentemente, a garantia de que se está rumando para esse bem, dá um sentido de integridade, de plenitude de ser como pessoa ou *self*, que nada mais pode proporcionar (TAYLOR, 2013, p.90).

Em segundo lugar, podemos pensar que a desqualificação social (PAUGAM, 2003) que recai sobre os reconhecidos como pobres, acaba sendo respondida por meio de estratégias que visam romper com o peso do estigma que tal consideração enseja. Afinal, assumir ser pobre é ter reconhecido seu fracasso perante aqueles que o cercam. Somado a isso, ser enquadrado como pobre assistido - tendo em vista que a assistência é a forma como a sociedade se organiza para intervir sobre a pobreza em um dado momento - é passível muitas das vezes de “vergonha” na medida em que é o trabalho o caminho desejado para minimizar ou superar a pobreza material extrema (SARTI, 1994). Por isso mesmo, algumas táticas são utilizadas por esta população, no intuito de reivindicar de alguma forma, o respeito que lhes é negado tendo em vista estarmos inseridos em um contexto reprodutor do *habitus* precário, no sentido discutido por Souza (2012) no primeiro capítulo desta tese.

Tais táticas dizem respeito à forma como esta população se utiliza de atributos morais para, de alguma forma, tentar reverter ou afastar o estigma que paira sobre os assistidos pelo Estado. Sendo assim, pensando em termos de Brasil, e antes de entrar no cerne da pesquisa aqui empreendida, é preciso trazer à tona a percepção da sociedade brasileira como um todo sobre a pobreza e a desigualdade em nosso meio, para pensar de que forma ela atinge não só os pobres de maneira geral, mas principalmente aqueles inseridos em um Programa de Transferência de Renda como o Bolsa Família, tomando como foco um município de pequeno porte do Estado do Rio de Janeiro. Sendo assim, é preciso levar em conta, primeiramente, que o pobre que o brasileiro “aceita” como “merecedor” da assistência promovida pelo Estado tem implicações morais que vão além da questão da renda.

O livro *Percepções Sobre Desigualdade e Pobreza: o Que Pensam Os Brasileiros da Política Social?* organizado por Lena Lavinas e lançado em 2014 trata, como o título mesmo aponta, da percepção dos brasileiros sobre a desigualdade e a pobreza em nosso meio. além disto, o livro procura aferir o grau de solidariedade dos brasileiros, medido em termos das preferências relativas à desigualdade e à redistribuição. O “Survey Nacional Percepção da Desigualdade” foi desenvolvido por meio de um questionário aplicado em uma amostra representativa em 12 estados da federação brasileira em 2012 tomando como público-alvo a população com 16 anos ou mais. Partindo da noção de que a maior parte de nossos compatriotas

apoia que o governo adote medidas redistributivas ou ao menos distributivas em favor dos mais pobres, este livro “dá a medida exata sobre até que ponto e em que condições os brasileiros querem mais igualdade” LAVINAS, 2014, p.10, 11). No mais, o estudo “mostra ainda qual é o perfil dos brasileiros que são mais solidários e qual é o perfil daqueles que apostam no individualismo sem freios e num mercado livre de regulações” (LAVINAS, 2014, p.10, 11).

Em termos gerais, Lavinias (2014) aponta o caráter ambivalente da percepção das desigualdades sociais em nosso território. Assim, a autora destaca que a disposição para a redistribuição existe e convive com a convicção de que o Estado existe para atender aos mais pobres, enquanto aqueles que podem devem pagar para receber um serviço melhor. Ao mesmo tempo, a mesma destaca a recusa de alguns segmentos do “caráter público de bens como educação, saúde, transporte em nome de preservar hierarquias” (LAVINAS, 2014, p.11).

Convém ressaltar, antes de prosseguir na discussão acerca da percepção dos brasileiros no que tange à pobreza e a desigualdade trabalhada por Lavinias (2014), alguns pontos que revelam avanços institucionais importantes ocorridos no âmbito da assistência social que incidiram em uma nova institucionalidade, afetando, assim, o próprio panorama do que fora discutido neste capítulo até o momento. Assim, é preciso levar em consideração que os estudos trabalhados anteriormente (ZALUAR, 1994; SARTI, 1994) além de terem objetivos diversos, se deram em um contexto em que a política de assistência social possuía pouca robustez. No mais, a década de 2000 pode ser considerada um marco no que tange a tomada do social enquanto responsabilidade estatal, com destaque para a política assistencial. Neste caso, convém destacar a importante relação entre o PBF e a institucionalização da assistência. Logo, por mais críticas que se tenham em torno do Programa, sua criação permitiu abrir caminho para um alargamento da proteção social com ampla cobertura do beneficiário mais pobre. Ressalta-se neste movimento, uma expansão da seguridade social brasileira com ênfase à segurança de renda, ao menos para o público mais pobre (VAITSMAN *et al.*, 2009, p.737).

Neste plano, pode-se mencionar a emergência de uma nova concepção originada pelo reconhecimento da condição de pobreza daqueles que vivem em condição de vulnerabilidade social. Segundo Vaitsman *et al.* (2009, p. 739):

Não se trata apenas do acesso ao consumo via transferência de renda, mas da criação de bases institucionais e organizacionais para a incorporação dos segmentos sociais mais pobres e vulneráveis a um sistema de proteção, em que benefício assistencial não significa assistencialismo, mas direito.

Ademais, não podemos deixar de demarcar os ganhos no campo da assistência social neste período. A criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), resultado da IV Conferência Nacional de Assistência Social em 2003; e a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, colocam a política assistencial em outro patamar (VAITSMAN, *et al.*, 2009), garantindo estatuto jurídico à esta política no intuito de reforçar a lógica de direito social.

Sendo assim, isso coloca o estudo de Lavinias (2014) em um outro panorama, pois, amplia o escopo de análise para além da percepção apenas das camadas populares, e o pano de fundo utilizado leva em conta o contexto de transformações pelas quais passou o país recentemente. Logo, é por este motivo que na investigação da autora, a compreensão da percepção da população brasileira passa pela evolução em termos da redução da miséria e da pobreza e do declínio da desigualdade, que conta, dentre alguns fatores explicativos, com a implementação do PBF (SOARES, *et al.*, 2010, NERI, 2010, IPEA, 2013, LAVINAS, 2014). A partir disto, os questionamentos que perpassam a investigação de Lavinias (2014, p. 21,22.) envolvem perguntas tais como:

[...] Como os brasileiros se situam frente às perspectivas futuras de mobilidade social? Julgam-nas asseguradas? E como se posicionam quando comparam sua trajetória presente com a passada, de seus pais? Qual sua avaliação acerca do Programa Bolsa Família como mecanismo de redução da pobreza? Aprovam seu desenho, suas condicionalidades? Como percebem o comportamento e o grau de responsabilidade daqueles que não conseguem usufruir da conjuntura de crescimento para alavancar-se e deixar para trás uma situação de altíssima vulnerabilidade? Consideram que se dá muito ou pouco aos pobres brasileiros? Concordam com o valor do benefício médio do Bolsa Família? Sonham com uma sociedade mais igualitária? O que estariam dispostos a fazer para alcançar um grau de bem-estar mais elevado que possa ser compartilhado por todos? Qual o grau de aversão à desigualdade que nos caracteriza? Somos muito tolerantes ou pouco tolerantes com a desigualdade? Compartilhamos valores universais ou apostamos no sucesso e na retribuição individual?

Os resultados desta pesquisa trazem aspectos interessantes para o delineamento do argumento traçado nesta tese. Isso porque, a própria concepção da pobreza e a percepção dos participantes com relação ao PBF, revelam o quão a moralidade perpassa as interpretações do brasileiro médio no que tange a estes assuntos. O questionário aplicado visou assim aferir o posicionamento individual dos sujeitos considerando fatores como o desenho e as metas das políticas sociais, a defesa ou a rejeição de paradigmas universalizantes ou de promoção da redistribuição etc.

Em paralelo, levou-se em conta variáveis explicativas como “idade, sexo, faixa de renda familiar, nível de escolaridade, religião, tipo de inserção ocupacional, região de

residência”, que permitiram “analisar com mais profundidade os resultados, de modo a inferir se há percepções distintas e quiçá opostas, e como se forjam grupos cuja visão e valores tendem a ser convergentes ou radicalmente contrários” (LAVINAS, 2014, p.24, 25). Em outros termos, foi possível identificar como se distribui o apoio da população brasileira, segundo recortes distintos, a determinadas medidas, programas e políticas de caráter mais ou menos redistributivo. E mais, como se posicionam frente a alternativas possíveis de seus redeseños (LAVINAS, 2014).

Importante pensar que a percepção da população está ancorada em um conjunto de valores os quais estão dispostos na sociedade e que constituem seu universo simbólico. Assim, a pesquisa de Lavinias (2014) toma como eixo norteador valores e crenças que foram consagrados na literatura sobre bem-estar, política social e políticas públicas em geral que são consoantes aos princípios éticos que os estruturam e que congregam dimensões de justiça social, responsabilidade e liberdade, buscando medir em que medida os brasileiros convergem ou divergem de tais valores. Com isso, “Universalismo, provisão pública, justiça tributária e a superação da pobreza [...] são as [...] dimensões que vão definir [...] os perfis [...] mais ou menos favoráveis à redistribuição” (LAVINAS, 2014, 26). Consequentemente, “quanto mais favorável à redistribuição, maior o grau de aversão à desigualdade” (LAVINAS, 2014, 26).

O universo da pesquisa contou com uma amostra representativa da população que foi inicialmente fixada em 2.200 entrevistas. A população estimada equivale à apurada pelo Censo Demográfico de 2010 para pessoas de 16 anos ou mais de idade. Logo, em termos gerais, o perfil dos entrevistados é composto por um contingente no qual a população adulta em idade ativa era maioria; pouco mais da metade era composto por mulheres; quase 60% eram pretos ou pardos; a maioria se declarou como católico; boa parte tinha o ensino médio completo; e a maioria estava ocupada no mercado de trabalho, entre empregados com carteira de trabalho assinada e autônomos. Tomando como referência o trabalho principal, a maioria percebia rendimentos de até R\$2.000,00, e a renda familiar bruta da maioria da população entrevistada também girava em torno desses valores. “O grau de inserção no sistema de proteção social era relativamente elevado, uma vez que 49,7% contribuía para a Previdência Social oficial; 20,6% tinham rendimentos de aposentadorias ou pensão e 10,9% eram beneficiários de algum programa de transferência de renda” (LAVINAS, 2014, p.57).

No que tange ao olhar sobre a pobreza, dois aspectos devem ser ressaltados. O primeiro é aquele que revela a avaliação do sujeito sobre sua própria condição, e o segundo é a forma como a pobreza é interpretada por esta população. Sobre isso, importa mencionar que, boa parte

dos interlocutores de Lavinias (2013) se declarou como sendo de classe média. Assim, segundo a autora, há que se observar que o conceito de classe média é bastante vago, “pois nela caberia mais de 60% da população brasileira, o que parece ser uma resultante de um grande debate em curso na sociedade brasileira sobre os limites de pertencimento a uma classe média, enquanto classe de renda apenas e não categoria sociológica” (LAVINAS, 2013, p.43). Em geral, verifica-se que, ainda que o sujeito ocupe patamares de renda que possam enquadrá-lo na categoria “pobre”, a pobreza nem sempre é considerada uma autorreferência, dado o demérito que enseja este termo, e que já foi possível discutir em momentos anteriores. Assim, segundo Lavinias (2013), o nível da renda familiar declarado pelos envolvidos em sua pesquisa não necessariamente coincide com a percepção da situação da família dos seus interlocutores.

Outro dado interessante a ser destacado para nossos fins, diz respeito às interpretações sobre pobreza e desigualdade realizadas pela população entrevistada por Lavinias (2013), que apontam para uma divisão moral entre as pessoas no que tange a esta questão. Assim, percebe-se que, a maior parte dos participantes da pesquisa da autora acredita que a permanência na pobreza é proveniente da falta de interesse ou do esforço individual dos sujeitos, ou em termos grosseiros, é resultado de quem não “corre atrás de trabalho”. Por outro lado, a minoria acredita que as pessoas permanecem na pobreza principalmente por falta de oportunidades. Destaca-se, neste caso, a variável gênero quando se observa que os homens são mais propensos a identificar a pobreza como falta de esforço individual do que as mulheres (LAVINAS, 2014, p.44).

Segundo Lavinias (2014, p.45) este cenário indica que para a maioria dos entrevistados, “os pobres são, de alguma maneira, responsáveis por sua sorte ou falta de sorte”. No quesito faixa de renda, observa-se “que à medida que sobe a faixa de renda cai o percentual de brasileiros que concorda integralmente com a assertiva de que os pobres são pobres por falta de oportunidades”. Isso nos direciona para outro elemento trabalhado pela autora, que trata da tendência a apoiar ou não a redistribuição em nosso meio. Neste aspecto, Lavinias (2014) procurou aferir se os pesquisados concordavam ou não com as afirmativas que diziam respeito a questões relativas ao apoio a políticas de caráter redistributivo e ao papel do Estado na implementação de tais políticas e na garantia do bem-estar da população, a exemplo da provisão de uma renda mínima e da taxa progressiva (LAVINAS, 2014, p.47).

Dentre os resultados, destaca-se que a maioria dos brasileiros julga que a educação e a saúde devem ser bens públicos e universais, apesar da desaprovação que uma parcela da população manifesta em relação à elevação dos impostos para ter acesso a estes serviços de forma gratuita e de qualidade (LAVINAS, 2014, p.87). Acresce-se a isso o fato de uma parcela

pequena apostar no governo como principal responsável por assegurar o bem-estar coletivo e por prover uma renda mínima para todas as pessoas. Sobre este último aspecto, constata-se que, boa parte do público pesquisado por Lavinias (2014) apoia propostas focalizadas, sob o pressuposto de que devem-se priorizar os mais pobres, no que tange a políticas, como a de transferência de renda, por exemplo.

No que diz respeito à percepção acerca de Programas como o Bolsa Família - que entra neste plano do reconhecimento do público mais pobre como alvo de políticas e programas específicos a partir de meados de 1990 -, a pesquisa de Lavinias (2014, p.48) revela que a maior parte dos pesquisados “julga que as mulheres pobres vão se empenhar em ter mais filhos para receber mais dinheiro do governo”. Isso em um cenário que aponta para a queda da taxa de fecundidade no Brasil nos últimos anos, incluindo-se as mulheres pobres nesta estatística. Para Lavinias (2014), tal interpretação é totalmente contrária à realidade, traduzindo um viés discriminatório contra os pobres.

Por outra via, a eficácia do PBF para os entrevistados, estaria comprometida devido ao valor mensal do benefício. Assim, destaca-se que a maioria dos entrevistados considera baixo este valor, demonstrando que isto torna o PBF ineficaz na redução da pobreza. Importante levar em conta neste aspecto, acerca da noção de que o valor do benefício do Programa é baixo que, ainda que a maioria tenda para esta assertiva, pelo menos metade da população entrevistada julga que o governo, entretanto, não deve aumentar o atual valor do benefício (LAVINAS, 2014).

Tal ambiguidade pode ser explicada, em parte, pelo juízo de valor que é feito em torno do pobre beneficiário e sua relação com um dos polos dignificantes da sociedade moderna: o trabalho. Neste panorama, Lavinias (2014, p. 50) destaca que:

De uma forma geral, as pessoas apoiam os argumentos que fundamentam as políticas focalizadas de transferência de renda condicionada: devem existir contrapartidas em educação e saúde por parte das crianças beneficiárias, deve-se obrigar os adultos a trabalharem para a família receber o benefício e o valor do benefício repassado às famílias deve ser baixo, indicando que o contrário significa um “desincentivo” ao trabalho. Do total das pessoas de 16 anos ou mais de idade, 68% concordam totalmente com a afirmação de que as contrapartidas – “obrigar as crianças pobres a frequentar escola e postos de saúde para receber o Bolsa Família” - são necessárias. Já 55,9% concordam totalmente que os adultos beneficiários do Bolsa Família devem ser obrigados a trabalhar para receber o benefício. Portanto, embora pesquisas (LAVINAS; COBO; VEIGA, 2012) tenham revelado que, no caso do Bolsa Família, não se verifica correlação entre benefício e frequência à escola, senão no caso dos postos de saúde, a condicionalidade imposta parece importar menos pela sua eficácia e mais pelo seu papel moralizador dos bons costumes e práticas por parte dos pobres, a quem se exige prestar contas do que recebe. [...] Condicionalidades, que elevam os custos-meio, manter-se-iam apenas por força das exigências das classes médias,

contrárias a garantir aos pobres um benefício sem contrapartida com base em valores “meritocráticos”, associado ao esforço.

Com base no supracitado, podemos inferir ainda no tocante as condicionalidades do PBF, que as mesmas funcionam também por uma via ambivalente. Ou seja, ao mesmo tempo em que teriam a capacidade de gerar demandas pelos serviços de educação e saúde, pressionando o Poder Público para a garantia de direitos sociais para a população mais pobre cujo acesso a tais políticas ainda é restrito; também atua como forma de controle sobre estas famílias. Medeiros *et al.* (2007), por exemplo, afirma haver um pano de fundo embasado por questões políticas e éticas neste debate, pois as condicionalidades acabam servindo para atender “às demandas daqueles que julgam que ninguém pode receber uma transferência do Estado – especialmente os pobres – sem prestar alguma contrapartida direta” (MEDEIROS *et al.*, 2007, p.18). Para o autor, a imposição de compromissos funciona no sentido de buscar o apoio da sociedade a um Programa de Transferência de Renda.

Aliada a tal hipótese, Cotta e Paiva (2010) também corroboram que “o nível de consenso para implementar uma transferência de renda condicionada não é o mesmo que o necessário para implementar uma transferência universal não condicionada” (COTTA; PAIVA, 2010, p 67). Com isso, de acordo com os referidos autores, a sociedade brasileira conviveu muito tempo com a desigualdade a ponto de naturalizá-la. Logo, muitos ainda se posicionam contrários à transferência de renda, admitindo, por hora, iniciativas vinculadas a determinadas condições. Esse é o caso, por exemplo, da condicionalidade relacionada à educação, visto ser essa uma forma de evitar no longo prazo a dependência dos mais pobres em relação a um Programa como o Bolsa Família (COTTA; PAIVA, 2010, p.69).

Neste sentido, pode-se dizer que as condicionalidades, em alguma medida, representam um olhar moralizante sobre a população beneficiária. Entretanto, importa ressaltar que não é exclusividade das classes médias o apoio a estas. Sendo assim, como esperamos ter demonstrado mais à frente na parte empírica desta tese, as classes populares também são favoráveis às condicionalidades, tendo em vista que os valores contidos em seu cotidiano, aliados ao peso da desqualificação social (PAUGAM, 2003) que opera sobre o público-alvo do Programa, acabam por fomentar estratégias de distanciamento do olhar socialmente negativado que impera sobre os “assistidos” pelo Estado. Tais estratégias, como veremos, correspondem às fronteiras morais que são estabelecidas entre pobres beneficiários e não beneficiários, e ainda, entre os próprios beneficiários, como forma de justificar seu “merecimento” em torno de

um benefício assistencial, em contraposição aqueles que não são moralmente “merecedores”. Assim, ainda que o posicionamento das classes médias²⁶ seja fundamental do ponto de vista da formatação e implementação de políticas e programas, aqueles cujas condicionalidades recaem também são capturados por tais discursos, utilizando-se dos valores ao seu dispor, como forma de demarcarem os “bons pobres” – cumpridores das condicionalidades e responsáveis no tocante ao investimento do benefício - dos “maus pobres” – os “proveitadores” da assistência social.

Neste campo controverso, a maioria dos brasileiros adultos participantes da pesquisa de Lavinias (2014) defende a manutenção do Bolsa Família, “indicando que, apesar de não ser um direito, esse benefício assistencial ganhou uma institucionalidade forte que consolida sua permanência como mecanismo de garantia de um mínimo monetário de subsistência a grande parte dos mais destituídos” (LAVINAS, 2014, p.87). Sendo assim, a percepção das pessoas de que o Bolsa Família é um Programa necessário, e que não deve acabar “porque sempre haverá pobres” (LAVINAS, 2014, p. 51) convive com a noção de que ele, entretanto, não atinge o objetivo ao qual se propõe, na medida em que apenas um pequeno contingente concorda totalmente que ele tira muita gente da pobreza (LAVINAS, 2014). Por outra via, no contraste com a afirmação acerca do Bolsa Família, quase metade dos entrevistados manifestaram um total desacordo com a concessão de um benefício monetário a toda a população (LAVINAS, 2014, p.54).

Sintetizando as conclusões da pesquisa de Lavinias (2014) no que diz respeito ao perfil de brasileiros mais propensos a apoiar medidas redistributivas, pode-se utilizar blocos de variáveis para melhor compreender o fenômeno. Sendo assim no bloco de variáveis caracterizadoras do perfil socioeconômico, quatro coeficientes mantêm sua significância e o sinal positivo: mulher, Nordeste, Sudeste e cor negra. No mais, aqueles cujas faixas de renda

²⁶ Ao analisar as percepções da elite sobre pobreza e desigualdade, Reis (2000) destaca a posição estratégica que esta ocupa nos processos decisórios no que tange à formulação e à implementação de políticas sociais. Quanto a isto, a autora afirma que enquanto “as elites europeias viram no Estado nacional o agente coletivo adequado para assegurar a colaboração compulsória dos indivíduos (via tributação) e a própria provisão dos serviços sociais” (REIS, 200, p.144); as elites brasileiras, por mais que reconheçam os problemas sociais relativos à pobreza e a desigualdade, defendem a educação como remédio para todos os males. Sendo assim, para essas, o Estado deve dotar os setores mais pobres da população de condições para competir por um melhor lugar na estrutura social, sem envolver, no entanto, uma ativa redistribuição de renda e riqueza (REIS, 2000, p.147). Nesse aspecto, por mais que seja consensual a visibilidade em torno das desigualdades existentes no país, não há consenso em torno das estratégias políticas para atuar sobre estas. No mais, ainda que se reconheça o Estado enquanto agente fundamental nesse processo, a sociedade, e principalmente as elites destacadas por Reis (2000), não se identificam enquanto responsáveis socialmente pela persistência da desigualdade e da pobreza que assola nossa sociedade.

familiar são mais baixas (ou seja, inferior a R\$ 3.000,00 mensais) tendem a ver no Estado um agente promotor de mais igualdade. Os idosos revelam-se menos propensos a apoiar a intervenção do Estado na promoção do bem-estar e de políticas universais. Por outro lado, quanto maior o grau de escolaridade, maior o índice de apoio às políticas universais (LAVINAS, 2014).

Já no bloco das variáveis normativas, no âmbito da variável “religião” a categoria ateu/agnóstico, aparece significativamente mais favorável à redistribuição que as demais. No mesmo bloco, aqueles que acreditam que a pobreza é causada por falta de esforço individual são menos favoráveis à intervenção do Estado para dirimir desigualdades e intervir sobre a miséria. Os defensores de políticas universais tendem a apoiar a intervenção do Estado no combate à pobreza. Por outra via, “os otimistas quanto à sua mobilidade social futura mostraram-se mais propensos a concordar que o governo é o principal responsável em assegurar o bem-estar dos mais pobres” (LAVINAS, 2014, p.73).

O apoio à focalização de transferência de renda nos mais pobres ganha um número expressivo de adeptos, indicando que “universalizar o direito a uma renda monetária de igual valor a toda a população não procede como uma percepção de justiça social para os entrevistados nesta pesquisa” (LAVINAS, 2014, p.52). Por outro lado, deve-se destacar que o brasileiro médio é a favor do financiamento do bem-comum, na medida em que apoia o princípio da progressividade. Entretanto, tal esforço coletivo, “em conformidade com a capacidade financeira de cada um, não deve pavimentar a via da universalidade e da redistribuição ampla e incondicional no acesso a direitos, senão assegurar uma intervenção residual e focalizada por parte do Estado” (LAVINAS, 2014, p.82). Em outras palavras, o princípio de justiça social que parece conter no discurso desta população envolve uma forte correlação entre apoio à intervenção do Estado e direitos a partir da condição social de cada um, e não necessariamente um critério único e geral.

Ainda sobre a adesão de boa parte dos entrevistados a desenhos de políticas e programas focalizados e condicionados, convém acrescentar que, conhecer um beneficiário do Programa Bolsa Família, não contribui para modificar o entendimento de que controles e condicionalidades seriam desnecessários. Ao contrário, Lavinas (2014) destaca que

[...] quem conhece um beneficiário e morador da região Norte-Nordeste tem uma probabilidade maior (83%) de apoiar a manutenção das condicionalidades e controles do que quem vive na região Sul-Sudeste (52%). Ou seja, quanto mais pobre a região, maior o apoio às condicionalidades sobre os pobres, o que não deixa de ser surpreendente! Isso talvez se explique pelo fato de os pobres mostrarem-se abertos a

mecanismos que comprovem sua boa-fé e tragam transparência ao processo (LAVINAS, 2014, p.78).

A conclusão a que Lavinias (2014) chega diante dos resultados discutidos é de que, de forma geral, o cidadão brasileiro mostra-se favorável à intervenção do Estado na promoção do bem-estar, reconhecendo nele papel de destaque na superação da pobreza e da desigualdade. Entretanto, este não se mostra comprometido com uma provisão pública e universal em todos os sentidos, ainda que reconheça que saúde e educação deveriam ser atribuições desse mesmo Estado. Logo, a autora aponta estarmos diante de uma sociedade em que as preferências sociais indicam baixo nível de coesão social e de solidariedade.

Neste movimento, pode-se dizer que o grau de solidariedade do brasileiro é reflexo de um contexto normativo perpassado por um *habitus* precário, cujo resultado é a convivência entre cidadãos de primeira e de segunda classes em um mesmo território, naturalizando, assim, a noção do menor valor do pobre (SOUZA, 2012). É isso que leva os sujeitos a apoiarem determinadas políticas e programas, desde que suas expectativas morais sejam levadas em consideração. Ou seja, ainda que se apoie uma proposta de Transferência de Renda focalizada em uma população mais pobre, o valor do benefício não deve ser superior ao que levaria o sujeito a se “acomodar” e a não mais “procurar por trabalho”, tendo em vista que a percepção que se tem sobre esta população é a de que são “oportunistas” em relação ao Estado (LAVINAS, 2014).

Assim, a ambiguidade que permeia este cenário descrito por Lavinias (2014) revela haver uma tendência ao apoio de medidas de cunho universais, que são por princípio incondicionais, ao mesmo tempo em que se reafirma contrapartidas em educação e saúde por parte famílias beneficiárias do Bolsa Família, aliada à defesa de “trabalho compulsório para os adultos desocupados como mecanismos adequados no âmbito das políticas de combate à pobreza, colocando em xeque direitos e fazendo valer a seletividade condicionada” (LAVINAS, 2014, p.58). Nas palavras da autora

Embora o cidadão brasileiro médio aprove mecanismos de redistribuição por parte do Estado, reconhecendo sua centralidade nesse processo, tal redistribuição não deve ser incondicional, porém sujeita a controles e contrapartidas no caso de os beneficiários serem os grupos menos favorecidos socialmente, com quem o brasileiro médio não parece se identificar (LAVINAS, 2014, p.85).

No que diz respeito ao autoconhecimento do brasileiro médio que parece não se identificar com os grupos “menos favorecidos”, é necessário frisar que, a percepção da

sociedade sobre a população mais pobre, dentre a qual destacam-se os assistidos pelo Estado por meio da Transferência de Renda (PAUGAM, 2003), é passível de incorporação por esta mesma população que sente, “na pele”, o peso da desqualificação social a que está sujeita e que encontra respaldo no âmbito das nossas relações sociais. Neste movimento, importa tratar ainda sobre o reflexo disto, que incide, como discutido por Bezerra (2015, 2016), em fronteiras simbólicas e (des)classificação hierárquica entre os “pobres”, antes de entrar no universo da pesquisa aqui realizada.

No trabalho intitulado *POBREZA E LUGAR(ES) NAS MARGENS URBANAS: Lutas de classificação em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim*, Bezerra²⁷ (2015) investiga as lutas simbólicas travadas em torno das ressemantizações da pobreza, enfocando as classificações hierárquicas dos pobres locais fabricadas por moradores de territórios estigmatizados na região do Grande Bom Jardim, inscritos nas margens, ou em outros termos, na periferia de Fortaleza. Tais lutas são interpretadas pela autora como micro táticas de distinção social demarcatória de fronteiras simbólicas entre (des)iguais, próximos geograficamente, porém, distantes socialmente, em seus territórios vividos, que incide em categorias nativas como “os mais pobres” e “os pobres dos pobres” usadas pelos moradores investigados. Sendo assim, a tese de Bezerra (2015) centra-se no argumento de que tais lutas por (des) classificação que ocorrem por meio da atribuição destas designações-posições entre moradores tangenciam símbolos de distinção e/ou de reprodução de processos de estigmas e segregações socioespaciais (BEZERRA, 2015).

Em outras palavras, o trabalho da autora volta-se para a compreensão de como parcela de seus interlocutores reitera em suas experiências relacionais, uma versão de quase “inexistência” dos pobres da periferia, que denotam a naturalização e o silenciamento das desigualdades socioeconômicas e político-culturais vivenciadas em seu cotidiano, bem como da hierarquia valorativa que classifica as pessoas entre inferiores e superiores (SOUZA, 2012, BEZERRA, 2015, BEZERRA, 2016). Assim, no âmbito destas teias materiais e simbólicas, as micro táticas desenvolvidas por esta população são utilizadas como estratégias para desprender-se do “desvalor” ao qual o pobre está sujeito em nosso meio, bem como para afastar-se das estigmatizações que recaem sobre este em tempos modernos. Com isso, pode-se dizer que as

²⁷ Tomaremos como referencial teórico neste ponto, dois trabalhos da autora: sua tese, defendida em 2015, e um artigo intitulado “*Fronteiras simbólicas e (des)classificação hierárquica dos “pobres” nas margens urbanas: problematizando versões de moradores(as) de territórios estigmatizados de Fortaleza-CE*”, que é um estrato daquela, publicado em 2016 o qual sintetiza os principais resultados encontrados pela autora em seu trabalho acadêmico.

lutas de classificação entre (des) iguais, tal como apontado por Bezerra (2015, 2016), incidem, para a autora, em práticas sociofóbicas resultando na fragilização do reconhecimento mútuo desta população.

No que tange a estas lutas travadas entre pobres locais, importa destacar as significações e as experiências da pobreza e do “ser pobre” nas margens urbanas de Fortaleza investigadas por Bezerra (2015, 2016), que nos reveste de elementos interessantes para pensar as diferenciações criadas entre sujeitos submetidos a condições de existência similares, que procuram, porém, se diferenciar utilizando-se, para tanto, de elementos de natureza moral.

Levando-se em conta o território que a população pobre está inserida, o universo investigado por Bezerra (2015, 2016) centra-se nos espaços da cidade que são projetados no senso comum e, especialmente, na mídia, como favelas perigosas e redutos de pobres e criminosos. Para a autora,

[...] a figura do pobre da periferia tornou-se, mais uma vez na vida brasileira e local, foco de produções discursivas socialmente desqualificadoras e estigmatizante, seja como encarnação do mito de retorno das classes perigosas (GUIMARÃES, 2008; ZALUAR, 2000, 2004), (re)associando *pobreza-violência-criminalidade*; seja como símbolo de fracasso social neste capitalismo contemporâneo centrado na mercadorização da vida e no consumismo como forma de existência (BAUMAN, 2008a, 2008b, 2013; BEZERRA, 2015). [...] (BEZERRA, 2016, p. 282).

Para problematizar a expressão específica de “pobre”, Bezerra (2015) toma como referência analítica as considerações de Simmel (1986), com base na qual a mesma pôde apreender a ideia da construção social dos “pobres”. Sendo assim, como categoria sociológica, o pobre seria aquele que recebe a assistência social (privada ou público-estatal) ou deveria recebê-la, segundo as normas sociais de determinada sociedade. “Nesta perspectiva, a pobreza não se define em si mesma como um estado quantitativo e de privações materiais, mas segundo as respostas sociais produzidas diante de determinada situação assim identificada pelas coletividades” (BEZERRA, 2015, p.27). Sendo assim, segundo a autora

[...] as expressões “pobre” e “pobre da periferia” são usadas no sentido de demarcar e desnaturalizar uma classificação social imputada a moradores das periferias e, dentre estes, os usuários dos serviços socioassistenciais, estabelecidos pelo Estado e reproduzido no senso comum sob a expressão “pobre da periferia”. Trata-se de problematizar discursos/representações e classificações produzidas e imputadas aos agentes sociais moradores de territórios de pobreza e que, necessariamente, não estão em consonância com as autoimagens por estes tecidas na trama das relações sociais [...] (BEZERRA, 2015, p.27).

Dentre as estratégias utilizadas pelos moradores locais, no intuito de se afastarem das concepções socialmente negativadas lançadas sobre estes, podemos citar aquelas que ora reproduzem, ora reinterpretam as modelizações negativas acerca da pobreza e, conseqüentemente, do ser pobre. No mais, fato é que a desqualificação social (PAUGAM, 2003) a qual a população mais pobre e, mais especificamente aquela parcela que “depende” do Estado está sujeita, opera de forma a instaurar determinadas fronteiras entre atores submetidos a condições socioeconômicas análogas. Sobre isto, Bezerra (2015, 2016) aponta que a versão de pobreza que paira entre aqueles cujos olhares da sociedade incidem de forma negativa, é reflexo de uma concepção privatista que se expressa nas diferenciações enunciadas em categorias nativas de pobreza-precisão ou, necessidade material *versus* pobreza de espírito. Para a autora, tal versão parece indicar tendências (neo) liberais de “culpabilização do pobre por sua condição social, descompromisso com os assuntos públicos e descrédito na política” (BEZERRA, 2016, p.293), que, ao nosso ver, dizem respeito à reprodução de um *habitus* precário em nosso meio, que legitima o valor diferencial dos sujeitos (SOUZA, 2012). Por *habitus* precário é importante lembrar, estamos nos referindo a “esquemas avaliativos compartilhados, objetivamente expressivos de um tipo de personalidade e de disposições de comportamento incapazes de atender às exigências para um indivíduo ou grupo social ser considerado produtivo e útil em uma sociedade dita moderna” (BEZERRA, 2015, p.294, 295).

No que tange aos resultados da pesquisa levada a cabo por Bezerra (2015), podemos elencar os mais expressivos para os interesses desta tese. Sendo assim, em um primeiro momento, pode-se destacar a emergência de ao menor dois grupos que se subdividem. O primeiro grupo é aquele que nega a autoimagem do “pobre”, enquanto o segundo é aquele que compõe o grupo dos que assumem uma autorreferência nestes termos.

Sobre o primeiro grupo e suas subdivisões, podem-se destacar as (re)classificações que se expressam por meio de concepções nativas, tais como: “trabalhador/batalhador”, “humilde” e “classe média baixa” que delineiam tentativas de distinções sociais estabelecidas por uma parcela dos (as) narradores (as) da pesquisa de Bezerra (2015). As peculiaridades deste grupo encontram-se nas referências de distinção social dos chamados “pobres” os quais, em uma escala hierárquica, encontram-se em um patamar inferior. A distinção que se estabelece aqui, entretanto, parece, como bem destaca Bezerra (2015, p.289), “reiteradamente menos material do que moral”.

A necessidade de se afastar da alcunha de “pobre” refere-se à necessidade que este grupo tem de se distanciar do que compreende desta categoria. Em âmbito geral, ainda que alguns

possam reconhecer a situação de “pobreza” material que lhe é persistente, o repúdio à designação de “pobre” se dá pelo sentimento de humilhação e descrédito social que ela enseja. Assim, ao mesmo tempo em que se (re) classifica por meio de categorias distintas tidas como superiores exaltando o “esforço” e o empenho pessoal a partir de valores como o “trabalho”, como formas de superação da “pobreza material; (des) classifica-se os “outros” ao seu entorno que correspondem à categoria de “pobre” na qual tenta-se afastar.

Acerca disto, Bezerra (2015, p.310) identifica duas micro táticas de distinção social construídas entre este grupo de moradores entrevistado por ela, a saber: a transferência de estigmas “projetados sobre pessoas e lugares considerados geograficamente próximos e socialmente distantes; e o evitamento social”. Assim, utiliza-se como estratégia a desclassificação de certos “tipos” de pessoas considerados desacreditados socialmente com os quais, aqueles que negam a autodenominação de “pobre”, afirma não “se misturar”. Como resultado, acaba-se engendrando discursos e práticas discriminatórios reiteradas na dinâmica vivencial cotidiana desta população.

Por outra via, pensando nas subclassificações internas dos grupos, aqueles que se referenciam como de “classe média baixa”, assim se revelam em contraposição aos “pobres” que, segundo eles, seriam os que vivem na incerteza e passam por “necessidades materiais permanentes, sob a marca identificatória da falta e da negação de acesso ao consumo” (BEZERRA, 2015, p.333). Sendo assim, o “critério distintivo fundamental para ser considerado ‘de classe média’ é, portanto, material e, deste ponto de vista, ocupar um lugar socialmente superior com relação aos “pobres” (BEZERRA, 2015, p.333).

Podemos elencar ainda alguns elementos peculiares que marcam a vida material e simbólica dos que se consideram de “classe média baixa”, como: alimentação diária diversificada e regular, casa própria, garantia do sustento da família de maneira independente da “ajuda” de terceiros, trabalho regular como forma legítima de satisfação das necessidades básicas, etc. Além disto, pode-se acrescentar outros elementos que contribuem para a demarcação das fronteiras simbólicas que separam os inseridos na “classe média baixa” dos ditos “pobres”, que se referem a:

[...] manter atitude de reserva com relação aos vizinhos, restringindo-se a cumprimentos rápidos e corteses; evitar sentar-se nas calçadas, envolver-se em “focacas” e/ou buscar algum “benefício” governamental ou de político local; preferir resguardar-se na esfera privada da casa e da família, a frequentar a residência de vizinhos e/ou o espaço da rua. Em seus discursos, as interlocutoras buscaram distanciarem-se dos ditos “pobres” locais, demonstrando dificuldade em nomeá-los e afirmando não conhecê-los, no máximo, “de vista” [...] (BEZERRA, 2015, p.335).

Ou seja, mais uma vez, (re)classificar e manter-se socialmente à distância dos “pobres locais” consubstanciam as táticas distintivas usadas por estes narradores para tentar escapar às representações socialmente negativadas da pobreza no território em que vivem (BEZERRA, 2015). De forma análoga, a classificação social distintiva expressa no termo “humildes”, se dá em contraposição à expressão “pobre”, associada diretamente à “pobreza de espírito” que envolve uma concepção de “desgraça”, de “fracasso” e também de “humilhação”. Logo, atribuir ou carregar a designação de “pobre” é, em si, uma difamação pessoal, ou ainda, uma insígnia moral de desqualificação social (PAUGAM 2003), sendo este o motivo pelo qual preferem o uso do termo “humildes”.

Assim, em contraste, a “riqueza de espírito” diz respeito a qualidades que esta população garante através de “atributos pessoais” e que tem, mais uma vez, efeito demarcatório de fronteira simbólica e moral entre pessoas que compartilham do mesmo espaço físico. Mais especificamente, ainda que, de certa forma, admita-se a experiência da pobreza material como parte de sua vivência, a adesão ao termo “humildes” enseja a “vontade” e o “esforço individualizado” que estes sujeitos têm para superar as adversidades materiais a que estão expostos e assim, ascender socialmente. Ou seja, a despeito das dificuldades financeiras, as qualidades de ordem moral compensariam a pobreza material persistente e distinguiria este grupo positivamente em relação aos demais “pobres”, aqui referenciado ao “pobre de espírito”. Nas palavras de Bezerra (2015, p.337)

O “humilde” admite-se “necessitado”/ “sem condições no momento” e até pode assumir-se “pobre”, mas esclarece que sua situação de pobreza material é passageira e superável pelo “esforço individual”, especialmente via trabalho, possuindo o que considera “mínimo” indispensável para sua sobrevivência: alimentação, casa, “trabalho para trabalhar” e/ou “força de vontade” para melhorar de vida e “subir um degrau” social. Em termos materiais, [...] a casa própria de tijolo assume relevância central para demarcar fronteiras em relação aos chamados de “pobres”.

Sendo assim, este grupo assume certa “superioridade” moral na medida em que se mantém firme na busca de “melhorar de vida” pela via do trabalho, sem apelar para o “mundo do crime”, procurando conservar ainda uma atitude de respeito e de solidariedade em relação aos seus pares, utilizando-se, até mesmo a “disposição em ajudar aos outros”, como atributo distintivo contrapondo-se, por outra via, àqueles “pobres” que, contrariamente, apenas dependem da ajuda de terceiros.

Neste movimento, importa acrescentar a forma como o Programa Bolsa Família é considerado por parcela deste grupo como fator de contribuição para a superação de sua

situação de “necessidade absoluta”. Ou seja, o Programa teria permitido que parte destes sujeitos escapasse ao que denomina de “pobreza mesmo”, que seria a versão nativa para extrema pobreza. Com isso, o benefício é lido como a “ajuda” necessária em tempos de desemprego estrutural, mas que não substitui o trabalho como um valor importante e ainda um desejo para este público. Logo, a renda familiar garantida por este Programa social vem, para os considerados “humildes”, complementar os poucos recursos obtidos com o trabalho precarizado, informal e esporádico a que esta população está submetida (BEZERRA, 2015).

Para além da contribuição do PBF na superação da situação de “pobreza mesmo” para a incorporação na categoria de “humilde”, a “ajuda mútua” entre iguais e próximos também é considerada fator de importância neste processo. Neste aspecto, segundo Bezerra (2015, 340), “para os “humildes”, a “ajuda de terceiros” não é sinônimo de descrédito social, desde que recíproca e estabelecida entre aqueles em homólogas situações”. Esta também é tomada como marca distintiva de superioridade, pois, difere-se da situação em que o “pobre mesmo” se encontra, na medida em que a necessidade extrema coloca o “pobre do pobre” em uma posição inferior, qual seja: a do pobre, necessitado e dependente da ajuda de terceiros, sem disposição de ajudar seus pares reiterando “processos de desqualificação social sobre quem for “ajudado” sob tais condições de desigualdade e hierarquização sociais” (BEZERRA, 2015, p.341).

Neste processo, é interessante destacar que os que se consideram “humildes” não se comparam aos “ricos” - como talvez os de “classe média baixa” assim o fizessem –, mas sim aos “pobres”, que para eles estão no escalão inferior da hierarquia social e com os quais procuram se diferenciar.

Mas e os que se autodenominam pobres? Que tipo de justificativas lançam diante da incorporação deste atributo? Que tipo de lutas travam no intuito de lidar com o peso da desqualificação social? Neste panorama convém tratar de forma mais profunda as variações internas dentro deste grupo. Sendo assim, quando a nomeação de “pobre” e a situação de “pobreza” vem admitida como autorreferência por uma parcela dos interlocutores de Bezerra (2015), o recurso às subclassificações, e à comparação a “um pior que eu”, aparece nos discursos destes de forma recorrente. Logo, em suas lutas simbólicas travadas no território vivido, estes atores fabricam classificações hierárquicas para nomear a si e aos outros residentes do local.

Destaca-se, neste intuito, três categorias nativas que enunciam diferenciados tipos de “pobres” relacionando-os às suas experiências com a pobreza: “pobres”; “pobres dos pobres” e “pobres que apelam para o pior”. Segundo Bezerra (2015, p.342), tais categorias

São significadas de forma relacional e hierárquica entre os residentes destes espaços urbanos, demarcando posições morais desiguais, quais sejam: a de superioridade conferida aos “pobres”; a intermediária/liminar relacionada aos “pobre dos pobres”; e a posição mais desqualificada e inferior imputada aos “pobres que apelam para o pior”. A atribuição de uma destas designações-posições a moradores tangencia a símbolos materiais e imateriais de distinção e/ou de estigmatização sociais tomados no plano individualizado. A presença e/ou ausência de tais símbolos são usados para fins de classificação, comparação, aproximação e/ou distanciamento social entre os (des)iguais nos micro contextos de seus territórios vividos e/ou circunvizinhos.

As lutas por (re) classificação desdobram-se, mais uma vez, em práticas de transferência de estigmas e evitamento socioterritorial. Logo, assumem a forma de hierarquização social entre “pobres”, demarcando fronteiras simbólicas com implicações reais, entre iguais em seus territórios vividos e circunvizinhos. Neste aspecto, as três categorias nativas, bem como suas subclassificações constituídas pelos narradores possuem uma dupla tarefa. A primeira diz respeito a permitir “os processos correlacionados de identificação e distinção sociais entre residentes nestas margens urbanas” (BEZERRA, 2016, p.283). Já a segunda garante, “a quem classifica, distanciar-se das figurações públicas negativas dos ditos pobres das periferias [...]”. Permite transferi-las para outras pessoas e lugares considerados geograficamente próximos e socialmente distantes (BEZERRA, 2016, p.283).

Com isso, importa mencionar que a categoria “pobre” é considerada moralmente superior em relação às demais (“pobre dos pobres” e “pobres que apelam para o pior”) desdobrando-se em outras duas subcategorias: a dos “pobres” e a dos “mais pobres”. Os primeiros, seriam aqueles com um mínimo de segurança no quesito moradia, dispendo assim de casa própria e de alvenaria. No que tange à renda, a maior parte conta com renda obtida, seja por meio do trabalho - lembrando mais uma vez que preza-se pelo trabalho formal -; seja por meio de aposentadoria ou pensão, sem, no entanto, deixar de ser marcante a precariedade material a qual este grupo está sujeito. Já os “mais pobres”, seriam os que vivem sob as marcas da insegurança e da aleatoriedade de renda, de moradia e de trabalho, este último sob condição precarizada, informal e descontínua. Tais elementos acabam levando este grupo a recorrer, com frequência, à “ajuda de terceiros” para sobreviver, sobretudo, à família extensa e/ou a programas sociais estatais. “Esta segunda versão de “pobre” é retratada em sua posição relacional de liminaridade e inferioridade estruturante, delineada na expressão “é mais pobre do que eu” sem, todavia, encontrar-se em condição absoluta de destituição material e imaterial como a dos “pobres dos pobres” (BEZERRA, 2015, p. 342). Logo, trata-se de uma situação de pobreza material passível de ser enfrentada e, até mesmo superada seja pelas “graças de Deus”,

pela “ajuda” da família ou ainda por meio de esforços individuais. Neste ponto, “importa salientar que o recurso à provisão social Estatal, especificamente focada na renda do Programa Bolsa Família, é vista como “ajuda” circunstancial, sem, portanto, considerá-la determinante para “melhorar de vida” (BEZERRA, 2015, 342).

A figura do “pobre” autodeclarado, é aquela que encontra respaldo na precisão material, mas que conta também com esperanças de uma vida melhor, projetando, sobre o consumo, os desejos de satisfação no presente. Neste sentido, a justificativa para sua inserção no Programa Bolsa Família se dá justamente pela situação de precariedade material que envolve esta população, e pela garantia da regularidade de uma renda em um contexto que impera instabilidade e precariedade. No mais, por isso mesmo esta parcela não nega os traços que são definidores de sua inserção e permanência neste programa social governamental: pobre, desempregado, sem profissão ou estudo, com muitos filhos, muita precisão, baixa renda etc. (BEZERRA, 2015).

Para atestar o merecimento de uma “ajuda” Estatal por meio do PBF, esta população não nega e ainda reitera a situação de pobreza a que está submetida, entendida, como dito anteriormente, como “precisão” material. Além disso, enfatiza as atitudes morais que a população espera de um pobre dependente como forma de lidar com a desqualificação social que paira sobre o beneficiário de um Programa governamental. Logo, reafirma, por exemplo, a imagem de “mãe-responsável” pela família e pela casa, quando trata-se da mulher, mostrando-se cumpridores das condicionalidades exigidas pelo Programa, além de manter a disposição em trabalhar. No mais, tenta afastar qualquer traço de uma abominada “pobreza de espírito” e da imagem estigmatizada de “parasita social” [...] associada à figura do pobre que vive supostamente, às custas de dinheiro público, sem necessidade e sem esforço pessoal para superar aquilo que denominam de sua pobreza material” (BEZERRA, 2016, p.283).

A “precisão” que acomete este grupo é tanto material quanto imaterial, na medida em que até mesmo para os declaradamente pobres, apesar de sua situação de carência ser reconhecida, não deixa de ser sinônimo de vergonha pessoal se posta em público. Nesse intuito, é comum para esta parcela manter na esfera privada esta imagem, provando e exibindo apenas quando exigida pelo Estado para ter acesso aos serviços socioassistenciais, com foco no PBF. Com isso, destaca-se que expor-se ao “Estado e às suas instituições sociais é considerada a via menos desonrosa que expor sua pobreza material diante dos vizinhos (BEZERRA, 2016, p.285).

Entretanto, ainda que seja menos “vergonhoso” expor-se aos mecanismos Estatais, a vergonha da precisão encontra-se entrelaçada à vergonha da dependência associada à figura negativada do “pobre-necessitado-dependente” recorrente, segundo Bezerra (2016) no imaginário fortalezense. Neste aspecto,

Se ajudar os outros é vista como uma expressão da riqueza do pobre, ser ajudado por alguém em situação dita superior ou mesmo por um igual pode significar, para quem a recebe, uma humilhação pública a ser evitada. A condição social da pobreza material vem metamorfoseada em condição individualizada de quem a vivência creditada à incapacidade e à culpa do indivíduo por não conseguir superá-la por seus próprios méritos. Precisar e recorrer à ajuda de terceiros para sobreviver, poderia denunciar, nesta versão de pobreza, uma condição de fracasso individual e social por não conseguir satisfazer suas necessidades mínimas de sobrevivência e pode despertar suspeita social (BEZERRA, 2016, p.285).

Se a precisão material é o que justifica a situação de pobreza que acomete esta parcela da população, ser pobre traduz-se em não poder comprar as mercadorias desejadas. É, sobretudo, não poder obtê-las no momento desejado ou ainda de não conseguir pagá-las. Além disso, como forma de superação desta situação de precariedade material, este grupo enfatiza os caminhos que qualificam moralmente como superiores, quais sejam: a “ajuda de Deus” e o “trabalho honesto”, a partir de uma profissão. Motivo pelo qual consideram o PBF apenas uma “ajuda” tópica, pois um benefício Estatal encontra-se em um patamar inferior nesta hierarquia valorativa, nem sempre sendo lido como determinante para a melhoria de vida destes “pobres”, apesar de sua importância.

Assim, importa acrescentar que a submissão às regras institucionais estatais e dos critérios exigidos para a inserção em programas sociais tais como o PBF, não significa assumir a identificação de “pobres-necessitados-dependentes”, mas sim, assumir a necessidade desta “ajuda” para enfrentamento das condições de pobreza material. No mais, o trabalho permanece no horizonte destes atores como ideal a ser alcançado, ainda que este seja informal e precarizado.

Mas é na recorrência de um “mais pobre que eu” que o “pobre” ou “pobre mesmo” procura se comparar, demonstrando sua pretensa superioridade moral, tentando, assim, aliviar, ainda que simbolicamente, a experiência cotidiana da pobreza. Ou seja, para lidar com o peso da desqualificação social, transfere-se para um “outro” a representação socialmente negativada que incide sobre a figura do “pobre”. Com isso, produzem-se, “outros (des) iguais sobre os quais gestam suas possibilidades de limpeza moral e transferência dos estigmas atribuídos aos pobres. [...] tecendo suas fronteiras simbólicas, estes (as) moradores (as) fortalecem e (re)

produzem hierarquias sociais e isolamentos [...]” (BEZERRA, 2016, p. 287). Com isso, o “pobre dos pobres” ganha a expressão máxima da “vergonha” e da “nulidade” absoluta.

O “pobre dos pobres” constitui-se na figura negativada cujo fracasso é atribuído ao sujeito “sem lugar no mundo”. Esta categoria expressa as duas dimensões abominadas da pobreza nestas margens, a saber: a material absoluta e a de espírito. Mas, como no estrato anterior, também foram encontradas algumas variações internas desta categoria que delineiam tentativas de distinções social e moral estabelecidas por parcela dos entrevistados por Bezerra (2016).

O “pobre dos pobres”, por exemplo, caracteriza-se pela pobreza material absoluta traduzida na privação de elementos qualificados como indispensáveis à sobrevivência mínima que são: alimentação, moradia e trabalho. Estes estariam sujeitos a situações limites e degradantes de existência, tais como: a fome; a moradia de rua; a mendicância e/ou a reciclagem para sobreviver. No mais, são alvo, muitas das vezes, de sentimentos de “pena”, sendo considerados “merecedores” da ajuda de terceiros. Logo, “encarnam a figura moralmente inferiorizada do pobre-necessitado-dependente da ajuda de outrem para sobreviver na miséria e a rua é o espaço que lhes resta (BEZERRA, 2016, p.287, 288).

A segunda variação da classificação de “pobre dos pobres” engloba os chamados “pobres demais” ou “pior pobre” tendo em vista o uso de drogas ilícitas ou até mesmo lícitas, como bebida alcóolica. Estes compõem uma proporção menor da população residente pesquisada por Bezerra (2016).

Por fim, a última variação da marca de descrédito social e moral projetada sobre o “pior pobre”, ou o “pobre demais” seria aquela cuja pobreza material absoluta emerge entrelaçada e, principalmente, creditada à pobreza de “espírito”. Sendo assim, sobre este incide uma culpabilização por sua situação vivencial, sendo alvo de comiseração e ajuda de terceiros. Seus traços mais marcantes e que indicam a posição liminar que ocupam de inferioridade relacional destes “pobres dos pobres” locais são de natureza, material e imaterial. Isso porque, além de passarem pela privação material, “faltam-lhes a fé em Deus, a esperança, a expectativa de uma vida melhor no futuro, a força de vontade para lutar, sentido de vida, perda do domínio sobre si, conforme salientaram os (as) narradores (as)” (BEZERRA, 2016, 288).

Para a sobrevivência, o “pobre dos pobres” recorre a alternativas consideradas, moralmente inferiores e socialmente desonrosas, segundo a hierarquia decrescente local, a saber: catador ou reciclador (de materiais recicláveis), pedinte, etc. Entretanto, o fato destes não

recorrerem a atividades criminosas, ainda que suas condições de existência assim as impulsionem para o caminho de práticas ilícitas, e ainda, de vícios; é um dos motivos que levam estes sujeitos a não serem rebaixados à categoria nativa “vagabundo/ perigoso”, que compõe o último escalão desta hierarquia tecida no território estudado por Bezerra (2015, 2016). Sendo assim, importa acrescentar ainda que existe certa flexibilização no que tange a concepção dos usuários de droga, ao menos aqueles que não estão envolvidos diretamente com o crime. Ou seja, a disposição de determinados valores significativos como: trabalho, família, casa própria e, principalmente, o não envolvimento direto com o mundo do crime; acaba determinando a categoria a que estes usuários serão enquadrados. Logo, os que “não apelam para o pior” são consideradas pessoas “doentes”, e que merecem um tratamento especializado. E, por isso, são colocadas “em posição moralmente superior na hierarquia local, em comparação a quem recorre a práticas criminosas relacionadas ou não ao uso de drogas lícitas e/ou ilícitas (BEZERRA, 2016, p.288).

Tal panorama não garante, entretanto, que os sujeitos ora citados deixem de ser “alvo de desconfianças, acusações, fofocas, descrédito social e moral por parte daqueles que tentam estabelecer fronteiras simbólicas em seus territórios vividos e, portanto, distinguem-se como socialmente superiores” (BEZERRA, 2016, p.288). No mais, resta mencionar que a busca pela distinção e a discriminação social local parece, segundo Bezerra (2016), se fazer sentir de forma mais densa no caso das mulheres identificadas como “pior pobre”. Assim, de acordo com a autora:

Além da inserção no mundo do trabalho (formal/ informal/precarizado), a casa e a família são valores recorrentemente reafirmados pelas interlocutoras e, nestes moldes, constituem-se em símbolos de sua distinção social. [...]. Fracassar, nesta tarefa, contribui para processos de discriminação local projetados sobre a mulher-mãe-avó e sobre sua família. Sobre a família pode recair a imagem considerada mais desqualificante nesta classificação hierárquica dos pobres locais do que a de pobre dos pobres: a dos pobres que apelam para o pior (BEZERRA, 2016, p.289).

Em síntese, “os pobres dos pobres” constituem-se em um grupo de pobres que é, em alguma medida, tolerável na dinâmica local, tendo em vista que assume valores tais como a “ética do trabalho”, a família, o “trabalho honesto” etc., ainda que as condições de existência destes não encontrem possibilidade de realização efetiva dos ideais supracitados. No mais, a luta por (re) classificação leva este grupo a construir fronteiras simbólicas tênues e flexíveis com relação a outro grupo que ocupa o último degrau nesta hierarquia formada pelos moradores das margens urbanas de Fortaleza: “os pobres que apelam para o pior”, que são aqueles que

recorrem “a práticas ilícitas/ilegais para garantirem sua sobrevivência e/ou o acesso às drogas (BEZERRA, 2016, p.289).

O valor negativo a que este grupo está sujeito, diz respeito ao fato de que o envolvimento em práticas criminosas pode ser identificado como expressão da pobreza de espírito destes atores, condição esta negada pela maioria dos interlocutores de Bezerra (2016, p.289) que busca “assumir as imagens positivadas de trabalhador-batalhador, de humilde, de classe média baixa e/ou, mesmo, de pobre, todavia honesto, ‘[...] trabalhador, com fé em Deus e esperança no futuro”. Logo, a inserção no mundo do crime é o divisor que leva estes agentes a se enquadrarem na categoria nativa dos “pobres que apelam para o pior”, situada em posição considerada a mais inferior nesta classificação hierarquizada dos pobres segundo as produções discursivas e as experiências dos residentes das margens de Fortaleza pesquisadas por Bezerra (2016, 2015).

O trabalho de Bezerra (2015, 2016) conclui, porém não esgota, o panorama da percepção sobre a pobreza em nosso meio. O mesmo, ao lado dos estudos discutidos nesta seção, corrobora o contexto no qual nosso objeto investigativo se insere. Assim, pode-se dizer que a pobreza, bem como os “pobres”, tal como fora discutida até o momento, são lidos pela lente moral dos valores modernos não generalizados, porém reconhecidos em nosso meio, perpassando toda a sociedade desde as camadas mais abastadas, até as camadas populares. Isso significa que a própria população pobre acaba por conceber a pobreza sobre a rubrica do “fracasso social”, sendo ainda sentida e vivida por esta parcela como um “desvalor” e/ou “culpa individuais”. Logo, a alusão à imagem da pobreza “divide, fragmenta e desqualifica socialmente quem carrega seus símbolos materiais e imateriais. Ser identificado por seus (des)iguais como um ‘pobre’ traduz-se em experiência humilhante, vergonhosa e evitada para muitos [...] em suas teias relacionais [...]” (BEZERRA, 2015, p.452).

Neste intuito, pensando que a pobreza, nesta perspectiva, não se define em si mesma como um estado quantitativo e de privações materiais, mas segundo as respostas sociais produzidas diante de determinada situação; e que a classificação dos “pobres” produz efeitos sociais, que interferem na construção das imagens e das autoimagens destes atores, principalmente quando considerados usuários de ações socioassistenciais (BEZERRA, 2015); é mister ampliar o debate para abarcar aqueles que ocupam o cerne deste cenário. Em outros termos, é necessário compreender de que forma a desqualificação social afeta aqueles estabelecidos no patamar inferior da hierarquia moral em nosso meio, sabendo-se que, o pobre assistido, tal como o beneficiário do PBF, é aquele que sofre de uma representação socialmente

negativada tendo em vista que remete “às marcas da inferioridade, da tutela, da dependência, da desconfiança e da desvalorização emblemáticas neste processo” (BEZERRA, 2015, p.190).

Logo, discutir os reflexos da desqualificação social e de que forma esta incide na demarcação de fronteiras morais, levando-se em conta o público-alvo de um Programa de transferência de renda e sua rede relacional, é fundamental para ampliar o debate para além da percepção em torno da pobreza em si. E é neste movimento que adentramos o universo desta tese que é o Município de Carmo localizado no interior do Estado do Rio de Janeiro.

Neste aspecto, torna-se essencial refletir sobre as percepções morais existentes entre dois grupos de pobres que se diferem em função da inserção no PBF, tendo em vista que o enquadramento enquanto “pobres” prioritários de um Programa Governamental pode refletir negativamente sobre a subjetividade daqueles que necessitam de um benefício assistencial. Sendo assim, é fundamental entender como a desqualificação social se revela no cotidiano do público que sofre com a falta de reconhecimento e estima social, nos sentidos trabalhados nesta tese.

4. A DESQUALIFICAÇÃO SOCIAL E AS FRONTEIRAS MORAIS ENTRE OS POBRES MORADORES DE CARMO

Somos muito mais a terra onde nascemos [e onde fomos criados] do que imaginamos.

José Saramago

Este capítulo tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa empírica realizada no município de Carmo – RJ. A partir da aplicação de entrevistas semiestruturadas e da observação participante, buscou-se investigar como dois grupos de moradores pobres diferenciados pela inserção no Programa Bolsa Família, bem como os próprios atores inseridos no Programa, constroem fronteiras morais entre si. Com isso procura-se refletir sobre as percepções morais destes atores que devido a desqualificação social a qual estão sujeitos, acabam por criar elementos de delimitação entre os mesmos.

4.1 O CAMPO DE PESQUISA: o contexto geral e as trilhas percorridas

Não é novidade que o Programa Bolsa Família, bem como seus beneficiários, sofre com as modelizações negativadas tais como as já discutidas até o momento. Neste aspecto, convém demonstrar de que forma estas figurações públicas incidem no imaginário da população residente de um município de Pequeno Porte. Mais especificamente, procuramos demonstrar de que forma a desqualificação social (2003) opera em um contexto aparentemente homogêneo, cujas relações sociais são consideradas pretensamente como “horizontais”.

Para efeitos de contextualização, o município de Carmo situa-se no interior do Estado do Rio de Janeiro, a 186,6 quilômetros da capital. Possui uma população estimada em 18.264 habitantes (IBGE, 2017). No que tange ao Índice de Desenvolvimento Humano -IDH²⁸-, este

²⁸ Com o intuito de criar um indicador comparável entre os países, no início da década de 1990 foi proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A criação deste visava superar a perspectiva economicista baseada univocamente na variável renda *per capita*, incorporando a partir da noção de bem-estar social, outros indicadores relativos a aspectos fundamentais da condição de vida: renda, educação e saúde. Tais aspectos, porém, não abarcam, obviamente, todas as dimensões necessárias no que diz respeito ao desenvolvimento humano (PNUD, 2012). O indicador é baseado na média aritmética simples de três variáveis: a esperança de vida ao nascer, o PIB *per capita*, e o nível educacional. A primeira variável visa captar a noção de uma vida longa e saudável indicando as condições da produção de saúde de uma dada sociedade. O PIB tem por finalidade retratar aspectos ligados ao padrão de vida econômico. Já o nível educacional é calculado com base no acesso ao conhecimento (educação).

varia de zero a um e classifica os resultados em pelo menos cinco faixas de desenvolvimento, a saber: muito baixo (de 0,000 a 0,499), baixo (de 0,500 a 0,599), médio (de 0,600 a 0,699), alto (de 0,700 a 0,799) e muito alto (de 0,800 a 1,000). Portanto, quanto mais próximo de um, maior é o desenvolvimento humano apurado (TCERJ, 2016). Destaca-se, neste sentido, que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM - de Carmo está situado na faixa de desenvolvimento humano médio. Tomando como referência uma versão histórica, o IDHM Carmense passou de 0,502, em 1991, para 0,696, em 2010, implicando um crescimento de 38,65%. A dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi a educação, seguida por longevidade e por renda (TCERJ, 2016).

Tomando como foco a população reconhecidamente como pobre do Município, podemos destacar o total de 2.786 famílias inscritas no Cadastro Único²⁹ em novembro de 2017. Deste quantitativo, 1.628 possui renda *per capita* familiar de até R\$ 85,00; 268 possui renda *per capita* familiar entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00; 435 possui renda *per capita* familiar entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo; e, 455 possui renda *per capita* acima de meio salário mínimo. No que tange ao PBF, este beneficiou, no mês de dezembro de 2017, 1.623 famílias, representando uma cobertura de 134,6 % da estimativa de famílias pobres no município. No quesito valores, as famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 180,98 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 293.732,00 no mês de referência (BRASIL, 2017b).

Em relação às condicionalidades do PBF, ressalta-se que o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de setembro de 2017, atingiu o percentual de 97,5%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, equivalente a 1.067 alunos acompanhados em relação ao público no perfil que é de 1.094 (BRASIL, 2017b). Já para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 89,2%, resultando em 249 jovens acompanhados de um total de 279. No que tange ao acompanhamento da saúde das famílias, tomando como referência a vigência de julho de 2017, atingiu 69,8 %, que é o percentual equivalente a 857 famílias de um total de 1.227 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município (BRASIL, 2017b).

²⁹ O Cadastro Único é um instrumento que permite identificar famílias de baixa renda que são as que possuem renda mensal de até meio salário mínimo *per capita* familiar, ou renda mensal de até três salários mínimos. Tal cadastro possibilita conhecer a realidade socioeconômica das famílias facilitando a captação de agentes para inserir em programas sociais que visam intervir nas vulnerabilidades os quais estes se encontram (BRASIL, 2017a).

Demonstradas as características gerais do Município e do Programa Bolsa Família, convém esmiuçar os caminhos trilhados no campo de pesquisa que corroboraram o delineamento do nosso objeto. Importante mencionar que “o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo (NETO, 2002, p.52). Sendo assim, por *campo de pesquisa* entendemos o que aponta Neto (2002, p.53) que refere-se a um recorte feito pelo pesquisador em termos de espaço, e que representa “uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto de investigação.” Dado o recorte espacial, entende-se por *lugar*, aquele ocupado por pessoas e grupos convivendo em uma dinâmica de interação social. No mais, o campo pode ser considerado um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre pesquisador e grupos estudados (NETO, 2002, p.53).

Com base nesta reflexão teórica, importa relatar que a pesquisa desenvolvida nesta tese contou com uma parte exploratória, que teve como objetivo a tentativa de neutralizar possíveis obstáculos que pudessem vir a dificultar ou até mesmo a inviabilizar a pesquisa (NETO, 2002, p.54). Compreendemos assim esta fase como parte do ciclo da pesquisa “a partir da qual o pesquisador realiza aproximações sucessivas com a realidade empírica e com as elaborações teóricas sobre o fenômeno sociológico pesquisado, com vistas a subsidiar a [...] construção do objeto de estudo” (BEZERRA, 2015, p.127). Sendo assim, essa etapa garante um mínimo de familiaridade do pesquisador com seu objeto, possibilitando ampliar os horizontes da pesquisa, bem como abrir pistas reflexivas, além de construir um canal de acesso à realidade do público-alvo da pesquisa visando o estabelecimento de uma relação de confiança.

Seguindo este panorama, esta fase contou, primeiramente, com uma *aproximação* com as pessoas da área selecionada (NETO, 2002). Em segundo lugar, foi preciso, como aponta Neto (2002), apresentar *a proposta de estudo* aos atores envolvidos, levando-se em conta que a coleta de dados está inserida em um contexto dialógico e cooperativo, no qual, o consentimento é imprescindível. Por outro lado, sabemos, como destaca Bourdieu (2008, p.695) no que tange a determinadas técnicas de pesquisa, com foco na entrevista, que o estabelecimento de uma comunicação “não violenta” passa pela tentativa, de alguma forma, de minimizar a relação um tanto quanto arbitrária que envolve a relação entre pesquisador e pesquisado, procurando diminuir os custos de uma dissimetria cultural entre esses. Assim, segundo o autor:

Tentar saber o que se faz quando se inicia uma relação de entrevista é em primeiro lugar tentar conhecer os efeitos que se podem produzir sem o saber por esta espécie de intrusão sempre um pouco arbitrária que está no princípio da troca (especialmente

pela maneira de se apresentar a pesquisa, pelos estímulos dados ou recusados, etc.) é tentar esclarecer o sentido que o pesquisado se faz da situação, da pesquisa em geral, da relação particular na qual ela se estabelece, dos fins que ela busca e explicar as razões que o levam a aceitar de participar da troca. É efetivamente sob a condição de medir a amplitude e a natureza da distância entre a finalidade da pesquisa tal como é percebida e interpretada pelo pesquisado, e a finalidade que o pesquisador tem em mente, que este pode tentar reduzir as distorções que dela resultam, ou, pelo menos, de compreender o que pode ser dito e o que não pode, as censuras que o impedem de dizer certas coisas e as incitações que encorajam a acentuar outras.

Ainda sobre as contribuições de Bourdieu (2008, p.704), é preciso considerar que

[...] a entrevista pode ser considerada como uma forma de *exercício espiritual*, visando a obter, pelo *esquecimento de si*, uma verdadeira *conversão do olhar* que lançamos sobre os outros nas circunstâncias comuns da vida. A disposição acolhedora que inclina a fazer seus os problemas do pesquisado, a aptidão a aceitá-lo e a compreendê-lo tal como ele é, na sua necessidade singular é uma espécie de *amor intelectual* [...].

No mais, levando-se em conta o que aponta Neto (2002), é ainda na fase exploratória e no trabalho de campo propriamente dito que se estabelecem laços de amizade bem como compromissos firmados entre investigador e população investigada propiciando o retorno dos resultados alcançados para a população alvo da pesquisa.

Resumindo, a fase exploratória desta tese ocorreu entre 2016 e 2017 e serviu como um momento de *aproximação* com o campo e conseqüentemente com atores chave para o desenvolvimento da pesquisa; de *reconhecimento* do contexto estudado; e de *estabelecimento* de vínculos com pessoas e instituições que permeiam o sujeito-objeto da pesquisa. Mais especificamente, este momento foi crucial para a escolha do território investigado, bem como para a seleção dos espaços a serem apropriados para que o acesso aos sujeitos da pesquisa se concretizasse sem maiores percalços.

Foi nesta fase, portanto, que pude realizar observações a instituições, grupos e atores, ao mesmo tempo em que pude eleger aquele que foi meu principal informante chave, que desempenhou papel fundamental no desbravamento do terreno estudado, e a quem devo reconhecimento pelo produto final desta tese. Ao lado desse, foi de igual importância o apoio de atores institucionais que me permitiram não só adentrar no universo simbólico dos sujeitos da pesquisa, mas também me propiciaram galgar as trilhas que possibilitaram delinear e concretizar todo este trabalho. Com isso, pude imergir no campo de pesquisa, conviver com os sujeitos-objetos desta tese e assim familiarizar-me com o modo de vida destes em um processo de interação social entre pesquisador e pesquisado que me serviram não só de coleta de dados, mas principalmente como troca de experiências e aprendizado diante do saber dos protagonistas deste trabalho.

Concluída a fase exploratória, o trabalho de campo contou com duas formas de abordagem técnica: a observação participante e a entrevista. Neste aspecto, pode-se dizer que ambas se complementaram tendo em vista suas características próprias. Logo, a primeira permitiu captar uma variedade de situações e fenômenos que não são passíveis de serem extraídos por meio de perguntas. Já a segunda possibilitou obter informes contidos nas falas dos agentes pesquisados e que visaram apreender o ponto de vista dos sujeitos. Com isso podemos acrescentar que a entrevista não se trata de uma mera conversa despretensiosa e neutra, mas “se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada” (NETO, 2002, p.57).

No mais, importa mencionar a importância de um outro instrumento fundamental que é o diário de campo. Este é o “amigo silencioso”, como destaca Neto (2002), com o qual podemos contar para o registro dos dados pesquisados. Sendo assim, foi neste espaço que pude anotar o “dito” e o “feito”, e também depositar minhas primeiras impressões do campo de pesquisa, além de registrar minhas percepções, angústias, sentimentos, questionamentos e anseios, bem como as infundáveis informações que me cercaram em todo o tempo e que podiam ter me escapado, não fosse este recurso. Logo, nele pude me debruçar e recorrer no intuito de construir detalhes que só fizeram enriquecer esta pesquisa.

4.1.1 A escolha e a pesquisa de campo

Neste momento, faz-se importante retomar a questão metodológica para a melhor compreensão dos elementos expostos neste capítulo. Primeiramente, foi preciso levantar dados para a escolha do bairro que seria foco da investigação. Assim, a princípio, a proposta era selecionar apenas um bairro com alto índice de vulnerabilidade social que, conseqüentemente, abarcava um grande número de beneficiários do Programa; e que também dispunha de certa facilidade de inserção pela via dos principais organismos estatais que dialogam com os dispositivos do PBF que são: posto de saúde, escola e CRAS. Neste sentido, ainda que os atores institucionais não tenham tido papel de protagonista, foram imprescindíveis para este trabalho, integrando os bastidores desta pesquisa e expondo suas percepções. Isso significa que não foram realizadas entrevistas formais com estes atores, o que não significa que deixaram de ser considerados no âmbito da análise sendo alvos da observação participante e de diálogos informais que compuseram o diário de campo.

Com isto selecionamos, como base nos dados dispostos pelo Centro de Referência da Assistência Social, o primeiro bairro onde a coleta de dados foi realizada. O acesso a este bairro deu-se, em um primeiro momento, pela via da direção da escola municipal do bairro. A proposta em procurar uma instituição neste momento era de me inserir com mais facilidade no campo e poder ter acesso às famílias, tendo em vista que não há associação de moradores no bairro. Apesar de não termos entrevistado os atores institucionais, a inserção neste espaço foi importante pois possibilitou proceder à observação participante *in loco*. Assim, a diretora prontamente disponibilizou o ambiente da escola para que pudéssemos realizar as entrevistas com as famílias beneficiárias do PBF.

Neste aspecto, importa destacar que a escola, que atua com o primeiro segmento do ensino fundamental, atende a um percentual de quase 90% de alunos beneficiários do Programa em relação ao público geral, segundo a diretora. A infraestrutura da instituição é boa, contando com salas de aula, sala de informática, uma pequena biblioteca, um refeitório e uma secretaria. Apesar do pequeno espaço físico para que as crianças pudessem aproveitar as horas de intervalo, a escola provê atividades extramuros, onde as crianças podem dispor de campo de futebol e participar de atividades ao ar livre.

Convém acrescentar ainda que o trabalho de campo terminou por extrapolar o espaço físico do bairro selecionado, levando-me a deslocar-me em direção às teias relacionais de seus moradores existentes em outros territórios limítrofes os quais a escola e o posto de saúde também atendiam. Entretanto, esta abrangência não foi possível apenas por conta da extensão da rede de interações dos moradores e da cobertura dos serviços públicos do bairro. Deu-se também em função do que podemos considerar como um primeiro “indício” de estabelecimento de hierarquia moral entre pobres. Isso porque, ao iniciar a observação participante no bairro e assim envolver-nos em conversas informais, percebíamos uma tendência dos agentes institucionais e das primeiras famílias entrevistadas no referido bairro, a apontar para outros espaços reconhecidamente como de “pior fama”. Logo, foi também por este motivo que acabamos ainda sendo orientados a outro bairro mais distante, cuja desqualificação social já encontra-se incrustada desde a origem do mesmo, fruto de ocupações – ou no dialeto nativo, de “invasões”- tendo sido apelidado em referência a uma novela que na época fora intitulada com o nome de uma favela paulista.

Importante mencionar ainda que uma das principais diferenças entre o que denominamos de bairro A (primeiro bairro de inserção em campo) e bairro B (bairro a que fomos direcionados no decorrer do campo de pesquisa) encontra-se na infraestrutura urbana e

no acesso a serviços básicos imprescindíveis a uma vida digna. Assim, enquanto o bairro A contava com um mínimo recurso, dispondo de posto de saúde, escola, creche e áreas de lazer como praça e até um campo de futebol; o bairro B dispunha apenas de uma creche em funcionamento, de uma escola construída, porém ainda não ativada, e não contava com rede de saneamento básico, de energia elétrica³⁰ e de pavimentação que abarcasse todas as ruas.

Além disso, a situação de precariedade que atinge os moradores do bairro B encontra-se ligada à origem deste e que se confunde com a história de vida dos próprios moradores locais. Assim, o bairro B nasceu a partir da construção de um conjunto habitacional pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro desde 2011 para atender famílias cadastradas para recebimento do Aluguel Social³¹. Porém, devido à falta de recurso financeiro, o conjunto habitacional teve sua obra paralisada, motivo pelo qual os moradores começaram a ocupar este espaço “abandonado” por volta de 2015. Após um período de conflito com a prefeitura de Carmo, quando os moradores estiveram ameaçados de despejo, a situação destes foi regularizada em 2016, garantindo assim, a posse da casa pelos que haviam ocupado o local.

Expostas as trilhas metodológicas que me levaram a escolha dos dois bairros que formaram o complexo investigativo deste trabalho, resta detalhar melhor a forma como a pesquisa fora conduzida no bairro A para que possamos adentrar no segundo bairro selecionado para investigação. Retomando a inserção no primeiro bairro pela via da escola que atende a comunidade estudada, convém ratificar como fundamental o apoio dos agentes institucionais que nos garantiram suporte para contatar as famílias beneficiárias e assim ganhar a confiabilidade da comunidade para que pudessemos alçar outras vias de acesso aos beneficiários e aos não beneficiários do Programa.

4.1.2 A inserção no campo

Inicialmente, instalei-me no colégio localizado no bairro A, onde pude observar a rotina dos alunos, das famílias, dos agentes que atuam no chão da escola e da comunidade ao entorno.

³⁰ Até a data da coleta de dados no bairro B, os moradores ainda estavam aguardando a instalação da rede de energia elétrica no local. Porém, no final de 2017, quando a pesquisa de campo já havia sido concluída, em contato com alguns dos moradores pesquisados, fui informada de que a rede de energia elétrica havia sido instalada no bairro após dois anos de reivindicação junto à prefeitura municipal da cidade.

³¹ O Aluguel Social é um benefício assistencial administrado pelas prefeituras que possui respaldo legislativo no âmbito da Lei de nº 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social) e do Decreto de nº 6.307/2007, que dispõem sobre os benefícios eventuais criados para atender às necessidades humanas. O benefício visa auxiliar famílias que foram vítimas de grandes catástrofes naturais, ou aquelas que vivem em situações de vulnerabilidade econômica e social (BRASIL, 2018)

Também pude travar diálogos com os profissionais da educação, bem como com os familiares dos alunos e, o mais enriquecedor: pude conversar diretamente com as crianças da escola que também contribuíram com a exposição de suas versões sobre o PBF. Neste momento de observação participante no contexto escolar, contei com a colaboração da diretora e da secretária da escola que se dispuseram a marcar as primeiras entrevistas com as famílias beneficiárias. Com isso, a escola emitiu bilhetes endereçados aos responsáveis por estes alunos, convidando-os a comparecessem ao colégio para tratar sobre o assunto “Bolsa Família”. Quando indaguei à diretora se a mesma achava que as famílias iriam comparecer à escola diante do convite, a secretária sorriu e afirmou: “*se o assunto é Bolsa Família, os pais ‘correm’ para a escola por receio de perderem o benefício*”.

No momento em que permaneci na escola, a diretora relatou alguns casos relacionados ao PBF, dentre os quais podemos citar o de uma família que, tendo perdido o benefício do Programa, os filhos deixaram de frequentar a escola. tais histórias reafirmam a ideia de que as famílias só manifestam interesse na escola por conta do recurso do Programa, tal como foi verificado no estudo de Oliveira (2015). Por uma lógica ambígua, os profissionais da educação reconhecem que a frequência do alunado beneficiário do PBF é influenciada positivamente pelo recurso do Programa. Entretanto, esta ideia é lida algumas vezes por um viés negativo, na medida em que os responsáveis pela criança ou adolescente, só estariam preocupados com o aspecto financeiro do PBF e não necessariamente com a escolarização de seus filhos. No mais, percebe-se ainda, que alguns profissionais acreditam que a condicionalidade de educação atrelada apenas à frequência escolar, não seria suficiente, devendo, inclusive, incidir sobre o desempenho do aluno.

Somada a esta leitura sobre as condicionalidades do PBF, outras análises foram feitas em torno do Programa de forma geral. Como exemplo podemos citar a história relatada pela diretora da escola A. Esta comentou que chegou a incentivar sua irmã a se inscrever no Programa Bolsa Família, tendo em vista que a mesma estava desempregada. Segundo ela, existiriam pessoas em situações melhores e que recebiam o benefício no município. Com isso, dissemina-se a noção de que existem atores legítimos e ilegítimos de se inserirem no PBF, sendo, a irmã da diretora, legítima neste caso, pois a mesma não teria renda oriunda do trabalho por estar desempregada. Por outra via, a diretora acrescentou ainda tomar ciência de casos em que algumas pessoas deixariam de trabalhar com carteira assinada por receio de perder o benefício do Programa.

Tais elementos são reproduzidos em outros setores, como por exemplo, no posto de saúde do bairro A, onde também realizamos observação participante e firmamos diálogos informais. Ineri-me neste espaço sem dispor de intermediário. Para tanto, adentrei este território, explicando do que se tratava a pesquisa e angariando o apoio de agentes de saúde que lidavam diretamente com as famílias beneficiárias do PBF. Em nossas “conversas”, surgiam comentários que iam ao encontro do que foi identificado no colégio. Sendo assim, para pelo menos quatro agentes de saúde, que foram os que se dispuseram a contribuir com o trabalho, o Programa Bolsa Família seria importante, pois ajudaria muitas famílias. Porém, para estes sujeitos, o Programa não estaria cumprindo, na prática, aquilo ao qual se propõe em seu desenho.

A percepção de que famílias que não precisariam do benefício recebem, em contraposição a famílias que precisariam e que não recebem, é recorrente. Uma das agentes mencionou, inclusive, que acreditava que o Programa gerava o efeito inverso ao que se propõe. Ou seja, para ela, o PBF incentivaria a “irresponsabilidade” das famílias que, visando apenas o dinheiro do benefício, não se importariam de fato com a saúde e a educação dos filhos. Sobre isto, todas as agentes foram enfáticas ao alegarem que deveria haver uma fiscalização mais incisiva sobre os requerentes do benefício, pois para as mesmas, uma boa parte dos beneficiários seria composta por pessoas que não necessitam estar no Programa. E mais, as agentes de saúde afirmam veementemente conhecerem beneficiários do PBF que desfrutam de bens materiais que vão contra o atestado de “necessidade” que as mesmas acreditam garantir a legitimidade para acessar ao Programa, como: carro, aluguel de casa, etc.

Isso demonstra que, parte dos agentes institucionais pesquisados atua a partir de uma relativa autonomia interpretativa estabelecendo classificações hierárquicas sobre os próprios pobres. Assim, enquanto os critérios de recrutamento do Programa estipulam um valor monetário universal definindo pobreza e extrema pobreza, os operadores do PBF no município acabam se orientando também pelas manifestações do consumo de bens e serviços, que correspondem aos juízos de valores ancorados nos padrões morais destes atores.

Neste panorama, para os responsáveis por realizar o acompanhamento da condicionalidade de saúde do PBF no referido bairro e no território limítrofe, “cada caso, seria um caso”. Logo, para enquadramento no Programa, estes agentes estimulam a proposta de que a pessoa deveria fazer prova, não somente de sua “precisão” material, mas também de sua “riqueza de espírito”, para utilizar os termos de Bezerra (2015). Ou seja, a inclusão no PBF precisaria ser tratada de forma individualizada, voltada não tão somente para critérios objetivos

como a renda. Dito de outra forma, segundo as agentes de saúde, às vezes, as pessoas trabalham, mas a renda não é suficiente para suprir as despesas essenciais da família. O que aponta, em alguma medida, para uma interpretação de que, os que “batalham”, seriam considerados os “verdadeiros beneficiários”, ou seja, aqueles que não se “aproveitam” da assistência. Seguindo a classificação moral estabelecida neste aspecto, o “bom beneficiário” seria o que utiliza o benefício como um complemento da renda proveniente do que se entende como fonte da dignidade humana: o trabalho.

Neste caso, não se rejeita que alguém que “trabalhe” receba o benefício de um Programa. Pelo contrário, legitima-se, inclusive, que um “trabalhador” que não consegue arcar com as despesas inerentes à reprodução familiar por força das circunstâncias, seja atendido por meio do PBF. Ou seja, aceita-se a condição de beneficiário de um Programa de transferência de renda, desde que não se adote a postura indicativa de uma “pobreza de espírito”, que é quando a pessoa não dá indícios suficientes de sua “força de vontade” para superar sua condição de necessidade extrema. Nesse ambiente, pode-se dizer que exige-se dos beneficiários uma disciplina moral, seja através da correção de posturas, seja mediante o lançamento de projeções de saída da pobreza.

No mais, o sentimento de “desconfiança” impera entre estes agentes que acreditam que as pessoas possam vir a atuar com má fé para conseguirem um benefício assistencial. Logo, constata-se a disseminação de críticas em torno do fato do Cadastro Único ser composto por informações declaratórias, indicando não haver comprovação da veracidade das informações prestadas. Isso levou uma das agentes a mencionar que da forma como o Programa está organizado, não seria interessante mantê-lo. Sobre isto, a mesma acrescentou que, dado o majoritário campo de trabalho informal, muitos subestimariam suas rendas no intuito de conseguirem se enquadrar no critério de elegibilidade do PBF. Como exemplo, a mesma destaca as omissões de algumas mulheres que não relatavam a situação de coabitação com seus companheiros, no intuito de “esconderem” a renda dos mesmos.

Os casos ilustrados por muitos dos interlocutores da pesquisa estão respaldados por exemplos que os mesmos atestam conhecer de perto. São episódios isolados, mas que representam o que esta população já tem como “verdade”. Isso porque, os atores estão predispostos a interpretar a realidade por meio de suas concepções e valores morais. Logo, a própria concepção de pobreza destes sujeitos é o que vai, muitas das vezes, direcionar a forma como concebem o Programa e seus beneficiários. Sendo assim, um exemplo negativo é

suficiente para “comprovar” as ideias pré-definidas destes agentes no que tange ao PBF e ao público-alvo deste.

No que tange ao conceito de pobreza que envolve estes agentes, pode-se dizer que esteja amparado pela dupla pobreza: a material e a de espírito (BEZERRA, 2015). Assim, para eles, esta condição está ligada à não ostentação de bens materiais como casa, carro, ou ainda, relacionada à falta de alimentação, ou seja, elementos estes que representam a situação de necessidade que acomete o reconhecido como pobre, que tem relação com a renda auferida pelos sujeitos. Em outros termos, para ser pobre é preciso carregar as insígnias morais que ocupam o imaginário da população pesquisada: passar fome, não ter casa, não possuir carro, não acessar serviços privados, ter muitos filhos, etc. Para muitos dos agentes institucionais pesquisados, em Carmo esta versão da pobreza não é “comum”, logo, não haveria no Município um quantitativo expressivo de atores legítimos aos critérios de elegibilidade do Programa. Sobre isso, uma parte dos agentes de saúde afirmou, inclusive, que alguns dos beneficiários do PBF, ainda quando inseridos no mercado informal, tinham acesso a uma renda superior à que os próprios agentes recebiam em termos de remuneração. Um, inclusive, relatou ter se cadastrado para o recebimento do PBF, mas alegou não ter conseguido em virtude de sua renda ultrapassar o valor estipulado pelo Programa.

Na ausência de um público “autêntico” a receber o benefício do Programa no Município, a desqualificação social (PAUGAM, 2003) é direcionada aos considerados “manipuladores” da assistência social. O que de certa forma ganha sustentação, ao mesmo tempo em que é alimentado pelas figurações públicas negativadas em torno do Programa, disseminadas pela grande mídia³², e reproduzidas em nosso meio como foi discutido anteriormente, em especial, no capítulo terceiro desta tese que tratou especificamente sobre a percepção do brasileiro acerca da pobreza e da desigualdade no Brasil, com foco no PBF (LAVINAS, 2014).

Por outro lado, percebe-se que, ainda quando a pobreza material é reconhecida entre os agentes de saúde, o direcionamento destes atores gira em torno da concepção de pobreza que ocupa os últimos escalões da hierarquia moral para os mesmos. Ou seja, neste plano, a desqualificação social (PAUGAM, 2003) encontraria respaldo evidente ainda na chamada pobreza de espírito (BEZERRA, 2015). Logo, acomodar-se à situação de privação material, bem como sujeitar-se à condição de “dependente” do Estado ou de outrem, são consideradas

³² Para uma melhor compreensão das figurações públicas negativadas em torno do PBF disseminadas pela grande mídia, retomar a introdução desta tese.

situações aviltantes, pois vão de encontro aos valores morais consoantes à identidade moderna (TAYLOR, 2013), além de ir contra o código de reciprocidade que permeia o itinerário moral das camadas populares (SARTI, 1994).

No mais, este debate abriu margem para refletir sobre quem seria o público legítimo a receber o benefício do Programa para os agentes institucionais da saúde investigados. A princípio, algumas alegaram que “trabalhar” deveria ser requisito para a inserção no PBF. Assim, a própria agente de saúde que não foi contemplada com o benefício assistencial, por exemplo, destacou que, enquanto a mesma trabalhava e precisava do recurso para complementar sua renda, pois teria um gasto grande tendo em vista a condição de deficiência de sua filha; pessoas que não trabalhavam estariam recebendo o Bolsa Família “*sem qualquer esforço*”. Ao lado disso, outra agente, em tom de quase ironia, destacou que se eu quisesse saber quem era beneficiário do PBF, era só eu “*passar*” pelo bairro. Ou seja, as pessoas que eu visse “*do lado de fora de casa, nas calçadas*”, “*conversando*”, “*na casa das vizinhas*”, ou em termos grosseiros, “*à toa*” ou “*nos botequins*”, seriam as que recebem o benefício.

Com isso, a crítica ganhou proporção abarcando inclusive algumas famílias ditas “*aproveitadoras*”, na medida em que suas crianças ficavam na creche do bairro. A lógica era a seguinte: já que as famílias, e mais especificamente, as mães recebem o recurso do Programa, e “*nada fazem*”, ou seja, “*não trabalham*”, o mínimo que deveriam fazer era cuidar de seus filhos em tempo integral. Por outro lado, a leitura que as agentes de saúde faziam era de que, as mães que “trabalhavam” ou as que, por precisarem cuidar dos filhos não podiam trabalhar, estas sim estariam no interior de suas residências, cuidando do lar, limpando a casa, ou seja, estariam ocupadas em seus afazeres domésticos, cumprindo o papel social delegado a elas e assim, corroborando os valores morais de “*boa mãe*” e de “*boa dona de casa*”, que servem como justificativa para a condição de beneficiária de um Programa de transferência de renda como o PBF.

A relação que os profissionais pesquisados fazem do PBF com o “trabalho” é quase instantânea. Com isso, foi recorrente a percepção de que era necessário que o Programa promovesse cursos, ou que buscassem inserir os beneficiários no mercado de trabalho, fazendo menção as tão procuradas “portas de saída”. Por outra via, para as agentes de saúde, ainda, a fiscalização deveria ser mais rígida e as condicionalidades, mais variáveis. Por exemplo: além da condição de manutenção da frequência escolar, estes profissionais acreditam que a condicionalidade deveria incidir ainda sobre o desempenho dos alunos.

No que tange a condicionalidade de saúde, as agentes mencionam o fato delas terem que se deslocar até as famílias que não se *“importam”* em ir ao posto de saúde, sendo que esta já é uma obrigação moral daquelas. Como crítica a este aspecto, uma das agentes relatou que por vezes chega na casa de um agente beneficiário e o encontra *“com a cara inchada de dormir”*. E acrescenta: *“só levantam da cama porque a gente chamou”*. Para finalizar, esta mesma profissional destaca que hoje as pessoas ficam *“dependentes”* e afirma que *“não querem trabalhar mais”*.

Convém mencionar que não foi possível acompanhar as agentes de saúde em suas visitas às famílias beneficiárias, tampouco as mesmas sentiram-se à vontade em ajudar-me a abordar as famílias em suas residências. O motivo foi explicado por uma das profissionais pesquisadas que menciona o fato dos beneficiários apresentarem reações *“agressivas”* a estas ações. Segundo algumas das agentes de saúde, os beneficiários acabam associando, muitas das vezes, os possíveis bloqueios ou cancelamento dos benefícios, com os procedimentos dos profissionais da saúde. Motivo que já levou beneficiários a recusarem a visita do agente.

Diante do exposto, podemos imaginar que abordar as famílias em suas casas seria *“arriscado”*, tendo em vista esta associação que as mesmas fazem das visitas institucionais com as implicações no benefício. A confiança dos interlocutores no pesquisador é muito importante, na medida em que qualquer correlação que os mesmos pudessem vir a fazer entre o pesquisador e um *“agente institucional”*, poderia vir a afetar a pesquisa. Logo, era imprescindível romper com qualquer ideia de que eu era um profissional à *“serviço do Bolsa Família”*, pois isso poderia comprometer a fidedignidade das informações coletadas, posto que os sujeitos tenderiam a agir de forma pré-reflexiva seja em prol de manter-se no Programa; ou repelindo uma aproximação ao seu universo simbólico.

Importante mencionar que essa *“desconfiança”* - que de certa forma eu tentei minimizar no decorrer da pesquisa - relatada pelos profissionais da saúde, bem como eu mesma pude constatar em minhas abordagens às famílias, pode ter a ver, com ao menos dois fatores. Primeiramente, pode-se dizer que haja um certo desconforto que perpassa a interação dos beneficiários com os profissionais que trabalham na gestão do PBF, nutrido por meio de preconceitos e julgamentos morais, que corroboram situações de constrangimento que incidem em práticas discriminatórias para com os beneficiários. Nesse sentido, além do controle social ser expresso por vias formais mediante o acompanhamento das condicionalidades do PBF, e dos mecanismos de fiscalização como a visita domiciliar; existem ainda as vias informais de controle, que induz a um processo classificatório moral, tornando pública a imagem negativa

do beneficiário. Esta concepção socialmente negativada a que a população beneficiária está sujeita, disseminada pelos diversos agentes institucionais que se relaciona de alguma forma com ela, implica no desenvolvimento de diversas categorias valorativas sobre a figura do pobre beneficiário, tais como: “*gastam dinheiro bebida*”, “*são acomodados*”, “*são preguiçosos*”, “*gostam de dinheiro fácil*” etc. Com isso podemos sintetizar que os beneficiários sofrem uma vigília frequente tanto das instituições sociais que dialogam com o Programa, tais como escola, agência bancária, CRAS e posto de saúde, bem como da própria vizinhança, englobando neste mote, os não beneficiários e, ainda, os próprios beneficiários.

Já o segundo aspecto que tem a ver com a “desconfiança” dos beneficiários em sua relação com os profissionais das áreas a que o PBF está relacionado, diz respeito à atual conjuntura que atravessa o Programa. Sobre isto, constatou-se um corte de grande proporção no número de beneficiários do PBF no município entre, principalmente, 2016 e 2017, segundo a coordenadora do Programa. Tratou-se, como a mesma apontou, de uma “*operação pente fino*” em que os profissionais da Assistência Social fizeram uma varredura para identificar, e assim, desligar as famílias fora do perfil do Programa. Sobre estas questões, os contatos estabelecidos bem como a observação participante realizada no CRAS que atende os beneficiários do PBF foram essenciais.

Em minhas visitas ao CRAS, fiz contato com a atual coordenadora do Programa, de 27 anos, formada em Administração, ocupante do cargo há pouco mais de 01 ano. Esta, trabalha na prefeitura há pelo menos 02 anos, e antes da coordenação atuava na parte de contabilidade. Como eu já a conhecia, não houve grandes entraves para inserir-me neste espaço. A relação de proximidade possibilitou-me ainda um aprofundamento neste universo no qual eu pude participar, inclusive, das intervenções e dos atendimentos realizados pela coordenadora.

Em conversa informal, a mesma relatou que considerava a “operação pente fino” um aspecto positivo da gestão do PBF, pois não haveria mais tolerância com relação às pessoas que recebem o benefício, mas que não precisam dele. Nesta direção, destaca-se a importância que a profissional delega a uma fiscalização mais incisiva por parte do Estado, ressaltando como necessária a institucionalização sistemática da visita domiciliar como mecanismo de checagem das informações prestadas pelos candidatos e/ou beneficiários do PBF. Neste ponto, convém acrescentar que não se percebe na fala dos atores institucionais contatados até aqui, uma concepção da visita domiciliar como mecanismo que corrobora a melhor compreensão das condições de vida em que a população pobre se encontra, ou seja, longe de representar uma

lógica de proteção social, tal estratégia encontra-se presa a uma prática de fiscalização de caráter policialesco.

No que tange aos atendimentos que acompanhei na instituição, ressalta-se que a grande maioria dizia respeito a casos de recadastramento. Tal procedimento é realizado em virtude do cruzamento anual que o governo faz de diversas bases de dados de renda dos brasileiros para saber se existem irregularidades nas informações contidas nos cadastros das famílias. A ideia é evitar que usuários ajam com má fé e assim recebam o benefício sem realmente ter direito, além de permitir ao Governo Federal atualizar as informações das famílias que recebem o benefício (BRASIL, 2017). Outros casos bem comuns também eram os relativos a bloqueios e suspensões do benefício³³.

Por outro viés, foi questionado à coordenadora, quais seriam as principais dúvidas dos candidatos ao recebimento do benefício do Bolsa Família no ato da inscrição para o mesmo. Em resposta, ela apontou que em geral, estas incidem sobre: a renda necessária para ter acesso ao Programa, o valor a ser recebido e quando começa o recebimento do benefício. Quanto aos principais questionamentos feitos pelos próprios beneficiários, estes giram em torno de perguntas, tais como: *“Se eu colocar o total será que vai me causar algum problema, será que vai diminuir o meu valor?; O que eu faço para poder aumentar o meu valor?; será que eu posso excluir tal pessoa para poder conseguir receber mais?, porque as vezes ele tem trabalho formal”*. A exclusão de pessoas do cadastro é o mais complicado, sendo isto o que os beneficiários mais pedem, segundo a coordenadora do Programa.

O mesmo questionamento foi feito à antiga assistente administrativa que trabalhou no CRAS por quase 03 anos, a qual eu também tive acesso no trabalho de campo. Sobre isto a mesma apontou que a pergunta mais frequente entre os candidatos ao Bolsa Família é *“por que fulano recebe e eu não?”*. Assim, a ex-assistente administrativa acrescenta que em geral, não se procura saber o que fazer para receber o benefício e sim, por que algumas pessoas recebem

³³ A Portaria nº 321, de 29 de setembro de 2008 pauta investidas acerca da gestão de condicionalidades do Programa Bolsa Família. Esta normativa traz como destaque o estabelecimento de sanções como forma de intervir gradativamente sobre os casos de descumprimentos, que dentre seus efeitos, destacam-se: i) advertência, no primeiro registro de descumprimento; ii) bloqueio do benefício por um mês, no segundo registro de descumprimento; iii) suspensão do benefício por dois meses, no terceiro registro de descumprimento; iv) suspensão do benefício por dois meses, no quarto registro de descumprimento; e, v) cancelamento do benefício, no quinto registro de descumprimento (BRASIL, 2008). Grosso modo, pressupõe-se que essas medidas gradativas sirvam como forma de atuar sobre a vulnerabilidade que acarretou o descumprimento, antes da perda total do benefício.

e outras não. No que diz respeito aos beneficiários, a mesma destaca que, “*por incrível que pareça*”, a principal preocupação é saber por que alguém recebe, “*nem que seja R\$5,00*”, a mais que outro.

Tais elementos nos levam a refletir acerca do nível de controle que se volta para, e entre a própria população pobre e mais especificamente, entre os beneficiários do PBF. Assim, percebe-se que os agentes institucionais, representando a figura do Estado, exercem um papel de controle sobre, principalmente, a população pobre, nem sempre manifestado de forma explícita, estando, sobretudo, ancorado no plano simbólico. Este controle reflete nos julgamentos e na defesa de mecanismos tais como a imposição de mais condicionalidades, a necessária fiscalização incisiva e a sistematização da visita domiciliar como forma de comprovação da veracidade das informações prestadas pelos candidatos e pelos beneficiários ao Bolsa Família. Por outro lado, percebe-se que o controle impera ainda entre os próprios agentes que compartilham de condições de vida precárias, evidenciada na forma como estes aderem a esse sistema de vigilância, acabando por exercer, também, um autocontrole de suas condutas e exigir dos outros beneficiários a mesma postura.

Assim, o sentimento de vergonha que alicerça a vida dos beneficiários de um Programa de transferência de renda, pautada pela desqualificação social (PAUGAM, 2003), pode ser reforçado, também, dado o controle dos outros sobre eles. “Outros” estes, aqui, compreendidos do ponto de vista relacional dos sujeitos, ou seja, a partir das relações sociais estabelecidas entre Estado, instituições locais e redes de sociabilidade. Observa-se, nesse caso, uma relação de vigilância permanente sobre o “bom beneficiário”, na qual preza-se pelo “consumo adequado” e pela “postura correta” desse sujeito. Assim, seja sofrendo controles informais, ou constrangimentos institucionais, verifica-se uma pressão senão direta, pelo menos indireta como forma de disciplinar os beneficiários, exigindo-se deles que sejam: “*comprometidos*”, “*boas mães*”, “*boas donas de casa*”, “*esforçados e empenhados em sair da situação em que se encontram*”, “*honestos*”, além de “*corretos no investimento do benefício*”, ou seja, valores estes norteados pelo plano moral e que tem a ver com o aprendizado moral exigido pelos assistidos (PAUGAM, 2003).

Pode-se concluir, neste caso, que os controles exercidos sobre os beneficiários são múltiplos e disseminados em diversas esferas. Neste aspecto, podemos trazer como resultado deste enquadramento moral que incide sobre estes atores, a reação destes, frente às manifestações de humilhação sofridas no contexto interacional e institucional. Neste plano, a

Casa Lotérica³⁴ em Carmo representa o ambiente privilegiado no qual as abordagens moralmente condenáveis incidem sobre os beneficiários, derivando em sentimentos de descontentamento deste público que chega a registrar reclamações no CRAS, acerca do tratamento a que são submetidos pelos profissionais que trabalham na agência onde sacam o benefício.

Quem relata estas “denúncias” feitas pelos beneficiários no que tange aos constrangimentos sofridos na Casa Lotérica do Município é a ex-assistente administrativa que trabalhava no CRAS. Ela menciona que ouvia algumas reclamações direcionadas às pessoas que trabalhavam no caixa da Lotérica. Segundo ela, as reivindicações incidiam sobre a “*indiferença*” com que os beneficiários eram tratados naquela instituição. Em resposta a como interpretava tal situação, a ex-assistente destacou que “*devido o município ser muito pequeno*”, o caráter negativo com a qual os funcionários da Lotérica tratavam os beneficiários do PBF, era orientado pelo sentimento de “*indignação*” pelo fato de “conhecerem” pessoas que “não precisavam”, mas que recebiam o benefício do Programa. A mesma acrescenta ainda que, por “*conhecer*” pessoas nesta situação, ou seja, que recebiam o dinheiro do Bolsa Família sem direito a tal, também se sentia “*indignada*”, enfatizando que teria, talvez, a mesma reação que os trabalhadores daquele estabelecimento.

O mesmo foi constatado pela coordenadora do Programa que recebe denúncias relatando as situações de “*maus-tratos*” vivenciadas nas idas dos beneficiários à Casa Lotérica. Segundo depoimentos dos beneficiários transmitidos pela coordenadora, os funcionários daquele estabelecimento alegavam não poder realizar o pagamento do Bolsa Família por “*não terem o dinheiro em caixa*”. Procurando se inteirar da situação, a coordenadora destacou que a Loteria “*recebe para poder pagar o Bolsa Família, não sendo este nenhum favor*”. A mesma ainda menciona que alguns beneficiários já chegavam “*chorando*” no CRAS sob justificativa de terem sido “*humilhados*”. Ademais, ela acrescenta que a recorrente manifestação de atitudes negativas contra os beneficiários do PBF na Loteria, pode ser explicada, dentre outros fatores, pelo fato dos beneficiários “*serem pessoas mais humildes, não tendo um bom diálogo*”; ou ainda em virtude dos “trabalhadores” do setor, acreditarem ter direito ao benefício, sem, no entanto, conseguir recebê-lo. Ressalta-se ainda, que estes funcionários têm a noção exata de quanto cada beneficiário recebe, sendo este mais um motivo pelo qual os mesmos reagem sob o efeito de

³⁴ Veremos mais à frente que a Casa Lotérica do Município foi notadamente o ambiente mais citado em termos de situações constrangedoras e humilhantes que afetam o cotidiano dos beneficiários do PBF.

um sentimento de “*indignação*”, como pôde ser constatado na fala de um dos empregados da Casa Lotérica a que tive acesso.

Percebe-se, neste aspecto, que ao mesmo tempo em que a coordenadora aponta para a “condenação” do comportamento negativo disseminado no âmbito do setor responsável por efetuar o pagamento dos benefícios do Programa, a mesma acaba por “culpabilizar” parte dos próprios sujeitos, quando menciona como justificativa para a reação dos funcionários da Lotérica, a característica de “*humildade*” dos beneficiários, ou ainda quando aponta para o sentimento de “*indignação*” que acomete aqueles que trabalham naquela agência. Logo, de forma similar à ex-assistente administrativa do CRAS, a coordenadora acaba reproduzindo em seu discurso, o “preconceito” a que o público-alvo do PBF está sujeito no Município.

Contudo, não é apenas no âmbito institucional que são reproduzidos discursos e praticados atos representativos da desqualificação social (PAUGAM, 2003) que acomete os pobres, e mais especificamente, os “dependentes” do Estado em nível local. Segundo a coordenadora do PBF de Carmo, outras denúncias que também chegam ao CRAS são feitas pela própria população pobre e, principalmente, pelos próprios beneficiários do Programa que “delatam” aqueles que recebem o benefício “*sem precisar*” ou que utilizam o dinheiro para outro fim, como: bebida, roupa, entre outros artigos considerados de “luxo”. Com isso, pode-se dizer que os próprios beneficiários acabam exercendo um autocontrole de suas condutas, exigindo a mesma postura de seus pares.

No que diz respeito a esta insistência na cobrança de uma postura que atenda aos julgamentos morais em torno do beneficiário do PBF, a vigilância sobre a aplicação do benefício é, talvez, o que gera maior repercussão. Não à toa, a própria coordenadora do PBF concorda que a “melhor” opção de benefício para a população mais pobre é aquela que ao invés de transferir “dinheiro”, distribui alimentos. Na mesma proporção, a ex-assistente administrativa aponta como uso devido do recurso do Programa, aquele voltado para a alimentação da família, não descartando gastos como, a compra em artigos escolares para as crianças provenientes das famílias beneficiárias.

Importante pensar que essa leitura feita pelos atores institucionais se relaciona com o que este público compreende por pobreza. Neste ponto, resta mencionar que para ambas as agentes a que tive acesso no âmbito da Assistência Social, pobre é “*aquele que passa fome*”, ou seja, “*que não tem nem o que comer*”. Sobre este aspecto, ressalta-se também que tanto a coordenadora quanto a ex-assistente administrativa, relataram que só se depararam com este

nível de pobreza no Município quando começaram a trabalhar no CRAS. Outros aspectos que conformam a concepção de pobreza para as agentes institucionais, incorporam, além da dimensão da alimentação, aqueles relativos ao acesso ou não a serviços sociais essenciais a uma vida digna, como por exemplo, energia elétrica, água, emprego formal e até higiene.

Por outro lado, é importante levar em consideração a percepção controversa que atravessa o tema da pobreza e que permeia o imaginário da população carmense. Assim, quando a coordenadora do PBF e a ex-assistente administrativa foram questionadas sobre porquê as mesmas acreditavam que muitas pessoas pobres no Município, se esquivavam e até negavam, dizendo que não existia “pobreza” em Carmo³⁵, as respostas foram diversas. Enquanto a primeira alegou que a própria população “pobre” não reconhecia sua situação de pobreza em função de “já estar acostumada”, a segunda apontou que essa recusa ocorria dado o sentimento de “*vergonha*” que imperaria sobre o que viemos chamando de “desqualificados sociais” (PAUGAM, 2003). Neste panorama, esta última agente institucional ilustrou casos emblemáticos como forma de justificar seu argumento, destacando ter conhecido pessoas, que as vezes por força das circunstâncias, precisavam dirigir-se à Assistência Social, mesmo “*com muita vergonha*”, pois não viam outra saída – moralmente superior - para enfrentar as dificuldades a que estavam submetidas.

Por “moralmente superior”, nos referimos àquelas estratégias referenciadas na discussão teórica ao longo desta tese, que são disseminadas pelos atores institucionais pesquisados até aqui, e que refletem a hierarquização dos sujeitos conforme a adesão ou não aos valores subjacentes a elas. Neste sentido, submeter-se a “trabalhos”, ainda que precários, é ter seu sentido de dignidade (TAYLOR, 2013; SOUZA, 2012) “restaurado” frente aos olhos daqueles que o cercam, enquanto “depender” de alguém ou de alguma instituição, é ter reconhecido seu sentimento de “fracasso” perante os outros (PAUGAM, 2003). Por outro lado, como estamos diante de um contexto de *habitus* precário (SOUZA, 2012), a representação socialmente negativada a que boa parte da população está sujeita, tende a ser mais um elemento com o qual

³⁵ Importante fazer referência neste ponto, à dissertação intitulada **As condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família: Percepções da comunidade escolar em um município de pequeno porte**, cuja pesquisa ocorreu no município de Carmo. Nesta, que teve como foco os agentes institucionais atuantes nas políticas educacional e assistencial que dialogam com o PBF, mais especificamente no quesito da condicionalidade de educação, muitos dos atores entrevistados apontaram não haver “*pobreza mesmo*”, no município, sendo esta direcionada a territórios idealizados como “Nordeste”, “periferia de cidade grande”, etc. Também, como veremos mais a frente, muitos dos próprios inseridos na dinâmica de pobreza no município, nem sempre adotam esta como uma autorreferência, transferindo, muitas das vezes este “título” de pobre, a um vizinho, ou a alguém considerado “pior” que ele.

esta precisa se relacionar, ora sofrendo controles informais, ora constrangimentos institucionais particulares.

O peso da desqualificação social (2003) incidente sobre o público-alvo de um Programa de transferência de renda é tal que, a própria coordenadora do PBF, quando questionada sobre se em algum momento na trajetória de sua vida ou de sua família, a mesma já havia precisado recorrer a algum auxílio governamental, a resposta prontamente foi: “*não, Graças a Deus!*”. Por outro lado, tais imputações negativas associadas ao PBF podem vir a ser incorporadas e, por vezes, ressignificadas, como uma forma de negociação da (des) classificação social que recai sobre a população beneficiária.

Neste ponto, recorrer a valores que venham a “atestar” a “boa-fé” daqueles que passam a “depende” do Estado é uma forma de negociar a condição negativada a que o “assistido” por um Programa de transferência de renda é enquadrado, demonstrando que, de fato, o assistido passou pelo aprendizado moral que faz com que o mesmo corresponda às expectativas dos agentes institucionais no âmbito da Assistência Social (PAUGAM, 2003). Assim, é importante pensar que, ainda que a renda seja o critério objetivo que, em tese, norteia a aplicação da política em âmbito local, tem-se que esta linha de pobreza estabelecida pelo Programa nada mais é que um corte simbólico, que distingue “pobres” de “não pobres”, mas cuja distinção incide na variação de outros critérios de diferenciação moral, tais como os que iremos discutir ao tratar da relação entre estes dois públicos. A título de exemplo, podemos tomar como referência aqueles que separam “merecedor” e “não merecedor”; “trabalhador e vagabundo”; “boa” e “má mãe”; “pobreza material e pobreza de espírito;” etc.

Veremos assim, como que, para lidar com os julgamentos morais em torno da figura do beneficiário, cuja disseminação encontra ressonância por meio das “fococas” disseminadas no âmbito das interações sociais locais destes atores, além de ser reproduzida pelos agentes institucionais que conduzem a política no Município, como já tivemos alguns exemplos; os próprios pobres locais, ou ainda, os beneficiários, tendem a assumir um discurso que ora admite as exigências morais as quais são enquadrados, ora transferem a outro, o ônus da desqualificação social que incide sobre um grupo específico, no intuito de escapar ao nivelamento em relação a estes sujeitos (PAUGAM, 2003).

Pensando na reprodução da hierarquização moral a que o beneficiário está suscetível a partir da concepção dos próprios atores condutores do Programa no plano local, podemos tomar mais uma vez como referência a coordenadora do PBF. Para a mesma, o benefício do Programa

não é um direito social, e sim uma “ajuda” que, segundo a mesma, deve ser tópica e passageira. Ou seja, para ela o benefício deveria se restringir “*ao período em que a pessoa esteja precisando dessa ajuda*”. Neste processo, ainda que a mesma reconheça o Programa como necessário para atuar sobre a situação de pobreza local, a mesma deixa escapar que, a ideia do PBF seria *boa*, desde que o benefício fosse utilizado “*corretamente*”, dando a entender que existe um fosso entre o que é idealizado e o que é de fato realizado. Ou seja, para ela, a utilização “*correta*” é aquela que direciona o recurso do Programa para o investimento escolar da criança beneficiária e/ou para a alimentação familiar, e não em “*bebida*”, ou em “*futilidades*”. No mais, seguindo o discurso moral predominante no contexto moderno (TAYLOR, 2013), a coordenadora não deixa de mencionar a importância do benefício para “*que o adulto sozinho tenha como se manter enquanto não tem trabalho formal*”. Entretanto, de forma ambígua a mesma destaca que acha “*errado, porque tem muita gente que não quer trabalhar para receber o Bolsa Família*”.

O reforço a esta leitura encontra sustentação, sendo notada ainda na posição da coordenadora do PBF, no que tange ao que, em sua opinião, levaria as pessoas a recorrerem a um benefício assistencial. Sobre isso a mesma mencionou que acreditava que algumas pessoas recorreriam ao Programa em função da situação de miserabilidade em que se encontravam, ou seja, devido à falta de dinheiro. Por outro lado, ela ressalta que o que motivaria outras pessoas seria a facilidade em receber o dinheiro, ou seja, “*a facilidade de ter o dinheiro sem ser suado, você não ter que trabalhar para ter*”.

A despeito do cenário controverso que envolve o PBF, é preciso levar em conta ainda a conjuntura atual que atravessa o Município investigado e que reflete na condução da Política Assistencial no contexto local. Sobre isto, foi relatado pela coordenadora e também por uma das assistentes sociais que trabalha no CRAS, que outros programas e projetos que eram desenvolvidos pelo setor, como doação de cestas básicas, oficinas com crianças e adolescentes, entre outras ações inseridas no âmbito da proposta de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF³⁶), não estavam mais funcionando com todo o vigor tendo em vista a falta de recursos financeiros. A assistente social mostrou, com saudosismo, as fotos dos eventos e dos trabalhos que o CRAS promovia e que agora não teria mais condição de agenciar, não disfarçando a

³⁶ “Fica instituído o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que integra a proteção social básica e consiste na oferta de ações e serviços socioassistenciais de prestação continuada, nos CRAS, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 1993).

angústia frente a atual situação que a Política Assistencial no município enfrenta. O sentimento de impotência que acomete os profissionais é tão grande que uma das assistentes sociais que trabalhava na cidade pediu exoneração. Ao que tudo indica, a instituição está muito restrita e reduzida à realização de procedimentos relativos ao Programa Bolsa Família, que, em que pese sua importância, não dá conta de intervir sobre as vulnerabilidades sociais que incidem sobre a população carmense.

Na esteira deste movimento, a coordenadora revela a sua vontade de voltar a atuar na área na qual graduou-se. A mesma disse que teve que aprender sozinha a coordenar o Programa, tendo sido deslocada de uma antiga função sem qualquer treinamento para assumir o PBF. Tomando como referência os atendimentos realizados por ela, os quais eu pude participar, pude verificar algumas lacunas no que tange à compreensão sobre o PBF. Cheguei a intervir nos atendimentos, vez ou outra, tendo em vista que a própria coordenadora não conseguia responder a todos os questionamentos da população usuária. Outras vezes quando estávamos a sós, a mesma aproveitava para perguntar questões básicas sobre o Programa, tais como: valores e tipos de benefício.

Em que pese as lacunas mencionadas, a gestão do Programa no município é considerada excelente, levando-se em consideração o Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M) que é de 01 (valor com referência no mês de dezembro de 2017) (BRASIL, 2017). O IGD, criado em 2006 por iniciativa do Governo Federal, funciona como um instrumento de aferição da qualidade da gestão do PBF no nível municipal (BRASIL, 2006). Atua, assim, como forma de incentivo à administração local, através do repasse de recursos financeiros federais, visando melhorar a ação pública no âmbito do Programa. Dentro desse contexto, tal mecanismo foi criado para evitar que punições relativas à gestão municipal ineficaz acabem penalizando as famílias beneficiárias. O índice varia entre 0 (zero) e 01 (um), sendo, quanto mais próximo do 01 (um), melhor é considerada a estrutura gerencial do Programa. Logo, para que os municípios possam receber o montante dos recursos do IGD, é feito um cálculo que considera os seguintes indicadores de qualidade de gestão: qualidade e integridade das informações constantes no Cadastro Único; atualização das bases de dados deste e; informações referentes às condicionalidades das áreas de educação e saúde apuradas conforme regulamentação vigente (BRASIL, 2010).

Apesar dos números apontarem para uma gestão eficaz do PBF, é relevante considerar que a redução das ações assistenciais à condução de um Programa focado na transferência de renda, demonstra que esta área não tem recebido a devida atenção dos agentes governamentais.

A título de exemplo, ressalta-se que no momento da coleta de dados, a Secretaria de Assistência Social não contava com Secretário e o antigo Gestor do Programa já não estava mais à frente do Programa. No mais, se os atores responsáveis por materializar as ações relativas à Política de Assistência Social no município já sentem o descaso com as demandas da população mais vulnerável, este cenário não é menos problemático para aqueles que sentem na pele o peso da escassez dos recursos. Acresce-se a isto, o fato do próprio PBF ter estado na mira da ideia de austeridade fiscal que ronda a sociedade brasileira neste momento, evidenciado nas operações como a chamada “pente fino”, que visou, como o nome mesmo diz, realizar uma investigação mais apurada dos casos que “tanto oneram os cofres públicos”³⁷, e que correspondem ao tipo de sociedade que aqui se estabeleceu, amparada por interesses mesquinhos e ditados pelo discurso economicista (SOUZA, 2012).

Sendo assim, se é verdade que esta “varredura” é estimada por seu grau de eficiência na condução do PBF pelos atores que nele atuam, pois intervém nos casos considerados de “abuso” contra a Assistência, não é menos verdade que muitas pessoas deixaram, ainda que dentro do perfil do Programa, de ser atendidas por ele, como a própria coordenadora do PBF em Carmo afirmou. Segundo ela, se as operações de fiscalização podem ser vistas como um aperfeiçoamento no sistema de gestão do Programa, ainda há erros, que implicam no “corte” de pessoas que “*precisam do benefício*”. Sobre tal aspecto, pude ainda presenciar o caso de uma senhora que passou por esta situação. A mesma teve seu benefício cancelado, em virtude do cruzamento de dados realizados pelo Governo Federal, que identificou a aposentadoria de seu “ex-marido”. Este, porém, segundo esta senhora, não reside sob o mesmo teto que ela e ainda não a ajuda em absolutamente nada, deixando-a em situação de extrema vulnerabilidade social. Desde que teve seu benefício cancelado, esta senhora percorre uma longa distância a pé até o CRAS, na esperança de ser novamente contemplada pelo Programa. A situação de precariedade que a consome é tal que, dada a falta de cesta básica no CRAS, foi a própria coordenadora do

³⁷ É o caso ainda da discussão em voga acerca do falacioso déficit previdenciário, sustentado por meio de métodos questionáveis de aferição do problema, como ressalta a economista Gentil (2006). Segundo a autora, tais métodos seriam questionáveis: “Primeiro, porque o resultado financeiro da previdência é obtido a partir do cálculo do *resultado previdenciário*, que, como diz Matijascic (2002, p. 205), ‘trata-se de uma manobra contábil adotada pelos formuladores das políticas econômicas dos anos 1990’. Essa metodologia de aferição não considera o que foi definido pela Constituição Federal como sendo a totalidade das receitas que estão vinculados à previdência. Segundo, porque, o governo federal, não gera demonstrativos financeiros e contábeis específicos do orçamento da seguridade social e, por consequência, impede que se possa constatar que o sistema, ao contrário do que usualmente se divulga, gera um excedente de recursos de magnitude expressiva, que é desviado para o orçamento fiscal e alocado em despesas de várias naturezas, deixando de atender às demandas urgentes por serviços de saúde e assistência social, bem como para a melhoria do próprio sistema de previdência social” (GENTIL, 2006, p. 228, 229).

PBF quem tomou a iniciativa de “*fazer umas compras*” para ajudar esta senhora que não dispõe de qualquer rede de apoio.

Outro caso interessante de ser destacado neste ponto é o que envolve as crianças com as quais pude dialogar na escola inserida no bairro A. Certo dia em que estava no colégio, perguntei aos alunos, com faixa etária de 09 anos de idade em média, quais deles sabiam que seus pais recebiam o Bolsa Família. O alvoroço foi grande, com várias crianças querendo contar suas experiências e afirmando que seus pais recebiam o dinheiro do Programa. Uma criança foi acionando a outra, tendo em vista que elas sabem quem são os contemplados pelo PBF. Perguntei então o que elas achavam do Programa. Em resposta, as mesmas disseram que gostavam do PBF, pois este ajudava seus pais. Indaguei então em que geralmente os pais destas empregavam o benefício, e as mesmas disseram que o emprego era destinado a alimentos, e que, em época de festa da cidade³⁸, os pais também compravam roupas para que eles pudessem participar dos festejos. Outras crianças disseram que seus pais recebiam, mas que haviam sido “cortados” do Programa há pouco tempo. Dentre estas, chamou minha atenção a história contada por uma menina, que disse que sua mãe, que trabalhava em “casa de família”³⁹, havia sido “cortada” do Programa. Com isso a menina mencionou que agora estava mais difícil para a mãe comprar estas coisas, como roupa para ela e seus irmãos.

Levando-se em conta o contexto ora apresentado, é notória a representação socialmente negativada a que os beneficiários estão sujeitos por parte daqueles que são os responsáveis por conduzir o Programa no nível local. Tal aspecto fica evidenciado ainda mediante a defesa por estratégias de controle e de fiscalização sobre os beneficiários, expressa pela unanimidade de atores favoráveis à visita domiciliar para averiguação da condição de pobreza, e à imposição de condicionalidades, exigindo-se, inclusive, mais condições. Pelas vias não institucionais, a vigilância se estabelece em toda a parte, seja na Casa Lotérica, na Escola, no Posto de Saúde, no CRAS, ou ainda, na vizinhança, como iremos tratar em seguida. No mais, resta corroborar o que aponta Marins (2013, p. 135) quando a mesma aponta que sobre os beneficiários incidem um sistema amplo de vigilância: política, social e moral.

Primeiramente, ele é político, porque há uma fiscalização e sanções específicas, mesmo se brandas, em relação às condicionalidades. Segundo, o sistema de vigilância é também social, porque se funda em controles de conduta. Por último, ele é também

³⁸ No dia 16 de julho é comemorado o dia da Nossa Senhora do Carmo, padroeira da Cidade. Na ocasião ocorre a Festa do Carmo, que trata-se de um fim de semana permeado por atividades que contam com: parque de diversões, barraquinhas, shows (gospel e secular) etc. Logo, é considerada um grande evento para a cidade, e consequentemente, para seus moradores.

³⁹ Ou seja: como diarista.

moral, na medida em que os outros utilizam a fofoca e o julgamento como recursos de classificação.

Logo, vejamos então de que forma tais elementos operam e atravessam o relacionamento entre dois grupos de pobres, diferenciados em função da inserção de um deles no Programa, submetidos a uma carga de distinção moral imputada pelos atores institucionais, que reflete a desqualificação social (2003) impetrada no âmbito da sociedade, e absorvidos pela própria população beneficiária.

4.2 AS FRONTEIRAS MORAIS ENTRE OS POBRES LOCAIS

Para analisar a construção de fronteiras morais entre pobres locais, foi preciso lançar mão de duas vias de inserção em campo. Assim, enquanto as instituições que dialogam com o PBF permitiram uma primeira aproximação com o universo interacional dos protagonistas desta tese, foi a disposição de um informante-chave quem permitiu uma imersão mais profunda no universo simbólico destes atores. A figura deste informante, o qual chamaremos por Leandro⁴⁰, foi imprescindível, principalmente na coleta de dados no Bairro B onde não dispúnhamos de uma instituição que pudesse fazer uma ponte entre nós e os moradores locais.

Por outro lado, foi o auxílio de Leandro, e de sua extensa rede de relacionamentos locais, que possibilitou a realização da observação participante e das entrevistas no próprio ambiente em que os atores residem e partilham de suas experiências. Sendo assim, foi possível realizar 28 entrevistas ao todo contando com beneficiários e não beneficiários dos dois bairros. No bairro A foram entrevistadas 16 pessoas, sendo: 11 beneficiários e 05 não beneficiários. Já no bairro B, com menor proporção de residentes em relação ao primeiro, foram entrevistas 12 pessoas, sendo: 10 beneficiárias e 02 não beneficiárias. A discrepância entre beneficiários e não beneficiários neste último bairro ocorre em virtude deste contar com cerca de 90%⁴¹ de seus residentes na condição de beneficiário do Programa, segundo a Coordenadora do PBF. Sintetizamos abaixo as principais características que correspondem ao perfil⁴² dos beneficiários entrevistados do bairro A:

⁴⁰ Lembramos que todos os nomes utilizados são fictícios para manter o anonimato dos atores envolvidos nesta pesquisa.

⁴¹ Em que pese o aparente “exagero” da informação, importa ressaltar que isso indica a capilaridade que o Programa possui no bairro B, que abarca um amplo contingente de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

⁴² Importa mencionar que a exposição das características do público-alvo desta tese, não tem qualquer pretensão de representatividade estatística, mas somente pretende garantir ao leitor uma noção de quem foram os agentes abordados pela pesquisa.

Quadro 2 - Beneficiários bairro A

BENEFICIÁRIOS						
Nome	Eliane	Maria	Ângela (Filha da Lucélia)	Lucimara	Juliane	Marly
Idade	51	27	36	35	28	21
Estado Civil	Solteira	Solteira	Solteira	Solteira	Divorciada	Solteira
Nº Filhos	3	2	2	3	1	1
Escolaridade	Até 3ª Série do Ensino Fundamental	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Completo	Cursando o 3º ano do Ensino Médio (CEJA)	Ensino Médio completo	Ensino Médio Completo
Ocupação	Diarista	Diarista	Servidora Pública (Auxiliar de Serviços Gerais)	Diarista	Manicure e cabeleireira	Informal (bico)
Renda Familiar (com PBF)	R\$ 550,00	R\$ 542,00	R\$ 1.007,00	R\$ 550,00	R\$ 300,00	R\$ 400,00
Escolaridade da Mãe	Não soube informar	Analfabeta	Ensino Fundamental Completo	Não soube informar	Até o 1º ano do Ensino Médio	Até a 2ª série do Ensino Fundamental
Escolaridade do Pai	Não soube informar	Analfabeto	Ensino Fundamental Completo	Não soube informar	Ensino Fundamental Completo	Até a 4ª série do Ensino Fundamental
Valor PBF	R\$ 194,00	R\$ 341,00	R\$ 70,00	R\$ 341,00	R\$ 100,00	R\$ 150,00
Tempo PBF	5 anos	6 anos	Não soube informar	7 anos	9 anos	1 ano
Religião	Católica	Protestante	Não declarou	Católica	Protestante	Católica

FONTE: Elaboração própria.

Quadro 3 - Beneficiários bairro A (continuação)

BENEFICIÁRIOS					
Nome	Milton	Vilma	Marieta	Lourdes (Irmã de Renata)	Vanete
Idade	57	37	26	54	31
Estado Civil	Casado	Solteira	Solteira	Solteira	Casada
Nº Filhos	8	4	3	2	2
Escolaridade	Até 1ª Série do Ensino Fundamental	Até 4ª Série do Ensino Fundamental	Completo o Ensino Médio	Até 3ª Série do Ensino Fundamental	Completo o Ensino Médio

Ocupação	Lavrador/ barbeiro	Dona de Casa	Diarista	Dona de Casa	Desempregada
Renda Familiar (com PBF)	R\$ 500,00	R\$ 900,00	R\$ 400,00	R\$ 270,00	R\$340,00
Escolaridade da Mãe	Analfabeta	Analfabeta	Analfabeta	Não declarou	Até a 4ª Série do Ensino Fundamental
Escolaridade do Pai	Analfabeto	Analfabeto	Até 4ª Série do Ensino Fundamental	Não declarou	Até a 4ª Série do Ensino Fundamental
Valor PBF	R\$ 250,00	R\$ 250,00	R\$ 200,00	R\$ 270,00	R\$340,00
Tempo PBF	Não declarou	14 anos	5 anos	9 anos	5 anos
Religião	Católico	Católica	Protestante	Católica	Protestante

FONTE: Elaboração própria.

Analisando o perfil dos beneficiários do Bairro A, verificamos que a maior parte é do sexo feminino. No que diz respeito à faixa etária, esta compreende o intervalo dos 21 aos 54 anos de idade. Podemos concluir também que boa parte trabalha, ainda que no mercado informal, ou seja, a maioria está envolvida em trabalhos precários como diárias, ou nos chamados “bicos”. Somente duas beneficiárias não realizam atividades remuneradas, considerando-se “donas de casa”, e uma encontra-se desempregada, estando à procura de emprego. Já no mercado formal, temos apenas uma beneficiária que é servidora pública municipal. No que tange ao rendimento deste público, podemos dizer que é bem variável, sendo o mais baixo correspondente ao valor de R\$270,00 chegando a pouco mais de R\$1.000,00, o que corresponde ao maior valor. Quanto ao valor especificamente do PBF, este variou de R\$70,00 chegando ao valor de R\$341,00.

Em que pese a maioria ser solteira, sendo apenas dois beneficiários enquadrados na categoria de casado, e uma na de divorciado, o estado civil não necessariamente representa a realidade da totalidade deste público. Vilma, por exemplo, possui um marido, que é quem contribui com o orçamento doméstico, mas, a mesma revela que de regular, eles contam apenas com o benefício do Programa. A média de filhos deste público é de aproximadamente 3 por família. A regularidade do benefício aliada à inserção precária dos membros da família no

mercado de trabalho, somada à dificuldade de “arrumar serviço na cidade” é o que contribui para que o tempo de permanência do Programa seja tão longo, variando de 01 a 14 anos. A saída do Programa de forma voluntária é algo que existe, mas não é tão comum, como revelou uma das Assistentes Sociais a que tive acesso no município. Além disso, os dois casos de desligamentos voluntários ocorridos no período de 1 ano e meio em que a coordenadora do PBF esteve à frente do Programa, se deram em virtude dos beneficiários terem conseguido aposentar-se.

No quesito escolaridade, há um relativo equilíbrio, entre atores que não ultrapassaram o ensino fundamental, e aqueles que concluíram o que é muitas das vezes considerado o destino escolar final dos moradores carmenses, que é o ensino médio. Vanete, por exemplo, ao ser indagada sobre sua escolaridade, prontamente respondeu: “*Eu terminei tudo! Terminei o Ensino Médio.*” Lucimara também estava cursando o 3º ano do Ensino Médio. Ainda neste quesito, menciona-se que não havia, entre os interlocutores da pesquisa, nenhum analfabeto, realidade diferente da vivenciada por alguns de seus pais, cujo analfabetismo é uma evidência importante. Acresce-se, neste aspecto, que muitos atores não souberam informar a escolaridade dos pais, apresentando um grande número de *não declarados* neste plano. Por fim, no plano da religião percebe-se uma tendência condizente com o perfil censitário da população brasileira, com a maioria enquadrada na categoria de católicos, seguido da categoria de protestante.

Em relação ao grupo dos não beneficiários, as principais características deste público estão sintetizadas abaixo:

Quadro 4 - Não beneficiários bairro A

NÃO BENEFICIÁRIOS					
Nome	Carla ⁴³	Renata (irmã de Lourdes)	Lucélia (Mãe de Ângela)	Josias	Bernadete
Idade	46	50	62	41	35

⁴³Carla foi beneficiária do PBF por um pequeno período de quase 4 meses, mas alega ter sido desligada do Programa devido a uma denúncia feita sob alegação de que ela não “necessitava” do benefício, aspecto este que a mesma destaca não concordar. Apesar disso, o sentimento assumido por Carla é o de resignação.

Estado Civil	Solteira	Casada ⁴⁴	Casada	Solteiro	Solteira
Nº Filhos	3	1	2	2	2
Escolaridade	Até 2ª Série do Ensino Fundamental	Ensino Médio Completo	Até 4ª Série do Ensino Fundamental	Até 4ª Série do Ensino Fundamental	Até a 8ª Série do Ensino Fundamental
Ocupação	Diarista	Servidora Pública Municipal	Aposentada	Desempregado	Faxineira no Hospital
Renda Familiar	R\$ 350,00	R\$ 937,00	R\$ 937,00	R\$1.200,00 ⁴⁵	R\$800,00
Escolaridade da Mãe	Não declarou	Analfabeta	Analfabeta	Analfabeta	Analfabeta
Escolaridade do Pai	Não declarou	Analfabeto	Não declarado	Analfabeto	Analfabeto
Religião	Católica	Católica	Não declarado	Protestante	Não possui

FONTE: Elaboração Própria.

Podemos verificar, com base no quadro apresentado, que, mais uma vez há uma predominância de atores do sexo feminino. No quesito idade, este grupo varia entre 35 e 62 anos de idade. No que tange aos dados relativos à ocupação, percebe-se que a minoria está inserida de forma precária no mercado de trabalho, ocupando atividades, tais como as de “diária”, enquanto outros encontram-se desempregados. O restante encontra-se em situação de relativa regularidade remuneratória. Convém apontar, neste aspecto, que, muitos arranjos familiares tais como o que presenciei, são influenciados pela condição de pobreza que afeta aqueles em idade de se inserirem no mercado de trabalho, mas que não conseguem ser absorvidos por este. O idoso na família, por exemplo, “se transforma em um seguro contra a pobreza e a pobreza extrema, graças à cobertura quase universal do grupo por transferências cujo piso é o salário mínimo (as aposentadorias e pensões da Previdência Social e o BPC)” (OSÓRIO *et. al*, 2011, p.23- 24). É o que percebemos no bairro, onde muitos idosos acabam servindo de arrimo de família, apoiando filhos, genros e netos. Processo parecido ocorre com outros arranjos em que os laços de consanguinidade tendem a corroborar o apoio mútuo deste público.

⁴⁴ O marido de Renata encontra-se desempregado.

⁴⁵ O valor declarado refere-se aos momentos em que o mesmo consegue trabalho, tendo em vista que o mesmo atua por meio de diária como motorista, configurando uma relação de trabalho eventual. No momento da entrevista o interlocutor considerou-se desempregado.

No que tange ao estado civil, verifica-se que a maioria é solteira. Já quanto a escolaridade, percebe-se que a maioria possui o Ensino Fundamental incompleto enquanto apenas uma pequena parcela completou o Ensino Médio. Processo similar ao do grupo dos beneficiários aponta que a trajetória escolar vivenciada pelos pais destes atores também expressa um número elevado de analfabetos. Por fim, a religião segue o padrão dos beneficiários, com a diferença de uma interlocutora que se posicionou como não possuindo religião.

Tomando por base neste momento o perfil dos moradores do Bairro B, encontramos a seguinte configuração entre os beneficiários neste espaço:

Quadro 5 - Beneficiários bairro B

BENEFICIÁRIOS					
Nome	Adelaine	Lara	Joana	Neide	Leticia
Idade	34	22	36	33	18
Estado Civil	Separada	Solteira	“Juntada”	Solteira	Solteira
Nº Filhos	3	3	2	6	2
Escolaridade	Até a 6ª Série do Ensino Fundamental	Até a 5ª Série do Ensino Fundamental	Até a 1ª Série do Ensino Fundamental	Até a 7ª Série Ensino Fundamental	Ensino Fundamental Completo
Ocupação	Desempregada	Desempregada	Dona de casa	Trabalha com mega hair	Desempregada
Renda Familiar (com PBF)	R\$ 210,00	R\$ 537,00	R\$ 1.137,00	R\$ 542,00	R\$420,00
Escolaridade da Mãe	Não declarou	Analfabeta	Não declarou	Analfabeta	Até a 5ª série do Ensino Fundamental
Escolaridade do Pai	Não declarou	Analfabeto	Não declarou	Não declarou	Até o 3º Ano do Ensino Médio
Valor PBF	R\$ 210,00	R\$ 322,00	R\$ 200,00	R\$ 242,00	R\$120,00
Tempo PBF	10 anos	1 ano e meio	15 anos	3 meses	1 ano
Religião	Sem religião	Católica	Sem religião	Protestante	Não declarou

FONTE: Elaboração Própria.

Quadro 6 - Beneficiários bairro B (continuação)

BENEFICIÁRIOS					
Nome	Fernanda (Filha da Paula)	Berta	Paula (Mãe da Fernanda)	Luzia	Rose
Idade	18	51	35	43	22
Estado Civil	Solteira	Solteira	Solteira	Casada	Solteira
Nº Filhos	1	5	5	6	1
Escolaridade	Cursando o 1º Ano do Ensino Médio	Até a 1ª Série do Ensino Fundamental	Até a 6ª Série do Ensino Fundamental	Até a 2ª Série do Ensino Fundamental	Até o 1º Ano do Ensino Médio
Ocupação	Desempregada	Dona de Casa	Cozinheira informal em um bar	Diarista	Diarista
Renda Familiar (com PBF)	R\$ 424,00	R\$ 1.021,00	R\$ 1.309,00	R\$ 500,00	R\$650,00
Escolaridade da Mãe	Ensino Fundamental Completo	Analfabeta	Analfabeta	Não declarou	Não declarou
Escolaridade do Pai	Até 5ª Série do Ensino. Fundamental	Analfabeto	2ªSérie do Ensino Fundamental	Não declarou	Até a 5ª Série de Ensino Fundamental
Valor PBF	R\$ 124,00	R\$ 171,00	R\$ 309,00	R\$ 200,00	R\$120,00
Tempo PBF	5 meses	“30 anos” ⁴⁶	7 anos	20 anos	Não declarou
Religião	Protestante	Católica	Católica	Católica	Não declarou

FONTE: Elaboração própria.

Analisando o perfil dos beneficiários do Bairro B, constatamos que a totalidade do público beneficiário entrevistado era do sexo feminino. No que diz respeito à faixa etária, esta varia dos 18 aos 51 anos de idade. Podemos concluir ainda, no que diz respeito à configuração do mercado de trabalho, que a minoria exerce atividade remunerada e os que exercem, encontram-se envolvidos em trabalhos precários. Uma parte das interlocutoras da pesquisa encontra-se desempregada e outra é considerada “dona de casa”. Assim, a despeito do estado civil das consideradas “donas de casa” ser solteiro, as mesmas contam também com o apoio financeiro, seja do companheiro (é o caso de Joana, Fernanda e Lara) ou da rede de apoio sociofamiliar (é o caso da Berta e Neide). Percebe-se, entretanto, que a maioria é solteira,

⁴⁶ Talvez este seja um tempo superestimado, pois até mesmo o Bolsa Escola foi implementado em meados da década de 1990, pelo então Senador do Distrito Federal Cristóvão Buarque, sendo então apropriado e implementado em âmbito federal somente em 2001 (BARBOSA, 2013).

seguido por casadas e “juntadas”. Já no que diz respeito ao rendimento deste público, podemos considerá-lo bem variável, sendo o mais baixo o valor de R\$210,00 chegando a pouco mais de R\$1.300,00. Quanto ao valor especificamente do PBF, este variou de R\$124,00 chegando ao valor de R\$322,00.

A média de filhos deste público é de quase 4 por família, acima do grupo dos beneficiários do bairro A. O tempo de permanência do Programa parte do menor, com apenas 3 meses a 30 anos, indicando um processo de assistência instalada (PAUGAM, 2003) neste bairro diante de alguns casos. Enquanto isso, no quesito escolaridade, nota-se que a maioria possui o Ensino Fundamental incompleto, com parcela ínfima cursando o Ensino Médio. Quanto à escolaridade dos pais dos atores inseridos neste grupo, segue-se movimento análogo ao dos grupos discutidos anteriormente: o analfabetismo como experiência de vida marcante. Por fim, no quesito religião, mais uma vez temos a maioria considerada como católica, seguido dos adeptos do protestantismo com o mesmo número dos “sem religião”.

Em relação ao grupo dos não beneficiários do bairro B, as principais características deste público estão descritas abaixo:

Quadro 7 - Não beneficiários bairro B

NÃO BENEFICIÁRIOS		
Nome	Leonardo	Josué
Idade	26	47
Estado Civil	Solteiro	Solteiro
Nº Filhos	3	4
Escolaridade	Cursando o 1º Ano do Ensino Médio	Até a 4ª Série do Ensino Fundamental
Ocupação	Servente de Pedreiro	Pedreiro
Renda Familiar	Desempregado ⁴⁷	Desempregado ⁴⁸

⁴⁷ Leonardo afirma que sua renda familiar gira em torno de R\$300,00 por semana, quando o mesmo está trabalhando em alguma obra. No momento da entrevista, o mesmo indicou ter terminado a última obra em que estava atuando, estando assim, “parado”.

⁴⁸ Como pedreiro, Josué trabalha esporadicamente. O mesmo ressaltou ser difícil calcular sua renda em virtude disso. No momento da entrevista ele havia terminado o último trabalho e disse que nos dias seguintes já não estavam mais previstos “serviços”, concluindo que sua renda seria “nenhuma”. Nos períodos em que o mesmo consegue trabalhar, o valor de sua renda pode chegar a R\$700,00.

Escolaridade da Mãe	Até a 7ª Série do Ensino Fundamental	Analfabeta
Escolaridade do Pai	Ensino Fundamental Completo	Analfabeto
Religião	Protestante	Católico

FONTE: Elaboração própria.

Por se tratar de um bairro cuja origem se deu em função da ocupação de famílias em situação de vulnerabilidade social, boa parte é atendida por meio do PBF. Inclusive, ambos os interlocutores não beneficiários em algum momento já recorreram ao Programa. Josué, por exemplo, aponta não ter conseguido o benefício e por isso alega ter desistido, enquanto Leonardo ainda aguarda o recebimento. No que tange ao perfil destes atores, conclui-se que, a diferença de idade entre eles é de 21 anos. Ambos são solteiros e compartilham de profissões similares. Josué considera-se desempregado, e está à procura de “*algo fixo*”. Leonardo também está envolto no mercado de trabalho informal, não dispendo de uma renda em caráter regular, motivo pelo qual o mesmo permanece na expectativa de receber o benefício do PBF. No tocante à escolaridade, Josué não completou o ensino fundamental. Leonardo, por outra via, está cursando o Ensino Médio e pretende “terminar” os estudos. O destino dos pais destes dois interlocutores segue na lógica do perfil dos grupos discutidos anteriormente. Por fim, quanto à religião dos pesquisados, temos católicos e evangélicos.

Com base nos perfis apresentados é preciso pensar de que forma se processa, no cotidiano dos atores a distribuição de valores morais entre beneficiários e não beneficiários, muitas das vezes ancorados em critérios que envolvem concepções de justiça, de honra, de necessidade e de mérito. Assim, a partir da realização da observação participante em ambos os bairros, aliada à aplicação de entrevistas, buscamos mapear percepções sobre pobreza e controle, bem como investigar a sociabilidade entre os “pobres”. Logo, visamos compreender se “ser beneficiário” incide em concepções socialmente negativadas relacionada a esta posição, e de que forma a desqualificação social (PAUGAM, 2003) opera levando o beneficiário a ser reconhecido pelos outros, e por si mesmo, como um “privilegiado”, ou como um “dependente”, ambos os aspectos mediados pelo plano moral. Por fim, procuramos demonstrar neste item, entre outros elementos, os critérios de justificação que a própria família beneficiária utiliza para explicar seu “merecimento” em torno do benefício do Programa, ao mesmo tempo em que

explicitamos as fronteiras morais demarcadas entre estes dois grupos de pobres, e entre os próprios beneficiários.

4.3 A DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS MORAIS NO BAIRRO A

Como mencionado anteriormente, a inserção no bairro A se deu de duas formas: a partir das instituições que atendem aos moradores do próprio bairro e adjacências, e também a partir do apoio de um informante-chave, que devido a facilidade de contatos, possibilitou a abordagem das famílias em suas próprias residências. Essa abordagem mais “direta” às famílias, nem sempre obteve sucesso. Muitas das vezes esbarrávamos na “desconfiança” seja dos beneficiários, seja dos não beneficiários, que não se “sentiam” à vontade para participar da pesquisa. E mesmo explicando nossos propósitos, muitos atores ficavam receosos em ser entrevistados, alegando, sob “os olhares curiosos” da vizinhança estabelecida “nas calçadas”, desconhecem maiores detalhes sobre o Programa, apesar de afirmarem conhecer alguns beneficiários moradores do bairro, e por vezes até nos direcionar a eles. Tal aspecto, entretanto, não nos impediu de realizarmos caminhadas pelo bairro, na expectativa de encontrar pessoas “dispostas” a “conversar” sobre o assunto. No mais, algumas vezes, precisamos recorrer a rede de relacionamentos pessoais locais para que pudéssemos ser “bem aceitos”. Os próprios atores, na medida em que iam sendo entrevistados, serviam de “ponte” para outros que, ao receberem o aval dos agentes participantes, ficavam mais confiantes em nossos objetivos.

Diante disto, demonstramos neste ponto, que tipos de fronteiras morais foram identificadas entre os moradores deste bairro, levando-se em conta as relações entre beneficiários e não beneficiários do Programa.

4.3.1 A fronteira de gênero: Famílias legítimas, Mulheres e benefício

No período em que estive na escola do bairro A, algumas entrevistas foram realizadas dentro deste espaço. Porém, em contato com os alunos, tive a possibilidade de realizar ainda abordagens no espaço extraescolar. Um dos alunos, por exemplo, levou-me até sua casa, onde pude entrevistar sua mãe, beneficiária do Programa. O contato com as crianças também permitiu compreender que até mesmo elas são afetadas pelas concepções que a sociedade tem do PBF. Uma aluna mesmo, ao ser envolvida no assunto relativo ao Programa, mencionou que sua mãe não recebia o benefício, mas que sua tia precisava, pois esta “tinha muitos filhos”.

Essa leitura de que somente famílias “pobres” com filhos estariam habilitadas a se

inserir no Programa é algo que gira em torno do imaginário da população carmense, que muitas das vezes desconhece os critérios objetivos de elegibilidade e manutenção do PBF. Por outra via, serve de parâmetro de julgamento para delimitar as famílias que “mereceriam” ser atendidas pelo Programa. Assim, segundo uma das entrevistadas, esta aponta que:

[...] conheço também pessoas que tem o Bolsa Família e não tem filho pequeno. A gente vê gente velha, gente de 40 anos, 38 que não tem filho pequeno. [...] Eu acho que uma pessoa que não tem filho não deveria receber. Pessoas que são aposentadas e não tem filho, pra que receber se já tem a aposentadoria?! (BERNADETE, 35 anos, não beneficiária do bairro A).

O critério aqui utilizado parece ser menos a questão monetária que a composição familiar. De fato, a composição doméstica tende a influenciar a retirada da família da situação de vulnerabilidade, quando os membros estão assegurados pelo mercado de trabalho, ou por meio de benefícios previdenciários e assistenciais; mas também pode contribuir para acentuar essa vulnerabilidade como no caso de famílias com crianças de pouca idade (MONTALI; TAVARES, 2008). Por outro lado, é importante ter em mente que o Programa conta com dois tipos de benefício: o básico e o variável. O primeiro está atrelado à renda *per capita* da família, enquanto o recebimento do benefício variável está, neste caso, atrelado à composição da família, ou seja, à presença de crianças, adolescentes, gestantes e/ou nutrizes, motivo pelo qual muitos acreditam que o Programa atue apenas sobre famílias com este perfil. Neste polo, o PBF é tomado como uma estratégia importante que visa intervir sobre a diminuição da capacidade protetora das famílias frente às fases relacionadas aos ciclos da vida, levando-se em conta as intempéries socioeconômicas que sobrecarregam as famílias mais “pobres” em determinados momentos (MONTALI e TAVARES, 2008).

Por outro lado, tendo em vista que a mulher é a figura responsabilizada no que tange ao cuidado dos filhos, tal aspecto serve para efeito de negociação da posição de assistido deste público (PAUGAM, 2003). Em outros termos, como trabalhado na parte introdutória desta tese, Suárez e Libardoni (2007) destacam que o bom desempenho da “maternagem” é usado como fator de legitimação para o recebimento do benefício, que serviria para melhor conduzir este papel socialmente delegado à figura feminina, além de fazer parte do aprendizado moral do assistido (PAUGAM, 2003) que incorpora determinadas qualidades que se espera deste público: que sejam boas mães, que utilizem o recurso em prol dos filhos, que não se acomodem com um benefício assistencial, etc.

Assim, famílias com filhos menores, além de serem consideradas prioritárias para atendimento no PBF de acordo com alguns entrevistados, também serviriam, em alguma medida, como um potencial justificador, inclusive, para mulheres que “não trabalham fora”. Assim, se “trabalhar” é o que garante a dignidade (TAYLOR, 2013) da pessoa, é “aceitável” para alguns interlocutores que a “mãe” ou outra figura representativa desta, receba o benefício e se dedique exclusivamente aos filhos, ao menos àqueles que demandam um cuidado contínuo, como crianças pequenas e/ou pessoas com deficiência, por um período limitado.

Este panorama responde, ao menos em parte, o porquê de uma parcela dos entrevistados, independentemente de ser atendida pelo PBF, concordar com o fato de que o benefício deva ser prioritariamente direcionado às mulheres. No caso dos não beneficiários, Bernadete, por exemplo, explica porque as mulheres merecem ser priorizadas: *“Porque as mulheres, tirando por mim, mãe solteira, maioria das mães são solteiras, os maridos batem, as mães sempre ficam sozinhas com as crianças, não recebe a pensão, e a Bolsa Família já ampara elas”*. Corroborando este pensamento, Patrícia acrescenta *“Que sempre é a mulher, a maioria. Muito das mulheres que são abandonadas fica com filhos sozinhas, né? Já Carla enfatiza que acha “que as mulheres merecem mais. Ah, sei lá. Acho que a gente merece mais. Cuida das crianças, dá mais atenção, né?”*

Quanto aos beneficiários do PBF, estes acreditam que o Programa deva ser prioritariamente direcionado às mulheres, para além dos motivos já salientados, tendo em vista que é sobre a figura feminina que incide a maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho em relação aos homens. Com isso, Maria, 27 anos, ressalta que *“sabendo usar”*, concorda com a priorização das mulheres no que tange à titularidade do benefício. Segundo a beneficiária:

É, eu acho assim, meu pensamento. Eu acho que eles conseguem mais do que a gente. Igual aqui no Carmo, aqui no Carmo é mais serviço doméstico, entendeu, aqui é raro ter uma coisa melhorzinha. Eu já até tentei...atendente de loja, entendeu, alguma coisinha assim, mas eu não consegui até agora. Já coloquei currículo, entendeu, já tentei uma coisinha melhorzinha, mas até agora...então eu acho assim, pra eles...eles são serventes, capinam quintal, qualquer coisa...agora a gente é mais complicado, eu acho.

Outros argumentos giram em torno das expectativas lançadas sobre o papel socialmente delegado à mulher como: mãe, dona de casa e esposa, levando-se em conta que é ela quem “sabe gerir melhor o recurso doméstico”. Logo, ela deve ser priorizada: *Porque a mulher foca mais família, né, mulher tem mais essa prioridade família. O homem já não tem muito essa coisa assim, né!* (LUCIMARA, 35 anos, beneficiária). Atrelado a esta concepção, Marly

acrescenta que: “*Ah, as mulheres sei lá, os homens fazem trabalho, mas as mulheres trabalham mais que os homens. No sentido tudo né, a mulher cuida de filho, cuida de casa, trabalha fora, aí a mulher tem que ter prioridade também.*” Com isto, a lógica é de que a mulher é quem sabe “*manobrar a casa*”. De forma análoga, Juliane alega que: “*Não, porque assim, tem mulheres que o marido não dá dinheiro, aí fica dependendo só do homem, né, e a mulher é bem a cabeça da casa, a mulher que sabe o que tem faltando dentro de casa e o homem não, botou arroz e feijão dentro de casa, tá bom (risos)*”.

Vanete, beneficiária, em que pese não ter opinião formada sobre a quem deveria ser dada a prioridade no atendimento pelo PBF, responde que o sentimento que ela possui em relação ao recebimento de um auxílio governamental é o de “independência”. Segundo a beneficiária: “*eu era muito dependente do meu esposo, ele não me dava as coisas e agora eu vou lá e compro e me sinto independente, eu me sinto feliz por não estar passando fome porque eu tô desempregada e meu esposo também*”. No mais, a mesma revela que com o dinheiro do Bolsa Família, pode “complementar” o orçamento doméstico, e menciona ainda que, antes, precisava acionar o marido caso necessitasse comprar alguma coisa para ela, e agora, não fica mais a mercê do mesmo. Tal aspecto corrobora, de certa forma, o entendimento de que o Programa tem a potencialidade de atuar sobre a subjetividade destas mulheres, permitindo um maior poder de barganha proveniente do recebimento do benefício, que em alguns casos podem incidir em melhorias na autoestima das mesmas (SUÁREZ e LIBARDONI, 2007).

Entretanto, por uma outra ótica, pode-se acrescentar, com base no que afirma Suárez e Libardoni (2007), que a inserção no PBF acaba por reforçar a responsabilização destas mulheres frente ao cuidado com as crianças, na medida em que estas passam a contar com recurso para investirem no grupo doméstico a seu cargo, ao mesmo tempo em que, o recebimento do benefício pode levar ao afastamento desta do mercado de trabalho (OLIVEIRA e SOARES, 2013). Constata-se, neste aspecto, uma relação ambígua entre *mulher e trabalho*, na medida que, ainda que se “aceite” que algumas mulheres se dediquem à família, este viés não determina univocamente o pensamento do conjunto dos pesquisados, pois esbarra na dimensão que trabalharemos mais à frente que é a do *trabalho*.

Em algumas caminhadas que realizei por ocasião da observação participante, pude me deparar com uma situação interessante acerca desta ambiguidade. Em contato com uma manicure, cuja mãe é beneficiária há pelo menos 12 anos, a mesma revelou o que achava do Programa. O resultado aponta para o estudo de Lavinias (2014), quando a mesma constata que

a concordância com o Programa convive com elementos que esbarram no padrão de justiça que perpassa a população brasileira. Assim, em que pese a maniqueia concordar com o PBF e atribuir importância a ele, a mesma afirmou que não haveria a necessidade de aumentar o valor do benefício, pois, isso tornaria “*as mulheres muito acomodadas*” e “*tinha que fazer as mulheres trabalhar*”.

Nesta medida, pensando ainda no direcionamento dado à mulher neste bairro, importa pensar nas condicionalidades do PBF, que tendem a reforçar a responsabilização da família, em especial da mãe, no acompanhamento da frequência escolar e da condição de saúde dos filhos (OLIVEIRA, 2017, 224). A totalidade dos entrevistados deste bairro, seja beneficiário ou não beneficiário, mostrou-se favorável às contrapartidas do Programa. E neste quesito, percebemos uma reprodução do que já fora discutido no âmbito dos atores institucionais. Logo, assim como os operadores do Programa no Município concordam, em sua maioria, com as condicionalidades, sob pretexto de que sem elas muitos atores não teriam compromisso com seus filhos; os pobres também são capturados por tal leitura. Renata, não beneficiária, que trabalha no Conselho Tutelar, já atuou na área da saúde e concorda com as condicionalidades, com uma ressalva:

Antigamente... Hoje existe esse bolsa... Era quando a criança frequentava a escola. Hoje existe dois tipos, né? Existe mesmo para família né, que precisa! Então né, fiscalizava porque criança ia para o colégio. Ajuda também isso. Às vezes, muitos manda para o colégio porque tem medo de perder. Eu sei. Eu tiro isso pelo conselho tutelar, eles chegam lá assim: - Meu filho não quer ir para o colégio. Então eu vim aqui, pra vocês ajudarem porque senão eu vou perder o Bolsa Família.

R: Você concorda com isso?

Não. Porque o que acontece, eles realmente só tão preocupado por isso, senão a criança não ia pro colégio. Então ajuda de um lado desse. Mas quando eles chegam lá e pede essa sua ajuda eu fico apavorada! Como é que pode você pensa nisso? Você tem que pensar para seu filho estudar, para ele ter uma vida melhor, pro seu filho ter uma educação. E não por conta do benefício! E eles pensam... Tá no colégio... Se não tem o benefício, não estudava! Teria muito mais hoje. A gente sempre... Ainda tem um nível muito alto, né? Mas a maioria hoje estuda por causa do Bolsa Família. Até isso ajuda!

R: Você acha que isso é algo positivo ou negativo?

Isso é positivo! Porque se não ia ter muito mais analfabeto. Com tanta gente que estuda, já estão ferrados mesmo (risos). Você imagina sem estudo?

Os próprios beneficiários também concordam com a manutenção das contrapartidas. Vilma, por exemplo, considera “*Mais que a obrigação da gente, a gente tem que fazer isso*”, e mesmo alegando que “*com a Bolsa Família ou sem, os meus filhos vão para a escola*”, não deixa de dizer que as condicionalidades devem existir. Marly, por outro lado, é mais direta,

revelando que: “*Ah, tem que ter. Se tendo, as mulheres já não estão querendo levar, se não tiver, elas não vão levar mesmo*”. Esta última frase revela a quem é direcionada a responsabilidade e a obrigação na manutenção das contrapartidas para alguns entrevistados: às mulheres.

Pensando ainda na composição familiar e na legitimidade do benefício em famílias que contenham filhos, é possível identificar a alimentação de determinados vieses morais que se assentam neste quesito. Levando-se em conta a pesquisa anteriormente apresentada de Lavinias (2014, p.48), é importante retomar o fato de que a maior parte dos pesquisados pela autora “julga que as mulheres pobres vão se empenhar em ter mais filhos para receber mais dinheiro do governo”. Tal elemento, corrobora o que um dos não beneficiários do Programa entrevistado neste bairro acredita. Segundo Josias: “*Hoje você vai aí, tem mãe que tem cinco, seis filhos. Às vezes tem o menorzinho, já tem um outro, tem ‘escadinha’ só por causa do Bolsa Família*”. Josias afirma conhecer, ao menos “*três casais*”, que tiveram mais filhos para receber mais dinheiro do Programa. Porém, o mesmo alega desconhecer que o benefício variável seja limitado. Ou seja, nem todas as crianças, adolescentes, gestantes ou nutrizes que compõe uma família beneficiária serão cobertos pelo benefício correspondente, o que vai de encontro à esta concepção de incentivo à natalidade.

No que diz respeito aos próprios beneficiários, estes apontam a disseminação de “fofocas” que reproduzem esse olhar negativo delegado a quem acessa ao Programa. Assim, alguns atores mencionam que, muitos comentários são reproduzidos: “*Em rodas conversas entendeu? Aglomeração de pessoas, aí o pessoal fala assim: fulano só sabe fazer filho, só quer fazer filho para ganhar o benefício. Por que não procura um serviço?*” (ÂNGELA, 36 anos, beneficiária). A mesma beneficiária que ilustra estas “fofocas” que perpassam ainda outros ambientes como praças, igrejas, casa lotérica, conselho tutelar etc., ao ser constantemente acionada por sua filha pequena, no momento da entrevista, ironizou a questão sobre, se as pessoas efetivamente teriam mais filhos por conta do benefício, já que o trabalho de cuidar de uma criança não compensaria.

Essa dinâmica mostra que os próprios beneficiários não estão isentos de reproduzir aquilo que, seja os agentes institucionais, seja os não beneficiários, disseminam sobre o Programa e seu público. Neste intuito, constata-se uma similaridade de valores morais que norteiam tanto o grupo dos beneficiários, quanto o dos não beneficiários no que tange a relação entre *famílias legítimas, mulheres e benefício*. No mais, isto aponta para algumas *fronteiras morais* que se interpõem entre estes grupos, e dentro do grupo dos próprios beneficiários do

PBF. Quanto a estes últimos, na medida em que corroboram as leituras aqui delineadas, traçam uma linha divisória entre “eles mesmos”, cumpridores dos critérios expressos estabelecidos pelo Programa em que estão inseridos, os quais não reconhecem como “intrusivos”, e os “outros”, aqueles a quem efetivamente estas regras se direcionariam, como uma forma de “controlar” suas condutas.

4.3.2 O sistema de vigilância local e as faces do controle social: o “bom” versus o “mau” beneficiário

Foi tratado anteriormente, no âmbito dos atores institucionais, as formas de controle, sejam elas formais ou informais, que a sociedade impõe sobre os “assistidos” pelo Estado. Neste momento cabe compreender, mais especificamente, como este sistema de “vigilância” funciona entre os próprios moradores dos espaços de concentração de pobreza onde realizamos a pesquisa. Em primeiro lugar, de forma análoga ao que foi verificado entre os operadores do PBF no Município, percebe-se que os pobres também zelam por um conjunto de valores que são utilizados como parâmetro de julgamento moral. Pensando no benefício do Programa, a associação direta que é feita do PBF com o “benefício variável”, vinculado à composição familiar, faz com que os próprios pobres se orientem por um viés moralizante no que tange ao investimento do recurso do Programa.

O direcionamento do que seria o “correto” e o “incorreto” na aplicação do benefício, pode ser constatado tanto entre os não beneficiários quanto entre os beneficiários. Assim, a totalidade dos agentes acredita que o recurso deva ser gasto prioritariamente em artefatos para as crianças, como material escolar, e em alimentação, em primeiro lugar para atender as necessidades dos filhos, e em segundo lugar, para atender as necessidades familiares. Alguns artigos, como roupas e sapatos, também são mencionados, desde que direcionados para as crianças. E em menor medida verifica-se a legitimação no uso do benefício para fins outros, como, pagamento de aluguel, de luz, de gás, etc.

Neste movimento, entre os não beneficiários, o uso legítimo do benefício, em um primeiro momento, é orientado para as crianças. Como menciona Josias, o dinheiro “*Tem que ser gasto em alimento com as crianças, né? Com material escolar, né? E não com... Ir para o botequim, bebida.*” Carla, também não beneficiária, acrescenta que o benefício é: “*Ah, pra comprar um remédio, um material de escola, alguma coisa que a pessoa precisa, né?*”. Ou seja, afirma-se que o dinheiro do Bolsa Família deva ser utilizado em prol da criança, tendo em

vista que ele não é para ser gasto com próprios pais. Esse olhar carregado por um tom moralizante, fica evidenciado na fala de alguns não beneficiários que, ao enfatizarem o que consideram ser o uso “correto” do benefício, explicitam, ao mesmo tempo o que qualificam como o uso “incorreto”. Exemplo disso, é o que já fora relatado por Josias, quando aponta que o benefício não é para “*Ir para o botequim, bebida*”.

No ato da entrevista com Josias, o mesmo estava acompanhado de uma vizinha que participou, perifericamente, da pesquisa. Em um dos momentos, ela mencionou:

Mas aí você vê, né, gente que tem Bolsa Família sentada na porta do bar e vê se tá no trabalho? Não, porque tá bebendo. Eu conheço um monte só, que só na porta do botequim. Recebe, vai para porta do botequim. Você vê pessoa bebendo na beirada de um bar, você sabe que recebe Bolsa Família, vai bem final de semana é sinal que não está tão pobre assim, né?

Percebe-se, neste ponto, que a vizinha de Josias faz uma correlação direta entre quem está “bebendo na beira de um bar” com a condição de beneficiário do PBF. Já Bernadete, ex-beneficiária, não concorda com o fato do benefício ser a única renda da família, em substituição à renda do trabalho. Para ela, o benefício é um complemento e deve ser utilizado apenas no atendimento das necessidades da criança. Logo, corroborando esta leitura em torno da utilização do benefício ela acrescenta:

Bolsa família, principalmente, tem que ser gasto com as crianças, com alimentação, com remédio, material de colégio. Mas geralmente não é isso que funciona.

R: Como que funciona?

A maioria das pessoas que eu conheço, que não trabalha, o aluguel é pra pagar um aluguel, pra fazer compra, as crianças mesmo fica de lado, porque o único consumo que ela tem é o Bolsa Família.

R: Você acha que as crianças deveriam ter prioridade?

Prioridade. Ah, eu conheço colega minha que do Bolsa Família vai beber.

R: No bairro mesmo?

No bairro mesmo. Se veste, mas não veste a criança. Beber, diversão e as crianças ficam ali na necessidade.

Termos pejorativos como “pinguça”, gestos indicativos de que o benefício era “bebido” ou ainda a alusão de que alguns beneficiários utilizariam este dinheiro para a compra de “drogas”, delineiam a percepção de alguns interlocutores não beneficiários. No mais, estas concepções chegam a formatar propostas, como a de apresentação da “nota fiscal” no intuito de prestar conta dos gastos dos beneficiários. Entretanto, é importante frisar que este olhar

negativado sobre o beneficiário ganha sustentação nas redes de “fofocas” e nos comentários depreciativos disseminados pelos atores locais que se baseiam pelo artifício do que Elias e Scotson (2000) chamaram de “minorias dos piores”. Ou seja, ainda que não represente o olhar do conjunto dos não beneficiários, é possível dizer que estas, entre outras difamações, ganham adeptos por meio dos poucos exemplos negativos, que acabam por se sobrepor aos positivos, pois tendem a ir ao encontro das pré-noções já forjadas em torno do Programa para alguns atores.

Notamos, entretanto, que este grupo se posiciona desta forma quando trata a questão de forma genérica. Entretanto, quando a análise passa a ser feita tomando por referência a própria realidade do sujeito pesquisado, o leque em torno da legitimidade do gasto do benefício, por exemplo, se amplia. Neste ponto, em que pese uma minoria de não beneficiários nunca ter precisado requerer a um benefício assistencial, a maioria, ou já precisou, ou possui um familiar que recebeu ou recebe o benefício, flexibilizando a forma com a qual se concebe a utilização do benefício.

A título de exemplo, a senhora Lucélia, não beneficiária, e mãe de Ângela, beneficiária, aponta que sua filha solicitou o benefício do Programa em um momento em que estava desempregada e grávida. Hoje, apesar da filha estar trabalhando, a senhora Lucélia menciona que o dinheiro do Bolsa Família é pouco, mas alega que ajuda na compra de uma fruta, no pagamento de uma conta de luz e, ainda, na ajuda com o aluguel. Ou seja, ainda que se compreenda o Programa como necessário para intervir sobre a condição de pobreza do sujeito, o olhar quando direcionado a um “outro” é sempre embasado em uma concepção de pobreza extrema, enquanto o olhar voltado para seu ciclo familiar e até de amigos próximos, é orientado por uma concepção de pobreza ampliada⁴⁹, legitimando que o recurso possa ser investido para fins outros que não os diretamente relacionados à alimentação e à criança.

⁴⁹ Rocha (2003) traz contribuições importantes para pensar a diferenciação entre pobreza absoluta e pobreza relativa. A pobreza absoluta, foco dos programas de transferência de renda no Brasil, faz referência a sobrevivência física ou, ao não provimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital. Já a pobreza relativa é definida mediante a não satisfação das necessidades a serem atendidas em função do modo de vida predominante na sociedade, lembrando que a delimitação dos relativamente pobres se dá em um ambiente onde os mínimos sociais já são garantidos a todos. Assim, no âmbito brasileiro, ao imperar a pobreza absoluta devido a gama de pessoas que não possuem suas necessidades básicas atendidas, é adotada a definição de valores correspondentes a duas linhas predominantemente. A linha de extrema pobreza está associada a uma cesta de consumo alimentar mínimo; enquanto a linha de pobreza está relacionada ao custo de atendimento de todas as necessidades de alimentação, habitação, vestuário etc.

No que tange aos beneficiários, a percepção em torno do investimento do benefício segue um caminho semelhante, com algumas singularidades, tendo em vista que este público se encontra inserido no centro deste processo. Eliane, por exemplo, recebe o benefício, segundo ela, por conta da neta. Ela é uma das pessoas que corroboram a ideia de que o Programa Bolsa Família é antes um benefício vinculado à composição familiar, e não necessariamente à renda, fazendo com que seu olhar se direcione apenas para famílias com crianças, influenciando assim, em sua concepção acerca do emprego do benefício, que segundo ela: *“Eu acho. Tem que ser para as crianças. Tem uns que recebem o Bolsa Família e a criança nem vê. Acho errado, acho que é para ajudar a todos, né, as crianças. Eu gasto com a minha, com a minha neta, não é minha filha não, mas eu que crio, a responsabilidade é minha, eu gasto com ela, né?”*

Vilma, assim como Eliane, prioriza o benefício no atendimento das necessidades das crianças, destacando que: *“Eu compro o material das crianças, roupa compro pra elas, até mesmo na alimentação às vezes”*. Entretanto, em que pese a mesma vincular o benefício aos filhos, criticando, inclusive, famílias que não tem filhos pequenos e que mesmo assim recebem o dinheiro do Programa; Vilma foi umas das poucas beneficiárias no bairro A que não recusaram a ideia de que o benefício do Programa também contribui para investimento em fins outros que não necessariamente os filhos, ou até mesmo a casa.

Já Lucimara ampliou o leque do que considera como o “correto” uso do benefício, destacando, entretanto, que devem haver prioridades, “condenando” a utilização do benefício em fins considerados supérfluos, como “cuidar dos seus cabelos”, por exemplo. Sobre isto, a beneficiária afirmou que quando precisa de dinheiro para arcar com cuidados de beleza, aciona sua rede familiar, em especial sua irmã que é quem lhe presta apoio financeiro, seja de forma gratuita, seja na forma da prestação de serviços como faxina. No mais, compreendendo que a necessidade familiar vai além da alimentação básica, a mesma utiliza o benefício em prol da família, em seu conjunto, sem perder de vista a preferência dos seus filhos. Assim, para além do investimento em artigos escolares, a mesma acredita ser legítima a utilização do recurso para o pagamento de uma conta de luz, de aluguel e na compra de alimentos diversos, como achocolatado, etc.

Vanete também corrobora uma leitura ampliada de investimento do benefício. sendo assim, ela compreende que: *“O Bolsa Família tem que ser usado para roupa pra criança, ajudar o esposo e em casa, nas contas de luz, comprar comida também que tiver faltando, remédio, criança também precisa de remédio quando não encontra no posto”*. Além disso, a beneficiária acrescenta que utiliza o dinheiro do Programa para a compra de roupas, calçados

entre outras coisas para ela mesma, e indica que o benefício tem lhe ajudado “a se cuidar mais”. O que acaba gerando, em alguns momentos, segundo Vanete, “brigas” entre ela e o marido, como pode ser conferido no trecho abaixo:

Ah, briga dele falar pra mim que eu tô gastando dinheiro em coisas desnecessárias, que ele está precisando de ajuda no gás, na luz, que não tá podendo, que tá desempregado, que conseguiu o dinheiro só pra fazer compra pra dentro de casa, só pra botar comida dentro de casa. Aí já houve coisas desnecessárias que eu falo, ah é comprar um presente pra alguém que tá fazendo aniversário, é comprar as coisas pra mim.

Em que pese as “brigas” em torno da utilização do benefício em bens considerados desnecessários, Vanete menciona se sentir mais “independente” hoje em relação ao marido. Já o restante dos beneficiários, segue a lógica empreendida por estes e por alguns não beneficiários, que é a de que o benefício deva ser prioritariamente devido às crianças, e em segundo lugar, expandido para outros fins que corroboram o entendimento da pobreza em sua versão ampliada, e não absoluta, como pagamento de aluguel, de luz, de roupas, e até de exames médicos, como mencionou Marieta.

Em menor medida que no grupo dos não beneficiários, os beneficiários não reproduzem as noções socialmente negativadas de utilização do benefício em “bebida ou drogas”, por exemplo. Apenas uma beneficiária mencionou de forma genérica que “*Tem pessoas que usa pra beber, né? Risos.*” (MARIETA, 26 anos, beneficiária). O que não significa, como fora discutido anteriormente, que este grupo não esteja orientado por concepções morais que resultem em fronteiras que dividem os “bons beneficiários”, ou seja, aqueles que zelam pelo uso “correto” do benefício, e os “maus beneficiários”, que seriam aqueles que utilizam o recurso de forma “incorreta”.

Podemos tomar como referência, neste momento, as contribuições de Goffman, (1988) a respeito do estigma, no intuito de compreendermos porquê as famílias beneficiárias são lidas de forma negativa quanto ao uso “indevido” do dinheiro, que conforma uma das facetas do “controle social” no bairro estudado. De acordo com o autor, em nossa relação com o outro, imputamos ao agente o caráter que esperamos que ele tenha, sendo essa construção chamada por Goffman (1988, p.6) de *identidade virtual*. O agente, por sua vez, pode apresentar indícios de que possui atributos não correspondentes às nossas expectativas prévias, ocorrendo uma divergência entre o que idealizamos e sua *identidade social real*.

Em outros termos, o atributo em si não é algo passível de depreciação, mas a discrepância entre os atributos que se espera de alguém e o que essa pessoa realmente revela ter, é o que leva à estigmatização. A partir de tais pressupostos, conseguimos compreender que o problema não é o gasto em bens como roupa, sapato, relógio, ou artigos de beleza, que leva as pessoas a sofrerem uma deterioração moral. O gasto em bens representados supérfluos em si não é algo lido como negativo, dependendo de quem o pratica. Sendo assim, se uma pessoa trabalha, o investimento em bens como os relatados não é algo questionável sendo inclusive aceitável pela sociedade.

Contudo, quando nos referimos às famílias beneficiárias, estabelece-se outro entendimento. Isso porque, primeiramente, estas famílias recebem um recurso governamental que exige que estas cumpram determinadas regras, como mencionado anteriormente. Estas regras são de dois tipos: a primeira seria uma regra institucionalizada proposta no desenho do Programa que corresponderia às condicionalidades; a segunda seria uma regra voltada para um controle moral, não necessariamente estabelecido de forma explícita. Logo, os beneficiários de um Programa de transferência de renda como o PBF são interpretados a partir de um protótipo, onde se espera que estes utilizem esse dinheiro, para os fins que idealizamos quando se pensa em um Programa voltado para uma população pobre. Assim, é legítimo, por exemplo, o gasto em alimentação.

Dessa forma, o “controle social” exercido sobre os assistidos pelo Estado, que tem no sistema de vigilância estabelecido em torno do “gasto” deste público uma de suas faces, encontra respaldo ainda no que, tanto beneficiários quanto não beneficiários, compreendem como “beneficiário legítimo”, que tem a ver, em última instância, com a concepção de pobreza que norteia os pobres pesquisados. Neste sentido, recaímos na outra face do sistema de vigilância imputado a este grupo que é a defesa intransigente dos mecanismos de controle social exercido por meio das condicionalidades e das estratégias de “fiscalização”, como a visita domiciliar para fins de comprovação das necessidades do público-alvo do PBF.

Verifica-se, neste movimento, que a esmagadora maioria dos entrevistados apoia uma fiscalização mais incisiva sobre os beneficiários, no intuito de aferir as reais condições de “pobreza” destes, indicando ser isto, inclusive, o que falta para melhorar o Programa. Com exceção de duas beneficiárias, o restante dos interlocutores, dentre os quais destacamos tanto beneficiários quanto não beneficiários, concordou com a proposta de visita domiciliar para atestar a situação de pobreza incidente sobre os sujeitos. Com isso, assim como entre os atores institucionais partícipes desta pesquisa, a defesa da visita domiciliar não corrobora a proposta

de proteção social a partir da melhor compreensão das condições de vida em que a população pobre se encontra, mas sim, indica uma prática de fiscalização de caráter policialesco.

Logo, o mais comum entre os não beneficiários, quando indagados sobre a necessidade de visita domiciliar e de uma fiscalização mais incisiva, era a expressão de argumentos do tipo: *Ah, eu acho que tem né, porque tem muita gente que não precisa e muitos precisam, né?* (CARLA, 46 anos, não beneficiária). *“Ah, concordo. Concordo sim, tem que fazer visita né! Tem que ir nas casas fazer visita pra saber se realmente tá precisando. Eu acho que isso tinha que ter sim”*. (LUCÉLIA, 62 anos, não beneficiária). Por sua vez, Bernadete vai além, embasando sua defesa no argumento de que alguns beneficiários omitiriam informações e ainda mentiriam acerca de suas reais condições socioeconômicas. Segundo ela:

Eu acho que tem que ter. Porque, por exemplo, você tá vindo na minha casa, você tá vendo que mora eu e minhas filhas. Tem muita pessoa que mente. Tem marido que trabalha e fala que não trabalha. Tem muitos casos que sabe que a visita vai chegar, o marido pula até pela janela pra falar que mora sozinha.

Argumento próximo a este é o de Josias, não beneficiário, que atesta, inclusive, conhecer um beneficiário que “deu um jeitinho” para receber o benefício do Programa sem “precisar”. De acordo com Josias, a visita domiciliar deve existir, pois

Muita gente mente, dá um jeitinho de se ajeitar para poder receber. E sendo que tem uma renda mensal boa, que dá para sobreviver, né? Tem muita gente. Isso aí foi colega meu que fez lá em Friburgo na época da tragédia. Começou a receber o Bolsa Família mais o... Como é que fala? O aluguel social. Trocou de carro, financiado. O que ele fazia, trabalho de motorista, um bom salário. E motorista lá ganhava um bom salário na época que estava trabalhando. E tinha... Tinha um Bolsa Família.

Josias acrescenta que teria que ter um fiscal para vistoriar a situação de pobreza dos beneficiários de forma contínua. Assim, o mesmo menciona que: *“Eles têm todo mundo que recebe, ele sabe que todo mundo que recebe [...] cidade pequena todo mundo se conhece. Ai cada mês o fiscal faz uma vistoria num bairro. Você precisa, você não precisa. Você vai ver no cofre público quanto vai dar dinheiro lá. Quanto vai aumentar.”*

Em complemento ao argumento de Josias, sua vizinha reforça que a fiscalização deve existir, mencionado um fato ocorrido com a mesma. Segundo ela

Eu acho que tem que fiscalizar mais, né? Teve uma vez que mandaram ir lá fazer o Bolsa Família, para fazer o cadastro. Eu tive que mentir sobre o monte de coisa. Tem que mentir que você não tem casa própria, tem que mentir sobre um monte de coisa...

Eu nem quero, nem vou mais. Tem muita gente que passa por cima de tudo. Eu acho que quando a mãe só, como é que vai começar a trabalhar. Antes eu cuida do filho, não tem como. Agora pai e mãe tudo dentro de casa os dois trabalham, não têm necessidade. Graças a Deus com tudo difícil... Não tem serviço, não tem né? Mas graças a Deus... Eu acho que não trabalha porque não quer. Uma faxina aqui não falta. Eu fiquei desempregada aí. Eu arrumei uma faxina, eu fui para a confecção. Eu não fico sem trabalhar. Quem busca a trabalho tem!

R. Mas hoje você trabalhando?

Não, agora não tô trabalhando.

Entre os beneficiários, a grande maioria também concorda com a visita domiciliar no intuito de investir em uma fiscalização mais contundente. Assim, segundo Maria, a visita domiciliar deve existir “[...] porque está tirando de quem não tem... eu conheço pessoas assim. Está tirando de quem não tem para colocar pra quem não precisa, entendeu?” No que diz respeito à fiscalização, ela acrescenta que esta deve ocorrer, principalmente dado o fato da mesma conhecer pessoas sem filhos e com “boa renda” que recebem o benefício sem qualquer necessidade. Assim,

[...] tinha que fazer uma fiscalização nas casas, sei lá... ver renda, ver a renda familiar das pessoas, alguma coisa assim. Eu acho errado, por isso que eu acho assim, devia ter uma fiscalização, igual você está fazendo aqui comigo assim... acho que tinha que ir nas casas, sei lá, alguma coisa. Conforme o aluguel social, porque tem muita gente que pede também... no meu caso, foi casa interditada mesmo, porque eu morava em área de risco, aí eu consegui o aluguel social, mas eu achei que nem fosse conseguir por eu ser nova, eu achei que eles fossem falar, né, “ela tem condições de trabalhar, ela é nova”, mas graças a Deus eu consegui. [...].

De forma similar, Marly aponta que a visita domiciliar é importante “Porque assim vê realmente quem precisa e quem não precisa”. Enquanto isso, Ângela aponta que: “Eu acho que deveria fazer mais uma peneira realmente, assim para saber quem precisa. Mas tipo assim, ser fiscalizado para saber se o benefício está sendo investido naquilo ali para criança. É na alimentação da criança, na educação da criança. [...]”. Ou seja, aqui, a fiscalização serviria tanto para a aferição da condição de pobreza, quanto para a averiguação sistemática do investimento “correto” do benefício.

Por outro viés, Vilma menciona que acha a visita domiciliar um mecanismo positivo. Entretanto, relativiza seu argumento, ilustrando um fato ocorrido com a mesma:

R: O que você acha de ter visita domiciliar para comprovar a situação de pobreza das pessoas?

Bom, contando que fale o que é, né? Porque teve uma vez que veio uma Assistente Social na minha casa, ela alegou que eu trabalhava, meu marido também, aí cortou a

minha Bolsa Família por causa disso. Fui lá, perguntei e ela falou: A Sra. ganha um salário. Eu falei: Não ganho, não trabalho, antes se eu trabalhasse que seria melhor.

R: Por que você acha que ela chegou a essa conclusão?

Não sei de onde ela tirou que eu trabalho, eu tenho provas.

R: Você relatou isso para ela?

Não. Eu não sei de onde ela tirou isso. Eu falei o que eu falei pra você, mexo as vezes com roupa de cama, aí quando o homem traz eu tenho, quando o homem não traz eu não tenho. Tem vezes que eu tiro R\$100,00, tem vezes que não tiro nada.

R: Nessa época que você teve visita domiciliar, você lembra para que foi?

Disseram que era alguma coisa para cadastrar na Bolsa Família.

R: Faz pouco tempo isso?

Acho que foi no ano passado, final do ano passado, no começo, não sei, só sei que fiquei 5 meses sem receber, aí a moça foi lá e resolveu: Realmente a Sra. não trabalha. Viu na carteira que eu não trabalho.

Em que pese a maioria ter se posicionado favorável à uma fiscalização mais sistemática, legitimando o mecanismo da visita domiciliar, duas beneficiárias representaram exceções à regra. Lucimara é uma delas. Em entrevista, a beneficiária afirmou não haver necessidade disso, indicando que as pessoas que procuram o Programa são as que efetivamente precisam do benefício, mencionando, inclusive, não conhecer ninguém no bairro que receba o recurso de forma indevida. Seu argumento está embasado em sua própria experiência de vida. Assim, segundo Lucimara, ela mesmo só procurou se inscrever no Programa quando precisou, logo acredita que o mesmo seja feito pelos demais beneficiários.

R. O que você acha de ter visita domiciliar para verificar a condição de pobreza da pessoa?

Ah, seria uma coisa boa, mas não acho também necessário colocar um funcionário só para fazer isso, sendo que eu acho que, tipo assim, o cadastro que já faz, a pesquisa que já faz, perguntando, então eles veem aquilo ali pra poder...então acho que dá pra saber por ali, né.

R. Entendi. Então você acha que não tem necessidade da visita?

Não, não acho necessário, apesar de falarem que tem umas pessoas que usam pra beber, outras pessoas que usam para outro tipo de coisas, mas eu acho que assim, as pessoas julgam muito, porque na verdade, as pessoas que precisam elas não vão deixar de comer, mesmo que a pessoa tenha vício, né.

Já Juliane foi a segunda beneficiária que discordou da necessidade de visita domiciliar, revelando que se sentiria “constrangida” com este tipo de fiscalização.

R. O que você acha de ter visita domiciliar para verificar a condição de pobreza da pessoa?

Eu acho assim, no meu modo de pensar, eu me sentiria constrangida. Eu não gostaria não (risos).

R. Então você acha que não deveria ter?

Acho que não precisa a coisa, porque eu acho que a pessoa sabe quando a pessoa tem. Que as vezes a pessoa tem as coisas, tem várias coisas no nome e tem que pagar imposto. Tudo o que tem, tem que pagar imposto, então acho que tem como o governo saber por aí. Acho que não tem essa necessidade da pessoa ir na casa da pessoa.

As situações de “constrangimento” a que esta população está sujeita, entretanto extrapolam o âmbito dos mecanismos formais de fiscalização que tem na visita domiciliar, um de seus recursos. Isso porque, a grande parte de “boatos” disseminados envolvendo estes agentes, dizem respeito à discussão em torno da legitimidade tanto do beneficiário, quanto do valor que cada um recebe, mobilizando uma rede de “fofocas” que funciona como um mecanismo de controle informal entre os pobres locais. Esta rede abrange, além das ruas do Bairro A, também igrejas, espaços públicos como praças, a Casa Lotérica do Município e se expande ainda para as redes sociais, como revelou Lucimara. Logo, cria-se um ambiente em que, relações de “desconfiança” se estabelecem, principalmente dado o fato de muitos interlocutores, sejam eles os beneficiários ou não, desconhecerem os critérios objetivos tanto de recrutamento quanto de manutenção do benefício. Com isso, a leitura em torno do Programa e de seus beneficiários, é apropriada pelos diversos atores, conforme os ordenamentos mentais e os significados de que dispõem de acordo com suas experiências, vivências e com base nos valores que norteiam a vida de cada sujeito utilizando-se concepções subjetivas ancoradas em critérios morais como forma de julgamento.

Como exemplo, podemos citar o caso da não beneficiária Carla, que recebeu o benefício do PBF por um período curto, de mais ou menos 04 meses. Quando indagada acerca do porquê a mesma havia se desligado do Programa, ela afirmou não ter sido por vontade própria, mas sim porque havia sido denunciada, sob alegação de que “não precisava” do benefício. Notamos, neste caso, que ela não nega sua condição de necessidade, mas acata uma decisão de caráter impessoal, sem de fato compreender o que ocasionou seu desligamento. Acerca disso, Carla destaca haver muita “fofoca” no bairro A, disseminando comentários do tipo: *“Ah, fofoca de quem não merece, o outro merece, né? Um ganha mais que o outro”*.

Em que pese Carla não ter mencionado de onde partiu a denúncia que lhe custou o benefício, este tipo de julgamento, entretanto, não parece ser algo disseminado apenas de um grupo em direção a outro. Entre os próprios beneficiários estes “boatos” também encontram

corpo. Marieta, beneficiária, por exemplo, menciona ouvir muitos comentários indicativos de beneficiários que não “precisam” do benefício, ou que “*ganham mais que outros*”, sem se dar conta de fato do porquê da diferença de valor entre um beneficiário e outro. Segundo ela: “às vezes um casal que só tem um filho ganha mais do que quem tem dois, três. Isso daí eu já escutei já, bastante. [...] bastante pessoas as vezes comenta isso”. De forma semelhante, Marly menciona que escuta muitas “fofocas” cujo conteúdo revela: “*que fulano recebe mais que cicrano, que fulano não precisa e o outro lá precisa, aí isso que tem.*” E quando indagada sobre se concorda com o teor da “fofoca” a mesma responde: “*Ah, tem realmente gente que tem uma condição melhor que o outro, recebe mais, mas isso não é a gente que decide, são eles*”.

Vilma revela já ter sido “vítima” destas “fofocas”, sendo criticada por receber um auxílio governamental por pessoas de seu próprio ciclo de amizade e parentesco. Sobre isto a mesma menciona:

Diretamente não né, porque muita gente fala: Ah, você tem casa...igual o meu marido tem uma moto, mas não é dele, ele trabalha na zona rural, na roça, então a moto, o tempo que ele fica trabalhando ele fica com ela, aí as pessoas não sabem, né, aí acham que eu tenho uma moto, ou por ter assim uma geladeira melhor, uma coisa melhor, aí acha que você não precisa, mas aí eles não sabem o que a gente faz pra ter. A gente deixa de sair na rua levar o filho para passear pra poder comprar aquilo que a gente precisa. Tem gente que pega assim e vai para o bar, fica de boa comendo, bebendo, aí e as coisas de casa, como que fica?

Em geral, as “fofocas” deste tipo⁵⁰ partem ora dos não beneficiários, como menciona Vilma, indicando que os promotores seriam pessoas que não conseguiram o benefício, e que por isso “*meteriam o pau*” em quem recebe; ora dos beneficiários, indicando um sentimento de “*inveja*”, como alude Maria, em torno da variabilidade dos valores recebidos por cada família. No mais, este panorama revela que o conhecimento apenas de forma parcial acerca dos objetivos gerais do Programa leva muitos atores a superestimarem um de seus desígnios em detrimento de outros. Retomando, o Programa tem como objetivos: intervir sobre a pobreza mediante a transferência monetária; atuar no sobre o ciclo intergeracional da pobreza mediante o incremento do capital humano das famílias, via condicionalidades de saúde e educação, e, apoiar o desenvolvimento das capacidades da família através da integração com programas complementares, no intuito de proporcionar aos adultos, possibilidades de inserção no mercado

⁵⁰ Já foram discutidos anteriormente, outros conteúdos passíveis de “fofocas” no bairro A, como a tendência das famílias beneficiárias terem mais filhos para fazerem jus a uma quantia maior do benefício. Mais à frente demonstraremos que esta rede é ainda mais ampla, abarcando a variável “trabalho”, tão cara aqueles que “dependem” de um benefício estatal.

de trabalho. Assim sendo, os interlocutores expressaram um conhecimento muito genérico em torno dos critérios de recrutamento e até de manutenção do benefício do Programa, mencionando, ora a renda, ora a existência de crianças no âmbito doméstico, aspecto este que leva a crer no PBF como univocamente voltado para o incremento escolar. Tal fato pode ter relação com a imagem ainda presente do Bolsa Escola no imaginário destes sujeitos. Por outro lado, por se tratar de um Programa de Transferência de Renda que tem como foco famílias pobres, entender o que os interlocutores entendem por pobreza é fundamental para a compreensão das fronteiras morais que se estabelecem entre eles.

4.3.3 O “pobre” versus o “não tão pobre assim”

Adentramos neste ponto em um terreno que podemos chamar de contraditório. Isso porque, como veremos, na maior parte das vezes, as justificativas utilizadas por um beneficiário no tocante à sua condição de assistido por um Programa que tem como foco pessoas em situação de pobreza, nem sempre confluem com a concepção de pobreza relatada pelos próprios sujeitos. Em outros termos, quando a questão envolve o assunto de forma genérica, o critério de “merecimento” utilizado em relação a um “outro” tende a ser mais restrito que as motivações que levam o próprio beneficiário a se enquadrar em um Programa de Transferência de Renda. Assim, ainda quando a condição de carência material é utilizada como elemento explicativo de adesão ao PBF, além da renda, propriamente dita, a moralidade é aqui utilizada como forte demarcador de legitimidade e merecimento.

Verifica-se, neste universo, dois caminhos. O primeiro, acionado em menor medida, seria aquele em que a pobreza é tomada como uma autorreferência, e o segundo seria aquele em que a pobreza é relativizada e muitas das vezes até negada. Levando-se em consideração o peso da desqualificação social (PAUGAM, 2003), podemos concluir que ambos os caminhos apontam para a demarcação de fronteiras morais entre sujeitos, seja entre não beneficiários e beneficiários, seja entre os próprios beneficiários do PBF. Neste panorama, convém tratar de forma mais profunda as variações internas dentro deste grupo, tomando como respaldo a discussão anteriormente trazida por Bezerra (2015). Isso porque, a nomeação de “pobre” e a situação de “pobreza”, quando admitida como autorreferência, pode derivar no recurso às subclassificações, e à comparação a “um pior que eu”. Ou seja, é possível perceber a emergência de lutas simbólicas travadas entre atores que compartilham do local de moradia, a partir da fabricação de classificações hierárquicas para nomear a si e aos outros vizinhos.

Tomando em um primeiro momento as avaliações dos não beneficiários, estas não se revelam menos contraditórias que as que envolvem os beneficiários. Carla, por exemplo, que já foi beneficiária, acredita que o Governo, para efeito do PBF, deve priorizar famílias “*que não tenham condição*”. Esta “condição”, entretanto, não se relaciona com o que a mesma compreende por pobreza, na medida em que ela afirma não “*conhecer a pobreza*”. Segundo ela: “*Acho que não tem ninguém pobre do jeito que a gente vê passar na televisão, essas coisas, né? Ou seja, para Carla, pobreza significa não ter “nenhum arroz, um feijão pra comer, né, não tem uma roupa pra vestir”, e esta realidade, não existiria na cidade, indicando que “aqui, todo mundo tem”. A partir disso, a mesma nega a pobreza como autorreferência, revelando que hoje em dia “ninguém seria pobre”. Por outro lado, quando questionada sobre o que achava do PBF, a mesma diz ser um Programa positivo, mas que ela acredita servir apenas para manter os filhos na escola, e se queixa do fato de sua filha, que estuda, não receber o benefício.*

Corroborando esta leitura em torno da pobreza, a Sra. Lucélia afirma não existir “*pobreza hoje mais não*”. Para ela, “*pobreza mesmo*” seria aquela vivenciada “*na roça*” há muito tempo. Como argumento, ela revela que “*Agora a gente chega na casa dos outros, a gente vê as coisinhas direitinha, né? Mas aí eu acho que não tem mais não*”. A mesma acrescenta ainda que, talvez essa pobreza exista “*aí pra fora*”, deslocando esta condição para outro lugar que não o Município em que reside. No mais, ao ser questionada sobre se a mesma considerava sua família “*pobre*”, ela explica que não, pois “*a pobreza é muito triste. A gente tem as coisas direitinho, todo mundo tem as suas casinha, tudo direitinho. Acho que a única que não tem é eu, né?*”

Pode-se dizer que, para a Sra. Lucélia, Carmo não conta com famílias em situação de extrema pobreza, que diz respeito à linha de pobreza associada a uma cesta de consumo alimentar mínimo (ROCHA, 2003). Sendo assim, a legitimidade de atendimento pelo PBF estaria ancorada no preço dos aluguéis na cidade, utilizando como exemplo a situação de sua filha, beneficiária do Programa, que apesar de trabalhar, o salário não seria o suficiente para arcar com as despesas que a mesma possui. Logo, para a Sra. Lucélia, o benefício do Programa seria uma complementação da renda, indicando uma concepção de pobreza associada à linha⁵¹

⁵¹ Aqui convém destacar a problemática que se coloca em torno do tema da pobreza que se encontra justamente na multidimensionalidade desse fenômeno. Nesse sentido, ainda quando há certo consenso em torno da associação entre pobreza e renda, as metodologias utilizadas para mensurá-la, e os valores pensados para intervir sobre ela, não necessariamente convergem. Tomando como referência a argumentação de Rocha (2003), a autora menciona que nem no momento de criação do próprio salário mínimo na década de 1940, os valores estabelecidos para o este “refletiam de forma fidedigna o custo do atendimento das necessidades básicas” (ROCHA, 2003, p.44). Logo, é necessário levar em consideração que os valores repassados pelo PBF, apesar do impacto sobre a população mais pobre, são ínfimos se levarmos em consideração o custo com as necessidades básicas da população.

que abrange o custo de atendimento de necessidades tais como: alimentação, habitação, vestuário etc.

Já para Renata, irmã da beneficiária Lourdes, pobreza é “*quando a pessoa não tem onde morar. Não tem o que comer*”. Partindo do pressuposto de que sua família possui casa própria⁵² e não passa por privação de alimentos, Renata e sua irmã beneficiária não estariam enquadradas neste conceito de pobreza descrito por ela, motivo que leva a mesma a caracterizar como público prioritário a ser atendido pelo PBF, aquele que encontra-se em situação similar ao de sua irmã. Neste sentido, para efeito de atendimento no Programa, aponta-se como legítima a inserção de pessoas

que não tem jeito de trabalhar, que não tem como trabalhar. Nós estamos numa fase hoje que não tem como trabalhar. E como a pessoa precisa trabalhar é pouco, mas ajuda a você tem uma coisa até um pão de cada dia. Entendeu? Se fiscalizar direito, vai realmente ajudar a quem precisa. Existem pessoas que realmente não tem, não tem.

Mediante a isso, Renata alega sentir-se “chocada” com relação às “fofocas” ouvidas em seu trabalho no Conselho Tutelar com relação ao Programa. O teor dos comentários disseminados no seu ambiente laboral, incitaria que os beneficiários do PBF não “querem trabalhar”, e que recebem o benefício por “serem malandros”. Renata, entretanto, afirma não corroborar estes preconceitos, na medida em que constata uma dificuldade de postos de trabalho no Município, apesar de mencionar que o que motiva alguém a solicitar o benefício do Programa, é o “*dinheiro fácil*”, *dinheiro de graça (risos)*.

Por outro lado, ao negar a autorreferência de pobre, e também de sua família, Renata aponta ainda para outro conceito de pobreza que ela acredita existir no bairro em que mora: a pobreza de espírito. Assim, segundo ela, sua família não estaria enquadrada nesta concepção de pobreza, na medida em que todos se apoiariam mutuamente.

R: Você acha que a sua família é pobre?

Ah, eu considero... Eu acho que não.

R. Por quê?

Por isso, como eu falei com você. Graças a Deus, necessidade... Para mim pobre é isso. Existe até o pobre de espírito, que Jesus me perdoe porque eu tô falando. Existe. Mas é porque não tem que, como sempre um ajuda o outro graças a Deus. A maioria todo mundo tem um emprego. A minha irmã, a minha irmã, por exemplo, que a gente

⁵² Renata e Lourdes, bem como seus irmãos, contam com casa própria, conforme constatado na entrevista com Lourdes. Inclusive, a entrevista foi realizada no quintal que abrange a casa das irmãs.

sempre... Entendeu? Um sempre vai fazendo pelo outro. Entendeu? Eu acho que não seja não.

R: O que seria pobre de espírito?

Ai meu Deus! Tem tanta gente pobre de espírito! (risos) Só em pensamento, já é pobre de espírito. (riso) Quando você... (risos). Existe tanta gente, quando você tem um pensamento tão baixo, tão ruim... Que isso é uma pobreza tão grande! Nossa!

A percepção negativa que o termo “pobreza” carrega é tal que alguns interlocutores reagem dizendo ser esta palavra “muito forte”, procurando assim, afastar, qualquer traço indicativo de seu enquadramento nesta categoria. Logo, a recorrência a um “pior que eu” foi utilizada, por vezes, no intuito de justificar sua condição de “não pobre”, ou “não tão pobre assim”. Para Josias,

Pobreza [...] É igual já vi muitas vezes, eu ia trabalhar negócio de caminhão você vai lá para o lado do Campo dos Goytacazes, Niterói, Rio você ver aquelas pessoas trabalhando...Morando embaixo de ponte. Aquilo ali para mim é pobreza. Igual a eu. Eu não sou pobre. Entendeu? Eu sou privilegiado. Que ainda tem um trabalho tenho que comer. Igual àquelas pessoas não tem que comer, come lixo. Entendeu? Aquilo ali é pobreza! Ali precisava de Bolsa Família.

R. Aqui no Carmo o senhor acha que tem gente assim?

Não. Pobre? É raro!

Para o não beneficiário em questão, o Bolsa Família seria justificável para atender a estes enquadrados em sua concepção de pobreza, e em alguns casos, abranger famílias que contem com um ente com alguma dificuldade de saúde. No mais, no bairro A, apenas uma família estaria habilitada a receber o benefício do Programa, na medida em que a presença de uma pessoa com deficiência seria fator impeditivo de inserção de seus membros no mercado de trabalho. Por outra via, Josias reconsidera seu argumento e aponta que no bairro B poderíamos encontrar pessoas enquadradas no conceito de pobreza por ele proposto. Ao mesmo tempo, o mesmo aponta que o Programa só foi criado com um fim eleitoral. Ou seja, para ele, o ex presidente Lula só teria implementado o PBF no intuito de “*ganhar a política*”, e não necessariamente de intervir na pobreza.

Já Bernadete, não nega a pobreza como autorreferência, mas ressignifica este conceito se dizendo “*batalhadora*”. Primeiramente, a mesma aponta que pobreza é “*não ter o que comer e não ter onde morar. Essa pessoa que mora na rua, essas são pobres*”. Em segundo lugar, ao ser questionada sobre que tipo de família a mesma acreditava merecer ser priorizada para fins de inclusão no PBF, a mesma acrescenta: “*Essas pessoas que não tem aonde morar, né? Não*

tem casa, não tem família, não tem o que comer. E as pessoas que trabalham.” Por já ter sido beneficiária, a mesma alega ter sido desligada do Programa, a partir do momento em que começou a trabalhar, mas não acredita ter sido este o motivo do desligamento. Sem ter tido “*satisfação*”, a mesma mencionou ter procurado o setor responsável pelo PBF e afirma que “*eles botaram um monte de obstáculo. Eu falei ‘mas eu conheço pessoas que trabalham e ganham o bolsa família’*”. Sobre o motivo, ela destaca:

R: Mas não te disseram o motivo pelo qual você deixou de receber o Bolsa?

Não, não me deram o motivo.

R. E você nem desconfia o que seja?

Eu desconfio.

R: Você acha que é o que?

Desconfio que tirou pra botar outra pessoa pra que nem precisa, ou talvez essas pessoas que não trabalham pra receber o Bolsa Família. Que uma colega minha falou “Bernadete, corre atrás que cortou você pra colocar outra pessoa”, eu corri atrás, mas não adiantou.

Em resposta à pergunta sobre se Bernadete considerava sua família pobre, a mesma confirma e negocia esta condição dizendo que sua família é “*batalhadora*”, alegando que sua mãe trabalha “*desde nova*” e que mora em uma “*casinha humilde*”. Também utiliza o termo “*batalhador*” para se referir à sua irmã, que é beneficiária do PBF. Já quando pensa em sua situação juntamente às filhas, a mesma acrescenta ainda que se considera pobre, pois mora de aluguel, necessitando da ajuda da família, na medida em que seu salário não é suficiente para se manter. Entretanto, ao ser indagada sobre se haveria no bairro em que reside alguém considerado “*mais pobre*”, a mesma responde: “*Considero, acho. Tem pessoas aqui no morro que é mais pobre do que eu, que não trabalha e corre atrás da Bolsa Família e não consegue. Tem uns também que tem a Bolsa Família, mas não dá, né?*” Assim, sobre a legitimidade deste “*pobre*” ser atendido pelo PBF, ela menciona:

E: Eu conheço algumas pessoas que necessitam mesmo do Bolsa Família. Até descendo ali pro fundo da Pacutia, tem pessoas que precisam mesmo. Você vê as casas pobres, não trabalha também porque não quer, mas são pessoas humilde. [...] E conheço também pessoas que tem o Bolsa Família e não tem filho pequeno. A gente vê gente velha, gente de 40 anos, 38 que não tem filho pequeno.

Conclui-se, neste contexto, que Bernadete sente-se “*ressentida*” por ter sido desligada do Programa, se autodenominando “*pobre batalhadora*” enquanto uma qualidade considerada moralmente superior ao “*pobre que não trabalha porque não quer*”. Assim, para fins de acesso

ao benefício do PBF, dois elementos seriam essenciais para ela. Primeiro, a existência de filhos, desconsiderando famílias cuja composição não se enquadra neste quesito; segundo, para além da conformação da situação de necessidade material agravada dado o custo com habitação, educação e vestuário para as crianças, é necessário demonstrar empenho em trabalhar, na medida em que “batalhar” é um qualificativo considerado primordial. Retomaremos a esta discussão mais à frente.

Tomando por referência o grupo dos beneficiários, é preciso levar em consideração que este público conta, como elemento adicional, com a desqualificação social (2003) que opera por meio do enquadramento nas categorias pré-definidas de “pobre” ou “extremamente pobre” (ou miserável), além de alterar a condição do sujeito para “dependente” de um auxílio estatal. Vejamos, neste sentido, de que forma os beneficiários do bairro A negociam ou aderem a esta posição de “pobre” e “dependente”.

Eliane define pobreza da seguinte forma: *“Ah, eu acho que a pobreza pra mim hoje do que eu já passei, pobreza pra mim hoje são essas pessoas que não tem onde morar, que vive na rua pedindo, isso pra mim acho pobreza, o resto não acho não”*. Partindo desta concepção, a beneficiária foi questionada se a mesma se considerava pobre. Em resposta ela afirma: *“Bom, pobre em algumas partes, em outras não. Eu sou pobre porque não tenho dinheiro, mas em outras coisas eu me considero rica porque eu tenho força, eu tenho saúde para trabalhar graças a Deus.”* Percebe-se que Eliane relativiza sua condição alegando ser “pobre, em partes”. Para ela, a pobreza estaria relacionada à privação material, ou, de acordo com suas palavras, à falta de dinheiro. Entretanto, em que pese a mesma enfrentar dificuldades de cunho financeiro, considera-se “rica”, dada sua “força e saúde para trabalhar”.

Sendo assim, apesar de relativizar sua condição de pobreza, quando indagada acerca de que “tipo” de família a mesma concordava que deveria ter prioridade no atendimento pelo PBF, Elaine se cita como exemplo, indicando que teriam pessoas *“que tem muito mais do que eu que vivo de aluguel e não ganho um salário, entendeu, né?...eu ganho quinhentos e pouco, tiro R\$400,00 pra pagar o aluguel, você vê o que sobra para eu conviver com o restante das coisas”*. Logo, a beneficiária adere à condição de pobre, nestes termos, justificando sua condição de carência material e alegando que não conhecia, no bairro em que reside, pessoas em situação “pior” que a sua. Revela, no entanto, “ouvir boatos” acerca de sujeitos em melhores condições econômicas e que seriam atendidas pelo Programa, com um valor superior ao seu.

Pode-se acrescentar, que Eliane adere ainda à condição de “assistida” criando, para tanto, racionalizações acerca da Assistência como forma de legitimar sua condição e de tentar, de alguma forma, reverter a relação de constrangimento ligada à dependência em relação ao Estado (PAUGAM, 2003). Dentre as racionalizações projetadas, podemos citar o fato da mesma mencionar que utiliza o recurso em prol de sua neta, corroborando a adesão a esta posição sob justificativa de uma garantia de vida melhor para a criança. Além disso, a mesma compreende o Programa como um direito seu, sugerindo, inclusive, o aumento no valor do benefício, para que ela consiga superar sua condição de pobreza. Por fim, em que pese as racionalizações utilizadas, a beneficiária mantém-se trabalhando no âmbito informal, e ressalta que só falta “*um bom emprego, com um bom salário*”, para que ela possa vir a solicitar o desligamento do PBF, indicando que ela não perdeu a motivação para o trabalho, e reconhece neste, uma fonte de superioridade moral (TAYLOR, 2013).

A beneficiária Maria difere-se um pouco de Eliane, na medida em que não assume a pobreza como uma autorreferência. Para ela, “pobreza” “*é uma coisa muito triste, né, muito difícil. É a pessoa que não tem nada, né, nem o que comer, nem o que vestir, é difícil*”. Sobre se a mesma considerava sua família pobre, ela acrescenta: “*Não, pobre, pobre, não, mais ou menos*”. Com isto, a beneficiária indica conhecer pessoas no bairro em que reside em situações mais precárias que a sua. No mais, ela ainda acrescenta que os “pobres mesmos” seriam aqueles que “*dependem de doações, ou coisas assim*”. Logo, sem necessariamente esclarecer sobre a que tipo de “doações” a mesma se referia, importa mencionar que Maria afirma já ter precisado recorrer a instituições de caridade “*várias vezes*”, além de mencionar ter sido atendida por meio de cesta básica pela Assistência Social, respondendo que: “*Sim, não vou mentir não, sim*”, quase que em tom de “confissão”, na medida em que tal afirmativa vai de encontro à sua negociação da condição de “pobre assistida”.

De forma diversa, Ângela argumenta que a pobreza não é definida apenas em função do dinheiro. Para ela,

Pobreza eu acho que não é só financeiro não. Eu acho que não. Ah sei lá. Eu acho que é pessoa sem cultura, sem conhecimento, sem acesso a um monte de coisa. Eu acho que não é só dinheiro, porque às vezes a pessoa não tem dinheiro, mas ela se vira consegue alguma coisa. Consegue dar um jeito de conseguir as coisas, assim corre atrás. Agora assim, a pessoa pobre de procurar as coisas, de buscar assim, ela não consegue nem conhecimento e nenhuma forma de renda. Você está me entendendo? (risos). Eu acho mais ou menos assim. Envolve muito mais do que dinheiro. Envolve a condição que a pessoa vive.

Ao pensar a pobreza de forma genérica, Ângela menciona que este fenômeno deve ser pensado de forma mais ampla, para além da questão financeira. Por isso mesmo, ressalta que pobreza é não ter acesso à renda, mas também não ter acesso à cultura e ao conhecimento. Por outro lado, ao pensar na condição socioeconômica de sua própria família, a mesma menciona não se considerar nem “pobre”, nem “rica”, e afirma: “*A gente passou aperto, todo mundo assalariado. Não é muita coisa, mas é um, tipo assim, não falta pão, não falta um leite, não falta comida, não falta uma verdura, não falta uma fruta, não é extremo [...]*”. Assim, a beneficiária conclui retomando uma leitura da pobreza atrelada à escassez de alimento, que tem a ver, em última instância, com a precariedade de ordem econômica, na medida em que vivemos em um país de renda média, cuja economia urbana é altamente monetizada (ROCHA, 2003).

Já Marly, também reconhece como insígnia principal da pobreza material dos mais pobres, a fome, ou mais especificamente “*you não ter o que comer, olhar dentro do armário e não ter o que fazer, olhar dentro de uma panela e não ter nada...pra mim pobreza é isso*”. Por outro lado, a mesma menciona que este tipo de pobreza não existiria no município. Neste aspecto, para ela, o PBF deveria ser direcionado, prioritariamente a famílias que contenham pessoas com algum tipo de necessidade que justifique o auxílio do governo, como o exemplo dado pela beneficiária da família que possui um filho “*acamado*” que depende de leite especial, sendo este “*caríssimo*” diante da realidade desta família. Quanto a sua própria família, Marly não admite a pobreza como autorreferência, na medida em que não passa fome, mas também menciona que não percebe no bairro em que mora, pessoas em situação pior que a sua, corroborando sua ideia de que em Carmo não existiriam pessoas nestas condições. Por outro lado, a mesma admite que seu desligamento do Programa de forma voluntária só seria possível se ela “*arrumasse um emprego bom*” e “*ganhasse um bom salário*”.

Corroborando a negação da pobreza como autorreferência, e o entendimento de inexistência do fenômeno, Lucimara afirma:

Sinceramente? Acho que não existe pobreza não, acho que existe pobreza de espírito. Porque eu acho, tipo assim, hoje a vida assim, com tão pouco e esse tão pouco não te diminui em nada, entendeu? O pouco que você tem, você não precisa ser sujo porque você não tem as coisas. Você pode ser limpo. Então pobreza, acho que na verdade nem existe. É só uma questão mesmo da pessoa se adaptar com que ela tem. Entendeu? Se adaptar com o que ela tem. Pelo menos eu penso dessa forma.

Na leitura de Lucimara, a pobreza só existe se for a de “espírito”. Assim, para ela, sofrer com privação material, em nada “diminui” o sujeito, tendo em vista que você não precisa “ser sujo”, mas deve se “adaptar” à condição em que vive. Por mais contraditório que possa parecer,

a adaptação aqui indica a capacidade do sujeito de compreender a situação em que se encontra sem que isso implique necessariamente em uma leitura de si mesmo por um viés negativo. A partir disso, a beneficiária traça uma hierarquia moral na qual compreende que o “pobre de espírito” ou o “sujo”, ocupariam os escalões mais baixos em sua concepção de pobreza, pois se deixariam abater por um sentimento de inferioridade pessoal. Já o “limpo” ou aquele que é capaz de se adaptar à sua realidade, ainda que privado de bens materiais, estes sim compensariam sua precariedade econômica não aderindo, assim, necessariamente à condição de “pobre”.

Pensando em sua experiência de vida, Lucimara se diz “não pobre”, nos sentidos acima citados, pois a mesma teria o que comer, e não passaria “*por aquela necessidade*”, além de contar com saneamento básico, conseguindo, segundo ela, “*sobreviver dentro de um quadro que você não tenha muito, mas tem o necessário*”. Logo, se a mesma não assume a condição de pobre, tampouco admite o enquadramento na posição de assistida. Para ela, o Programa seria uma “ajuda” necessária, pois seria sua única renda fixa neste momento de desemprego. Ademais, Lucimara está terminando o ensino médio para conseguir seu diploma do seu curso de Técnico de Enfermagem, sendo nesta área que a mesma quer trabalhar. Logo, sem lamentar-se da condição atual em que vive, a beneficiária nega a “pobreza de espírito” pois atém-se ao Programa por sua utilidade momentânea estando empenhada na busca pela “porta de saída” do mesmo mediante o investimento em sua escolarização. No mais, em que pese a mesma não se sentir “diminuída” recebendo um benefício assistencial, é categórica ao revelar que acredita que algumas pessoas que precisariam acionar o Programa, não o fazem por conta do “preconceito” e da “vergonha” que ainda incide sobre o PBF, e que a mesma alega já ter presenciado, por meio de “fofocas” e comentários negativos na vizinhança e nas redes sociais.

O senhor Milton tem uma ideia de pobreza diversa daquela proposta pelo restante dos beneficiários e dos não beneficiários, que envolve sua concepção religiosa. Para ele

Pobreza é não ter ganho nenhum, mas pobreza não existe.

R: Não existe? Por que não existe?

Não existe, se tiver Jesus na sua vida, você conquista a sua vida. Não é verdade? Não existe pobreza não, existe a vida isolada, mas a vida com Jesus tem uma mudança, né? Crer e confiar, ele não deixa a gente desamparado, né? De maneira alguma.

R: Então para o Sr. seria pobre quem não tem Jesus?

É, esse que isola a vida e não acredita nos mandamentos de Deus, aí não acredita que existe...que a vida dele é assim, assado. Mas quem crê, hoje pode estar difícil, né, mas amanhã pode estar melhor, né? [...] Pobre é sem Jesus, não é verdade?

Ao atrelar a pobreza ao plano espiritual, o Sr. Milton aposta no sentimento de fé do crente que crê na provisão divina como uma garantia de superação de qualquer situação adversa. Com isso o beneficiário cria uma hierarquia moral na qual o escalão inferior é ocupado por aquele que, por não acreditar em Deus, está fadado à pobreza entendida como uma condição negativa. Logo, ser pobre é carregar a posição desvalorizada de um agente sem fé. Por outro lado, aquele que confia em Deus é reconhecido por uma superioridade moral não permitindo ao sujeito à adesão ao *status* inferiorizado da pobreza, na medida em que ser pobre é ser considerado um agente “sem Jesus”.

Obviamente que, diante dessa percepção sobre a pobreza, o Sr. Milton não se reconhece nela, negociando, portanto, sua situação aderindo assim aos termos “*carente*” ou, “*classe menor*”. Neste movimento, para lidar com o fato de ser beneficiário de um Programa de transferência de renda que tende a demarcar o público-alvo como “pobre”, o Sr. Milton ressignifica o entendimento de quem seria o público prioritário do PBF, ressaltando que o Programa deveria se voltar para aquele que está desempregado e sem salário, afirmando ainda que, “*se ele já tem o salariozinho dele, não precisa do auxilio do Governo, né?*”.

Pode-se dizer que a grande maioria dos entrevistados não se considera pobre, ora negando, ora negociando sua condição. Lourdes, por exemplo, nega que seja pobre, pois, segundo ela, “*graças a Deus, nós estamos com saúde*” e todos os seus irmãos trabalham. Já Vilma alegou ter vivenciado, quando criança uma situação de escassez material que a mesma chama de “*partezinha ruim*”. Por isso mesmo, comparando sua situação atual com a passada, Vilma acaba por relativizar a categoria “pobreza” apontando ter pessoas “*mais pobres*” que ela na medida em que hoje tem uma situação “melhor” que a de antigamente quando estava com os pais. Entretanto, em que pese esta negociação, Vilma foi a única beneficiária que assumiu, com as ressalvas ilustradas, ser “pobre”. Marieta, por sua vez, ao considerar a pobreza como privação de alimentos, também negocia sua condição e afirma não ser “*pobre, pobre, não*”. Como justificativa, a mesma acrescenta não ser pobre “*porque a pessoa sai para trabalhar também, né, não fica só dependendo do Bolsa Família. Tem pessoa que só depende disso*”. Neste aspecto, a mesma atrela a adesão à condição de pobre à de dependente em relação ao PBF. Logo, a partir do momento em que ela “não depende” somente do benefício do Programa, sente-se confortável em não assumir a pobreza como autorreferência.

Por fim, a beneficiária Juliane define a pobreza da seguinte forma:

Pobreza pra mim é a pessoa não ter nada mesmo, não ter condição de realmente não fazer nada, é a pessoa ser inválido e não poder trabalhar e passar fome. Aí isso pra mim é pobreza. Agora necessidade não é pobreza, porque tem gente que, eu vejo

muitas pessoas na televisão que falam assim “ah é pobre”, mas porque não caça um trabalho se tem condição de trabalhar? Eu acho que é pobreza porque eles querem, porque por mais que até mesmo a pessoa que está precisando, até pra lavar um carro na rua, catar latinha pra mim é um emprego.

Para a beneficiária, a pobreza está relacionada a uma condição pessoal que tem a ver com a “força de vontade” de cada um. O problema, neste plano não seria, necessariamente, a falta de emprego no Município, como apontaram alguns interlocutores. Assim, ser pobre é carregar as marcas de um *status* moral desvalorizado (PAUGAM, 2003), tendo em vista que a culpabilização é lançada ao próprio sujeito que não procura “trabalhar” para superar esta situação negativa. Neste aspecto, tampouco se problematizam as circunstâncias a que os atores são submetidos ao serem lançados a ocupações precárias, que mal permitem suprir suas necessidades mais elementares, e que tem a ver com a reprodução de um *habitus precário* (SOUZA, 2012) que incide ainda, na escassez de serviços e políticas sociais que teriam o potencial de intervir sobre a vulnerabilidade social a que grande contingente está sujeito. Assim, não importa a ocupação, pois a “dignidade” do sujeito está ancorada no “trabalho” (TAYLOR, 2013). Consequentemente, Juliane menciona não ser nem rica, mas também não ser pobre, pois pobreza seria *“aquela pessoa que não tem nada, nada pra comer, tem que pedir dinheiro, esmola pra poder ter as coisas. Não considero pobre não”*.

No que tange ao direcionamento do PBF, a beneficiária acredita que a prioridade do Programa deveria ser as pessoas “*carentes*”, ressignificando o termo “pobre” como público-alvo do Programa, na medida em que a mesma rejeita esta como uma autorreferência. Por outra via, a aceitação da “dependência” em relação ao PBF só existe, tendo em vista que a racionalização criada pela beneficiária é a de que o benefício é um complemento da renda do seu trabalho, não dispensando, entretanto, a ideia de que o ideal seria a promoção de postos de trabalho, ou nas palavras da mesma, de *“uma empresa boa pra trabalhar e ganhar mais”*, podendo, a partir disso, levar Juliane a deixar de contar com o benefício do Programa.

Isso nos coloca no centro de outra fronteira moral construída entre os pobres locais ancorada no quesito “trabalho”. Como veremos, em que pese a maioria ter passado por trajetórias difíceis neste âmbito, o “trabalho” continua mantendo sua força como fonte de dignidade moral tanto entre os não beneficiários, quanto entre os beneficiários, ainda que em nosso meio, o trabalho precário e informal tenha proeminência, principalmente, entre o público pesquisado.

4.3.4 O trabalhador versus o “acomodado”

Como foi discutido no primeiro capítulo desta tese, a segunda faceta que compõe a identidade moderna é composta pelo que Taylor (2013) chamou de “*afirmação da vida cotidiana*” que diz respeito a um conjunto de atividades ligadas à esfera da produção e da reprodução como o trabalho, o casamento e a família, hoje cotadas como valores hierarquicamente superiores da vida social no mundo ocidental. Na linguagem moral moderna, nosso sentido de plenitude e de autorrealização pessoal encontra na *vida cotidiana* e nas atividades a ela relacionadas, um *hiperbem* no sentido tayloriano do termo, que corresponde a um marcador social e simbólico do bem viver que demarca ainda nosso sentido de dignidade (TAYLOR, 2013). Logo, “estar inserido numa atividade produtiva e na vida familiar constitui uma importante referência prática de reconhecimento social” (FREITAS, 2013, p.63).

É neste sentido que o trabalho assume entre os pobres locais um valor cuja lógica é capaz de incidir em fronteiras morais entre eles. Não à toa, a quase totalidade dos interlocutores mencionou que o que falta para se desligar voluntariamente do Programa, é um “bom” emprego, na medida em que a maioria está inserida de forma precária no mercado de trabalho, quando não desempregada. Entretanto, presenciamos também aqueles que, mesmo inseridos no mercado formal de trabalho, mantêm-se no Programa, seja por compreenderem o benefício como um complemento da renda do trabalho, que não é capaz de suprir as necessidades básicas dos sujeitos; seja por compreenderem o benefício como inerente à presença de crianças e de adolescentes no âmbito doméstico.

Também, ainda quando o sujeito já não tem mais expectativa de se inserir no mercado de trabalho, como é o caso das duas beneficiárias consideradas donas de casa, Vilma e Lourdes, o trabalho, aqui entendido como o “*trabalho fora*” ou aquele exercido mediante uma atividade profissional, não perde seu sentido e seu valor. Afinal, não obstante o trabalho doméstico ser uma forma de trabalho, este ainda sofre com seu não reconhecimento enquanto primordial para o bem-estar da sociedade (MELO e SABBATO, 2013) na medida em que está relacionado à esfera da reprodução. É por isso mesmo que, o afastamento do mercado de trabalho profissional pelas mulheres não ocorre sem antes o estabelecimento de racionalizações que justifiquem esta “escolha”. Nesse intuito, Melo e Sabbato (2013) apontam que:

As mulheres vivem no mundo atual uma espécie de esquizofrenia e culpas entre o trabalho que realizam no interior de suas casas, cuidando dos filhos e maridos atividades que realizam por “amor” a sua família, e a vida profissional, ter sucesso na carreira escolhida além da maternidade (MELO e SABBATO, 2013, p. 01).

Logo, seja a mulher que se sente “culpada” pela não dedicação integral às atividades realizadas no interior de suas casas dada a absorção pela vida profissional; seja aquela que “escolhe” dedicar-se integralmente à sua família; fato é que mais uma vez as fronteiras de gênero se fazem sentir quando se toma como norte o trabalho. Podemos afirmar, neste intuito, que persistem desigualdades socioeconômicas entre homens e mulheres, que se relacionam ao padrão diferenciado no acesso tanto ao mercado de trabalho, quanto aos rendimentos, bens e serviços. Logo, pode-se elencar que as disparidades de gênero se fazem sentir em variados âmbitos. Com destaque para os rendimentos auferidos, ainda se vê que, apesar da maior escolaridade, as mulheres continuam a receber remunerações mais baixas em relação aos homens. Também, as próprias ocupações em que essas mulheres se inserem são mais propícias à precariedade e baixa remuneração (BRASIL, 2013, p.44).

As ocupações femininas se concentram, ainda hoje, em profissões relacionadas ao cuidado, mostrando que, ainda persiste a atribuição do papel tradicional denotado às mulheres quando estas começaram a “sair” (PERROT, 1991). Com isso, as profissões alçadas por elas concentram-se nas áreas de educação, saúde, serviços sociais e, principalmente, serviços domésticos (BRASIL, 2013, p. 45). Não coincidentemente, são essas ocupações as que oferecem remunerações mais ínfimas se comparadas com as profissões acessadas majoritariamente pelo público masculino, como a indústria e a construção (BRASIL, 2013). Pode-se alegar, a partir destes elementos, que há uma “designação prioritária dos homens à esfera produtiva e para as mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens de funções com maior valor social” (CARLOTO e GOMES, 2011, p. 133).

No que tange às interlocutoras desta pesquisa, além da maioria ter iniciado no mercado de trabalho muito cedo, com idade mínima de 09 anos de idade, grande parte delas teve como primeira experiência de trabalho aquelas atividades consideradas como profissões “essencialmente” femininas, como: empregadas domésticas, babás, manicures etc. No mais, a maioria considera sua primeira experiência de emprego positiva, seja porque “precisavam” ajudar os pais em casa, seja porque a partir disso tinham seu próprio “dinheirinho”. Já no que tange a atual posição ocupada pelas mulheres entrevistadas, ressalta-se que, em que pese a maioria alegar que gosta do que faz, algumas possuem “sonhos” de mudar de ocupação, sem, no entanto, terem condições de existência para isto. Outras já aparentam ter “se acostumado” com suas atuais atividades por conta das circunstâncias, e sob pretexto de que precisam de “dinheiro” para os filhos, afirmando: “*nunca consegui uma coisa melhorzinha não, sempre foi serviço doméstico*” (MARIA, 27 anos, beneficiária).

Verifica-se que o trabalho produtivo é amplamente aceito como importante e fundamental pelos entrevistados. Mesmo em famílias em que as fronteiras de gênero são bem demarcadas, como é o caso daquelas, cuja religião incide como um importante orientador moral demarcando os papéis assumidos em uma relação conjugal, cada vez mais a mulher tem sido lançada ao trabalho remunerado. Vanete, por exemplo, apesar de destacar que o marido seja o chefe da casa seguindo o que a mesma menciona como preceitos bíblicos, ela indica que seu maior “sonho” é conseguir um “trabalho de carteira assinada”. Desempregada há 09 anos, sem nunca ter tido um trabalho formal, ela responde que: “[...] *eu gostaria de tocar a minha vida pra frente. De, pela primeira vez, ter a minha carteira assinada na minha vida. [...] Um sonho*”. Sobre trabalhar, a mesma acrescenta: “*Fundamental, importante, positivo. Ah, trabalhar é ajudar na renda em casa, não é só o esposo que é certo de trabalhar não, a esposa também pra ajudar*”. Note, entretanto, que a palavra que define a função do trabalho feminino é “ajuda”, em outros termos, a característica deste é a de “complementar” a renda principal que é a do provedor da casa, ou seja, do homem, que está respaldado pela “ética do provedor” (ZALUAR, 1994).

Pensando nos dois únicos homens que foi possível entrevistar neste bairro, sendo um não beneficiário e um beneficiário, a trajetória no mercado de trabalho para estes não se qualifica como mais alentadora. Ambos enfrentaram desde cedo trabalhos braçais característicos do meio rural. Josias, não beneficiário, começou a trabalhar com 08 anos de idade “plantando boldo”, mas não percebia remuneração, pois o que o mesmo trabalhava para ajudar os avós com os quais residia. Por ser “de graça”, Josias considerava esta atividade como negativa. Já a primeira atividade remunerada dele foi a de lavrador, que apesar de render dinheiro, também não era estimada pelo mesmo. Enquanto isso, o mesmo revela que gosta mesmo da profissão de “motorista” a qual exerce atualmente sob regime informal.

Já o senhor Milton, beneficiário, começou sua trajetória profissional aos 15 anos de idade também como lavrador, profissão que o mesmo exerce até os dias atuais, mas que ele aparenta não gostar, já que responde que “*não tem outro, né, tem que enfrentar esse mesmo que eu sei fazer*”. No mais, ele ainda trabalha como cabelereiro e barbeiro, atividades que ele afirma “gostar” mais, na medida em que são “profissões”. Segundo Milton: “*É limpinho, você trabalha limpo e é uma profissão ideal, né, corte de cabelo. De todas as coisas que faço eu gosto, né? Gosto, porque dali que tiro um dinheirinho, tem que gostar do trabalho, mas que eu gosto mais mesmo é barbeiro, cabeleireiro.*”

Todos os entrevistados reconhecem no trabalho a via moralmente superior para o enfrentamento cotidiano da pobreza material a que estão sujeitos. Sendo assim, este é a fonte de superioridade moral dos trabalhadores pobres e de seus familiares permeando tanto não beneficiários quanto beneficiários. O que não significa que não haja a emersão de fronteiras entre estes dois grupos, e dentro do grupo dos próprios beneficiários que reproduzem e disseminam críticas com base no valor moral do trabalho, delimitando assim, os passíveis ou não de dignidade neste âmbito.

Entre os não beneficiários, verifica-se que alguns deles reforçam os comentários depreciativos sobre o Programa e seus beneficiários com relação à variável trabalho. Bernadete, por exemplo, como dito anteriormente, já foi beneficiária e foi desligada do PBF logo após a mesma ter conseguido um emprego de “carteira assinada”. Diante deste fato, a ex-beneficiária mostra-se convencida de que o Programa gera um desincentivo ao trabalho. Em resposta ao que ela acha das pessoas que não trabalham, a mesma afirma: *“Acho péssimo. A pessoa que não trabalha, mas a maioria das pessoas que não trabalha é pra ganhar o Bolsa Família. Elas falaram pra mim que se trabalhar corta o Bolsa Família. Então eles ficam à toa pra ganhar o Bolsa Família.”*

Por outro lado, Bernadete afirma também ter conhecidos que trabalham e que recebem o benefício do Programa, demonstrando que a mesma desconhece o que de fato leva as pessoas a serem absorvidas pelo PBF. Segundo ela, as pessoas são “*escolhidas a dedo*”, evidenciando sua descrença no recrutamento do Programa, que a mesma diz ocorrer com base nos critérios de pessoalidade utilizados pelos profissionais que atuam na operacionalização do mesmo. Logo, para ela não é a renda juntamente à composição familiar quem define objetivamente o perfil para inclusão no Programa, mas sim as “*assistentes sociais*” que trabalham com o mesmo.

O trabalho, para Bernadete, é importante pois permite ao sujeito tornar-se “*independente*”. Neste sentido, sua crítica ao Programa e aos beneficiários é direcionada aqueles que aderem à condição de “*dependente*” de tal forma que não mais estariam empenhados em trabalhar, “*conformando-se*” apenas com o benefício. No momento em que esteve como beneficiária, Bernadete menciona que o dinheiro do Programa a “*ajudava*”, sem no entanto, tornar-se um substituto da renda do trabalho. No que se refere ao questionamento em torno do que a mesma acredita que leva os sujeitos a não mais trabalharem, ela responde que uma parte seria por conta do Bolsa Família, enquanto a outra parte seria porque “*não gosta mesmo*”. Por estes motivos, a mesma acredita que o critério principal de inclusão no Programa deveria ser o “*trabalho*” e “*Não essas pessoas que ficam sem fazer nada só pra ganhar o Bolsa*

Família”. Ou seja, para ela, as famílias que mereceriam estar no Programa seriam as que “trabalham”, adotando, neste aspecto, sua própria experiência e condição como critério de julgamento moral.

A moralidade que permeia as noções em torno do trabalho é tal que este quesito encontra eco nas redes de “fofocas” locais, como pode ser verificado no trecho da entrevista com Bernadete:

R. Você acha que as pessoas veem o beneficiário do Bolsa Família de forma diferente?

Vê com maus olhos aquele que não trabalha, né?

R. E tem fofoca sobre isso aqui no bairro?

E: Tem, porque “ah, fulano você não vai caçar uma faxina pra fazer não?”; “ah eu ganho o Bolsa Família, não preciso trabalhar o governo me sustenta” Isso já vê com maus olhos. A pessoa não caça nada pra fazer.

Esta leitura negativa que correlaciona o beneficiário à uma figura “acomodada” é também corroborada por Josias. Porém, enquanto Bernadete, apesar das críticas, acha o PBF um Programa positivo, Josias destaca inúmeros pontos negativos, chegando a alegar em um determinado momento, que não concorda com o mesmo. Primeiramente, o trabalho tem, para ele, um sentido de dignidade, ou, segundo um termo utilizado por ele, de “honestidade”. Assim, trabalhar é importante porque com isso você “ganharia” seu próprio dinheiro. Por outro lado, quanto as pessoas que não trabalham, o mesmo se posiciona, afirmando que:

Ah! Eu acho são as pessoa que não gosta de serviço, né? (risos). É, como que eu falei ainda agora mesmo. Eu acho que esse tal de Bolsa Família aí pode ajudar muitas pessoas. Mas tem gente que não precisa que está recebendo isso. E a pessoa não procura serviço por causa disso. Eu acho que se eles pudesse fazer o que eu falei... Dar trabalho para a pessoa produzir, ganhar o dinheiro dele honestamente.

Com a disseminação do discurso que aponta para a máxima: o trabalho dignifica o homem; Josias afirma que, ao invés do Programa nos moldes atuais, ele preferiria “porta de trabalho”. O benefício, neste caso, deveria ser direcionado apenas a famílias que tivessem, em sua configuração, pessoa com deficiência, ou algum tipo de doença que então justificasse o afastamento de algum membro da família do mercado de trabalho. Assim, Josias acrescenta que:

Por exemplo, igual numa casa tem 6 filhos. O programa Bolsa Família poderia fazer o quê? Montar uma indústria. A indústria produzia, dava um salário bom para mãe e

para o pai junto. E depois as criança crescia e tinha onde levar para trabalhar. [...] É igual se abrisse uma empresa aqui, ele aí dá trabalho para pessoa produzir e ia, só ia gerar trabalho, emprego, né? Produzir... O preço das coisas ia cair bem menos, não ia ficar coisas tão caro assim. Ele ia dar serviço braçal, motorista, tudo quanto é tipo de serviço. E a economia do Brasil ia crescer também. [...] Eu ainda fico nesse negócio ainda de montar empresa, uma indústria, pra poder dar trabalho. A pessoa trabalha, tem o seu salário, tem a sua carteira assinada, tem que décimo terceiro. Uma pessoa entrou ali, já abre uma porta de emprego lá na frente.

O não beneficiário ainda destaca o que considera um ciclo incentivado pelo Programa, alegando que, em última instância *“A pessoa se acomoda, aí o filho cresce e vê o pai acomodado, não tem aquele prazer de trabalhar entendeu”*. Logo, ele mais uma vez ressalta que, ao invés do benefício, o ideal seria o governo conceder o trabalho para o sujeito, que mais tarde teria onde *“levar meus filhos para poder trabalhar e eles terem um futuro. Que o Bolsa Família infelizmente não dá futuro”*. No mais, ao ser questionado sobre se Josias acreditava que a vida das pessoas beneficiárias do Programa havia melhorado, o mesmo respondeu: *“Melhorou, não precisa trabalhar!”*.

As críticas direcionadas ao Programa são relativizadas por Josias, quando o mesmo relembra que sua esposa já requereu o benefício uma vez, mas logo foi *“cortado”*. Sem saber os motivos, no entanto, do desligamento, ele destaca que deixou *“o caso para lá”*, tendo em vista que acredita existirem pessoas que precisam mais deste recurso que ele. Também, para que ele aceitasse a condição de beneficiário do PBF, ainda que o mesmo não fosse o titular, importa pensar que Josias defende a manutenção do benefício por um período limitado de tempo, ao menos até que a pessoa possa se organizar e retomar suas atividades laborais. No mais, convém destacar ainda que sua mãe é beneficiária do PBF, sendo sua situação justificável para Josias, na medida em que ela precisa deste recurso dada a sua necessidade de saúde, que gera um custo alto, que a aposentadoria não é capaz de arcar, além de cercear a inserção desta no mercado de trabalho.

Por fim, Josias concorda que algumas pessoas que recebem o Bolsa são *“preguiçosas”*, indicando uma leitura moralista e generalizadora que desqualifica o sujeito inserido no Programa. De forma diversa, Renata se diz *“chocada”* com o fato das pessoas em seu trabalho reproduzirem este tipo de discurso de que os beneficiários seriam pessoas *“malandras”* que não querem trabalhar. Renata, contrariamente, ressalta que as pessoas *“querem trabalhar”*, porém, menciona que *“a situação está difícil”* dada a falta de emprego. Segundo ela: *“Às vezes a pessoa não trabalha, não é porque não quer, não. As pessoas não trabalham, porque não tem trabalho!”*

A concepção de Renata acerca da relação entre PBF e trabalho está amparada por dois aspectos relativos à sua experiência de vida. Primeiro, ela tem uma irmã beneficiária que hoje não trabalha mais remuneradamente e se vê apoiada pelo benefício do Programa e por sua rede de sociabilidade familiar, fato este que não é lido negativamente pelos entes, tendo em vista que Lourdes presta ainda serviços domésticos para outra irmã, servindo como forma de retribuição e ajuda mútua. Por outro lado, o marido de Renata, apesar de não ser beneficiário, encontra-se desempregado e está à procura de emprego, evento que reflete em sua percepção sobre a questão. Ademais, a mesma ainda ilustra casos na vizinhança, mostrando que o Programa incide em melhorias na vida das pessoas inseridas nele, mas indica que o mesmo deve ser uma “ajuda” temporária enquanto a pessoa não esteja trabalhando. Logo, a partir do momento em que se consegue um emprego, o benefício deve ser “cortado” na concepção de Renata.

A senhora Lucélia, por outra via, apesar de ter uma filha beneficiária, possui argumentos mais alinhados ao discurso desqualificante discutido anteriormente. Sobre “não trabalhar”, a mesma ressalta que essa é uma situação “chata” e que, em que pese levar em consideração o cenário de desemprego que permeia a população no Município, aponta que persiste um quantitativo de pessoas que não trabalham porque “*não querem*”. Assim, segundo Lucélia:

Essa gente nem esquenta. Fala assim: Ah, não vou trabalhar não, estou por conta do governo. E muitos aqui fala isso. Passa na porta desses bar, esse homens tá tudo lá, pode trabalhar e não trabalha. [...] Nem pra fazer um biscate pra gente, tá? A gente pede pra fazer uma coisa ou outra, e ah não! Quero trabalhar não, não tô com vontade. [...] tem muitos que é Bolsa Família. E, tem gente que não trabalha mesmo é safadeza mesmo, porque não quer (risos). É, é assim, como é que pode? [...] Ah, aqui embaixo mesmo tem uma porção.

Termos como “essa gente”, “safadeza”, “porta de bar”, “não tô com vontade” entre outros, são indicativos do enquadramento moral a que um determinado conjunto da população está sujeito por não “trabalhar”, seja por “safadeza” ou porque está “por conta do governo”. Diante disso, a senhora Lucélia foi questionada ainda sobre se ela já precisou recorrer a algum auxílio governamental, questão que foi respondida prontamente com a seguinte frase: “*Não, graças a Deus*”. Isso porque, na medida em que o benefício é direcionado para a população mais pobre, sendo esta uma categoria muitas das vezes negada como autorreferência dado seu teor negativo, a não necessidade de recorrer a um auxílio nestes termos é percebida como algo positivo e passível de ser agradecido inserindo-se dentro de uma lógica de provisão de divina.

Além disso, o quesito “sorte” também é mencionado ao tratar sobre o que garantiu a inserção de sua filha no PBF, dando a entender que a mesma fora escolhida, não porque estava desempregada e sem condições de suprir suas necessidades materiais; e sim, porque ela “*correu atrás*” e “*deu sorte*”, revelando que pouco se compreende dos critérios de inclusão e manutenção no Programa.

A percepção presente entre os beneficiários é muito próxima daquela que caracteriza os não beneficiários, apontando para fronteiras morais entre os próprios envolvidos no Programa quando levado em conta o valor moral do trabalho. Vanete, por exemplo, enfrenta atualmente uma situação de desemprego juntamente ao seu marido. Desempregada há 09 anos, desde que engravidou e não conseguiu mais dar conta do serviço doméstico realizado em casa de família, seu sonho é ter sua carteira de trabalho assinada. Sobre o que a beneficiária acha que leva as pessoas a não mais trabalharem, ela aponta ser a falta de emprego, tomando por referência sua própria experiência de vida. De acordo com a mesma: “*Eu penso que se tivéssemos a oportunidade de mais, se as portas estivessem mais abertas pra trabalho, estaria todo mundo trabalhando*”.

Apesar do olhar embasado por uma leitura da realidade que reconhece a implicação estrutural do desemprego, Vanete menciona que o que falta para ela trabalhar com “*artesanato*”, que é o que ela afirma gostar de fazer, é ela “*procurar mais, é pensar nisso, me desempenhar nisso [...] acho que é cabeça mesma, atitude pra correr atrás de um curso, essas coisas*”. No mais, sobre receber “dinheiro do governo”, a beneficiária menciona que o Programa é uma “*Ajuda, fundamental, importante, nunca ajudaram [...]. É o primeiro Bolsa Família, não concordo [...] se tirar não, porque [...] ainda é pouco. Porque a gente ainda tem que trabalhar, ainda tem que abrir as portas do trabalho pra poder ajudar a gente pra [...] trabalhar*. Logo, ela acrescenta que o “*Bolsa Família não é tão bom não, tem que trabalhar*”.

Vanete acredita que o que tenha determinado sua inserção no Programa foi sua condição de desemprego, e afirma ainda ter confiado que no ato da inscrição fosse conseguir ser selecionada pois sua “*irmã tinha o Bolsa Família e muitas outras pessoas também falaram que fez e deu certo, que vieram pra eles. Então achei que viria pra mim também*”. O fato da mesma conhecer a pessoa que a atendeu no momento do cadastro também é identificado como elemento facilitador de sua inclusão no PBF. Ademais, ela defende ainda que, o direito a continuar recebendo o benefício deve cessar quando a pessoa passa a trabalhar formalmente, a menos que a família tenha “*uma criança deficiente*” em casa.

Sobre os comentários depreciativos que são disseminados em sua rede de sociabilidade, Vanete alega já ter presenciado a reprodução dos mesmos em sua própria vizinhança. O teor destes, segundo ela, aponta para a ideia de que aqueles que recebem o benefício do Programa, são os que “não procuram emprego”, “não gostam de trabalhar”, ou ainda “querem dinheiro fácil”. Diante disso, a beneficiária menciona, inclusive, já ter se sentido envergonhada perante a tais boatos, revelando: *“Ah, eu já, porque eu tô desempregada, achei até que podia servir pra mim essas coisas que estão falando, que eu tô desempregada, que eu tenho que procurar um serviço e deixar de receber a Bolsa Família.”* Para ela, trata-se de um preconceito por parte da sociedade, reproduzida em seu âmbito interacional, mas que, de forma ambígua, Vanete diz concordar, chamando tais comentários de “verídicos”. Já Marly acredita que estes nada mais são que “difamações”, não sendo verdade, pois, segundo ela, *“está faltando emprego”*.

Maria também é uma das beneficiárias que revela já ter passado por constrangimentos por conta das “fofocas” disseminadas em seu bairro. Entretanto, se os boatos apontam para o fato de que quem recebe o Bolsa Família são pessoas “desocupadas”, a reprodução destes ocorre, segundo Maria, por pessoas “invejosas” que não conseguiram acessar ao Programa. Por outro lado, Maria é aquela beneficiária referenciada anteriormente, que não acreditou que fosse conseguir o direito ao Aluguel Social, na medida em que imaginou que *“fossem falar, né, ‘ela tem condições de trabalhar, ela é nova’, mas Graças a Deus eu consegui”*. Ou seja, a mesma já internalizou o discurso reproduzido socialmente que destaca que, só é legítimo de receber um auxílio governamental, aquele que não reúne as condições necessárias para acessar a via moralmente superior de suprimento de suas necessidades materiais: o trabalho.

Verifica-se, assim, que alguns beneficiários procuram afastar a desqualificação social existente no discurso alheio e muitas vezes apropriado por ele mesmo, exaltando o valor do trabalho como norte para sua própria existência. Para suportar a condição de assistido que enseja uma leitura de “aversão ao trabalho”, os interlocutores beneficiários atestam sua condição como passageira, não negando, entretanto, a importância do benefício que reflete, positivamente, em sua vida. Assim, ser “dependente” de um Programa de transferência de renda, é muita das vezes uma necessidade e, não aderir a ele quando preciso, pode ser percebido como uma reação embasada por um sentimento ou de “orgulho”, ou de “vergonha” por conta do “preconceito” da sociedade. O problema, neste aspecto, não seria tanto ser ou não beneficiário de um Programa nestes termos, e sim, corresponder à leitura negativa que a sociedade tem do “pobre-beneficiário-dependente-acomodado”, e a qual os entrevistados procuram, a todo custo, se afastar.

Para tanto, podemos mencionar que esta população lança mão de alguns artifícios na tentativa de afastar as representações socialmente negativas as quais estão expostas. Uma das estratégias utilizadas por este público, encontra-se em delegar ao outro os atributos negativos impostos ao “pobre beneficiário”, negando estes enquanto características próprias. Assim, “eu” mereço o benefício pois minha situação de necessidade material aliada à configuração familiar me garante a legitimidade, ao mesmo tempo em que não deixo de “correr atrás⁵³ de trabalho”; enquanto o “outro” é quem se “aproveita” do Programa e não mais se empenha em “procurar um serviço” pois é “preguiçoso”. Ou seja, percebe-se que, em resposta a uma exigência ética de conduta que impera sobre a figura do beneficiário, moralmente cobrado pela sociedade, os interlocutores beneficiários procuram exaltar atitudes que correspondam socialmente aos valores impostos socialmente. Por isso incorporam dimensões como “resiliência”, “honestidade”, “solidariedade”, “trabalho” etc.

Assim, ainda quando não se “gosta” do trabalho que exerce, ninguém nega o valor moralmente positivo do ato de “trabalhar”. Por isso mesmo que Maria revela que, em pese não gostar do que faz enquanto diarista, ela prefere trabalhar, “*com certeza*”. Esta convicção verificada em sua fala se faz sentir no discurso dos variados interlocutores que defendem o labor a partir de argumentos diversos. Maria, por exemplo, aponta que prefere trabalhar, pois, além do dinheiro como elemento motivador fundamental, é mediante a ele que o sujeito pode “conquistar o que é dele” e “cuidar melhor dos filhos”. Além disso, mais uma vez a superação da condição de beneficiário é condicionada à inserção do sujeito no mercado de trabalho formal, destacando que:

Bom, se algum dia, né, se eu conseguisse um emprego de carteira assinada e tudo mais, aí eu não faria muita questão não, né? Mas se continuasse seria uma boa. Se eu conseguisse futuramente um emprego de carteira assinada, não faria muita questão não, deixaria pra quem realmente precisa, né?

Além do trabalho como mecanismo legítimo para “ganhar dinheiro”, que é o que permite o suprimento das necessidades diárias dos sujeitos, principalmente em um país de economia altamente monetizada como o Brasil, outras conotações são associadas a ele. Ângela, por exemplo, afirma que trabalhar é uma forma de socialização, ou de modo análogo, não trabalhar é sinônimo de “tédio”. O mesmo é considerado por Lucimara, que afirma “*Sempre gostei de*

⁵³ Expressão recorrente entre não beneficiários, mas também entre os beneficiários entrevistados. Verifica-se que, a expressão: “correr atrás”, contrapõe-se à lógica do “pobre acomodado”. Logo, é notória a percepção de que, as disposições para agir no mundo não dependeriam necessariamente de elemento estrutural, mas, sim, de si mesmo. O que em última instância aponta para a responsabilização do sujeito pobre por sua situação de “sucesso” ou de “fracasso” (PAUGAM, 2003).

interagir com as pessoas. Então pra mim, trabalhar é o que eu mais sinto falta. [...] Com certeza o dinheiro faz muita falta, mas também de sair, de ter um objetivo”.

Por outro ângulo, não trabalhar pode levar o sujeito a tomar o caminho do “isolamento”, da “bebida” e até mesmo da “depressão”, indo no sentido contrário de uma vida “plena” e “digna” (TAYLOR, 2013; SOUZA, 2012). Segundo Milton:

[...] eu tinha um primo meu que acontecia isso aí...ficou muito isolado, ficou sem trabalho, sem um compromisso na vida, acabou falecendo há pouco tempo, porque ficou muito sem preocupação, aí passou a beber, a ficar isolado, a vida ficou isolada, aí acabou falecendo. [...] Não trabalhava [...], quando trabalhava era uma vez por ano, aí se entregou a bebida. Acabou com a vida dele. [...] não tem saúde, né? Se tem boa vontade de trabalhar, e saúde é bom trabalhar. [...] Não trabalhar mais pode ficar doente, né, na depressão.

Também Lucimara revela como se sente na condição de desempregada, mencionando que *“Então...tem dias que eu me sinto mal, tem dias que eu me sinto depressiva, dias que eu me sinto normal, não sinto nada. Tento não muito, pensar nessa forma, tipo assim, tento não pensar muito nisso. Mas me sinto mal, eu gosto de trabalhar e queria estar trabalhando no momento”.* Marly, por outro lado, aponta que é por meio do trabalho que ela pode “comprar suas coisas” e “não precisar depender de nada”. Sobre o PBF, ela menciona que a inserção nele só ocorre por conta da efetiva “necessidade” das pessoas. Ademais, a mesma aponta que acredita que algumas pessoas, mesmo precisando do benefício, não o acionam por “vergonha”, tendo em vista o receio da *“pessoa ficar julgando a outra: “Ah, caça um serviço”*, tendo ela mesmo presenciado comentários deste tipo. Assim, apesar de achar o Programa positivo, Marly destaca que:

Eu acho que eles tinham que dar emprego ao invés de dar a Bolsa, devia dar um emprego para o pessoal, sei lá, ao invés de dar dinheiro, dá um emprego para o pessoal. [...] Porque pelo menos a pessoa assim está trabalhando pra conseguir o dinheiro, não está ganhando o dinheiro assim... É um dinheiro bom, você ganha, mas pelo menos você está trabalhando ali pra ganhar o dinheiro.

Para a beneficiária, receber um benefício governamental é o mesmo que “ganhar um dinheiro de graça”, colocando-se em uma condição moralmente inferior em relação aqueles que ganham seu dinheiro mediante o “suor de seu trabalho”. Como Marieta mesmo acrescenta: *“Preferia que fosse um trabalho né, pelo menos você tá ganhando com o seu suor também, né?”* Argumento similar é defendido ainda por Vilma, que aponta que o benefício do PBF *“[...] é uma ajuda, né, bom mesmo se tivesse um serviço fixo, mas não tem, mas é bom”.* Também Juliane assinala: *“Ah, eu não sei né? Porque eu preciso... eu acho que aqui no Carmo é difícil*

né, porque por exemplo, se tivesse uma empresa boa pra trabalhar, ganhar mais, aí acho que poderia até não receber, mas aqui no Carmo é meio impossível, né? (risos).

Percebe-se, neste panorama, que os próprios beneficiários são capturados por esta leitura em torno do Programa, reproduzindo, em suas relações e em seu discurso, este enquadramento moral que acaba por provocar fronteiras entre atores submetidos a condições socioeconômicas similares. Os delineamentos negativos convivem, assim, com os aspectos positivos que são reconhecidos tanto por beneficiários, quanto por não beneficiários em relação ao Programa. Neste aspecto, notam-se algumas variações no que tange à legitimidade em torno da permanência do Programa, que para alguns deve ocorrer até que o sujeito encontre um emprego, e possa, assim, superar sua condição de beneficiário. No mais, outros acreditam que, ainda quando o sujeito consegue se inserir no mercado de trabalho, o que define sua permanência no Programa é se o mesmo consegue suprir suas necessidades básicas, nem sempre interpretadas de forma homogênea pelos interlocutores, sendo o limite de permanência no Programa demarcado por cada um de acordo com sua experiência de vida e norteado pelo ordenamento moral ao qual o sujeito adere. Por fim, verifica-se que nenhum interlocutor do bairro A admitiu sua permanência vitalícia no Programa, demonstrando que, a adesão à condição de assistido para este público tem o caráter de temporalidade, sendo esta situação considerada passageira.

4.4 A DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS MORAIS NO BAIRRO B

A inserção no bairro B contou exclusivamente com o apoio do nosso informante-chave, Leandro. Primeiramente, contatamos um conhecido que trabalha na creche local, que assim nos permitiu estabelecer as primeiras aproximações com as famílias. A investida no bairro, em um primeiro momento, nos chocou pela falta de infraestrutura urbana e de saneamento básico. Os moradores, entretanto, apesar da precariedade, parecem ter realizado um sonho para muitos hoje em dia, que é o da conquista da casa própria. Muitos exibem, com orgulho, o documento que foi formalizado junto à prefeitura, garantido a posse da casa que, em momento anterior, fora alvo de ação movida pela mesma contra os ditos “invasores” que transformaram o conjunto habitacional em “favela”.

Já em minhas primeiras visitas, fui apresentada à uma configuração que apontava para uma demarcação informal entre os moradores locais: os da rua de baixo e os da rua de cima. A primeira, considerada a rua dos “baderneiros”, dos “bêbados”, dos “drogados” e de todo o “tipo” de gente com a qual é “melhor” não estabelecer um relacionamento, era considerada

como reduto de pessoas de “má índole”. Enquanto a segunda, a rua de cima, essa sim era dita provida de “pessoas de bem” e “agradáveis”, as quais eu poderia ficar “tranquila” em entrevistar, segundo alguns moradores locais. Uma das entrevistadas, inclusive, chegou a mencionar que teve vontade, inicialmente, de se mudar por conta dos moradores da “rua de baixo”. Porém, além de mencionar que sua rua está isenta de “arruaças”, acrescenta ter desistido da mudança, principalmente dado o fato dos moradores da “rua de baixo” estarem mais restritos a este espaço, não afetando tanto a “paz” e o “sossego” dos moradores da “melhor” parte do bairro.

Esta mesma beneficiária, que denominamos por Joana, no momento de sua entrevista utilizou, por várias vezes, um “tom de fofoca” para se referir aos vizinhos. Chegou ainda a apontar-me as casas nas quais eu poderia ser “bem” recebida para proceder às entrevistas. Por outro lado, Joana ainda se referiu nominalmente àqueles os quais a mesma acreditava que não precisariam do benefício do Programa, destacando os casos em que as pessoas ganhavam até mesmo mais que ela. Ademais, ela não hesitou ao citar que o “pessoal da rua de trás” não era de “trabalhar”, e que ela mesmo não sabia como eles conseguiam “arranjar dinheiro” para a compra de drogas e para a realização de eventos, como “churrascos”. Em um determinado momento, Joana chegou a mencionar que, o dinheiro deste público, só poderia ser proveniente do recurso do Bolsa Família.

Tomando como norte este universo configuracional (ELIAS e SCOTSON, 2000), importa mencionar, que as fronteiras morais encontradas no bairro A, também foram identificadas no bairro B. Porém, alguns elementos merecem destaque nesta seção, tendo em vista as especificidades desta localidade, potencializadas diante do fato de tratar-se de um território já desclassificado socialmente. Logo, procuramos demonstrar as fronteiras mais acentuadas estabelecidas neste bairro. Para tanto, convém relatar que as entrevistas ocorreram nas casas dos moradores, ou, em alguns casos, nas calçadas, sob os olhares vigilantes e curiosos da vizinhança. Por vezes fomos surpreendidos por “vozes” que ecoavam em resposta às perguntas que fazíamos no ato da entrevista, como o caso de um homem que gritou durante a entrevista com a beneficiária Paula: *“se alguém falar que trabalhar é bom, tá mentindo. Se trabalho fosse bom se chamaria ‘doce’”*.

Outra situação interessante de ser ilustrada, neste momento, é o de duas beneficiárias que, ao fim de um dia de entrevistas, quando estávamos já próximos à saída do bairro, vieram ao meu encontro questionando do que se tratava a pesquisa. Expliquei a elas os objetivos do trabalho, e estas me revelaram que, em contato com algumas pessoas que já haviam participado,

as mesmas haviam tomado ciência de alguns questionamentos feitos na ocasião da entrevista. O interesse de ambas as beneficiárias que me acionaram centrava-se no quesito “preconceito” da sociedade com relação ao Programa, e, mais especificamente, com relação aos beneficiários do PBF. A beneficiária Letícia, uma das meninas que me abordou, perguntou-me se eu achava que o tratamento recebido pelos beneficiários na Agência Lotérica do Município, tal como relatado por alguns entrevistados, podia ser considerado “preconceito”. Respondi, mencionando que eu gostaria de saber a forma como as mesmas interpretavam a situação, motivo pelo qual ambas se voluntariaram a participar da pesquisa.

Adentramos, assim, no âmago das fronteiras encontradas no bairro B. Como boa parte dos moradores é composta por beneficiários do PBF, na medida em que as condições socioeconômicas destes, justificam esse fato, é possível perceber que, os beneficiários e os não beneficiários tendem a reconhecer a legitimidade – ao menos econômica- deste público como elegível ao Programa. Ou seja, constata-se que, a maioria considera os residentes do bairro como “merecedores” do benefício. Ocorre, entretanto, que isso não isenta estes moradores, sejam beneficiários ou não, de estabelecerem fronteiras morais entre si, tais quais as que apresentamos como as mais expressivas neste contexto.

4.4.1 O sistema de vigilância local e as faces do “controle social” no bairro B: o “bom” versus o “mau” beneficiário

Reconhecer um beneficiário como “merecedor” do recurso do PBF requer levar em consideração tanto a variável econômica, como também a moral. Assim, ainda que os moradores do bairro B estejam legitimados pelo plano socioeconômico, o mesmo não pode ser dito do plano moral. A demarcação entre “trabalhadores” *versus* “acomodados”, “bons” *versus* “maus” beneficiários, entre outras, apontam para algumas das fronteiras morais que são construídas entre atores que compartilham de condições de existência materiais. Tais fronteiras se expressam por meio de diversas formas. Uma delas é a espacial, manifesta na separação entre “os da rua de baixo” e “os da rua de cima”, que incide em um mecanismo de “evitação” destes últimos em relação aos primeiros. Por esta razão, os entrevistados “da rua de cima” procuraram me advertir quanto aqueles a quem eu não deveria procurar, ao mesmo tempo em que me direcionavam para os moradores “de respeito” a quem eu poderia entrevistar.

Por outro lado, verifica-se a ampla aceitação de um sistema de vigilância entre os moradores locais, seja ele baseado nos mecanismos de controle formal relativos ao Programa,

como as condicionalidades e as visitas domiciliares para aferição da pobreza, quanto informal, estabelecidos entre os próprios residentes.

A beneficiária Adelaine, por exemplo, concorda tanto com a visita domiciliar quanto com as condicionalidades do PBF. Sobre estas últimas, a mesma aponta tratar-se de um mecanismo positivo na medida em que: *“Ajuda a gente porque eles não faltam, né? Mais ou menos, né? Porque tem criança, adolescente que não quer nem saber se coisa ou não. Mas bom, poderia ajudar mais na saúde, né? [...]”*.

Para Adelaine, a potencialidade das condicionalidades, mais especificamente a voltada para a área da educação, estaria centrada no fato das mesmas contribuírem com as famílias, posto que, funcionariam como um mecanismo de “pressão” sobre os filhos para se manterem assíduos às aulas. No que tange à condição de saúde, a mesma menciona que poderia melhorar no sentido de que, os serviços prestados deveriam abranger, para além do proposto na condicionalidade - vacinação e acompanhamento do desenvolvimento da criança –, uma rede mais ampla de profissionais da saúde que pudessem realizar ativamente visitas domiciliares. Assim, enquanto a beneficiária percebe a condicionalidade de educação por uma lógica de responsabilização familiar pelo zelo da frequência escolar, a condicionalidade de saúde é pensada pelo âmbito da responsabilização governamental na provisão de um serviço de qualidade para as famílias, envolvendo uma rede multiprofissional que atenda a família em seu conjunto. Em que pese a idealização da beneficiária ser próxima ao que já está previsto pelas ações da Estratégia de Saúde da Família (ESF)⁵⁴, Adelaine reforça a saúde como algo que merece atenção dada a restrição de profissionais na visita domiciliária (CRUZ e BOURGET, 2010) prevista pela ESF, que dispõe apenas de agentes de saúde no bairro em questão, quando a mesma acredita que poderia ser composta por médicos, enfermeiros, etc.

⁵⁴ “Na tentativa de reorganizar a atenção básica em saúde em substituição à prática assistencial vigente, voltada para a cura de doenças, e também buscando redução de custos e minimização de conflitos sociais, o Ministério da Saúde (BRASIL, 1994) assumiu em 1994, o desafio de incorporar em seus planos de ações e metas prioritárias o Programa Saúde da Família (PSF)”. [...] A ESF incorpora e reafirma as diretrizes e os princípios básicos do SUS (universalidade, equidade, integralidade, regionalização, participação social e descentralização) e se alicerça sobre três grandes pilares: a família, o território e a responsabilização, além de ser respaldado pelo trabalho em equipe. Para a ESF, a família deve ser entendida de forma integral e em seu espaço social, abordando seu contexto socioeconômico e cultural, considerando que é nela que ocorrem interações e conflitos que influenciam diretamente a saúde das pessoas (BRASIL, 1997).” (CRUZ e BOURGET, 2010, p.606, 607).

Além disso, o controle se manifesta ainda no sistema de vigilância estabelecido em torno do valor recebido por cada beneficiário. Adelaine, por exemplo, acredita que todas as famílias deveriam receber o mesmo valor. Tal leitura está condicionada a sua própria experiência enquanto beneficiária. Vemos, neste ponto, que a percepção da beneficiária se apoia na comparação feita entre sua situação de carência material e a dos demais beneficiários os quais tem acesso. Logo, ao constatar que o valor percebido por alguns beneficiários seria maior que o recebido por ela, o sentimento que nutre Adelaine é o de “injustiça”. Por isso, a proposta da mesma é a de equalizar o valor do benefício, ou seja: todos deveriam receber o mesmo valor.

O sentimento de “injustiça” é compartilhado por Lara, também beneficiária residente no bairro B. Por isso mesmo, ela concorda que deve haver visita domiciliar para verificação da condição de pobreza das pessoas, pois “[...] *as vezes a pessoa fala que precisa e não precisa, tira daquela que tem, da boca daquele que precisa pra botar na boca do que já tem.*” A mesma acrescenta ainda que conhece muita gente que “não precisaria” do benefício e, ainda assim, o recebe. A leitura de Lara em torno da necessidade ou não do benefício está amparada por uma gama de símbolos materiais que funcionam como critério de julgamento para atestar o merecimento do sujeito em relação ao recurso do PBF. Segundo a beneficiária, “*Tem gente que tem carro de quatro portas, tem Gol, que recebe. Tem gente que tem Twister⁵⁵ e recebe. Pra quem tem Twister, não precisa receber isso, entendeu?*” No mais, o julgamento de quem seria o público legítimo ou não de acessar o benefício, juntamente ao controle exercido sobre o valor que cada beneficiário recebe, seriam os alvos preferenciais das “fofocas” disseminadas no bairro B, segundo Lara. De acordo com a interlocutora:

Ah, escuto isso que eu te falei...um recebe mais do que o outro, o outro não precisa, entendeu, aquele lá já tem bastante, já tem casa própria, já tem tudo dentro do armário, entendeu, tem móveis novos, tem tudo então não precisa e essas são as fofocas.[...] Escuto muita coisa. Tem gente que é dona de salão, entendeu, que recebe o Bolsa Família. [...]. Tem gente que tem uma família que tem condições, entendeu, recebe o Bolsa Família, tem gente que tem o carro do ano, recebe o Bolsa Família. Isso não é justo, né? [...] Tipo assim, vamos supor, as vezes eu recebo R\$322,00, não estou reclamando, graças a Deus, Deus me deu isso, só que eu não acho justo a pessoa as vezes tem um Gol de 4 portas, aquela pessoa recebe muito mais do que você, isso aí eu não acho justo.

Em que pese a beneficiária concordar, em algum nível, com essas “fofocas”, a mesma relata que elas seriam originadas por pessoas que possuem “dinheiro” e que não “precisariam” efetivamente do recurso do Programa, não excluindo, entretanto, a possibilidade de outros

⁵⁵ Modelo de motocicleta da Fabricante Honda.

atores, “mais necessitados”, reproduzirem tais elementos. Ainda menciona já ter presenciado comentários depreciativos, tais como: *“Ah, essa pessoa não precisa disso não, que não sei o que, tem que caçar um serviço. Já escutei várias coisas”*. E ainda acrescenta: *“[...] se bobear, se você chegar ali e falar assim: você recebe Bolsa Família? Muita gente fala assim: Eu acho isso uma injustiça, que não sei o que, isso é porque a pessoa não gosta de trabalhar, o governo está com muito dinheiro e tal, etc...já escutei várias coisas sobre isso”*.

Em que pese Lara sentir-se, como ela mesma mencionou, “triste” com tais “ofensas”, ela mesmo reproduz, em alguns aspectos, certas versões morais em relação ao que compreende como protótipo de um “verdadeiro” ou “bom” beneficiário do PBF. Assim, dispor de um “carro” ou de uma “moto”, para ela, é o mesmo que portar um conjunto de alegorias que conduzem a uma imagem indicativa de que o sujeito não “mereceria” ser atendido por um Programa de transferência de renda que tem como público-alvo, pessoas enquadradas como “pobres”. Esse “pobre”, por outro lado, é ressignificado quando o sujeito faz uma autorreflexão. Lara, por exemplo, menciona que a pobreza está relacionada à privação de alimentos bem como ao fato da pessoa que não tem condições de arcar com seus gastos mensais, ficar a mercê da “conversa fiada” dos outros. Ser pobre, para a mesma, é então perder a “dignidade” de “caminhar pelas ruas”, estando submetido ao escrutínio público. Assim, a beneficiária afirma que se considera *“pobre em termos”*, na medida em que é *“rica de saúde”*, procurando assim compensar, moralmente, a desqualificação social (PAUGAM, 2003) atinente ao termo. Acresce-se a isso, o fato da mesma procurar se afastar da concepção socialmente negativada ancorada na categoria “pobreza”, utilizando, como substituto o termo “humilde”. Logo, pobre *“Acho que a gente não somos não”, porque a gente gosta de trabalhar, a gente tem o que tem por causa do suor, mas humilde toda a minha família é sim.”*

O “gostar de trabalhar” funciona aqui como uma forma de lidar com a assimilação da condição de “assistido” em relação ao PBF. Assim, só haveria pessoas “mais pobres” que Lara, *“[...] porque não quer trabalhar, agora fora isso...”*. A aceitação em relação ao Programa só é possível para esta beneficiária mediante à adesão de ao menos dois valores (TAYLOR, 2013). O primeiro é o “trabalho”, logo, verifica-se que a motivação para o labor permanece como uma “escolha” individual e independente do fator estrutural. Para Lara, as pessoas “ficam à toa”, porque querem, *“pois pode muito bem procurar um bico, pode muito bem trabalhar na lavoura, se realmente quer trabalhar, qualquer serviço que aparece pra você, é lucro”*. A percepção da entrevistada encontra respaldo na lógica da “força de vontade”, revelando que o agente, para ela, é o único responsável por sua situação de “sucesso” ou “fracasso”.

Por outra via, outro valor ao qual Lara e outros beneficiários aderem para lidar com o “peso” da condição de “assistido” é a adesão ao papel social de “boa mãe”, na medida em que o recebimento do recurso do Programa é justificado como algo em prol dos filhos. Assim, segundo a beneficiária, ela só recebe o dinheiro atinente ao Bolsa Família, por causa dos seus filhos. Logo, “[...] *se realmente o governo tem pena da gente, eles têm que ter pena das crianças primeiro, né, e não ter pena da gente, porque as crianças não pedem para vir ao mundo, né. Já que eles estenderam essa mão, a gente tem que agarrar.*”

Para Neide, é sua condição de carência material aliada à priorização das necessidades dos filhos que a levou a solicitar o benefício. Segundo ela “*é muito triste, igual a gente [...] ver um filho chorar por causa de um biscoito, por causa de um leite entendeu? E não ter para dar. Eu não sei ver meus filhos chorar por causa das coisas e eu não ter para dar; não preciso de muito, mas do suficiente entendeu, para eles viver assim*”. Ela alega ainda ter retardado ao máximo sua inserção no Programa, se dizendo “justa”, como podemos conferir no trecho abaixo:

Não, por causa de que eu sou justa. Antes eu vivia numa situação de que eu não precisava receber o Bolsa Família. Eu era casada com um rapaz que tinha umas condições boas, sabe como, era bem empregado e eu não achava justo eu tirar a vez de quem assim precisava mais do que eu, entendeu? Aí depois larguei dele tem 4 anos, aí eu me deparei sozinha e mesmo assim ainda não fiz, continuei vivendo de bico das coisas, aí eu vi que as coisas apertou aí peguei e fiz.

R. O que te levou a procurar o Bolsa?

Foi o aperto mesmo, a dificuldade de criar as crianças sozinha sabe como? Não ter um serviço. E morar aqui também né, porque as condições que a gente mora aqui não tem uma luz, não tem uma água fresca pra dar as crianças, não tem nada.

Adelaine, de forma semelhante, encara o recebimento de um auxílio governamental como algo positivo, utilizando como justificativa, em um primeiro momento, sua situação de necessidade material. Por outro lado, a beneficiária alega que o cenário em que está submetida é frustrante e “estranho”, pois o que ela gostaria mesmo era de poder “trabalhar”. Assim, em resposta à pergunta sobre se ela se sentiria mal recebendo um benefício assistencial, Adelaine afirma: “*Agora no momento, não. Pelos meus filhos, não. Mas eu queria trabalhar, queria muito, muito mesmo. Queria fazer o curso para me especializar mais, pra cuidar de uma pessoa de idade, queria muito muito mesmo, mas o que está me ajudando agora é o benefício*”.

Este panorama abre margem para que se exerça um controle ainda sobre o emprego do recurso do Programa, que parte tanto dos não beneficiários, quanto dos próprios beneficiários

do PBF. Assim, aceita-se como legítimo o investimento do benefício em artefatos voltados para as crianças e os adolescentes, mais especificamente em atividades relacionadas à educação deste público. O que não exclui, entretanto, a compra de outros itens aceitáveis, sem que se perca de vista a priorização dos filhos, com o gasto em artigos como: alimentos, roupas, etc. Os próprios beneficiários acabam por demarcar uma fronteira entre aqueles que consideram os “bons” beneficiários, que prezam pela aplicação “correta” do benefício e os “maus” beneficiários, ou seja, aqueles que utilizam o recurso de forma indevida, como em “bebida”, revelando que a moralidade é acionada como balizadora na formatação dessa configuração hierarquizada do bairro B, condicionando, assim, atores submetidos a critérios socioeconômicos similares.

Apreende-se, neste intuito, que a percepção de alguns beneficiários oscila entre duas perspectivas. A Primeira trata-se da recusa de uma concepção socialmente negativada em relação ao PBF e ao beneficiário que ocorre quando estes atores levam em consideração sua própria experiência, construindo, assim, racionalizações que servem para justificar a condição de beneficiário de um Programa que atende aqueles cuja desqualificação social recai (PAUGAM, 2003). Por outro lado, há a reprodução das imagens negativas projetadas sobre a figura do beneficiário, transferindo, sempre a um “outro”, o descrédito resultante do enquadramento moral deste pobre “dependente”, no intuito de recriar diferenças entre si, evitando assim o nivelamento em relação a este, utilizando como estratégia, portanto, a adesão a valores morais compensatórios.

É nesse intuito que as faces do controle ultrapassam os mecanismos formais de vigilância. Além disso, a defesa destes artifícios acaba por se ancorar em argumentos diversos, transcendendo aqueles previstos pelo próprio desenho do Programa. Lara, por exemplo, defende as condicionalidades do PBF, não porque estas funcionariam como mecanismos de pressão sobre a autoridade governamental para o provimento dos serviços básicos de saúde e educação. Para ela, as condicionalidades devem existir, pois “[...] *nada você ganha assim fácil, né, tudo tem que ser cobrado no coisa, então tem que ter. [...] Tem que dar satisfação para o governo, pra ver se você está...*”. Ou seja, a ideia da beneficiária é de que a condicionalidade seria uma “retribuição” pelo benefício recebido, ou talvez, de forma mais precisa, uma “prestação de contas” pelo recurso do Programa. Ademais, nada seria mais “justo” que utilizar este dinheiro com “responsabilidade”, e em atividades consideradas moralmente recomendáveis, como material escolar, alimento, etc.

Neide também concorda com as condicionalidades como forma de “prestação de contas” do dinheiro “investido pelo governo”. Segundo ela: *“Estão investigando também para saber pra onde tá indo o dinheiro, o que tá sendo feito direitinho [...] Porque antigamente não era cobrado e por isso existe muitas crianças, cresceu muitos adulto analfabeto, né? Então eu acho que é legal sim.”* Além disso, a postura de Neide encontra respaldo no fato da mesma acreditar no benefício do Programa como uma forma de “ajuda” que o governo nem teria a obrigação de prover, como pode ser lido no trecho abaixo:

Eu considero uma ajuda [...] por causa de que pode ser um direito também né, mas só que eu penso que o governo também não tem obrigação também, porque não mandou a gente arrumar tanto filho, né. Eu penso assim, sei lá. Mas já que se eles pode ajudar a gente, dar uma força pra gente, um apoio pra quem tem um monte de filho e não tem condições de ajudar, pra mim é de grande ajuda. Porque tem país aí, Governo que não ajuda então...

O entendimento que majoritariamente atravessa os beneficiários e não beneficiários é o do Programa como uma “ajuda” dispensada pelo governo, indo de encontro a uma leitura em torno do benefício pela ótica do direito. Percebe-se, neste aspecto, que os agentes partem de uma percepção de culpabilização individual pela situação em que se encontram, expressa ainda na frase: *“[...] não mandou a gente arrumar tanto filho, né?”*. Com isso, verifica-se que estes atores acreditam na não obrigatoriedade da provisão de uma renda mínima, sentindo-se compelidos a “fazer a sua parte” diante desta “concessão”.

Ao lado dessa leitura, Paula também concorda com a imposição das condicionalidades, reproduzindo a mesma perspectiva dos agentes institucionais partícipes desta pesquisa. Primeiramente, segunda ela, as contrapartidas são importantes para “selecionar” o público atendido pelo Programa, pois *“senão, se for assim, todo mundo vai pedir a Bolsa Família aí e os compromissos mesmo? Nada!”*. Por outro lado, para a interlocutora, as pessoas só cumpririam a obrigação moral de manter os filhos na escola visando o benefício: *“[...] tem muita gente que manda os filhos para a escola por causa da Bolsa Família, nem tanto pra estudar né, mas por causa da Bolsa Família”*.

Joana, por sua vez, também beneficiária residente no bairro B, faz uma distinção entre “a gente”, referindo-se aos moradores da rua em que mora, e os “outros”, que seriam os moradores da rua de baixo, considerados os “piores elementos” do lugar. A mesma chega a enquadrar estes últimos no que podemos considerar como uma das últimas categorias que dizem respeito a hierarquia moral dos pobres, que são os “bandidos” (ZALUAR, 1994; BEZERRA, 2015). Sobre isso, ela ressalta que *“o pessoal da rua de baixo rouba”*. Também é sobre estes

moradores que recai a culpa pela promoção das “focacas” no bairro acerca dos beneficiários locais. Segundo Joana, partiria deste público os comentários depreciativos que indicam que os “beneficiários não gostam de trabalhar” e que “querem dinheiro fácil”.

Sobre se Joana concordaria com estes comentários, é interessante notar sua postura. Em primeiro lugar, importa mencionar que ela, beneficiária do PBF há 15 anos, ocupa o centro da *carreira moral de assistido* tal como discutida por Paugam (2003), tendo passado pelo aprendizado moral que esta carreira enseja. Joana não possui motivação para o trabalho “fora”, mantém uma forte dependência em relação ao benefício e também uma forte tendência a elaborar racionalizações que venham a justificar sua “instalação” na assistência. Assim, Joana menciona que não “trabalha” *“porque eu tenho problema de açúcar, né, sou diabética, né, aí tem dias, tem vezes que a minha açúcar vai até 200, tem que parar no hospital, aí eu parei, pressão alta, né? Aí eu não trabalho fora mais”*. Até mesmo a falta de luz elétrica é utilizada como justificativa para o fato da mesma ter sido levada a esta “escolha” de não mais exercer atividade profissional. Isso porque, segundo ela, em que pese a mesma “gostar de trabalhar”, era difícil passar o dia fora de casa e ter que arcar com os afazeres domésticos “no escuro” ao retornar do trabalho como diarista. Acresce-se a isso, o fato de Joana não poder *“deixar a casa muito aberta, porque aqui os outros pega”*, logo, seu marido preferiu “trabalhar fora” enquanto ela se ocupa da casa. A baixa remuneração ofertada no âmbito do mercado de trabalho, mais especificamente, nas atividades voltadas aos serviços domésticos, também é um fator considerado relevante na “escolha” de Joana, dado que *“é muito serviço e pouco dinheiro, né?”*.

Apesar da mesma criticar o fato dos moradores da “rua de baixo” *“ficarem falando com a boca alta”* que quem recebe o Bolsa Família é “porque não gosta de trabalhar”, a mesma afirma não se incomodar com tais focacas na medida em que, segundo ela *“não falam comigo, né?”* Ou seja, Joana não se sente contemplada com os comentários depreciativos, acreditando que estes estejam direcionados a “outros beneficiários” que de fato corresponderiam a esta interpretação negativa. No mais, ela ainda corrobora esta leitura, afirmando que a *“maioria aqui quase ninguém trabalha, né?”* e acrescenta que: *“[...] eu acho porque aqui se não tivesse o Bolsa Família, tinha que caçar um serviço, ia comer o que, né?”*. Ainda sobre isto, pensando em uma perspectiva de gênero, a beneficiária concorda que o Programa deva ser destinado preferencialmente à mulher, pois, segundo ela *“o homem tem que caçar um serviço, porque aqui mesmo tem homem que recebe o Bolsa Família, e não tem mulher dentro de casa. [...] Eu acho que...pra ele eu não concordo, pra homem não concordo não porque dá muita chance para eles ficarem dentro de casa, né?”*.

O mesmo é compartilhado por Paula, também beneficiária. Segundo ela, *“pra mulheres é melhor, né ou mais fácil do que para homens. Tem gente que já fala que não quer caçar um serviço, imagina se fosse pra homem, aí que os homens não iam caçar um serviço nunca na vida”*. Assim, percebe-se que a mesma não corrobora a leitura negativa em torno do beneficiário que se “acomoda” com o benefício quando diz respeito à mulher. O mesmo, entretanto, não se enquadra quando tomado por referência a figura masculina. Ademais, Paula concorda que o PBF deva priorizar a mulher quanto à disposição do benefício, pois segundo ela, *“Mulher que é mãe, mulher que geralmente que cuida da casa, cuida dos filhos, tem que dar para as mulheres mesmo”*.

Retomando a perspectiva de Joana, ao mesmo tempo em que ela concorda que o Programa possa vir a incitar o comodismo do público atendido por ele, a mesma não consegue imaginar sua vida sem o benefício, seja pensando no agora, ou no futuro. Porém, seu olhar quando destinado aos outros beneficiários parece ancorado em uma visão mais restrita de “necessidade”. Ela chega a mencionar como exemplo a situação de uma vizinha que receberia, além dos R\$300,00 do benefício do PBF - valor mais alto que o recebido por ela mesmo - mais um salário mínimo, alegando que ela *“podia passar o Bolsa Família dela para outra pessoa, né?”*. Baseada em um critério de “necessidade” de cunho econômico, a afirmação de que pessoas que não “precisariam” do benefício estariam se beneficiando do mesmo, leva Joana a defender as visitas domiciliares como mecanismo de verificação da condição de pobreza dos sujeitos. Entretanto, quanto questionada sobre se ela já havia passado por uma visita domiciliar nestes termos, a resposta foi:

Não, falou que vinha. Quem tivesse móvel bom, televisão boa assim, falou que a gente não ia receber, mas até hoje graças a Deus, não veio não. [...] Quem falou foi a assistente social mesmo. Quando nós fomos lá fazer o cadastramento, aí falou que vinha aqui, mas tem muito tempo já. [...] ...se tivesse móveis bons, algumas coisas boas, não ia receber não. Só ia receber mesmo essas pessoas que não tinha quase nada dentro de casa, móveis ruins... [...] E nós ficamos com medo: Ih, se vir aqui e ver essa televisão, como é que eu vou fazer? (Risos). Como é que eu vou fazer? Mas graças a Deus não veio.

Este trecho revela que, em que pese a mesma defender a visita domiciliar como forma de evitar que pessoas fora do perfil entendido como elegível ao PBF se inserissem no Programa, ela “agradece a Deus” o fato de não ter sido submetida e isto, na medida em que ela mesma possui bens materiais que poderiam indicar sua não legitimidade de acesso ao PBF. Depreende-se ainda da fala da beneficiária, que o profissional responsável por realizar a visita domiciliar – um assistente social – se utiliza deste mecanismo como um verdadeiro “teste de meios”, cuja

função é a comprovação irrestrita da necessidade para a seleção do mais pobre entre os pobres (PEREIRA, 2008). No mais, Joana não tem problemas em assumir a pobreza como uma autorreferência, atrelando este conceito à escassez material, ou seja, à privação econômica: *“Pobre, a gente quase não tem dinheiro, né? Quando a gente tem é aquele ‘mucadinho’ só, né?”* Ainda assim, ela não deixa de levar em conta que haveria, no bairro, pessoas em situação “pior” que a sua, que estariam submetidas a *“esse negócio de sacrifício de comida, tem sim”*.

Diante de uma maioria, uma beneficiária destacou-se por discordar do mecanismo da visita domiciliar para comprovação da situação de pobreza. Segundo Letícia, trata-se de uma “invasão de privacidade”, logo, *“não precisa entrarem dentro da sua casa, olharem seu armário, para a pessoa analisar...se ela decide se você vai receber ou não o Bolsa Família”*. Para ela, não é necessário

[...] chegar abrindo o seu armário, olhar tudo. Se o seu marido fizer uma comprinha, eles vão vir no dia que fez a compra, aí vão abrir: Ah, você não precisa receber o Bolsa Família. Eu acho assim. [...] A pessoa vai entrar...aí eu comprei uma carne, fiz uma compra, aí a pessoa fala: Ah, você tem condições de fazer compra, tem condições de manter alguma coisa, você não precisa do Bolsa Família não, vou dar pra quem precisa. Sendo que eu também preciso.

Para Letícia, a visita domiciliar é uma experiência aviltante que funciona como mecanismo de comprovação vexatória de necessidade. No mais, ela acredita ainda que esta ferramenta pode levar a uma leitura errônea da realidade do sujeito, dado o juízo de valor utilizado em torno da situação momentânea aparentada pelo domicílio. Fernanda, entretanto, compreende este mecanismo por uma outra ótica. Para ela, não se trata de uma experiência humilhante, e sim, de uma forma de ser lembrada e vista pelo Estado em seu contexto vivencial. Na medida em que o bairro B padece de infraestrutura urbana, sem a disposição do que há de mais básico para uma vida digna, como saneamento básico e luz elétrica, por exemplo, o sentimento que perpassa uma parte dos interlocutores é a de terem sido esquecidos pelos agentes governamentais. Assim, a visita domiciliar, na concepção de Fernanda, permitiria ao poder público conhecer mais profundamente a realidade e as reais demandas da população residente. Nas palavras da beneficiária: *“Sempre tem que ter alguém para apoiar a gente né, porque é difícil isso, é muito difícil alguém vir aqui ver, perguntar: Vocês tão precisando de alguma coisa? Muito difícil ver a gente aqui”*.

Pensando nos dois não beneficiários entrevistados no bairro B, o controle sobre os pobres locais segue a mesma lógica empreendida entre os pobres beneficiários. A única

diferença é que o sistema de vigilância se projeta dos pobres não inseridos em um Programa de transferência de renda sobre os beneficiários do PBF. Leonardo, por exemplo, possui uma visão crítica quanto aos símbolos que podem indicar a situação de carência material de um sujeito, garantindo a este a legitimidade de acesso a Programas como o Bolsa Família. Para ele, no bairro B, de fato os moradores estariam elegíveis ao benefício, ainda que alguns “*aparentassem uma condiçãozinha*”, aqui entendida como a posse de bens tais como carro: “*Algumas pessoas aqui aparentam ter uma condição, mas não tem condição nenhuma. Trabalhou que nem um... Ah, o cara tem um carro. E tem carro, mas o carro dele tá parado na garagem porque não tem gasolina (risos)*”. Ao mesmo tempo, Leonardo concorda com os mecanismos de controle formal do Programa como as próprias condicionalidades e a visita domiciliar, esta última, necessária, pois, segundo ele, muitos “*mentiriam*” sobre sua real condição, recebendo assim, o benefício, no lugar de alguém mais “*necessitado*”.

Josué, por sua vez, além de concordar com a visita domiciliar como forma de verificar se de fato a pessoa merece receber um auxílio governamental, o mesmo aponta que as condicionalidades são importantes para saber o que tem sido feito com o dinheiro investido pelo Governo. Assim, o mesmo apoia as contrapartidas: “*Porque senão também, tem mãe que não vai levar para vacinar, não vai dar satisfação do que tá fazendo com dinheiro. Entendeu?*”. Com isso, Josué direciona ainda o cumprimento das condicionalidades à figura da mãe, atribuindo a esta a responsabilidade de manter as crianças na escola e de manter em dia o calendário de vacinação destas. Ademais, o mesmo aponta não “*querer o benefício do Programa para si*”, destacando que somente as mulheres deveriam ser atendidas pelo PBF, na medida em que “*a mulher é mais frágil. É porque os homens tem que caçar um serviço mesmo, tem que roçar um pasto, tem que se virar. [...] Então eu acho que homem não tem que ter Bolsa Família, quem tem que ter mulher e o não o homem [...]*”

Importante pensar que o trabalho assume, mais uma vez, a condição de um marcador simbólico importante que, aliado ao valor da família (SARTI, 1994; TAYLOR, 2013), é o que norteia a concepção assumida pelos interlocutores acerca do PBF. Por isso mesmo, ainda quando já se internalizou a posição de assistido, diante do aprendizado moral que a adesão ao mecanismo da Assistência enseja (PAUGAM, 2003), isso não se faz, sem antes o estabelecimento de racionalizações que funcionam no intuito de negociar o lugar ora ocupado na hierarquia moral (TAYLOR, 2013, SOUZA, 2012) construída entre os moradores locais. Vejamos então, de que forma o valor do trabalho implica na demarcação de fronteiras morais,

resultante da desqualificação social (PAUGAM, 2003) que opera no cotidiano dos residentes do bairro B.

4.4.2 *A desqualificação social projetada sobre a relação entre benefício e trabalho: Trabalhador versus “acomodado”*

Encontramos no bairro B, algumas experiências que permitem inferir que os beneficiários pesquisados nesta localidade, encontram-se em um processo de intercâmbio entre os estágios que caracterizam a “*carreira moral dos assistidos*” (PAUGAM, 2003), cujas principais características podem ser resumidas na relação entre o nível de motivação para o trabalho (fora)⁵⁶ e o grau de dependência em relação à assistência social. Assim, se podemos dizer que a maior parte das beneficiárias entrevistadas do bairro B mantém forte dependência em relação aos serviços sociais, grande habilidade no relacionamento estabelecido com os assistentes sociais e um razoável nível de proposição de racionalizações que permitam justificar a dependência em relação à Assistência, característico da fase de *assistência instalada* (PAUGAM, 2003); a motivação para o trabalho é o que divide este grupo em ao menos dois segmentos.

O primeiro grupo é composto por Joana e Berta. Ambas estão inseridas no PBF há mais de 10 anos, indicando uma forte dependência em relação à Assistência Social, além de manterem uma relação de cooperação com as assistentes sociais responsáveis pela condução do PBF no Município, apesar de não corresponderem integralmente ao projeto “socioeducativo” promovido por aquelas profissionais, na medida em que afirmam não mais estarem motivadas na procura de um trabalho remunerado. Por outro lado, isso não significa, de forma alguma, uma rejeição ao valor do trabalho. Para as beneficiárias, o benefício é uma ajuda, ou, mais especificamente, um apoio para complementar a renda seja do marido, no caso de Joana, ou do filho, no caso de Berta. Esta última, por exemplo, considera seu filho o “chefe da casa” dada a condição de “responsável” e de “trabalhador” atribuída ao mesmo. Assim, ainda que as duas interlocutoras apontem para o engajamento nas atividades domésticas⁵⁷, o trabalho (fora) para ambas é reconhecidamente uma fonte de superioridade moral (TAYLOR, 2013) dada a

⁵⁶ Importante mencionar que muitas mulheres ainda assumem, como fonte de valor moral, o trabalho realizado no seio de sua própria casa que, na maior parte das vezes, se dá em concomitância com o trabalho “fora”. Assim, o trabalho desempenhado “no lar” funciona como análogo ao trabalho realizado “fora do lar”. O mesmo não ocorre entre os homens que, ainda se encontram imbuídos pela ética do provedor (ZALUAR, 1994).

⁵⁷ Como mencionado anteriormente, o correspondente ao “trabalho fora” é o “trabalho doméstico” que muitas mulheres se ocupam, utilizando-se dele como uma fonte de valor moral.

“independência” proporcionada pela atividade remunerada, em virtude do retorno financeiro garantido mediante o “salário”.

Em outro polo, o segundo grupo possui como principal característica, que se difere do primeiro, a ainda forte motivação para o trabalho, e a busca deste como forma de superação da condição de assistido de um Programa de Transferência de Renda. Assim, pode-se dizer que a adesão à condição de assistido, não é necessariamente isento de contestações e de ambiguidades. Neste aspecto, ao menos duas beneficiárias, Adelaine e Neide, representam exemplos emblemáticos. Ambas deixam transparecer o sentimento de “tristeza” e algumas vezes até mesmo de “vergonha” que as perpassam na condição de desempregadas, tendo em vista a correlação que estabelecem entre “dignidade e trabalho”. Na ocasião das entrevistas com as duas interlocutoras, era notória a angústia que ambas sentiam, evidenciada no jeito de olhar para o chão enquanto conversavam, e, mais abertamente, no ato limite manifesto pelo choro diante das perguntas direcionadas a elas, que pareceriam trazer à tona processos reflexivos que geravam a compreensão do quão afastadas estavam do que tinham como “hiperbem” em suas vidas (TAYLOR, 2013): condições dignas de existência conquistadas, principalmente, mediante um emprego, para melhor “cuidar” de sua família.

Convém notar, que os sentimentos supracitados são alimentados mediante os comentários desqualificadores disseminados no âmbito das interações sociais que cercam os beneficiários do bairro B, e que, em alguma medida, atuam no sentido de colocar em xeque os valores a que os beneficiários procuram se associar. Neste sentido, pode-se mencionar ao menos dois canais que corroboram a leitura negativa em torno do agente que “depende” de um benefício governamental. O primeiro é o institucional. Neste plano, temos como espaço principal a agência lotérica do município, onde os beneficiários sacam o dinheiro do Programa. Foram inúmeros os relatos, alguns em tom de quase denúncia, do tratamento recebido pelos beneficiários no momento em que vão à casa lotérica para fins de recebimento do benefício.

Letícia, beneficiária, me abordou, juntamente com Rose, para expor o que considera uma “sacanagem”, referindo-se ao tratamento recebido naquele estabelecimento. O cenário exposto revelou que estas duas interlocutoras encontraram, na pesquisa ora realizada no bairro em que residem, uma forma de externalizarem o sentimento de “revolta” diante das situações de “humilhação” as quais estavam sendo submetidas no único local do Município onde conseguem sacar o benefício. Em relato, as mesmas expuseram as cenas interpretadas como de maus-tratos, as quais também foram descritas por outros beneficiários pesquisados. Como exemplo, as mesmas mencionaram o fato de serem obrigadas a aguardar, quase o dia todo, para

receberem o benefício, na medida em que os funcionários da Casa Lotérica alegam não ter o dinheiro para efetuar o pagamento. As beneficiárias afirmaram ainda que, algumas vezes, já tiveram que se deslocar para municípios vizinhos na expectativa de receberem o benefício em um tempo razoável. O problema, neste aspecto, não está apenas no fato deste público ser obrigado a despender um tempo além do aceitável, mas também pela forma como são tratados pelos que trabalham no estabelecimento. Além disso, o tempo de exposição ao qual os beneficiários são compelidos a esperar na fila, acaba sendo preenchido pelos olhares julgadores dos demais clientes, que aproveitam para proferir comentários depreciativos com relação ao Programa e seus beneficiários.

Frases do tipo: “Bolsa família é para pobre” ou “Bolsa família tem que acabar”, são proferidas tanto pelos funcionários da Lotérica, quanto por aqueles que compartilham da fila com os beneficiários sem qualquer constrangimento, com o sentido de ofensa. Letícia ilustra, inclusive, cenas como a da reação que alguns beneficiários tiveram chegando ao ponto de agredir um dos caixas do estabelecimento. Mas, para além dos eventos ocorridos na referida instituição, outros locais também são citados como espaço onde a desqualificação social (PAUGAM, 2003) se faz sentir de forma explícita. Letícia menciona já ter presenciado na escola onde estudava, um ato de preconceito advindo de uma colega de turma. Segundo a beneficiária, esta aluna teria insinuado que Letícia só havia procurado o Bolsa Família porque não queria trabalhar, utilizando a condição de beneficiária de Letícia como forma de depreciar a mesma.

Mas não é apenas no âmbito institucional que estas reações negativas no tocante ao Programa se manifestam. Nas relações interpessoais também é possível identificar alguns exemplos. Neide menciona as situações as quais está exposta em seu espaço interacional, mais especificamente, no domínio de suas relações sociofamiliares no que se refere a este quadro. Em primeiro lugar, ao tratar sobre o assunto de forma genérica, Neide aponta que os comentários depreciativos acerca do Programa são proferidos por “*pessoas assim que, vamos supor, igual que tem um emprego, que não necessita do Bolsa Família, aí quando depara com uma pessoa que recebe [...] tá sempre fazendo um comentário. Se sente superior a pessoa, né? Coloca a pessoa como se fosse mais inferior (..) “ah vive do Bolsa Família”, esses negócios assim*”. Por outro lado, a beneficiária estaria ainda a mercê das insinuações de sua própria irmã que, tendo uma condição “mais ou menos”, não perderia a oportunidade de se posicionar negativamente frente à condição de Neide, entendida como de menor valor. Nas palavras da

beneficiária, ela seria alvo de “fofocas” preconceituosas no âmbito de sua família, por parte da irmã:

Na minha família, com essa irmã que eu te falei. Que ela tem uma condição mais ou menos. [...]. Porque ela não é rica, ela trabalha, ela tem o dinheirinho dela. Mas o quê que acontece, qualquer problema que eu tenho com ela, ela fala assim: ah, mas minha filha eu não vivo do Bolsa Família, não. Fala comigo, sabe como. Magoa a pessoa, deixa a pessoa triste.

Interessante notar que a irmã de Neide utiliza como artifício para atingir negativamente a beneficiária, nos momentos de desentendimento, sua condição de não dependência em relação ao Programa como forma de se sobrepôr à situação de Neide, considerada uma condição inferiorizada. Dito de outra forma, a irmã de Neide usa, de forma implícita sua qualidade enquanto “trabalhadora”, para atingir a beneficiária nos eventos conflitantes, considerando a dependência em relação ao PBF, algo hierarquicamente inferior se comparado à condição de quem não depende do Programa, e ainda trabalha. O que, de certa forma, é recebido pela beneficiária como uma ofensa e como gerador de “mágoa” e “tristeza”.

Neste cenário, importante frisar no que diz respeito ao valor do trabalho, que neste bairro apareceu em menor medida que o anterior, o “emprego de carteira assinada” como condição para a superação da situação de beneficiário de um Programa de transferência de renda. No bairro B, talvez pela maior precariedade a que esta população está submetida no âmbito do mercado de trabalho em comparação ao bairro A, nota-se que os beneficiários apenas mencionam precisar de um “emprego” no sentido amplo do termo, que permitisse assim o desligamento do Programa e a transferência do benefício a alguém que necessitasse “mais”.

É nesse sentido que podemos retomar como referência o caso de Neide que retardou ao máximo sua inserção no PBF, na medida em que considerava este um símbolo de “rebaixamento” de sua posição. Afinal, acessar ao Programa, é ter reconhecido sua condição de pobreza perante os outros, nem sempre considerada como autorreferência, dada a compreensão já internalizada do “desvalor” do pobre (SOUZA, 2012). Neide mesmo se considera pobre, mas “não tão pobre”, já que a “pobreza mesmo” estaria, segundo ela, relacionada à “falta do que comer”. Além disso, a mesma articula a pobreza ao local de moradia. Assim, sua família pode, em alguma medida, considerar-se “pobre”, por residir em um local precário tal como o bairro em questão.

Percebe-se que, os sentimentos de vergonha, de tristeza e de angústia mencionados anteriormente, têm como fatores explicativos adicionais, a precariedade das condições de vida

das beneficiárias, refletida nas casas ainda sem acabamento, e no bairro que, sem infraestrutura, não dispunha nem ao menos de um dispositivo que pode ser considerado hoje elementar para uma vida digna: a luz elétrica. Lara, por exemplo, ao ser questionada sobre o que entende por pobreza menciona ser algo “*ruim demais*”. Assim, ao mesmo tempo em que rejeita esta como uma autorreferência se dizendo “*pobre em termos*”, tendo em vista que “*eu sou rica de saúde, muita saúde*”; não deixa de mencionar que ainda está submetida a outras situações comuns à realidade vivenciada por aqueles imersos na condição de “pobreza”. Sobre isso, a beneficiária menciona que seu problema não é:

[...] mais de aluguel, mas tipo assim, minhas crianças precisam de uma água gelada, eles precisam de um iogurte, precisam de um suco de caju pra hidratar, eles precisam de um monte de coisas que vai à geladeira. Às vezes você quer um feijão, você não quer ferver naquele momento, aí você põe na geladeira. A gente precisa de luz pra tudo também, não só a água. [...]. Entendeu? Às vezes está calor demais, você arruma um ventilador, porque eu não tenho, você está vendo que eu não tenho, entendeu? É uma coisa que a criança necessita da luz, do banho quente, igual que está frio.

A precariedade de cunho socioeconômica que envolve estes atores reflete a relação estabelecida com o mercado de trabalho que indica a fragilidade das condições de existência deste público, agravadas dada a falta de acesso a um conjunto de políticas públicas, cujo principal objetivo é atuar no âmbito da proteção social secundária (CASTEL, 1999). Muitos começaram sua vida laboral em tenra idade, principalmente no intuito de apoiar os pais financeiramente, que corresponde, em alguma medida, ao padrão de protecionismo vinculado à esfera privada, cujas práticas sociais de proteção e de dependências recíprocas constituem o sistema de proteção primária (CASTEL, 1999; COSTA, 2000), ainda tão expressivo na realidade brasileira. Tais elementos apontam também para a reprodução de um ciclo, no qual as estratégias de sobrevivência das classes populares, acabam refletindo no nível de escolaridade destes atores. Apesar de haver diferenças positivas e entre as gerações investigadas nesta pesquisa, os avanços recentes na escolaridade não foram suficientes para garantir a superação da desigualdade social que se projeta e se reproduz na estrutura de sociedade que condiciona contingentes determinados a situações sociais que derivam na produção do “*habitus precário*” (SOUZA, 2012).

Diante deste cenário, ressalta-se que os interlocutores desta tese foram lançados a atividades precárias e com baixa expectativa de retorno e de segurança remuneratória, dado o

pouco investimento escolar, reproduzindo assim um destino próximo⁵⁸ ao que fora vivenciado por seus pais. Além disso, muitos acabaram deixando para trás sonhos, e passaram a perseguir objetivos alcançáveis, como é o caso de Fernanda que é manicure, mas que almeja trabalhar como *agente comunitário de saúde*, apesar do “sonho” latente de se tornar veterinária. Ou Paula, que hoje tem como objetivo trabalhar em uma fábrica de massa de pastel, mas cujo sonho era ser advogada. Seu novo ideal de emprego se deu em contraponto ao emprego atual. Paula trabalha em um bar, e destaca que, além de não ter salário fixo, também não possui regularidade em sua rotina, tendo que trabalhar fins de semana e feriados.

Tais elementos nos remetem à Bourdieu (1998) quando o autor nos leva a pensar nas “escolhas” dos agentes frente aos constrangimentos sociais. Tais escolhas ocorrem mediante o que Bourdieu (1998) denominou por *senso prático* que é adquirido pelos sujeitos no âmbito de suas experiências. Sendo assim, as baixas expectativas de emprego qualificado proveniente da pouca escolaridade dos sujeitos que recaem em baixas remunerações, levam-nos a inculcarmos os limites em que estes podem investir, mediado pelas condições objetivas de existência, que funciona de forma a orientá-los. A propósito disso, Bourdieu (1998, p.47) afirma: “Se os membros das classes populares e médias tomam a realidade por seus desejos, é que, nesse terreno como em outros, as aspirações e as exigências são definidas, em sua forma e conteúdo, pelas condições objetivas que excluem a possibilidade de desejarem o impossível”.

Com isso, resta a essas camadas almejem o possível, ou nos termos de Bourdieu (1998, p.50), aderirem a *esperanças realistas*, visto ser essa uma chance de evitarem prováveis frustrações futuras. Seriam assim, as “oportunidades objetivas intuitivamente apreendidas e progressivamente interiorizadas” (BOURDIEU, 1998, p.49). Atrelado a isso, dificilmente se aspira algo que destoe do meio objetivo correspondente ao lugar ocupado pelo grupo inserido no espaço social. Isso porque, o “*habitus*” atribuído ao grupo tende a prevalecer, dificultando que se pense para além das expectativas internalizadas e apreendidas no processo de construção subjetiva.

Josué traz contribuições importantes a este respeito. Para o não beneficiário:

O filho de pobre é difícil, é difícil ver um filho de pobre formado. Se formou, é doutor tem uma faculdade ou é isso ou aquilo. É muito difícil o pobrinho ganhando o Bolsa

⁵⁸ O que não significa que não houve avanços. Como evidenciado na parte introdutória desta tese, é possível verificar uma mudança positiva no cenário da pobreza que tem, entre outros fatores explicativos, a implementação de programas de combate à pobreza, aliada à alteração no padrão de desenvolvimento econômico brasileiro no pós-2000 que possibilitou o investimento em políticas sociais, ainda, obviamente, muito aquém das necessidades efetivas da população. Para maiores informações, consultar: OLIVEIRA, R. R. & BRANDÃO, A. A. P. **Mudanças no cenário da pobreza no Brasil**. Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 31, p.307-331 jan/jun. 2016.

Família tá com a “corda no pescoço” aqui ó. É muito difícil! Eu tô com 47 anos, eu duvido se aqui [...] vai ter uma criança tá. Formado em faculdade, duvido. Eles vão estudar, estudar... Vão aprender a ler tem muitos que não gosta mas a mãe obriga, “vai para a escola meu filho, bora meu filho, vamos embora”. Vai porque não tem nada para um cafezinho aqui. Mas vai que ela na escola tem uma merenda para comer, tem um arrozinho, tem um cafezinho com leite com biscoitinho. Ele vai, acordou de manhã a barriga tá lá nas costas. (riso) Ele parte, chega lá tem uma merendinha e ele come e é isso. Aí vai para a professora passar o dever no quadro para ensinar.

Diante deste contexto de diminuta esperança no futuro, Leonardo menciona que o município de Carmo é majoritariamente composto por pessoas “pobres”. Para ele, pobre é aquele que não “evolui”, que está “estacionado”. Assim, nas palavras do interlocutor:

A maioria da cidade, eu acho que é pobre! [...]. Porque vive ali naquela “raspa”, tipo, na “raspa” não. Vive ali, como é que eu vou te explicar... A maioria vive limitada, sabe como? Não consegue subir degrau, fica ali estacionado. Sabe como? A maioria trabalha, trabalha, trabalha e nunca consegue comprar alguma coisa. A maioria trabalha, trabalha pra poder pagar as contas, comprar comida e sobreviver. A maioria das pessoas vive só como sobrevivente, entendeu? Não tem aquela evolução, não anda pra frente.

A partir disso, Leonardo se enquadra nesta posição, e diz que para superar esta condição, precisaria estabilizar sua situação por meio de um trabalho, e assim “*abrir uma conta no banco, guardar uma ‘merrequinha’, pagar a pensão em dia*”. Aqui podemos traçar um paralelo e dizer que, o que Leonardo quer, na verdade, é ser reconhecido como “gente” (SOUZA, 2012), que para ele se relaciona com um “bom emprego” que permita alcançar uma “vida digna” que representa muito além da mera “sobrevivência”, “existência” ou reprodução física. Para tanto, o mesmo afirma ter retomado os estudos, que interrompeu em decorrência do trabalho, pois sonha em “passar em um concurso público”. Por outra via, o trabalho para ele ocupa uma posição central, acreditando ser “*um dever do homem, do ser humano. Porque eu acho que o mundo gira em cima do trabalho. Tudo que existe, tudo o que acontece é em cima do trabalho. Se você come é porque alguém trabalhou para comprar aquela comida ali. Tudo depende do trabalho, eu acho o trabalho essencial para a vida!*”

Sendo assim, por contraponto, “não trabalhar” significa não ter “um rumo”, “um destino”, ou ainda, não ter algo em que o sujeito possa ser apegar para ocupar o tempo com “qualidade”. Em outras palavras, não trabalhar seria o mesmo que “andar para trás”, ou o equivalente a ser um “incapaz”, nas palavras do entrevistado. Para Leonardo, existiriam ao menos três tipos de pessoas que não trabalham: “*Tipo, existem as pessoas que não trabalham porque não querem, tem muita gente preguiçosa! Mas tem muita gente que quer trabalhar e*

não consegue emprego, né! Não tem um emprego para trabalhar.” Já o terceiro tipo de pessoa que não trabalha é aquele que tende para o que Bezerra (2013) chamou de *“pobre que apela para o pior”*, que envereda por caminhos tortuosos, como a criminalidade, e mais especificamente, o tráfico de drogas.

Interessante notar que, ao mesmo tempo em que os atores reconhecem o peso da dimensão estrutural, não desconsideram a responsabilização individual no que diz respeito aos fatores que levam os sujeitos a não trabalharem. Josué, por exemplo, concatena os argumentos que levam em consideração a falta de emprego aliada à propensão e à forma como ele acredita que os atores devam encarar os constrangimentos conjunturais com base em sua própria experiência de vida.

Ah, eu acho assim... Que pode ser assim, nessa crise que nós estamos não tem emprego. Não tem trabalho, né? E uns se entrega, né? Ah, vou trabalhar, não vou conseguir nada na vida. Eu acho que a pessoa não tem que pensar assim, tá entendendo? Tem que pensar lá na frente, você não tem uma coisa para fazer, pega uma outra coisa para fazer. Não tem que se acomodar. Eu acho que a pessoa não tem que se acomodar, entendeu? Tem que ter uma esperança, né? Tudo vai melhorar que é cada dia com ajuda de Deus. E um passo que você dá com ajuda de Deus, as coisas vão melhorando. [...] Tem gente... Eu tenho uns amigos, né, que deixa se abater. Entendeu? Pô! Sai na rua não acha nada para fazer, aí começa a entrar em depressão. Entendeu? Tem gente se mata, bebe, entra em droga. Eu não sou assim entendeu. Eu não penso assim. Enquanto Deus estiver me dando força, eu vou batalhando até quando ele vier me buscar. Entende?

Josias leva em consideração a dimensão espiritual como importante aliada na superação da condição de desemprego, e dos prejuízos gerados por esta situação, como a depressão, o alcoolismo, a drogadição, etc. Além disso, ele agradece à Deus o fato do mesmo não ter precisado recorrer à nenhuma instituição de caridade para manutenção de sua sobrevivência. Ao mesmo tempo, o interlocutor não deixa de revelar sua preferência por um trabalho ao invés da transferência de um recurso gratuito como o PBF, mencionado haver pessoas *“mais pobrinhas”* e em situação *“pior que a sua”*. Por uma questão de gênero ainda, ele legitima a priorização da mulher no acesso ao benefício, alegando que *“mulher é mais sensível [...]”*. Enquanto ao homem não é dada a mesma possibilidade, na medida em que este deve *“caçar um serviço [...] tem que se virar”*. Por isso o entrevistado é enfático ao acrescentar que *“[...]homem não tem que ter Bolsa Família, quem tem que ter é mulher [...] Mãe com filho ela tem que ganhar. O homem [...] tinha que cortar todos eles, tudo. Quem ganha corta tudo, mulher tudo bem. Mulher que fica com filhinho dentro de casa, ela vai comprar um arroz, comprar o leite”*.

Em que pese Josias não concordar com os comentários que apontam para a ideia de que o benefício corrobora a acomodação dos beneficiários, ele não aceita o atendimento do público masculino pelo PBF. Ademais, o mesmo adere à noção de que a “maternidade” é quem garante a legitimidade no que tange ao acesso ao Programa, reforçando a responsabilização da figura feminina relegada ao espaço da casa. Ao mesmo tempo, podemos constatar a pressuposição de que a mulher seria mais responsável no que diz respeito a utilização do recurso que seria investido, principalmente, na gestão da casa e no cuidado com as crianças, enquanto o homem, associado ao espaço da rua, poderia acabar utilizando este recurso em fins alheios, como “bebida”, como é mencionado por alguns dos beneficiários e não beneficiários pesquisados no local.

Pensando no que a própria população beneficiária do bairro B apreende da relação entre trabalho e benefício assistencial, vejamos a percepção deste público. A começar pela senhora Berta, a beneficiária menciona que desde que “saiu da roça e foi para a cidade”, quando tinha 20 anos de idade, não trabalhou mais. Argumenta ainda que hoje é hipertensa, além de ter *“problema de desmaiar desde quando eu era solteira, então eu nunca...ai eu não posso nem trabalhar, porque eu tenho problema de desmaiar, sabe? Crise que se fala, né? Crise convulsiva”*. Tendo em vista os problemas de saúde ora relatados, a beneficiária não consegue conceber sua vida sem o PBF. Mesmo assim, acredita que trabalhar é essencial, principalmente para o jovem hoje em dia, no intuito de manter a cabeça “ocupada e descansada”. A mesma ainda exalta o fato de seu filho trabalhar desde os 11 anos de idade, sendo o “responsável” pela família.

Berta atribui sua condição de pobreza ao fato da mesma não poder trabalhar. Também se diz pobre em virtude do local de moradia, na medida em que chegou ao ponto de “invadir” uma casa, sendo esta ainda inacabada e inserida em um contexto de penúria, sem infraestrutura urbana. Sobre o que ela necessitaria para superar essa condição, ela menciona que gostaria que sua casa fosse, “não luxuosa, mas arrumada”, e que tivesse acesso à luz elétrica. Também relata que precisaria de um benefício, cujo valor fosse único para todos, na medida em que não acha “justo” um beneficiário receber mais que outro. Por outro lado, a mesma concorda com os comentários disseminados pela cidade, cujo conteúdo aponta para a leitura dos beneficiários como pessoas que não procuram emprego e que não gostam de trabalhar.

A mesma leitura é feita por Joana, que acredita que se não tivesse o benefício, as pessoas seriam “obrigadas a caçar um serviço”. Ainda assim, essa percepção de que o beneficiário “gosta de dinheiro fácil e que não quer trabalhar” é rejeitada pela maior parte das beneficiárias

entrevistadas no bairro B, com exceção dos dois exemplos citados, que, por sinal, se referem às duas únicas beneficiárias que assumiram não mais trabalhar e não poder mais viver sem o benefício do PBF. Assim, ao mesmo tempo em que ambas constroem racionalizações para justificar o fato de não mais estarem motivadas para o trabalho, e assim, dependerem sistematicamente do benefício do PBF, o olhar sobre o “outro” como beneficiário, não segue a mesma lógica.

Quanto ao restante dos beneficiários, estes acreditam que, os comentários depreciativos, disseminados no âmbito de suas relações sociais, são originados, na maior parte das vezes, por pessoas “em melhores condições socioeconômicas”, ainda que possam ser reproduzidos por agentes que, mesmo “passando por necessidades”, não se habilitam ao benefício, seja por “vergonha”, ou ainda por “orgulho”.

É o caso de Paula que afirma conhecer pessoas que por “orgulho”, ou ainda, em suas palavras, “*por achar que é dinheiro de pobre*”, não acionam o benefício. Neide toma como exemplo, também, o caso de sua amiga, dentre um grupo de pessoas que afirma conhecer, que, “*passa uma vida danada*”, mas que, por ser “orgulhosa”, “*assim nariz em pé [...]*” e por “vergonha”, não se submete ao Programa. Fernanda também argumenta que conhece pessoas com perfil para requisitarem o benefício, mas que mesmo assim não o fazem por receio dos comentários, dizendo “*ah, eu não vou ficar dependendo de Bolsa Família*”. A mesma acrescenta ainda que sua vizinha da frente não recebe o benefício sob alegação de “*que não quer, que não precisa do dinheiro do Governo*”.

Muitas das próprias beneficiárias tiveram que lutar contra este sentimento de inferioridade para recorrerem ao benefício do PBF, sempre utilizando como justificativa a necessidade material aliada às necessidades dos “filhos”, no intuito de lidar com a adesão à condição de assistido. No mais, pode-se dizer, que este público ainda esteja sujeito a passar por situações de constrangimento, e, por isso mesmo, já criou, em algum nível, racionalizações para justificar sua adesão ao Programa. A disposição para o trabalho, e a intenção de permanecerem por um período limitado na condição de beneficiário, até que consigam “algo fixo” que permita um “dinheiro certo”, são utilizados como argumentos para convencerem a si e aqueles ao seu redor, da boa fé de que não pretendem se acomodar com o benefício.

Por isso mesmo, este segmento negocia a desqualificação social (PAUGAM, 2003) a que está sujeito, utilizando a moralidade como forma de escapar aos enquadramentos negativos direcionados aos beneficiários no campo de suas interações. Do mesmo modo, a adesão ao valor

moral do trabalho e da família, é o que garante a estes sujeitos, se desvencilharem, de alguma forma, dos olhares contraproducentes daqueles estabelecidos em uma categoria moralmente diversa da sua, ou ainda de seus pares.

Neste movimento, ainda que alguns beneficiários venham a rejeitar os comentários depreciativos que apontam que a população beneficiária é composta por pessoas que “não gostam de trabalhar”; a resposta à questão acerca do que “leva os sujeitos a não mais trabalharem”, é orientada por ao menos duas perspectivas. A primeira diz respeito à uma visão mais ligada aos fatores de ordem estrutural, como a falta de postos de trabalho. Por outro lado, mesmo os beneficiários inseridos de forma precarizada no mercado de trabalho, ou até mesmo os desempregados, não deixam de levar em conta a dimensão individual como fator explicativo.

Fernanda, por exemplo, destaca que muitos jovens em Carmo sofrem com a falta de oportunidade de trabalho. Por outro lado, menciona ainda que muita gente “[...] *tem condições de poder arrumar um emprego, né, e não se esforça pra poder procurar. [...] Folga né, que depende... Outra pessoa deve ajudar também, se acomodar, né, se sentir acomodado*”. Já Paula, que alega “gostar de trabalhar”, utiliza como critério de julgamento o “gosto” aliado à falta de emprego. Assim, a mesma aponta que, algumas pessoas não trabalham: “*Porque não gostam, porque não gostam não, emprego está muito difícil, o negócio está muito difícil, mas se procurar direitinho acha, né? [...] Tem gente que não trabalha porque não quer...uma faxina ali, uma rua pra varrer, qualquer coisa*”. Luzia corrobora esta percepção e acrescenta que “*Tem muita gente que não tem vontade para trabalhar não.*” Assim, sobre o que ela acha destas pessoas, ela menciona que

Ah, tem que aprender a fazer alguma coisa, né? [...] Todo lugar que eu vou, eu levo as minhas para fazer faxina. Tem uma que já está com 15 anos, já pega faxina ali, ensinei a ela e agora ela já faz sozinha. [...] não tem como ficar parada não. Já me acostumei, desde pequenininha fui criada em roça...eu fico em casa, eu fico nervosa, eu não consigo. (Risos). As vezes...não tem como fazer faxina, aí eu falo: Ai, meu Deus tenho que arrumar alguma coisa...aí vou lá mexer com alguma coisa. Aí o pessoal fala: Você é animada! Aí eu falo: Graças à Deus! (Risos).

Diante deste contexto, pode-se dizer que os próprios beneficiários estabelecem fronteiras morais a partir dos valores explicitados que funcionam como “bens” (TAYLOR, 2013), dos quais eles procuram se aproximar, ao mesmo tempo em que condenam atitudes que vão de encontro a eles. Ademais, é possível mencionar que, a maior parte das “fococas” e dos “comentários” disseminados no âmbito relacional dos interlocutores, tomam como critério de julgamento tais valores, mais especificamente aqueles relacionados ao campo do trabalho e da

família. Assim, seja no âmbito institucional, seja no âmbito das relações sociofamiliares, para além do quesito econômico, a moralidade é acionada como fator de delimitação entre atores que compartilham de condições materiais de existência, atuando como um demarcador simbólico.

Sendo assim, se o Programa parece ter ganhado o apoio da sociedade, isto não significa uma ruptura com as representações socialmente negativadas em torno do tema. Neste aspecto, ao mesmo tempo em que o plano moral é utilizado como forma de recriar diferenças, no intuito de reverter a depreciação a que o beneficiário é sujeito, funciona como modo de barganha em torno dos sentidos atribuídos ao “pobre dependente”. Por fim, verifica-se que, ainda que ser beneficiário de um Programa de transferência de renda implique em uma desqualificação social (PAUGAM, 2003) cuja manifestação se projeta através dos olhares depreciativos e do tratamento dispensando a quem depende deste benefício assistencial em algumas instâncias (institucionais, sociais, familiares); isso não significa uma total submissão aos enquadramentos morais negativos imputados, seja por quem não recebe o benefício, seja por quem também é beneficiário e não admite o nivelamento em relação aqueles a quem se projeta o descrédito disseminado pela sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como propósito discutir, com base em uma pesquisa de teor qualitativo, como, a partir da classificação dos pobres como beneficiários prioritários de um Programa de Transferência de Renda, a desqualificação social (PAUGAM, 2003) incide em fronteiras morais entre dois grupos de pobres. Com isso, buscamos apreender como em um município de pequeno porte, localizado no interior do Estado do Rio de Janeiro, a pretensa “homogeneidade” entre atores que ocupam patamares socioeconômicos próximos, pode ser seccionada pelas fronteiras morais que estes constroem na relação com a política assistencial.

A hipótese levantada neste trabalho indicava que, a despeito dos critérios objetivos que traçam uma linha divisória entre quem tem ou não legitimidade de acesso ao Programa Bolsa Família com base em limites de ordem econômica, era possível inferir a construção de hierarquias, dentro do grupo dos pobres, que se constituem a partir de critérios subjetivos, e mais especificamente, de ordem moral. Procuramos, assim, entender as diferenças constitutivas entre estes atores, que gravitam em torno do plano da moral. Nesse sentido, a pergunta que procuramos responder foi: em que medida, o processo de desqualificação social pode se traduzir em fronteiras morais?

Com isso, foi possível investigar o processo de desqualificação social que acomete os beneficiários do PBF no município de Carmo a partir de duas dimensões. A primeira buscou refletir sobre a desqualificação que se estabelece entre dois grupos de pobres, diferenciados entre beneficiários e não beneficiários do PBF. Neste panorama, procuramos apreender analiticamente como ser beneficiário de um Programa social interfere nas interações mais elementares do indivíduo com o espaço da vizinhança. Logo, foi possível identificar de que maneira dois grupos inseridos no mesmo espaço social, constroem entre si fronteiras com base em critérios morais.

Já a segunda dimensão trabalhada nesta tese diz respeito ao processo de desqualificação social intragrupo. Mais especificamente, neste momento nos centramos nas diferenciações situadas dentro do grupo dos próprios beneficiários do PBF. Neste aspecto, procuramos investigar sob quais argumentos os próprios beneficiários se classificam e desclassificam o outro.

Os resultados desta pesquisa apontam para a pertinência do referencial teórico escolhido, que permitiram a melhor compreensão do objeto de estudo aqui empreendido. Em

primeiro lugar, as contribuições de Taylor (2013) possibilitaram entender a partir de quais valores a identidade moderna está ancorada. Com isso, a importância da discussão tayloriana para efeitos desta tese encontra-se na elucidação das fontes morais do *self*, que dizem respeito ao nosso sentido de dignidade e respeito, que implica, dentre outros fatores, na forma como percebemos a nós mesmos e como julgamos uns aos outros. Logo, tais aspectos se mostraram relevantes para a apreensão das precondições sociais necessárias à atribuição de autoestima e de *reconhecimento* em nosso meio, que são fatores imprescindíveis para a formatação da identidade dos sujeitos e para a produção de solidariedade no mundo contemporâneo.

Partindo desta premissa, Souza (2009, 2012) foi quem nos conduziu a pensar como se processou no Brasil, a constituição de uma hierarquia valorativa que permite que vigore entre nós, ainda hoje, a naturalização das desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que influi na percepção e nas preferências da sociedade frente a aspectos relativos às políticas de redistribuição. Com isso foi possível entender de que forma se constituiu e se reproduz em nosso contexto, cidadãos de um lado e subcidadãos de outro, com base no que o autor chamou de reprodução de um “*habitus* precário”. Focando no polo do *reconhecimento* ligado à dignidade, que se relaciona ao campo dos direitos subjetivos universais que independem de privilégios e que devem estar disponíveis de forma generalizada, Souza (2012) abriu caminho para pensar nosso objeto de estudo, centrado no processo de desqualificação social (PAUGAM, 2003) que se impõe aqueles cujo *reconhecimento* é negado em termos de respeito no sentido ativo e atitudinal (TAYLOR, 2013).

Neste contexto, foi preciso discutir ainda, o conceito de desqualificação social proposto por Paugam (2003), no intuito de elucidar melhor nosso objeto, construído sob o pressuposto de que a desqualificação se assenta em um processo de degradação moral que se impõe aqueles que, para além da submissão à uma situação de pobreza, possuem sua condição marcada pela inserção em um programa de transferência de renda. Ao mesmo tempo, tomamos ainda como referencial analítico as contribuições de Elias e Scotson (2000), que, a partir da proposição de um viés configuracional, permitiu pensar as relações de poder estabelecidas entre grupos envoltos em condições de existência similares.

Por se tratar de uma tese que visa apreender as percepções dos sujeitos inseridos em uma dinâmica específica, foi preciso ainda refletir acerca da compreensão dos brasileiros em torno da desigualdade e da pobreza em nosso meio. Para tanto, lançamos mão de elementos trabalhados pela literatura nacional, no intuito de abarcar as formas como a nossa sociedade, incluindo-se os segmentos mais pobres, compreendem este fenômeno. Buscamos, assim,

demonstrar o quadro mais amplo em que os pobres, dentre os quais os beneficiários do PBF, estão envolvidos, com o propósito de garantir melhores contornos à discussão empírica.

Os resultados da pesquisa confirmam nossa hipótese inicial, bem como respondem à nossa pergunta de pesquisa, demonstrando que, de fato, a desqualificação social (2003) impacta a vida de pessoas submetidas à condição de pobreza, bem como incide na conformação de uma condição de teor específica que deriva na demarcação de fronteiras morais entre atores que compartilham de condições de existência precárias.

Em um primeiro momento, conseguimos verificar, de forma sumária, os argumentos morais que perpassam os atores inseridos no âmbito institucional, levando-se em conta os setores que dialogam com o PBF: escola, posto de saúde e CRAS. Neste movimento, foi possível apreender as percepções acerca do Programa tomando como referência os responsáveis por operacionalizar o PBF no município, compreendendo em que nível os beneficiários são classificados e desclassificados por estes atores. Importa ressaltar, que a técnica utilizada na coleta de dados no campo das instituições que se relacionam com o PBF, foi a da observação participante, que serviu para melhor compreender o cenário em que o Programa está implementado no nível local. Também, foi a partir dos profissionais responsáveis pela operacionalização do Programa que estabelecemos os primeiros contatos com as famílias beneficiárias, fazendo assim, com que pudéssemos adentrar em seu universo relacional.

Conseguimos, neste sentido, acionar profissionais da educação, como professores e uma diretora; profissionais da saúde, como agentes de saúde; e, profissionais da Assistência Social, como a coordenadora do Programa no município, uma ex-assistente administrativa que trabalhou na recepção do CRAS, e uma assistente social que atua junto às famílias beneficiárias. De modo geral, a percepção destes atores conflui. Assim, declara-se a importância do Programa para intervir sobre as vulnerabilidades que atingem as famílias beneficiárias, sem perder de vista as propostas de cada agente atinentes aos seus respectivos campos de intervenção, para aperfeiçoar o PBF, e assim, melhor atender aos objetivos do mesmo. Nesta seara, percebe-se que nem todos os atores compreendem, em sua totalidade, os preceitos e os desígnios expressos no desenho do PBF, utilizando-se, portanto, concepções subjetivas para interpretar determinados aspectos do mesmo.

Verifica-se, neste contexto, que as maiores críticas direcionadas ao Programa incidem sobre a legitimidade de acesso ao benefício. Logo, instaura-se um sentimento de desconfiança, que implica na defesa intransigente de mecanismos de fiscalização que permitam de fato

selecionar agentes “merecedores” de acesso ao PBF, tendo em vista a noção quase generalizada de que pessoas que não “necessitam” estariam sendo beneficiadas pelo mesmo. Os critérios de “merecimento” estabelecidos por estes atores, entretanto, são de variados motes, não se restringindo à questão econômica, e dizem respeito, em alguma medida, à concepção de pobreza e de justiça que perpassa cada um.

Assim, interessante notar neste caso, que a noção de que teriam pessoas se “aproveitando da assistência” é o que orienta estes atores, inclusive, em suas proposições. Com isso, alguns tendem a apoiar que apenas pessoas que não trabalham tenham direito ao benefício, pelo tempo que durar a situação de desemprego, prezando pela temporalidade do mesmo, que deve vigorar o período necessário até que o sujeito seja inserido no mercado de trabalho. Por outro lado, alguns defendem que o benefício deva ser direcionado a pessoas que trabalham, mas cuja renda, não permite suprir as necessidades básicas dos sujeitos, destacando, neste ponto, o valor do trabalho como essencial para demarcação do público elegível. Destaca-se, no que tange a este último elemento, que o valor do trabalho está relacionado à noção do empenho pessoal que indica uma qualidade estimada e, até certo ponto, exigida do beneficiário que, a despeito da situação de pobreza em que está enquadrado, não se deve deixar abater por uma “pobreza de espírito”, que o condena a uma condição hierarquicamente inferior.

Por uma outra via, ao lado da defesa das condicionalidades já expressas pelo Programa, alguns profissionais fazem uma ressalva no que diz respeito a este mecanismo. Assim, enquanto acredita-se que as contrapartidas sejam necessárias para a manutenção da frequência escolar bem como para o desenvolvimento das crianças beneficiárias, critica-se o fato de alguns beneficiários estarem interessados, apenas no recurso monetário, e não necessariamente na escolarização e na saúde dos filhos. Neste panorama, de forma um tanto quanto ambígua, estes mesmos atores propõem, ainda, novas condições no intuito de “cobrar” mais responsabilidade das famílias no que tange ao cuidado com os filhos, sendo este, muitas das vezes, o objetivo mais proeminente do Programa para este segmento que lida, cotidianamente, com o acompanhamento das condicionalidades.

A crença unívoca no objetivo do Programa que tem por propósito intervir sobre o ciclo intergeracional da pobreza, por meio do investimento nas condicionalidades é tal que, mesmo entre os pobres entrevistados, foi possível perceber o sentimento de surpresa, e algumas vezes até de indignação ao se referirem a famílias, sem filhos, abarcadas pelo Programa. Isso indica, que muitos entendem o PBF por uma lógica pró-criança, e não necessariamente, pró-família, interferindo, inclusive em outros fatores, como no julgamento em torno da utilização do recurso

do Programa, e na legitimidade de acesso a ele, lido muitas vezes apenas pela ótica da composição familiar.

Ressalta-se, neste plano, que as famílias são julgadas com base nos padrões morais estabelecidos pelos atores institucionais que estimam aquelas que correspondem a estes padrões, enquanto “condenam” as atitudes daqueles que vão na contramão do que consideram “bons exemplos”, sendo esta leitura orientada por percepções que ultrapassam o plano econômico. Assim, preza-se pelo “bom desempenho das mães beneficiárias”; pela atitude do beneficiário em “superar sua condição pela via do trabalho”; “pela adequada utilização do recurso do benefício”; etc.

Importante mencionar, que muitos dos argumentos encontrados no âmbito institucional, foram corroborados pelos interlocutores não beneficiários, e até mesmo pelos próprios beneficiários. Isso demonstra que a própria população pobre, ou aquela a quem é destinado o Programa, não deixa de incorporar as concepções morais que atravessam a sociedade de forma mais ampla, e que são orientadas pela hierarquia aqui constitutiva que admite classificar e desclassificar os sujeitos. Diante disso, podemos dizer que, mesmo entre os próprios pobres, são estabelecidas fronteiras morais que permitem recriar diferenças entre eles, no intuito de tentar reverter, as representações socialmente negativadas que muitas das vezes incidem sobre a figura do “pobre-dependente”.

Assim, para a investigação das fronteiras morais criadas entre os pobres moradores da cidade de Carmo, foi necessário, primeiramente, proceder a um recorte territorial, no qual pudemos selecionar dois bairros, com alto índice de vulnerabilidade social, que contava ainda, com grande contingente de beneficiários do PBF. Com isso foi possível adentrar no universo interacional dos interlocutores, e compreender de que forma a desqualificação social operava entre eles.

Em geral, as percepções entre beneficiários e não beneficiários se aproximaram, com algumas poucas exceções. Assim, nos bairros A e B, foi possível visualizar fronteiras como a de gênero, com uma grande parcela de interlocutores apoiando a priorização da mulher no tocante ao atendimento do PBF, sob o pressuposto de que elas seriam mais penalizadas no que diz respeito ao acesso ao mercado de trabalho, além de serem elencadas como as “responsáveis” pela gestão doméstica, com ênfase no cuidado com as crianças, tendendo a uma “melhor” alocação no que tange ao recurso do Programa. Por outro lado, ainda persiste a ideia de que o “homem” deve “trabalhar” ao invés de se “acomodar” a um recurso assistencial.

Acresce-se a isto, o sistema de vigilância instaurando entre atores que compartilham do local de moradia, que atua no controle do “emprego” do benefício pelas e entre as famílias beneficiárias, prezando-se pela aplicação “correta” do dinheiro, como em artefatos escolares e alimentação para os filhos. Assim, pode-se dizer, que além do estabelecimento de um autocontrole de condutas, os pobres acabam por exigir a mesma postura de seus pares, tendo como norte a adoção de valores socialmente constituídos como positivos.

Ao mesmo tempo, as redes de “fofocas” são orientadas pelo sistema de vigilância que estes atores mantêm em relação aos beneficiários considerados legítimos ou não para acessarem ao Programa, bem como incidem sobre o valor recebido por cada um, sendo, estes aspectos, guiados pelos critérios de justiça que cada um dispõe. Por conta disso, percebe-se a ampla defesa de mecanismos de controle, formais ou não, que possam vir a atuar sobre os pobres beneficiários, no intuito de “aferir” a real “necessidade” do sujeito inserido no Programa, bem como no sentido de enquadrar moralmente estes atores, na medida em que são lançadas determinadas expectativas em torno do que se considera um “verdadeiro beneficiário”.

No que tange à compreensão em torno da “necessidade” de cada sujeito, esta se relaciona, de alguma forma, com o conceito de pobreza de cada um. Assim, verifica-se que, ainda que se idealize enquanto público legítimo para o PBF pessoas “pobres”, lidas com base no critério de necessidade material, cuja expressão limite encontra corpo na privação de alimentos; a pobreza nem sempre era considerada uma autorreferência adotada pelo interlocutor. Assim, percebe-se que, o olhar sobre o “outro” estava respaldado por critérios de “necessidade” mais restritos, enquanto, as justificativas em torno do próprio merecimento estavam assentadas em critérios que diziam respeito a uma concepção de pobreza relativa.

Por outro lado, podemos dizer que não era incomum os beneficiários lançarem mão de justificativas acerca de sua adesão ao Programa, que, encontram-se ancoradas em argumentos morais, no intuito ainda de “negociar” a condição de dependente de um Programa, cujas modelizações negativadas incidem de forma a abalar seu sentido de dignidade. Tais modelizações, se fizeram sentir, segundo os interlocutores beneficiários, em variadas esferas, como, familiar, social e institucional, e eram disseminadas por meio de comentários depreciativos, cujo conteúdo engloba ideias, do tipo: “beneficiário não gosta de trabalhar”, “Bolsa Família tinha que acabar”; “gastam o benefício em bebida”; etc.

A propósito disso, inda que se rejeite, na maior parte das vezes o conteúdo dos comentários ora referidos, não surpreende que, mesmo entre os beneficiários, se adote determinadas leituras como verdadeiras, rejeitando os pontos negativos como auto

representações, transferindo, sempre a um “outro”, o peso da desqualificação social imputada. Por outra via, a incorporação de determinados vieses sobre o Programa e seus beneficiários, tende a afetar o sentimento de valor pessoal do sujeito, gerando, inclusive, sofrimento, como pôde ser verificado em alguns momentos no decorrer das entrevistas realizadas.

No mais, percebe-se que, a via mais referenciada no que diz respeito ao sentido de dignidade dos agentes pesquisados, ao lado da família, é aquela relacionada ao valor do trabalho, amplamente valorizado, seja entre beneficiários ou não beneficiários, o que conflui com ordenamento moral da sociedade moderna no sentido tayloriano utilizado nesta tese. Não por acaso, não deixou de ser mencionada, algumas vezes, a “preferência” por “porta de emprego” ao benefício do PBF, além do fato do “emprego”, em geral o formal, ser considerado, para a grande maioria dos interlocutores, o “passaporte” para a superação não somente da condição de pobreza, mais, especialmente, da condição de beneficiário de um Programa de Transferência de Renda.

Ademais, importa finalizar ressaltando que o Programa, de modo geral, é bem aceito pelos atores alvo da pesquisa, tendo, de fato, ganhado a adesão da comunidade, com base em sua potencialidade para atuar sobre o quadro de pobreza que atinge grande contingente hoje. No mais, o cenário descrito informa que, ainda que se reconheça a importância do Programa, tal aspecto convive ainda com as representações socialmente negativadas atinentes ao mesmo, e, principalmente, atinente aos beneficiários, julgados por meio de uma hierarquia valorativa que classifica e desclassifica os sujeitos com base em padrões morais socialmente aceitos, mas não necessariamente refletidos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BACHA, M. L.; STREHLAU, V. I.; ROMANO, R. Percepção: Termo frequente, usos inconsequentes em pesquisa? **Trabalho Apresentado no 30º Encontro da ANPAD**. Salvador (BA). 23 a 27 de setembro de 2006. Disponível em:<
<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-mkta-1332.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

BARBOSA, A. C. de M. A. **O processo decisório da agenda social nos governos Cardoso e Lula: uma análise dos determinantes da política de transferência de renda**. 2013. 127 p. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciência Política. Universidade de Brasília: Brasília, 2013.

BEZERRA, L. M. P. de S. Fronteiras simbólicas e (des)classificação hierárquica dos “pobres” nas margens urbanas: problematizando versões de moradores (as) de territórios estigmatizados de Fortaleza – CE. **Revista de Políticas Públicas**. Número Especial. nov.2016. p.p. 281-294.

BEZERRA, L. M. P. de S. **Pobreza e Lugar(es) nas margens urbanas: lutas de classificação em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim**. 2015. 470 p. Tese de Doutorado. Centro de Humanidades. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

BORNHAUSEN, J. Terceiro ano, desespero. **Folha de S. Paulo**, 14 dez. 2004. A3, Opinião, p.03. Disponível em:
<http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=Bolsa+Fam%C3%ADlia&site=&periodo=acervo&x=16&y=12>> Acesso em: 15 abril 2016.

BOURDIEU, P. Compreender. In: **A miséria do Mundo**. Ed. 7. Petrópolis. RJ : Vozes. 2008. p.p 693-713.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**; 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papyrus, 1996.pp 13-52.

BRANDÃO, A. A. P. Conceitos e coisas: Robert Castel, a “desfiliação” e a pobreza urbana no Brasil. **Emancipação**. 2(1): 2002. p.p. 141 – 157. Disponível em:

<<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/34/31>>. Acesso em: 15 de jan. 2017.

BRASIL. **Calendário Bolsa Família 2015**. Aluguel Social. Brasil: 2018. Disponível em: <<http://calendariobolsafamilia2015.com.br/aluguel-social/>>. Acesso em: 07 abril 2018.

BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de Janeiro de 2004. **Regulamenta o Programa Bolsa Família e dá outras providências**. Presidência da República. Brasília: 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm>. Acesso em: 25 de jul. 2016.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências**. Presidência da República. Brasília: 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 07 abril 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Bolsa Família**. Benefícios. Brasília: 2016. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios>> Acesso em: 09 de ago. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família – 2ª Rodada (II AIBF)**. Sumário Executivo. Brasília, jun. 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Assuntos. **Cadastro Único**. Brasil 2017a. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico>>. Acesso em: 20 de jan. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família.- 1ª Rodada (AIBF I)**. Sumário Executivo. Brasília, jun. 2007.

_____. _____. Portaria GM/MDS nº 321, de 29 de Setembro de 2008. **Regulamenta a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família, revoga a portaria GM/MDS nº 551, de 9 de novembro de 2005, e dá outras providências**. Brasília: 2008. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/portarias/2008/Portaria%20no%20321-%20de%2029%20de%20setembro%20de%202008.pdf> Acesso em: 07 abril 2018.

_____. _____. Portaria nº 754, de 20 de outubro de 2010. **Estabelece ações, normas, critérios e procedimentos para o apoio à gestão e execução descentralizadas do Programa Bolsa Família, no âmbito dos municípios, e dá outras providências.** Brasília: 2010. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/portarias/2010/Portaria%20n%C2%BA%20754-2010.pdf> Acesso em: 07 abril. 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Relatório de Condicionalidades.** 2º semestre de 2009. Brasília: 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Relatório sobre Bolsa Família e Cadastro Único.** Carmo. Brasil: 2017b.

_____. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Resolução n.145, de 15 de outubro de 2004. Brasília, 2004.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.** 1ª Impressão. 180p. Brasília: 2013.

_____. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Manual de Gestão de Condicionalidades;** 1 ed. Brasília, DF: 2006.

CARLOTO, C. M.; GOMES, A. G. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. **Serviço Social e Sociedade**, n. 105, 2011. p.p. 141- 146. Disponível em:

<

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010166282011000100008&script=sci_abstract&tlng=p
>. Acesso em: 07 mar.. 2017.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social.** Petrópolis, Vozes, 1999.

_____. Da Indigência à Exclusão: A Desfiliação, Precariedade do Trabalho e Vulnerabilidade Relacional. 1991. In. **Saúde e Loucura: Grupos e Coletivos.** v. 4. Hucitec. p.p 21- 48.

CASTRO, H.C.O; WALTER, M.I.M.T.; SANTANA, C.M.B; STEPHANOU, M.C. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. **Opinião Pública.** Campinas, 15(2): 333-335, 2009. Disponível

em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000200003>.

Acesso em: 27 de out. 2016.

CATTANI, A. D.; BAUMGARTEN, M. Editorial. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 17, n. 39, mai/ago 2015, p. 9-13.

CHAUI, M. **Convite à filosofia**. Ática: São Paulo, 2000. pp. 151-157.

COSTA, S. G. Sociedade Salarial: Contribuições de Robert Castel e o caso brasileiro. In: **Serviço Social e Sociedade**, n.63, Ano XXI, p.5-26, jul. 2000.

COTTA, T. C. & PAIVA, L. H. **O Programa Bolsa Família e a Proteção Social no Brasil**. In: **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. v. 1, Brasília: IPEA, 2010. p.p 57 - 100.

CRUZ, M. M. & BOURGET, M. M. M. A Visita Domiciliária na Estratégia de Saúde da Família: conhecendo as percepções das famílias. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.19, n.3, 2010. p.p. 605-613. Disponível em: <

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902010000300012>.

Acesso em: 15 set. 2017.

DORIA, J.. O clientelismo terá fim? **Folha de S. Paulo**, 24 jul. 2015. A3, Opinião, p.A3.

Disponível em:

<<http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=Bolsa+Fam%C3%ADlia&site=&periodo=acervo&x=16&y=12>>. Acesso em: 19 abril 2016

DUARTE, L. F. D. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. Ed. 2. Rio de Janeiro. Editora Jorge Zahar, 1986.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Zahar, 2000.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do welfare state. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, nº24, 85-116, set./ 1991. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006>.

Acesso em: 31 de maio de 2017.

ESTADÃO. A dependência do Bolsa Família. **O Estado de S. Paulo**. Opinião. 29 dez. 2014.

Disponível em: <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,a-dependencia-do-bolsa-familia-imp-,1613043>. Acesso em: 20 out. 2016.

FAORO, R. **Os donos do poder**. Formação do patronato político brasileiro, Rio de Janeiro: Globo, 1958.

FREITAS, C. E. **A ética econômica das classes trabalhadoras**: a gramática social do comportamento econômico da nova pequena burguesia comercial de Natal/RN. 2013. 151 p. Dissertação de Mestrado. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal, 2013.

GENTIL, D. L. **A Política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social Brasileira**: Análise financeira do período 1990-2005. 2006. 357 p. Tese de Doutorado. Instituto de Economia. Programa de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2006.

GOFFMAN, E.. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GULLAR, F. Atraso ideológico. **Folha de S. Paulo**, 08 nov. 2015. C8, Ilustrada, p.C8.

Disponível em:

<http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=Bolsa+Fam%C3%ADlia&site=&periodo=acervo&x=16&y=12>. Acesso em: 20 abril 2016.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1995.

HERINGER, R. R. **Extermínio de Crianças e Adolescentes no Brasil**: Construção e Análise de uma categoria social. 1997. 244 p. Tese de Doutorado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Candido Mendes. 1997.

HITLIN, S. Os contornos e o entorno da nova sociologia da moral. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 17, n.59 mai/ago. 2015. pp. 26-58. Disponível em: <
<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/issue/view/2569/showToc>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**. São Paulo, Editora 34, 2009.

HONNETH, A. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: SOUZA, J.; MATTOS, P. (Org.). **Teoria Crítica no Século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades**. Censo demográfico. Brasília, 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília, IPEA, 2013.

LAVINAS, L. (coordenação geral). **Percepções sobre desigualdade e pobreza: O que pensam os brasileiros da política social?** Rio de Janeiro: Letra e Imagem: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2014.

MAGNOLI, D. Da demagogia à Política. **Folha de S. Paulo**, 15 out. 2016. A8, Poder, p. A8. Disponível em:

<http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=Bolsa+Fam%C3%ADlia&site=&periodo=acervo&x=16&y=12>

MARINS, M. T. A. de. **A construção de fronteiras simbólicas entre os “pobres”**: o caso do Programa Bolsa Família. 2013. 216 p. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2013.

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. **Programas Focalizados de Transferência de Renda no Brasil**: contribuições para o debate. Brasília: IPEA, 2007 (Texto para discussão, nº1283). Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1946/1/TD_1283.pdf> Acesso em: 14 jun. 2017.

MELO, H. P. de.; SABBATO, A. Di. 10 Anos de mensuração dos afazeres domésticos no Brasil. **Trabalho apresentado na 35ª Conferência da Associação Internacional para Pesquisas de Uso do Tempo (IATUR)**, Rio de Janeiro, Brasil, 7 a 9 de agosto de 2013. Disponível em:

<<http://spm.gov.br/noticias/documentos1/versaoartigopibafazeredomesticossitespm.pdf>> Acesso em: 24 de set. 2017.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 9 (3): 239 – 262, Jul/set, 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X1993000300002&script=sci_arttext> Acesso em: 23 Ago. 2014.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. de; CONSTANTINO, P.; SANTOS, N. C. dos. Métodos, técnicas e relações em triangulações. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Avaliação por Triangulação de Métodos: Abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2005. p.p 71 - 104.

MIOTO, R. Entrevista da 2ª. Folha de S. Paulo, 04 maio 2015. A12, p. A12. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=Bolsa+Fam%C3%ADlia&site=&periodo=acervo&x=16&y=12>>. Acesso em: 23 abril 2016.

MONNERAT, G. L; SENNA, M. C. M; SCHOTTZ, V.; MAGALHÃES, R.; BURLANDY, L.. Do direito inconstitucional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do PBF. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 12 (6):1453-1462 ,abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000600008>. Acesso em: 07 jul. 2017.

MONTALI, L. & TAVARES, M. Família, pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v.25, n2, jul./dez. 2008. p.p. 211 - 231. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982008000200002>. Acesso em: 28 de jun. 2017.

NERI, M. C. **A nova classe média: o lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. de S. (org.); DESLANDES, S. F.; NETO, O. C; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NUNES, E. **A gramática política do Brasil: clientelismo, e insulamento burocrático**. Ed. 3. Editora Jorge Zahar, 2003.

OLIVEIRA, L. F. B. & SOARES, S. S. D. “Efeito-preguiça” em programas de transferência de renda? In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília, IPEA, 2013. p.p 341-358.

OLIVEIRA, R. R. **As condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família: Percepções da comunidade escolar em um município de pequeno porte**. 2015. 225p.

Dissertação de Mestrado. Escola de Serviço Social. Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social. Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro, 2015.

OLIVEIRA, R. R. & BRANDÃO, A. A. P. Mudanças no cenário da pobreza no Brasil. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun. 2016. pp.307-331. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/11280/10110>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

PAUGAM, S. **Desqualificação Social**: Ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.

PERROT, M. Sair. In: DUBY, G.; PERROT, M. **História das Mulheres no Ocidente**. Vol. 4: O século XIX. Edições Afrontamento. 1991.

POLANYI, K. **A Grande Transformação**. 2ed. Rio de Janeiro: Editora Compus, 2000.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Desenvolvimento Humano e IDH**. 2012. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>>. Acesso em: 07 de abril. de 2018..

REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família**: Autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

REIS, E. P. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** vol. 15, nº42, fev. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269092000000100010&script=sci_arttext> acesso em: 15 de out. 2017.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROSSI, C. Fracasso no horário nobre. **Folha de S. Paulo**, 19 out. 2004b. A2, Opinião, p.02. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=Bolsa+Fam%C3%ADlia&site=&periodo=acervo&x=16&y=12>> Acesso em: 19 abril 2016.

ROSSI, C. Obesos, mas muito pobres. **Folha de S. Paulo**, 19 dez. 2004a. A2. Opinião, p.02. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=Bolsa+Fam%C3%ADlia&site=&periodo=acervo&x=16&y=12>> Acesso em: 19 abril 2016.

SANTOS, D. V. C dos. Acerca do conceito de representação. **Revista de teoria da História**. Ano 3, n.6. dez. 2011. p.p 27- 53. Disponível em:

<<https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/28974/16144>> Acesso em: 15 ago. 2017.

SARTI, C. A. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo. 1994. 222p. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo: São Paulo, 1994.

SOARES, S.; SOUZA, P. H. G. F. de; OSÓRIO, R. G.; SILVEIRA, G. S. Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia (org). **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. v.1, Brasília: IPEA, 2010. p.p 25-52.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. 2ª. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

_____. **Ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009 p. 15-122.

_____. Uma Teoria Crítica do Reconhecimento. **Lua Nova**, n.50, 2000. pp. 133-158.

SPOSATI, A. Tendências latino-americanas da política social pública no século 21. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, jan./jun. 2011. Pp. 104 – 115. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/19360/17745>>. Acesso em: 18 de maio 2017.

SUÁREZ, M. & LIBARDONI, M. O Impacto do Programa Bolsa Família: Mudanças e Continuidades na Condição Social das Mulheres. In: VAITSMAN, J. e SOUSA-PAES, R. (Org.). **Avaliação de Políticas e Programas do MDS – Resultados: Bolsa Família e Assistência Social**. vol 02. Brasília, 2007.

TAYLOR, C. **As fontes do self**. São Paulo, Loyola, 2013.

_____. The politics of recognition. In: GUTMANN, Amy. **Multiculturalism**. Princeton University Press, 1994.

TREVISAN, A. P. e BELLEN, H. M. V. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**. vol.42, n. 3, mai/jun. 2008. pp. 529-550. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a05v42n3.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2017.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TCERJ). Secretaria -Geral de Planejamento. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**. Carmo. 2016.

VAITSMAN, J.; ANDRADE, G. R. B. de; FARIAS, L. O. Proteção Social no Brasil: o que mudou na assistência social após a Constituição de 1988. **Ciência & Saúde Coletiva**, 14 (3): 2009. p.p 731-741. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232009000300009&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 de out. 2017.

VIANNA, M. L. T. W. **A americanização (perversa) da seguridade Social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan. 2000.

VISCARDI, C. M. R. Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro Republicano. **Revista Brasileira de História**. v. 29, n.58, 2009, p.p 291-315. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v29n58/a03v2958.pdf>>. Acesso em: 21 de jun. 2017.

ZALUAR, A. **A máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. Ed. 2. Editora Brasiliense. 1994.

WEBER, D. As promessas para ensinar a pescar. **O Globo**, Brasília, 12 ago. 2006. Especial, p.10. > Acesso em: 21 abril 2016. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&pagina=1&ordenacaoData=relevancia&allwords=Bolsa+Fam%C3%ADlia&anyword=&noword=&exactword=> Acesso em: 21 abril 2016.

WEBER, D. Fome Zero virou Bolsa, sem porta de saída. **O Globo**, Brasília. 19 dez. 2010. Era Lula, p.09. Disponível: <http://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&pagina=1&ordenacaoData=relevancia&allwords=Bolsa+Fam%C3%ADlia&anyword=&noword=&exactword=> Acesso em: 21 abril 2016.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Ed. 2 Pioneira, 1983.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.110, abr./jun. 2012. pp 288- 322. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282012000200005&script=sci_arttext>. Acesso em: 17 de jun. 2017.

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA A ENTREVISTA COM OS NÃO BENEFICIÁRIOS DO PBF

I. Dados pessoais:

1. Idade:
2. Sexo:
3. Estado Civil:
4. Número de filhos:
5. Qual a idade dos seus filho(a)s?
6. Qual é a sua escolaridade?
7. Até que série seu pai e sua mãe estudaram?
8. Quantas pessoas moram com você?
9. Quem você considera chefe em sua família? Por quê?

II. Trajetória socioprofissional

1. Com que idade começou a trabalhar?
2. No seu primeiro trabalho qual era sua ocupação? Você gostava daquele emprego?
3. Existia algo de negativo neste emprego? E de positivo você via alguma coisa?
4. Você atualmente trabalha? Se sim, com o que? Se não, Por quê?

SE ESTIVER TRABALHANDO...

- a) Há quanto tempo você trabalha nisso?
- b) Existe algo de negativo em seu emprego? E de positivo você vê alguma coisa?
- c) O que você fazia antes deste emprego atual?
- d) Você gostaria de mudar de trabalho? Se sim, por que você não trabalha com isto que você gostaria?
- e) Existe algum impedimento? Qual?
- f) Já ficou desempregado? Quantas vezes? O que você sentiu enquanto esteve desempregada?

g) Já precisou recorrer a algum auxílio ou Programa governamental no decorrer de sua vida?
Se sim, o que sentiu?

h) O que você acha sobre trabalhar? E o que acha sobre não trabalhar?

i) Se você pudesse escolher entre trabalhar e não trabalhar o que você escolheria?

j) Você conhece alguém que não trabalha?

k) E o que acha daqueles que não trabalham?

l) O que você acha que leva as pessoas a não mais trabalharem?

SE ESTIVER DESEMPREGADO ...

a) Há quanto tempo não trabalha?

b) Você ou alguém da sua família já recorreu ou recebeu algum dinheiro do governo? Se sim, e como foi? Foi bem atendida? Por que você acha isso?

c) O que você acha de receber dinheiro do governo?

d) Já recorreu a alguma instituição de caridade, como ONG, igreja...?

e) Já teve que recorrer a alguém para pedir ajuda? A quem? Como foi? O que você sentiu?

f) Está à procura de trabalho?

g) Atualmente faz alguma “coisa” para conseguir um dinheiro extra? Se sim, por que você faz isto?

h) O que você acha sobre trabalhar? E o que acha sobre não trabalhar?

i) Se você pudesse escolher entre trabalhar e não trabalhar o que você escolheria?

j) O que você acha que leva as pessoas a não mais trabalharem?

k) Você conhece alguém que não trabalha?

l) E o que você acha das pessoas que não trabalham? Por quê?

m) Você poderia aceitar a ideia de nunca mais trabalhar? Por quê?

III. Percepção sobre pobreza e sobre os pobres

1. O que seria pobreza para você?

2. Quem na sua concepção seria considerado pobre?

3. O que você entende por Família?
4. Você acha que o governo deveria ajudar mais algum tipo de família? Por quê?
5. Você acha que a sua família é pobre? Por que?
6. O que você precisaria ter para não ser mais pobre? Por que?
7. Tem alguém aqui no bairro que você acha que é mais pobre que você? Por que?
8. O que você acha de ter visita domiciliar para verificar a condição de pobreza do beneficiário? Você concorda?

IV. Percepção sobre o Bolsa Família

1. Você conhece o Programa Bolsa Família? O que sabe sobre ele? E o que você acha do Programa?
2. Por que você acha que o governo decidiu dar o Bolsa Família?
3. Você já recebeu alguma vez dinheiro do governo? Se sim, por que você solicitou? Se não, por que nunca pediu?
4. Se você pudesse escolher você preferiria receber o Bolsa Família ou não?
5. Você conhece alguém aqui no bairro que recebe o Bolsa Família? E você acha que a vida da família melhorou depois que começaram a receber o Bolsa Família?
6. Você sabe o que é necessário para se receber o Bolsa Família?
7. Como você acha que as pessoas são escolhidas para receber o benefício?
8. Alguém da sua família recebe o Bolsa Família? Quem? E o que dizem desta pessoa?
9. Você conhece alguém que pediu e não conseguiu receber o Bolsa Família? Por que não conseguiu?
10. Aqui na comunidade há muitos beneficiários? Você sabe quem são? Se sim, o que você acha deles?
11. E os professores da escola de seus filhos sabem quem recebe o Bolsa Família? Como eles sabem?
12. Os comerciantes do bairro sabem quem são as pessoas que recebem o Bolsa Família?

13. E você acha que eles veem os beneficiários do Bolsa de maneira diferente? Positiva ou negativa?
14. Nas reuniões da escola os professores falam do PBF? Se sim, geralmente o que falam sobre o Programa?
15. Você está fazendo algum curso de capacitação ou está estudando? O quê?
16. O que as pessoas aqui do bairro acham do Bolsa Família? Todos têm a mesma opinião? Você concorda com elas?
17. E fora daqui, você já ouviu algum comentário sobre o Bolsa Família? No rádio, na televisão, no jornal? O que diziam?
18. Você acha que tem muita “fofoca” aqui no bairro sobre quem recebe o BF? O que as pessoas dizem sobre quem recebe o BF?
19. Alguém da sua família já falou sobre as pessoas que recebem o Bolsa Família? Falou o que? Por que você acha que ele falou isso?
20. Algumas pessoas dizem que quem recebe o Bolsa é vagabundo e preguiçoso? O que você acha desse comentário?

V. Aspectos gerais sobre o Bolsa Família

1. O que você acha do Programa priorizar as mulheres?
2. O que você acha das condicionalidades do Programa?
3. O que você acha de receber um auxílio do governo?
4. Você acha que o Bolsa Família é uma ajuda ou um direito?
5. Como os vizinhos veem as pessoas que recebem o Bolsa Família?
6. Você vê algum preconceito por parte das pessoas com relação aqueles que recebem o Bolsa Família?
7. Por que você acha que algumas pessoas que precisam não solicitam o Bolsa Família?
8. Algumas pessoas dizem que quem recebe o Bolsa Família é porque não procura emprego, não quer mais trabalhar ou que quer dinheiro fácil, o que você acha disso?
9. Na sua visão por que as pessoas pedem o Bolsa Família?

APÊNDICE B - ROTEIRO PARA A ENTREVISTA COM OS BENEFICIÁRIOS DO PBF

I. Dados Pessoais:

1. Idade:
2. Sexo:
3. Estado Civil:
4. Número de filhos:
5. Qual a idade dos seus filho(a)s?
6. Qual é a sua escolaridade?
7. Até que série seu pai e sua mãe estudaram?
8. Quantas pessoas moram com você?
9. Quem você considera chefe em sua família? Por que?

II. Trajetória socioprofissional

1. Com que idade começou a trabalhar?
2. No seu primeiro trabalho qual era sua ocupação? Você gostava daquele emprego?
3. Existia algo de negativo neste emprego? E de positivo você via alguma coisa?
4. Você atualmente trabalha? Se sim, com o que? Se não, Por que?
5. O que você acha sobre trabalhar?
6. Se você pudesse escolher entre trabalhar e não trabalhar o que você escolheria?
7. Você conhece alguém que não trabalha? E o que acha disso?

SE ESTIVER TRABALHANDO...

- a) Há quanto tempo você trabalha nisso?
- b) Existe algo de negativo em seu emprego? E de positivo você vê alguma coisa?
- c) O que você fazia antes deste emprego atual?

- d) Você gostaria de mudar de trabalho? Se sim, por que você não trabalha com isto que você gostaria?
- e) Existe algum impedimento? Qual?
- f) Atualmente faz alguma atividade além do trabalho para conseguir um dinheiro extra? Se sim, por que você faz isto?
- g) Quantas vezes ficou desempregada? O que sentiu nos momentos em que esteve desempregada?
- h) Você ou alguém de sua família já havia recorrido anteriormente a algum auxílio ou benefício governamental?
- i) E já havia requerido ajuda de alguém, ou de alguma instituição como Igreja, ONG... Se sim, a quem recorreu? Como foi?
- j) O que você acha de receber dinheiro do governo?
- k) Você poderia aceitar a ideia de nunca mais trabalhar? Por que?

SE ESTIVER DESEMPREGADO ...

- a) Há quanto tempo não trabalha?
- b) Você ou alguém da sua família já recebeu algum dinheiro do governo anteriormente?
- c) Já recorreu a alguma instituição de caridade? (ONG, igreja.)
- d) Já teve que recorrer a alguém para pedir ajuda? A quem? Como foi isso?
- e) Atualmente faz alguma atividade para conseguir um dinheiro extra além do benefício do Programa? Se sim, por que você faz isto?
- f) O que você acha de receber dinheiro do governo?
- g) Você poderia aceitar a ideia de nunca mais trabalhar? Por que?

III. Percepção sobre a pobreza e sobre os pobres

1. Como você definiria pobreza?
2. Quem na sua concepção seria pobre?
3. Você acha que a sua família é pobre? Por que?
4. O que você precisaria ter para não ser mais pobre? Por que?

5. Tem alguém aqui no bairro que você acha que é mais pobre que você? Por que?
6. O que você entende por Família?
7. Você acha que o governo deveria priorizar algum tipo de família? Por quê?
8. O que você acha de ter visita domiciliar para verificar a condição de pobreza do beneficiário?

IV. Percepções sobre o Bolsa Família

1. Desde quando você recebe o Bolsa Família? É a primeira vez que solicita ou já havia solicitado antes?
2. Você já ficou sem receber o dinheiro alguma vez? Por que?
3. Alguma vez solicitou o desligamento do Programa? Por quê?
4. Como ficou sabendo do Programa?
5. Você conversou com alguém sobre o Bolsa Família antes de se inscrever no Programa? Com quem? Estas pessoas te incentivaram?
6. Quem te deu as informações do que fazer para receber o Bolsa Família?
7. Desde que você soube do Programa até receber o benefício, o que você teve que fazer?
8. Onde você preencheu o cadastro para receber o benefício?
9. O que eles perguntam no cadastro? Foi fácil responder as perguntas?
10. Fora isso, teve entrevista? Quem fez a entrevista? Você conhecia a pessoa? Eles pediram para comprovar alguma coisa? E a pessoa foi legal (o atendimento)?
11. O que você acha que o governo faz com o seu cadastro? O que você acha que é importante para o governo decidir dar o Bolsa Família?
12. Você foi bem tratada no dia em que preencheu o cadastro?
13. Quanto tempo demorou entre o momento que você se inscreveu e o mês que o dinheiro chegou? Você acha que sempre demora esse tempo?
14. Quando você se inscreveu no PBF você achou que ia ganhar o benefício? Por que?
15. Você já havia se inscrito alguma vez e não conseguiu? Por que acha que isso aconteceu?
16. Como você acha que as pessoas são escolhidas para receber o Bolsa Família?

17. Alguém da sua família recebe o Bolsa Família? Quem?
18. Por que você acha que recebeu o Bolsa Família?
19. Como você gasta o dinheiro do Bolsa Família?
20. Deu também para você se cuidar mais?
21. Quem decide como gastar?
22. O seu companheiro continua a sustentar a casa do mesmo jeito?
23. Sua relação com o companheiro melhorou ou piorou depois de receber o Bolsa Família? O que ele acha do Bolsa Família?
24. Quando você acha que poderia parar de receber o Bolsa Família?
25. Você acha que tem fofoca aqui no bairro sobre quem recebe o Bolsa Família?
26. O que as pessoas dizem sobre quem recebe o Bolsa Família? Quem é que faz a fofoca? Alguém da sua família faz fofoca?
27. Algumas pessoas dizem que quem recebe o Bolsa Família é porque não procura emprego, não gosta de trabalhar ou quer dinheiro fácil. Você já ouviu isso? Aonde você ouviu? O que você acha desse comentário?
28. Você já se sentiu envergonhado por algum comentário ou ato porque você recebe o Bolsa Família?
29. Alguém já te criticou por estar recebendo esse dinheiro? Por que? Como você reagiu?
30. Você já participou de alguma reunião com outras pessoas que recebem o Bolsa Família? Para que foi essa reunião?
30. Os professores sabem quem recebe o Bolsa Família? Como eles sabem?
31. Os comerciantes do bairro sabem que você recebe o Bolsa Família? Eles te tratam de maneira diferente?
32. Nas reuniões da escola os professores falam do PBF? O que geralmente eles falam? Eles fazem comentários negativos sobre o Programa?
33. Você acha que tem um tratamento diferente por parte dos professores para aqueles que recebem o Bolsa Família? Por que? E do diretor? Por que você acha isso?
34. E dos colegas de turma, há tratamento diferenciado? Por que acha isso?

35. Alguma vez já criticaram a forma que você utiliza o recurso do Programa? Quem? Como você reagiu?
36. E em que você acha que o recurso deve ser investido?
37. Você está fazendo algum curso de capacitação ou está estudando? O quê?
38. O que você acha que poderia ser feito para melhorar o Programa?
39. O que você acha que precisaria ter para sair do PBF?

V. Aspectos gerais sobre o Bolsa Família

1. O que você acha do Programa Bolsa Família?
2. A sua vida mudou após receber o benefício do Programa? Como?
3. O que você acha do programa priorizar as mulheres?
4. O que você acha das condicionalidades do programa?
5. Como você se sente ao receber um auxílio do Estado?
6. Como os vizinhos veem as pessoas que recebem o Bolsa Família?
7. Você vê algum preconceito por parte da sociedade com relação aqueles que recebem o Bolsa Família?
8. Você conhece alguém que tentou receber o Bolsa e não conseguiu? Por que você acha que não conseguiu?
9. Por que algumas pessoas que precisam não pedem o Bolsa Família?
10. Na sua visão por que as pessoas pedem o Bolsa Família?